

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Fernando dos Santos Pereira Vecchio

**A CIÊNCIA DA PERSONALIDADE, DE JACQUES LACAN: EXAME
EPISTEMOLÓGICO DAS NOÇÕES DE PSICOGENIA E
GÊNESE SOCIAL**

**FLORIANÓPOLIS
2008**

Fernando dos Santos Pereira Vecchio

**A CIÊNCIA DA PERSONALIDADE, DE JACQUES LACAN: EXAME
EPISTEMOLÓGICO DAS NOÇÕES DE PSICOGENIA E
GÊNESE SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. D.r Fernando Aguiar Brito de Sousa

**FLORIANÓPOLIS
2008**

Fernando dos Santos Pereira Vecchio

**A CIÊNCIA DA PERSONALIDADE, DE JACQUES LACAN: EXAME
EPISTEMOLÓGICO DAS NOÇÕES DE PSICOGENIA E
GÊNESE SOCIAL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2008.

Orientador: Prof. D.r Fernando Aguiar Brito de Sousa
Departamento de Psicologia, UFSC

Prof. D.r Francisco Verardi Bocca
Departamento de Filosofia, PUC/PR

Prof.a D.ra Mara Coelho de Souza Lago
Departamento de Psicologia, UFSC

Prof.a D.ra Mériti de Souza
Departamento de Psicologia, UFSC

Aos familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Fernando Aguiar Brito de Sousa, por combinar de modo raro inteligência e civilidade.

Agradeço aos membros da banca, os professores Dr. Francisco Verardi Bocca, D.ra Mara Coelho de Souza Lago e D.ra Mériti de Souza pela disponibilidade e competência.

RESUMO

Dentre as grandes sistematizações teóricas da Psicanálise, a elaborada por J. Lacan destaca-se singularmente por seu rigor e vanguarda epistemológicos. Essa singularidade do sistema teórico de Lacan se deve, em grande parte, pela utilização do referencial estruturalista. Embora esta justificativa da singularidade teórica não esteja incorreta, ela pode, por vezes, conduzir a leituras parciais sobre a obra de Lacan. As leituras são parciais quando entendem que as primeiras teorias de Lacan não têm relevância epistemológica para o entendimento dos trabalhos lacanianos posteriores. A presente dissertação adota uma postura contrária a este tipo de leitura e, embora sem recusar a diferença epistemológica entre as etapas da obra lacanianas, entende que os trabalhos iniciais de Lacan estão envolvidos com a sua adesão posterior ao estruturalismo. Para fundamentar essa hipótese, esta dissertação confronta a *articulação* dos conceitos *psicogenia* e *gênese social* presentes no primeiro sistema teórico de Lacan, a Ciência da Personalidade, com a história do espaço epistemológico que culminou no estruturalismo, tal como é apresentada pela arqueologia das Ciências Humanas realizada por Foucault. A dissertação pretende demonstrar que, diante dos impasses epistemológicos, a *articulação* entre dois conceitos – *psicogenia* e *gênese social* – realizada na Ciência da Personalidade está em conformidade antes com as orientações que levaram ao estruturalismo do que com as orientações que dele se distanciaram. Para demarcar mais concretamente a conformidade da Ciência da Personalidade com as perspectivas posteriores de Lacan, a dissertação utiliza a comparação entre Lacan e D. Lagache. Os comentadores consideram que os fundamentos epistemológicos de Lacan e Lagache só passam a se diferenciar decisivamente quando Lacan adere aos referenciais estruturalistas. A dissertação demonstra, utilizando como critério a relação das teorias dos dois autores com a arqueologia do estruturalismo apresentada por Foucault, que desde a Ciência da Personalidade seus sistemas teóricos divergem, e que a própria adesão (ou não) ao estruturalismo pode ser entendida a partir dessa diferença radical e inicial.

Palavras-chave: Psicogenia; Gênese social; Ciência da personalidade.

ABSTRACT

Within the great theoretical systematics of psychoanalysis, the one elaborated by J. Lacan stand out due to its epistemological rigour and vanguard. This singularity of Lacan's theoretical system is due, greatly, to the use of the structural reference. Although this justification of theoretical singularity is not incorrect, it can at times conduct to partial readings about Lacan's work. The readings are partial when they interpret that the first theories of Lacan do not present epistemological relevance for an understanding of the later Lacanian work. The present dissertation adopts a contrary posture to this kind of reading and, although not refusing the epistemological difference between the phases of the the Lacanian work, it understands that the initial works of Lacan are involved with its later adhesion to structuralism. In order to offer a basis for this hypothesis, this dissertation confronts the articulation of the concepts of psychogenesis and social Genesis present in Lacan's first theoretical system, the Science of Personality, with the history of epistemological space that culminated in structuralism, as presented by the archeology of Human Sciences by Foucault. The dissertation intends to demonstrate that, in face of the epistemological impasses, the articulation between two concepts – psychogenesis and social Genesis – performed in the Science of Personality is first in agreement with the orientations that led to structuralism rather than with the orientations that distanced from it. To point out more concretely the conformity of the Science of Personality with Lacan's later perspectives, the dissertation used the comparison between Lacan and D. Lagache. The commentators consider that the epistemological fundamentals of Lacan and Lagache only start to differ decisively when Lacan adheres to structural references. Using as a criteria the relationship of the theories of both authors with the archeology of structuralism presented by Foucault the dissertation demonstrates that since the Science of Personality their theoretical systems diverge and that the actual adhesion (or not) to structuralism may be understood parting from this initial and radical difference.

Key-words: Psychogenesis; Social genesis of personality; Science of personality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DELIMITAÇÃO COMPARATIVA DAS OBRAS DE J. LACAN E D. LAGACHE	13
1.1 JACQUES LACAN	13
1.1.1 Imaginário, Simbólico e Real	15
1.1.2 Ciência da personalidade	27
1.2 DANIEL LAGACHE	38
1.3 PERSPECTIVA COMPARATIVA	45
2 ASPECTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ESTRUTURALISMO	46
2.1 O CONTEXTO DA ARQUEOLOGIA DO SABER NA OBRA DE M. FOUCAULT	46
2.2 HISTÓRIA DO ESTRUTURALISMO E MODELOS CONSTITUINTES	50
2.3 A EPISTEMOLOGIA DA REVERSÃO, A CIÊNCIA DA PERSONALIDADE E A UNIDADE DA PSICOLOGIA	57
2.4 O MODELO FILOLÓGICO E A PSICANÁLISE	73
2.4.1 O modelo filológico	79
2.4.2 G. Politzer e o cenário francês	85
3 COMPARAÇÃO ENTRE A “UNIDADE DA PSICOLOGIA” E A “CIÊNCIA DA PERSONALIDADE”	90
3.1 AS REPERCUSSÕES DOS TRABALHOS DE W. STERN E DE CH. BLONDEL	96
3.1.1 W. Stern e a psicologia “unitária”	96
3.1.2 Ch. Blondel e o modelo sociológico	102
3.2 PERSONALISMO E PSICOGENIA	114
3.2.1 Personalismo e a “unidade da psicologia”	115
3.2.2 Psicogenia e “ciência da personalidade”	123
3.2.3 Psicologia genética, psicogenia e “unidade da psicologia”	128
3.3 CONDUTA E GÊNESE SOCIAL	134
3.3.1 “unidade da psicologia” e o ponto de vista da conduta	134
3.3.2 “ciência da personalidade” e o ponto de vista do social	137
3.3.3 Conduta simbólica e simbólico da conduta	144
3.3.4 Personnologie e “ciência da personalidade”	152
4 CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS	160
BIBLIOGRAFIA	169

INTRODUÇÃO

Talvez falar em “ciência da personalidade” repercuta certo desconforto no leitor habituado com os textos lacanianos: ciente da irreduzibilidade do sujeito do inconsciente a qualquer outro modelo de sujeito psicológico, ele já está precavido de que aproximar o sujeito da psicanálise e a categoria da “personalidade” é um raciocínio que está de direito fadado ao fracasso. Por mais justa que seja esta apreciação mediante questões de direito, há que se partir de uma questão de fato: a terceira parte da tese de medicina de J. Lacan, em 1932, *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, chama-se “Exposição crítica, reduzida em forma de apêndice, do método de uma ciência da personalidade e de seu alcance no estudo das psicoses”.

Antes de tirar-se algo de peremptório da condição “reduzida em forma de apêndice” dessa terceira parte, não seria descabido ter como advertência uma espirituosa observação que consta no prefácio da primeira edição da *Crítica da razão pura*: “Diz com verdade o Padre Tarrasson que, se avaliarmos o tamanho de um livro, não pelo número de páginas, mas pelo tempo necessário a compreendê-lo, poder-se-á afirmar de muitos livros, que *seriam muito mais pequenos se não fossem tão pequenos*” (KANT, 1994, p. 9, grifos do autor).

Não tanto por uma dificuldade que decorresse do simples fato dessa “ciência da personalidade” estar concentrada em poucas páginas, cerca de cinquenta, mas porque envolvida com paradigmas e vocabulário pouco familiares aos estudos lacanianos atuais. Por outro lado, também é inegável a brevidade do projeto de uma “ciência da personalidade” no percurso laciano. Iniciou em 1932, exposto na tese, e não mais se constata sua presença em artigos já em 1936, quando seu autor, sob influência dos cursos de A. Kojève dedicados à filosofia hegeliana, elabora a noção de “estádio do espelho”.

De qualquer modo, a questão de fato é um lugar de destaque, ainda que em curto período, da “ciência da personalidade” nos primeiros trabalhos de Lacan: postulá-la de chofre como irrelevante para os trabalhos posteriores é fácil; seria mais honesto procurar entendê-la, e a partir de suas premissas avaliar sua relevância.

Mas o que vem a ser então essa “ciência da personalidade”? Certamente ela não se resume a essa parte em forma de apêndice na tese de Lacan; esse apêndice tem uma história. Por que foi elaborada? Por outro lado, não ter continuado como um “programa de investigação” estatuído já seria indício suficiente de sua impropriedade integral a respeito das formulações posteriores de Lacan?

Teria sido uma protocolar fundamentação teórica de fatos clínicos investigados em uma tese de medicina, e somente a eles, no sentido contingente, circunscrita? Mas já no segundo parágrafo desse “apêndice” encontra-se com todas as letras: “É por isso que afirmamos aqui abertamente: nossa tese é antes de tudo uma *tese de doutrina*. É dessa doutrina que os fatos que relatamos retiram não apenas o seu sentido, mas sua evidência” (LACAN, 1987a, grifos do autor). Não apenas o sentido dos fatos, mas a própria “evidência” deles – a própria condição de existirem mesmo como fatos – está, em última análise, subordinada pela doutrina, nesse caso a “ciência da personalidade”.

Daí ser uma exposição “crítica” esse apêndice: apresenta uma análise da própria doutrina que condicionara os fatos. Portanto, é desde o início da tese lacaniana que a “ciência da personalidade” está presente, embora, evidentemente, se torne explícita no momento em que toma a si mesma como objeto de investigação.

Diante de paradigmas e referenciais que se apresentam em vocabulário distinto do utilizado posteriormente por J. Lacan, deve-se entender que os trabalhos iniciais desse autor não teriam maior relevância a respeito do prosseguimento de seu percurso intelectual? Mas, opondo-se a isso, acaso não se exige, em filosofia, que os primeiros trabalhos de grandes autores passem por minuciosas análises? E mesmo em psicanálise, pesquisas sobre o *Projeto de uma psicologia científica*, texto “pré-analítico”, no qual Freud se valia de um vocabulário neurológico, bastante avesso ao psicanalítico, não resultaram empresas esclarecedoras a respeito dos períodos posteriores, propriamente psicanalíticos, desse autor?

Considerações que poderiam implicar em sério erro de algumas posturas sobre a obra lacaniana, não conotasse isso um desconhecimento de mestre para com o escravo. Na obra de Lacan, desde o início da década de 50, a partir de uma perspectiva estruturalista, teria sido efetuada uma ruptura epistemológica com relação às suas produções anteriores: desde então o lugar-comum é um dar-se de ombros derrisório e satisfeito quando apontado o desconhecimento mais aprofundado dos trabalhos lacanianos iniciais.

Sobre isso, embora uma leitura correta indique não se tratar a obra lacaniana de um trabalho propriamente de “escola” estruturalista, e esta leitura possa, à primeira vista, indeterminar qual teria sido então o corte nas elaborações iniciais de J. Lacan, é indiscutível que se deve preservar a hipótese de uma ruptura epistemológica a partir dos anos 50.¹

¹ Para a presente pesquisa, vale destacar que Ogilvie (1988) indica como raízes dessa diferença lacaniana ante o estruturalismo o fato de Lacan não poder suprimir o sujeito, sob o risco de perder um domínio propriamente psicanalítico.

Mesmo porque não haveria dificuldade, para quem defendesse tal ruptura, demonstrar que ainda ao se levar em conta o fato de J. Lacan não ser a rigor um estruturalista, foi a utilização pioneira feita por esse autor – no domínio psicanalítico – dos instrumentos presentes em tal referencial teórico que o definiu numa posição antes em descontinuidade do que em continuidade com os demais autores que lhe eram contemporâneos.²

Mas, por outro lado, também é inegável que um dos mais importantes efeitos disso tudo foi a persistência de repercussões pouco científicas ao redor da ruptura lacaniana a partir da década de 50. Por vezes há a impressão de que se entende por “ruptura epistemológica” o mesmo que se eximir de ocupação com a história e, por não se ter conhecimento do passado, a oposição entre o anterior e o posterior à ruptura passa a ser a oposição de um lugar-comum a outro lugar-comum.

Com relação a esse ponto, parece plausível afirmar que ao redor da obra lacaniana um lugar-comum se encontra numa generalização sem maiores delineamentos da oposição entre o estruturalismo e a psicogênese, ou, mais amplamente, entre estruturalismo e pré-estruturalismo.

Sem desconsiderar que haja na obra lacaniana uma descontinuidade epistemológica, a presente pesquisa opõe-se à falta de delineamentos conceituais entre os seus diferentes períodos.

Admitindo-se que a descontinuidade entre os diferentes períodos lacanianos se encontra na adesão ao referencial estruturalista, o fundamento disso reside na adoção de um modelo epistemológico lingüístico. Há contradição quando, visando-se embasar essa descontinuidade, esquece-se que o mesmo argumento deveria também estar presente nos motivos que levaram J. Lacan a aderir ao referencial estruturalista.

Nesta pesquisa procura-se abordar a obra lacaniana a partir dos modelos científicos que fundamentam, epistemologicamente, suas diferentes etapas. Assim, se o período estruturalista caracteriza-se pelo modelo lingüístico, deve-se procurar o modelo científico que defina a epistemologia da “ciência da personalidade”. Além disso, mediante o escopo desses diferentes modelos, é possível avaliar se os fundamentos da “ciência da personalidade” servem de abertura epistemológica à posterior adesão lacaniana ao estruturalismo. São

² Pois qual poderia ser então na época em questão a particularidade de Lacan neste domínio do psíquico? Mesmo a fenomenologia, ou melhor, o método fenomenológico, para destacar alguma metodologia então recente e não experimentalista, já tinha seus adeptos no campo dito psi (psicologia, psiquiatria, psicanálise). Além disso, seja qual for a diferença apontada em Lacan com relação a um estruturalismo mais ortodoxo, essa diferença não foi enfatizada senão *a posteriori*; portanto, sua diferença inicial com os demais modelos não poderia estar nisto que se apontou depois, pois que, nos anos cinquenta, no instante em que foram apresentadas, suas formulações já

avaliados dois conceitos da “ciência da personalidade”, a psicogenia e a gênese social. Não se trata de uma comparação entre esses dois conceitos e elementos específicos do período estruturalista de J. Lacan, mas a avaliação de uma possível correlação epistemológica geral, no domínio das ciências naturais e humanas, entre as diferentes etapas da obra desse autor.

Para a compreensão dos diferentes modelos científicos das ciências humanas, e da formação histórico-epistemológica do estruturalismo, utiliza-se a arqueologia do saber de M. Foucault. Além disso, para fins de uma avaliação adequada da “ciência da personalidade”, isto é, da dimensão de seus fundamentos epistemológicos, ela é comparada com o projeto inicial de D. Lagache, a “unidade da psicologia”, autor cujas pesquisas são consideradas, sob diversos aspectos, semelhantes às de J. Lacan quando anteriores ao advento do estruturalismo. São comparadas a psicogenia e a gênese social com o personalismo e a conduta, respectivamente. Essa última comparação também se faz no âmbito dos modelos científicos utilizados pelos projetos iniciais dos dois autores.

No primeiro capítulo, são apresentadas as obras desses dois autores, bem como justificada a delimitação comparativa entre eles, e indica-se a perspectiva comparativa de M. Foucault. No segundo capítulo, são abordados os modelos científicos das ciências humanas, o que implica a compreensão de tópicos envolvidos com a história epistemológica do estruturalismo. Os projetos iniciais de D. Lagache e de J. Lacan são contextualizados nesse panorama. Finalmente, no terceiro capítulo a “unidade da psicologia” e a “ciência da personalidade” são comparadas em seus pontos anteriormente delimitados, e avalia-se a relação de seus modelos científicos com a epistemologia do estruturalismo.

Acrescente-se que esta pesquisa, para retomar uma pertinente distinção de R. Simanke (2002), não é lacaniana, mas sobre J. Lacan, indicando certa imparcialidade de análise.

A. Koyré (1991, p. 80-81, grifos do autor) diz que o

pensamento romântico (e todo historicismo é mais ou menos herdeiro do pensamento romântico) [...] opera de muito bom grado com categorias, ou melhor, *imagens* organicistas e principalmente botânicas. Fala-se de desenvolvimento, de crescimento, de raízes [...] a concepção romântica da história implica a preponderância do passado; de um passado que se realiza no presente e se prolonga no futuro.

Por outro lado, o mesmo Koyré (1991, p. 81-82, grifos do autor) diz que para os historiadores iluministas “o historiador entra na luta: revelando as origens bem prosaicas das

foram percebidas como radicalmente inovadoras: foi suficiente o uso de elementos estruturalistas para marcar essa sua diferença inicial no campo psicanalítico.

tradições mais sagradas e mais veneráveis, ele nos demonstra sua inanidade e, assim, as *desenraíza*. Ele desobstrui o terreno e dá espaço para uma nova construção racional”.

Por mais ilusória que seja a imparcialidade historiográfica, por vezes essa idéia quer exprimir que não há pretensão em demonstrar se as formulações teóricas eram mais ricas em seu início, nem demonstrar a inanidade delas, e muito menos abrir espaço para novas. Mas, de qualquer modo, mesmo uma pesquisa histórica que se pretenda imparcial repercute com um distanciamento diante da aparente imobilidade dos conceitos. Alude-se aqui não a um distanciamento pura e simplesmente negativo, mas àquele distanciamento brechtiano: “Distanciar um fato ou caráter é, antes de tudo, simplesmente tirar desse fato ou caráter tudo o que ele tem de natural, conhecido, evidente, e fazer nascer em seu lugar espanto e curiosidade” (BRECHT, 1967, p. 137). É um distanciamento dessa natureza que se deve retomar diante dos trabalhos iniciais de J. Lacan.

1 DELIMITAÇÃO COMPARATIVA DAS OBRAS DE J. LACAN E D. LAGACHE

Neste capítulo são apresentadas as obras de J. Lacan e D. Lagache. No que diz respeito a J. Lacan, por conta da necessidade de visualização do período estruturalista, ao qual a “ciência da personalidade” não deixa de apresentar aberturas epistemológicas, a apresentação necessita de uma extensão considerável, se comparada à de D. Lagache. Além disso, ainda no que se refere a J. Lacan, há necessidade de apresentação de um período contíguo ao da “ciência da personalidade”, caracterizado pela etapa do “imaginário”. Por fim, embora nesta pesquisa já tenha sido delimitado que a “psicogenia” e a “gênese social da personalidade” são os elementos investigados, neste capítulo apresenta-se o entendimento clínico da tese de 1932, a partir da noção de “autopunição” então utilizada por J. Lacan. Além de permitir ao leitor uma introdução mais palpável à tese de 1932, antes de uma investigação propriamente epistemológica das noções de “psicogenia” e “gênese social da personalidade”, a apresentação do mecanismo de “autopunição” informa acerca de uma das contribuições psicanalíticas à “ciência da personalidade”. A outra contribuição, de caráter epistemológico, e envolvida com a “psicogenia” e a “gênese social da personalidade”, é investigada no terceiro capítulo.

Quanto à apresentação de D. Lagache, por não haver necessidade de uma comparação entre os períodos desse autor, nesta pesquisa, sua extensão é bem menor que a de J. Lacan. Além disso, por não ser um autor atualmente consultado com frequência, a apresentação de D. Lagache possui um aspecto mais informativo, por assim dizer. Depois de indicado o percurso intelectual desse autor, define-se qual dentre suas etapas teóricas se aproxima, epistemologicamente, e para fins comparativos, da “ciência da personalidade”, de J. Lacan.

Por último, no final deste capítulo, indica-se a perspectiva que pode, satisfatoriamente, coordenar a comparação entre J. Lacan e D. Lagache sem que se perca a referência à epistemologia estruturalista enquanto critério de avaliação.

1.1 Jacques Lacan

O *Dicionário de psicanálise*, de Roudinesco e Plon (1998, p. 445), inicia a apresentação de J. Lacan do seguinte modo: “Dentre os grandes intérpretes da história do

freudismo, Jacques Lacan foi o único a dar a obra freudiana uma estrutura filosófica e a tirá-la de seu ancoramento biológico, sem com isso cair no espiritualismo”.

Essa renovação sofisticada, e também rigorosa, da obra freudiana confrontava com paradigmas e ortodoxias presentes na psicanálise francesa de então: “Se era estimado como brilhante intelectual fora dos meios psicanalíticos franceses, Lacan sofreu por não ser reconhecido pela Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), na qual seus trabalhos não eram levados em conta e seu anticonformismo causava irritação” (Ibid., p. 446).

Além disso, no cenário francês, o estilo, por assim dizer, vanguardista de suas contribuições ensejou, entre os intelectuais, atitudes de hostilidade ou adoração extremadas:

Essa poderosa contribuição fez de Lacan o único verdadeiro mestre da psicanálise na França, o que lhe valeu muita hostilidade. Mas se alguns de seus ferozes adversários foram injustos, ele se prestou à crítica ao cercar-se de discípulos pedantes, que contribuíram para obscurecer um ensino certamente complexo e muitas vezes enunciado em uma língua barroca e sofisticada, mas perfeitamente compreensível (Ibid., p.445).

A respeito da produção intelectual de J. Lacan são relevantes as seguintes informações:

Jacques Lacan redigiu cerca de 50 artigos, em geral oriundos de conferências: 34 deles, os mais importantes, foram reunidos pelo editor François Wahl em 1966, em uma imponente obra de 900 páginas, intitulada *Écrits* [...]. Um grande artigo de Lacan, publicado em 1938, foi editado em livro por Jacques Alain Miller em 1984 (*Les complexus familiaux*) [...]. Jacques Lacan escreveu apenas um livro, sua tese de medicina de 1932 publicada sob o título *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, na qual relatou o caso de Marguerite Anzieu [Aimée] (Ibid., p. 445).

Além de *Escritos*, há outras compilações de textos, sendo uma extensa, intitulada *Outros escritos* e outras menores, editadas em pequenos livros. Grande parte das elaborações de J. Lacan deve-se a um ensino oral, ao longo de quase trinta anos, em famosos 26 “seminários”, que postumamente passaram a ser editados. O único seminário que Lacan pensou em publicar foi o sétimo, dedicado ao problema da ética da psicanálise.

1.1.1 *Imaginário, Simbólico e Real*

Há consenso entre os comentadores quanto a demarcar as diferentes etapas do percurso lacaniano em períodos do “Imaginário”, do “Simbólico” e do “Real”. Essa demarcação, contudo, inicialmente é retroativa: antes do período “Simbólico” não havia um período “Imaginário” na obra lacaniana, embora o tema sobre os fenômenos imaginários fosse bastante destacado.

Além disso, desde que a noção de “Simbólico” apareceu conceitualmente nos trabalhos de J. Lacan, também se fizeram presentes as de “Imaginário” e de “Real”. A demarcação, portanto, não indica o surgimento de cada elemento no percurso lacaniano, mas a primazia conceitual de um deles sobre os outros dois.

A respeito do período do “Imaginário”, demarcado após o surgimento do conceito do “Simbólico”, considera-se, de maneira consensual, que o caracterizam os trabalhos lacanianos desde 1936 – embora tenha sido elaborado com maior definição a partir de 1938 – até o início da década de 50. J. Lacan naquele momento não iniciava, como passaria a fazer depois de 1950, o termo “imaginário” com letra maiúscula; e também não sugeria um emprego gramatical substantivo.

Para um entendimento acerca da noção desse primeiro “imaginário” na obra lacaniana, é importante contextualizá-lo em uma dentre duas grandes linhas de interpretação acerca do “eu” e do “isso” formulados por S. Freud a partir da década de 20:

Duas opções eram possíveis [sobre o eu], com efeito, após a reformulação feita por Sigmund Freud em 1920-1923, uma consistia em fazer do eu o produto de uma diferenciação progressiva do isso, agindo como representante da realidade e encarregado de conter as pulsões; a outra, ao contrário, voltava as costas à qualquer idéia de autonomização do eu, para estudar sua gênese em termos de identificação. Em outras palavras, na primeira opção [Anna Freud e psicologia do ego], que seria em parte a do desenvolvimento da psicanálise nos Estados Unidos, procurava-se tirar o eu do isso para fazer dele o instrumento de uma adaptação do indivíduo à realidade externa, ao passo que, na segunda, a do kleinismo e do lacanismo [...] ele [o eu] era reconduzido ao isso, para mostrar que se estruturava por etapas, em função de imagens retiradas do outro [Jacques Lacan] ou de identificações projetivas [Melanie Klein] (Ibid., p. 194).

De 1933 a 1939 J. Lacan frequentou os cursos de A. Kojève sobre a obra *Fenomenologia do espírito*, do filósofo alemão G. Hegel. Mediante esses cursos houve influência no entendimento de toda uma geração de intelectuais franceses acerca da noção de “intersubjetividade”, e é possível constatá-la, mantendo-se as diferenças, em autores como J.

Lacan, G. Bataille, J-P. Sartre e M. Merleau-Ponty. A seguinte passagem de Sartre (1997, p. 308) é bastante ilustrativa dessa influência: “Assim, a intuição genial de Hegel é a de me fazer dependente do outro em meu ser. Eu sou – diz ele – um ser Para-si que só é Para-si por meio do outro”.

As análises de A. Kojève sobre o “desejo” têm influência direta na noção lacaniana a respeito desse mesmo tema:

O desejo humano, ou melhor, antropogênico – [...], – o desejo antropogênico difere portanto do desejo animal (que constitui um ser natural [...] pelo fato de buscar não um objeto real, “positivo”, dado, mas um outro desejo. [...] Do mesmo modo, o desejo que busca um objeto natural só é humano na medida em que é mediatizado pelo desejo de outrem dirigido ao mesmo objeto: é humano desejar o que os outros desejam, porque eles o desejam. Assim, um objeto perfeitamente inútil do ponto de vista biológico (como uma condecoração ou a bandeira do inimigo) pode ser desejado porque é objeto de outros desejos. [...] A realidade humana, diferente da realidade animal, só se cria pela ação que satisfaz tais desejos: a história humana é a história de desejos desejados. [...] O homem se alimenta de desejos como o animal se alimenta de coisas reais (KOJÈVE, 2002, p. 13).

Os comentários de Safatle ressaltam de que forma a “negatividade”, na esfera do desejo, possui relevância na obra lacaniana:

O conceito lacaniano de desejo virá de Alexandre Kojève. Podemos dizer que, para Kojève, a verdade do desejo era ser *pura negatividade*, que desconhece satisfação com objetos empíricos. [...] Daí por que Kojève insistirá que o *desejo humano não deseja objetos, ele deseja desejos*, ele só se satisfaz ao encontrar outra negatividade. A esse desejo que sempre se manifesta como *inadequação* em relação a todo objeto, Lacan dará o nome de “desejo puro”. [...] Em Hegel esta falta não é falta de um objeto específico, vinculado à pressão de alguma necessidade vital, tanto que o consumo do objeto não leva à satisfação. A falta é aqui um *modo de ser do sujeito*, o que levará Lacan a falar do desejo como uma “falta-a-ser” (SAFATLE, 2007, p. 33-34, grifos do autor).

As seguintes interpretações de A. Kojève, acerca da dialética do senhor e do escravo, presente na obra hegeliana, também estão envolvidas diretamente com o entendimento de J. Lacan acerca da intersubjetividade:

Ora, desejar um desejo é pôr-se no lugar do valor desejado por esse desejo. Porque, sem essa substituição, desejar-se-ia o valor, o objeto desejado, e não o próprio desejo. Desejar o desejo do outro é, em última análise, desejar que o valor que eu sou ou que eu represento seja o valor desejado por esse outro: quero que ele reconheça meu valor como seu valor, que me reconheça como um valor autônomo. Isto é, todo desejo humano, antropogênico, gerador da consciência de si, da realidade humana, é, afinal, função do desejo de reconhecimento. [...] Falar da consciência de si é, pois, necessariamente falar de uma luta de morte em vista do reconhecimento. [...] Em outras palavras, em seu estado nascente, o homem nunca é apenas homem. É necessária e essencialmente, senhor ou escravo. [...] Por isso, falar da origem da consciência de si é falar necessariamente da autonomia e da

dependência da consciência de si, da dominação e da sujeição (KOJÈVE, 2002, p. 14-15).

A repercussão das análises kojèveanas, nesse período lacaniano, adquire uma inegável profundidade, se se pensar que ambos, Kojève e Lacan, segundo observação de Roudinesco, chegaram a compartilhar, em 1936, um ambicioso projeto:

Naquele ano [1936], Kojève e Lacan decidiram escrever juntos um estudo que deveria chamar-se *Hegel e Freud: ensaio de uma confrontação interpretativa*. Esse estudo se dividiria em três partes: 1) “Gênese da consciência de si”; 2) “A origem da loucura”; 3) “A essência da família”. A isso se juntaria um capítulo intitulado “Perspectivas”. [...] A verdade é que o empreendimento permaneceu em estado embrionário. [...] Lacan nada escreveu e Kojève não foi mais adiante. Mas, nas quinze páginas manuscritas que redigiu para servir de introdução a essa “Gênese da consciência de si”, destacam-se três conceitos maiores que serão utilizados por Lacan a partir de 1938: o *eu [je]* como sujeito do desejo, o *desejo* como revelação da verdade do ser, o *eu [moi]* como lugar de ilusão e fonte de erro (ROUDINESCO, 1994, p. 118-119, grifos do autor).

Além disso, as idéias de A. Kojève, elaboradas nesse projeto, são constatáveis nos principais textos lacanianos sobre o “imaginário”:

Esses três conceitos [*je; moi; desejo*] reaparecerão, aliás, mesclados aos dois temas da origem da loucura e da essência da família [presentes no projeto], em todos os textos publicados por Lacan sobre o assunto entre 1936 e 1949: tanto em “Para além do princípio de realidade” [1936] quanto em “Os complexos familiares” [1938], tanto em “Considerações sobre a causalidade psíquica” [1945] quanto na segunda versão do “Estádio do espelho” [1949] (Ibid., p. 119).

A “primeira versão” do “estádio do espelho”, por sua vez, ocorreu no mesmo ano do projeto compartilhado com A. Kojève: “Em 1936 [Lacan] cruzou pela primeira vez a história do freudismo internacional indo a Mariband para o Congresso da *International Psychoanalytical Association* (IPA). Nesse congresso apresentou uma exposição sobre o estádio do espelho” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 447).

Na composição do “estádio do espelho”, em que se constata uma abordagem psicanalítica antes aproximável de Melanie Klein do que de Anna Freud, e a influência hegeliana de A. Kojève, deve-se acrescentar os trabalhos do psicólogo H. Wallon: “Em 1931, o psicólogo Henri Wallon (1879-1972) deu o nome de ‘prova do espelho’ a uma experiência pela qual a criança, colocada diante de um espelho, passa progressivamente a distinguir seu próprio corpo da imagem refletida deste (Ibid., p. 194).

Mas, na concepção de J. Lacan, o “estádio do espelho” não se refere especificamente a uma “experiência” observável no domínio da psicologia:

Lacan transforma essa experiência em estádio, ou seja, uma “posição” no sentido kleiniano, na qual desaparece toda referência a uma dialética natural qualquer (maturação psicológica ou progresso do conhecimento) que permita ao sujeito unificar suas funções. A partir de então o estádio do espelho nada mais tem a ver com um verdadeiro estádio, nem com um verdadeiro espelho, nem sequer com uma experiência concreta qualquer. Torna-se uma experiência psíquica, ou ontológica (ROUDINESCO, 1994, p. 126).

Por último, além das influências referidas acima, um relevante princípio biológico é fundamental para a operacionalidade do “estádio do espelho”, o da “prematuração”, ou “inacabamento biológico”, de todo recém-nascido humano:

Segundo Lacan, que retirou essa idéia do embriologista holandês Louis Bolk (1866-1930), a importância do estádio do espelho devia ser ligada à prematuração do nascimento, objetivamente atestado pelo caráter anatomicamente inacabado do sistema piramidal e pela falta de coordenação motora dos primeiros meses de vida (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 194).

O princípio de uma “prematuração” permite justificar, com argumentos retirados da própria ciência biológica, a presença de um setor, o “imaginário”, cuja lógica poderia ser irreduzível a mecanismos neurofisiológicos, e no qual, portanto, seria concebível a constituição dialética do sujeito:

Segundo J. Lacan, [o estádio do espelho é a] fase da constituição do ser humano que se situa entre os seis e os dezoito primeiros meses; a criança, ainda num estado de impotência e de incoordenação motora, antecipa imaginariamente a apreensão e o domínio da sua unidade corporal. Esta unificação imaginária opera-se por identificação com a imagem do semelhante como forma total; [...]. A fase do espelho constituiria a matriz e o esboço do que será o ego (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 176).

Na concepção do “imaginário” há também a influência da etologia, então inovadora, desenvolvida pelo biólogo J.v. Uexkull. A passagem a seguir, acerca de um “mundo-próprio” a cada espécie de ser vivo é bastante significativa das diretrizes que norteavam a obra do biólogo:

Quem se agarrar ao preconceito de que todos os seres vivos são apenas máquinas, perde toda esperança de vir jamais a lobrigar os seus mundos-próprios. [...]. É esta, de facto, a maneira de ver de todos os mecanistas teóricos [...]. Os animais ficam, pois, taxados de meros objectos. Com o que se esquece que, desde logo, se pôs de parte o que é essencial, isto é o *sujeito* [...]. Não se limitaram aqueles [mecanicistas] a fazer passar os órgãos de sentido e os órgãos de movimento por peças de uma máquina (sem atenderem ao seu assinalar e actuar) mas foram mais longe, mecanizaram o homem, reduziram o homem a uma máquina. [...] Quem, porém, ainda considera que os nossos órgãos do sentido servem para assinalar e os nossos

órgãos de movimento servem para o nosso atuar, verá nos animais, não apenas um sistema mecânico [...]. Então considerará os animais não já como meros objetos, mas como sujeitos, cuja atividade essencial consiste em assinalar e actuar. Com o fazê-lo, abre-se já a porta que conduz aos mundos-próprios animais, porque tudo aquilo que um sujeito assinala passa a ser o seu mundo-de-percepção, e o que ele realiza, seu mundo-de-acção. Mundo-de-percepção e mundo-de-acção consistem uma unidade íntegra – o mundo próprio do sujeito (UEXKULL, [s./d.], p. 20-21, grifos do autor).

Portanto, com a articulação de todos esses elementos e influências teóricas, de M. Klein e A. Kojève a L. Bolk e J. Uexkull, passando por H. Wallon, compõe-se a primeira teoria do “imaginário” de J. Lacan:

Foi inspirando-se ao mesmo tempo nos trabalhos do psicólogo Henri Wallon (1879-1962), na fenomenologia hegeliana e husserliana e no conceito de *Umwelt*, extraído de Jakob von Uexkull [biólogo] (1864-1944), que Jacques Lacan construiu sua primeira teoria do imaginário. Esse biólogo alemão servira-se do termo *Umwelt* para definir o mundo tal como vivido por cada espécie animal. No começo do século, revolucionara o estudo do comportamento (inclusive do sujeito humano), mostrando que o pertencimento a um meio devia ser pensado como a internalização desse meio em cada espécie. Daí a idéia de que o pertencimento de um sujeito a seu ambiente já não podia ser definido como um contrato entre um indivíduo livre e uma sociedade, mas sim como uma relação de dependência entre um meio e um indivíduo. Esse empréstimo tomado de Uexkull levou Lacan a construir, em 1938, em *Os complexos familiares*, sua teoria do imaginário (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 371).

Mas o próprio título, *Os complexos familiares*, do trabalho mais expressivo desse período do “imaginário”, é indicativo de um matiz fundamental no entendimento lacaniano acerca dos “mundos-próprios” dos animais. Se é possível constatar certa autonomia “imaginária” a respeito dos mecanismos neurológicos, no “mundo” humano há ainda, por outro lado, a precedência de sistemas culturais, os “complexos”, transmitidos pela instituição familiar, que engendram as possibilidades e as etapas imaginárias e identificatórias do sujeito:

Essas relações psíquicas fundamentais revelaram-se à experiência e foram definidas pela doutrina através do termo *complexo*: deve-se ver aí o conceito mais concreto e mais fecundo introduzido no estudo do comportamento humano, em contraste com o conceito de instinto, que até então se revelara, nesse domínio, tão inadequado quanto estéril. [...] É por intermédio do *complexo* que se instauram no psiquismo as imagens que dão forma às mais vastas unidades do comportamento: imagens com que o sujeito se identifica alternadamente, para encenar, como ator único, o drama de seus conflitos (LACAN, 1998a, p. 93).

Constata-se no período “imaginário”, anterior à década de 50, um destaque conceitual para os termos “imago” e “complexo”, pouco utilizados, posteriormente, por J. Lacan. A seguinte passagem de Laplanche e Pontalis descreve de modo claro a operacionalidade dessas noções quando utilizadas por J. Lacan antes da adesão ao estruturalismo:

A imago e o complexo são noções próximas; relacionam-se ambas com o mesmo domínio, as relações da criança com o seu meio familiar e social. Mas o complexo designa o efeito sobre o sujeito da situação interpessoal no seu conjunto; a imago designa uma sobrevivência imaginária deste ou daquele participante da situação. Define-se muitas vezes a imago como “representação inconsciente”; mas deve-se ver nela, em vez de uma imagem, um esquema imaginário adquirido, um clichê estático através do qual o sujeito visa o outro. A imago pode portanto objetivar-se tanto em sentimentos e comportamentos como em imagens. Acrescente-se que ela não deve ser entendida como um reflexo do real, mesmo que mais ou menos deformado; é assim que a imago de um pai terrível pode muito bem corresponder a um pai real apagado (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 235).

A partir da década de 50, as leituras e o ensino de J. Lacan passam a ser norteados por um “retorno a Freud”. Além de uma revisão crítica das teorias que embasavam o entendimento usual acerca dos textos freudianos, nesse mesmo período J. Lacan almeja encontrar no estruturalismo francês um esteio científico para a psicanálise:

Em 1950, Lacan começou esse retorno aos textos de Freud, baseando-se, ao mesmo tempo, na filosofia heideggeriana, nos trabalhos da lingüística saussuriana e nos de Lévi-Strauss. Da primeira, adotou um questionamento infinito sobre o estatuto da verdade, do ser e de seu desenvolvimento; da lingüística, extraiu sua concepção de significante e de um inconsciente organizado como uma linguagem; do pensamento de Lévi-Strauss deduziu a noção de simbólico, que utilizou em uma tópica (simbólico, imaginário, real), assim como uma releitura universalista da interdição do incesto e do complexo de Édipo (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 448).

Embora seja constatável o uso da expressão “simbólico” em trabalhos anteriores, psicológicos e psicanalíticos, e por esse viés também o seja nos trabalhos iniciais de J. Lacan, sua operacionalidade especificamente “lacaniana” se deve à influência do referencial estruturalista a partir da década de 50. Segundo Roudinesco, “o termo ‘simbólico’ só foi conceituado a partir de 1953. Lacan então o inscreveu numa trilogia, ao lado do real e o imaginário (Ibid., p. 714).

A formação da idéia de “simbólico” é constatável na antropologia francesa, e nisso diferenciando-a, em seus métodos, do funcionalismo e do culturalismo então presentes nas antropologias inglesa e norte-americana:

A idéia de conferir uma função simbólica aos elementos de uma cultura (crenças, mitos, ritos) e de lhes atribuir um valor expressivo é característica da própria disciplina antropológica. Mas foi na França, com os trabalhos de Marcel Mauss (1872-1950), que se impuseram, frente ao funcionalismo e ao culturalismo das escolas inglesa e norte-americana, as noções de “função simbólica” e “eficácia simbólica”. Depois de Mauss, Claude Lévi-Strauss desenvolveu essa questão, a partir de 1949, trazendo para a antropologia conceitos elaborados pela lingüística moderna, em particular por Ferdinand de Saussure (1857-1913) em seu *Curso de lingüística geral*, postumamente publicado (Ibid., p. 714).

À referida articulação, realizada por Lévi-Strauss, entre a antropologia de M. Mauss e a ciência lingüística que se deve, portanto, o surgimento, na obra lacaniana, do conceito de “Simbólico”:

Na categoria de simbólico ele [Lacan] introduziu toda a reformulação tomada de empréstimo do sistema de Lévi-Strauss: assim, o inconsciente freudiano foi repensado como lugar de uma mediação comparável à do significante no registro da língua. Na categoria do imaginário foram alinhados os fenômenos ligados à construção do eu: captação, ilusão, antecipação. Por fim, na categoria do real foi colocado o “resto”: uma realidade desejante que é inacessível a qualquer simbolização (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 714-715).

Fundamental para o desenvolvimento da ciência lingüística moderna, a definição de “signo lingüístico”, efetuada por F. de Saussure, permite o entendimento de algumas características do “Simbólico”:

O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos [...] e, se chegamos a chamá-la de “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. [...] Propomo-nos a conservar o termo *signo* para designar o total, e a substituir *conceito* e *imagem acústica* respectivamente por *significado* e *significante* (SAUSSURE, 2006, p. 80-81, grifos do autor).

Se no período do “imaginário” J. Lacan participara na elaboração de um projeto de articulação entre Freud e Hegel, no período estruturalista ele já encontra um programa piloto de articulação entre a lingüística, a antropologia e a psicanálise: o texto *Introdução à obra de Marcel Mauss*, de C. Lévi-Strauss, de 1950:

Se Lévi-Strauss se dedica em *Les structures élémentaires de la parenté* ao estudo de um tema específico, o parentesco, próprio da antropologia, o status de sua “Introduction à l’oeuvre de Marcel Mauss” (1950) é diferente. Não se limita a uma simples apresentação da obra de um dos mestres, durkheimiano, da antropologia francesa, mas aproveita a ocasião para definir o seu próprio programa, estruturalista, que é a exposição de uma rigorosa metodologia. Curiosamente, portanto, o que de início parece ser um modesto e ritual prefácio acabou fazendo época e constitui a primeira definição de um programa unitário ao conjunto das ciências do homem desde a tentativa dos ideólogos do século 19 que tinham definido, com Destutt e Tracy, uma vasta ciência das idéias que permanecera apenas tolerada (DOSSE, 2007, p. 59).

Essa elaboração inicial do estruturalismo, portanto, da década de 50, que repercutiu diretamente em problemáticas epistemológicas com as quais se deparara J. Lacan, que será

considerada nesta pesquisa, bem como é a essa versão estrutural que será apreciada a abertura epistemológica da “ciência da personalidade”.

A respeito dessa delimitação apropriada do percurso de C. Lévi-Strauss, esta pesquisa adota as seguintes considerações de R. Simanke, ao investigar as influências do estruturalismo na obra de J. Lacan:

Claude Lépine mostra como há duas concepções do inconsciente em Lévi-Strauss: uma primeira, em termos de função simbólica, que é o objeto específico da antropologia, e uma segunda, proposta inicialmente a partir de O pensamento selvagem, que apresenta o inconsciente como uma espécie de lei do mundo físico, um postulado que justificaria a unificação do mundo natural e o mundo humano, mas que cai fora do campo específico da antropologia [...]. Tanto por razões históricas quanto conceituais, é a primeira acepção que interessa para a compreensão de J. Lacan e a ela nos restringimos na exposição que segue (SIMANKE, 2002, p. 439).

Uma primeira repercussão do estruturalismo inicial de Lévi-Strauss, no projeto de um “retorno a Freud” de J. Lacan, pode ser constatada a partir do seguinte uso da noção de “significante”, presente no modelo lingüístico:

Outra característica desse período, que já se expressa nesse texto-manifesto [*Introdução à obra de Marcel Mauss*] de Lévi-Strauss, e que vai ser particularmente desenvolvida em Jacques Lacan, é a retomada do signo saussuriano, forçando-o no sentido de um esvaziamento do significado ou, em todo caso, de sua atenuação em proveito do significante: [Lévi-Strauss] “Tal como a linguagem, o social é uma realidade autônoma: os símbolos são mais reais do que simbolizam, o significante precede e determina o significado” (DOSSE, 2007, p. 62).

Decorre também da formulação de uma “função simbólica” lévi-straussiana, portanto, a influência que conduz J. Lacan a sustentar “a tese da *supremacia do significante* [...], invertendo o algoritmo saussuriano do signo lingüístico” (DOR, 1992, p. 42, grifos do autor).

Além disso, a idéia de que a “função simbólica” se define mais apropriadamente pelo significante não advém diretamente de F. de Saussure:

Utilizou-se a palavra *símbolo* para designar o signo lingüístico ou, mais exatamente, o que chamamos de significante. Há inconvenientes em admiti-lo [...]. O símbolo tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo (SAUSSURE, 2006, p. 82).

Portanto, a noção de “Simbólico”, nesse período lacaniano, assimila a operacionalidade a ela atribuída por C. Lévi-Strauss (2003, p. 16), que situa o campo do

significante na definição de M. Mauss da “vida social ‘como um mundo de relações simbólicas’”.

Outra característica do modelo lingüístico, utilizado pelo estruturalismo de C. Lévi-Strauss, reside na prevalência da sincronia sobre a diacronia, já constatável em F. de Saussure. Sobre esse assunto, as observações seguintes de F. Dosse são apropriadas:

As categorias saussurianas vão, portanto, servir de instrumento epistêmico ao estruturalismo generalizado, mesmo que os diversos trabalhos tomem certas liberdades com a palavra saussuriana a fim de adaptá-la a seus respectivos campos. A principal inflexão será a preponderância atribuída à sincronia. Saussure ilustra esse privilégio e seu corolário, a insignificância da historicidade, com a metáfora do jogo de xadrez. A inteligência da partida resulta da visão do lugar e das combinações possíveis das peças colocadas no tabuleiro do jogo: “É totalmente indiferente que se tenha chegado a ela por um caminho ou outro.” [...] Essa radical mudança de perspectiva relega a diacronia ao *status* de simples derivada, e a evolução será concebida como a passagem de uma sincronia para outra sincronia (DOSSE, 2007, p. 86).

Em última análise, o aspecto que usualmente é considerado para diferenciar o período estruturalista dos anteriores de J. Lacan, a sincronia se refere à estrutura, enquanto a diacronia à história, ou no âmbito psicológico, à psicogênese ou psicogenética.

Um importante desenvolvimento lacaniano nesse período da década de 50, ultrapassando-se a dialética kojèveana, da precedência do “outro” imaginário ante o “eu”, encontra-se na idéia de que a própria estrutura do Simbólico define-se por uma alteridade e uma anterioridade determinantes do sujeito, e mesmo de suas dialéticas com o “outro”, caracterizando, dessa forma, um “Outro”, então iniciado por letra maiúscula:

Após 1949, data em que, impulsionado por sua leitura das *Estruturas elementares do parentesco*, de Claude Lévi-Strauss, Lacan teorizou sua noção de simbólico, surgiu uma nova concepção de alteridade, que desembocou na invenção do termo “grande Outro” [...]. Além das representações do eu, especulares ou imaginárias, o sujeito é determinado, segundo Lacan, por uma ordem simbólica designada como “lugar do Outro” e perfeitamente distinta do que é do âmbito de uma relação com o outro. [...] Em 1955, em “A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise”, ele definiu o Outro como o lugar onde se constitui o sujeito. Tratava-se, pois, de mostrar que este último é representado pelo significante numa cadeia que o determina (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 559).

Ainda nesse período, J. Lacan efetua uma articulação no âmbito do complexo de Édipo, conhecida como os “três momentos do Édipo”, e que envolve uma temporalidade antes “lógica” ou conceitual do que propriamente “cronológica” na leitura das etapas infantis estudadas pela psicanálise, mais de acordo, desse modo, com a primazia da sincronia sobre a diacronia, palavra de ordem do referencial estruturalista.

O primeiro momento do Édipo define-se “pela posição particular que a criança mantém junto à mãe, buscando *identificar-se com o que supõe ser o objeto de seu [da mãe] desejo*” (DOR, 1992, p. 81, grifos do autor). No segundo momento, surge, no universo infantil, a presença paterna nessa díade formada pela mãe e a criança, e por esta vivenciada inicialmente como uma intrusão, mas que culmina com a aceitação do amparo de uma ordem “Simbólica”, reconhecida pela mãe e pelo pai, ou “para além” deles: “O pai real, que aparece como ‘representante’ da lei, é investido pela criança de uma significação nova, a partir do momento em que, desde esse lugar, ele é suposto deter o objeto do desejo da mãe: ele é assim elevado à dignidade de *pai simbólico*” (Ibid., p. 87, grifos do autor). Finalmente, o terceiro momento do Édipo, “é marcado *pela simbolização da lei*” (Ibid., p. 88, grifos do autor). Trata-se do momento em que a criança se estrutura mais decisivamente nos preceitos culturais, a partir da superação, ou declínio, do complexo de Édipo: “Este terceiro momento, que é exatamente o tempo de ‘declínio do complexo de Édipo’, põe termo à rivalidade [entre o pai e a criança] em torno da mãe” (Ibid., p. 88).

Outro importante trabalho dessa época, e que consta no *Escritos*, chama-se *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade*, de 1958. Trata-se de uma análise crítica acerca de um relatório de D. Lagache, *A psicanálise e a estrutura da personalidade*, e que demonstra, ao mesmo tempo, como o referencial estruturalista permite ultrapassar os estudos psicanalíticos *personalógicos* sobre a estrutura da personalidade:³

Lacan trabalhava [no período do “imaginário”] com a noção do ego, considerando este num campo teórico eminentemente intersubjetivo, baseando-se para isso nos discursos da filosofia fenomenológica (Husserl e Hegel), da etologia e da psicologia da forma. Portanto, naquele momento de seu percurso teórico a concepção de Lacan da palavra estrutura se inseria de direito no conceito de organização. Na verdade, uma concepção bastante próxima mas não idêntica à que Lagache manteve ao longo de sua pesquisa teórica, na qual também registramos a incidência marcante da filosofia fenomenológica, da etologia e do gestaltismo. É bastante instigante a leitura do ensaio crítico de Lacan da obra de Lagache sobre a “estrutura” da personalidade, do final dos anos 50, na qual o autor pretendeu desenvolver uma personalogia psicanalítica centrada na leitura de Freud, baseando-se para isso na idéia de intersubjetividade apoiada na psicologia do ego (Hartmann, Kris e Loewenstein). A crítica sistemática empreendida por Lacan da “Psicanálise e estrutura da personalidade” de Lagache tem o sabor evidente de uma autocrítica. Com efeito, através dessa crítica Lacan promovia uma desconstrução teórica radical das hipóteses que balizaram o seu percurso teórico anterior, marcando pois a incorporação na psicanálise do conceito de estrutura produzido pela lingüística [...]. Texto que indica a ruptura, sem dúvida, com as marcas teóricas do passado recente, impregnado pelo gestaltismo e pela etologia (BIRMAN, 1994, p. 139-140).

³ A “personalogia”, utilizada por D. Lagache, será explicitada quando for apresentado esse autor, ainda neste capítulo.

No entender de Birman (1994), esse trabalho de J. Lacan precisa, no âmbito psicanalítico, as diferenças epistemológicas sob os diferentes usos do termo “estrutura”, ao enfatizar que a “estrutura” de D. Lagache se trata de uma “organização”, caracterizada pela precedência do “todo” sobre as partes, mas não pela adoção do modelo científico da lingüística para o entendimento das leis que regem essas mesmas partes.⁴

Nesse período, J. Lacan enfatiza a determinação “Simbólica” do sujeito, contrastando diretamente com a filosofia sartriana, predominante, até o advento do estruturalismo, na intelectualidade francesa:

Assim é o “estruturalismo” lacaniano, que se assenta na idéia de que a verdadeira liberdade humana provém da consciência que o sujeito pode ter de não ser livre em virtude da determinação inconsciente. Aos olhos de Lacan, a forma freudiana de uma consciência de si dividida (ou clivagem do eu) era mais subversiva do que a crença – por exemplo, sartriana – numa possível filosofia da liberdade (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 709).

Contudo, ao contrário da ortodoxia estruturalista, J. Lacan não entendia por “determinação” do sujeito, o mesmo que “suplantação” do sujeito. Segundo B. Ogilvie (1988) que examinou com profundidade essa questão, ao contrário de M. Foucault, que expressava essa perspectiva de suplanta-se o sujeito, J. Lacan manteve-se em um plano de análise racional, ou “objetiva” do sujeito:

Em seguida à conferência de Foucault, *O que é um autor?*, o próprio Lacan interveio de maneira clara sobre a necessidade desta retificação: “Gostaria de observar que, estruturalismo ou não, não se trata, absolutamente, no campo vagamente designado por esta etiqueta, da negação do sujeito. Trata-se da dependência do sujeito, o que é exatamente diferente; e particularmente ao nível do retorno a Freud, da dependência do sujeito a alguma coisa de verdadeiramente elementar, e que tentamos isolar sob o termo ‘significante’.” [...] O que pôde ser tomado [pelo estruturalismo] como negação do sujeito foi, de fato, a negação de uma certa idéia de sujeito (OGILVIE, 1988, p. 46).

Essa “certa idéia de sujeito” contestada pelo estruturalismo não é outra senão a do “sujeito fenomenológico”, da autonomia do ponto de vista da filosofia “subjetiva”, da “experiência vivida”, que prevalecia anteriormente no cenário intelectual francês:

⁴ Contudo, apesar desse trabalho de J. Lacan demarcar a diferença entre o uso “estruturalista” do termo e os demais usos, antes “fenomenológicos” ou “gestálticos”, resta ainda observar se a sua adoção do modelo estruturalista pode ser encontrada nessa sua trajetória, no dizer de Birman (1994), “próxima mas não idêntica” à de D. Lagache.

Michel Foucault abrirá a interrogação para novos objetos e deslocará a perspectiva fenomenológica, ou seja, a descrição interiorizada da experiência vivida, que abandona em proveito da elucidação de práticas e instituições sociais problematizadas: [Foucault] “Tudo o que se passou em torno dos anos 60 provinha, de fato, dessa insatisfação com a teoria fenomenológica do sujeito” (DOSSE, 2007, p. 78).

Em última análise, a postura “atípica” de J. Lacan, nessa crítica à filosofia do sujeito, está em buscar uma “dependência” desse mesmo sujeito, mas que então já o difere do sujeito da liberdade fenomenológica, ou mesmo do sujeito já “aí no mundo”, para não evitar a colocação heideggeriana. Para tanto, essa “dependência” necessita ser inteligível mediante uma “objetividade” cujos instrumentos difiram dos utilizados pela fenomenologia, mesmo no caso de M. Heidegger, por exemplo, em que há a analítica filosófica de uma temporalidade que sempre já se antecipou à consciência de si. Essa “objetividade”, a abordagem de sua natureza, consta no segundo capítulo desta pesquisa.

Concluindo essa apresentação do período “Simbólico”, pode-se afirmar, de acordo com Ogilvie (1988), que para J. Lacan o modelo de “objetividade” (ou racionalidade) lingüística liberta a investigação de um postulado filosófico da subjetividade “autônoma”, e ao mesmo tempo permite apreender a determinação de uma subjetividade “dependente”: “Aquilo que a lingüística nos [para Lacan] liberta é a ‘subjetividade original’, motora e autônoma; mas ela deixa em suspense, ou antes suscita a questão da subjetividade produzida, tardia e dependente: a subjetividade ‘sujeita’” (OGILVIE, 1988, p. 43).

Sobre o tópico do “real”, constata-se que há em J. Lacan, desde seus primeiros trabalhos, uma abordagem caracterizada em diferenciá-lo da realidade empírica:

A partir da década de 1920, após a revolução introduzida na ciência pela teoria da relatividade de Albert Einstein (1879-1955), a clássica oposição entre o real dado e o real construído transformou-se, e a palavra *real* passou a ser correntemente empregada pelos filósofos como sinônima de um absoluto ontológico, um ser-em-si que escaparia à percepção. E foi nas teses de Émile Meyerson (1859-1933) sobre a ciência do real que Jacques Lacan buscou sua primeira reflexão sobre o assunto (Ibid., p. 645).

Mas uma operacionalidade do termo “real” mais tipicamente “lacaniana”, para além da abordagem da ciência física sobre a percepção, e da psicanálise sobre a “realidade psíquica”, deve-se à influência de G. Bataille:

Entretanto, foi muito mais diretamente de seu amigo Georges Bataille (1897-1962), e sem jamais confessá-lo, que Lacan tomou emprestada a noção de real, a partir da qual, incluindo a idéia (freudiana) de realidade psíquica, forjou um conceito do qual viria a fazer um dos três componentes de sua tópica e de sua concepção de um

inconsciente determinado pela linguagem. [...] Bataille inventou o termo heterologia, extraído do adjetivo heteropático, que serve para designar, em anatomopatologia, os tecidos mórbidos. A heterologia era, para ele, a ciência do irrecuperável, que tem por objeto o “improdutivo” por excelência: os restos, os excrementos, a sujeira. Numa palavra, a existência “outra”, expulsa de todas as normas: loucura, delírio, etc. (Ibid., p. 645).

Considera-se que o “Real”, tal como se apresenta a partir do período estruturalista, já contém essas influências seminais de E. Meyerson, S. Freud e G. Bataille:

Foi combinando a ciência do real, a heterologia e a noção freudiana de realidade psíquica que Lacan construiu sua categoria do real. Esta fez sua primeira aparição em 1953, ainda sem ser conceituada, numa conferência intitulada “O Simbólico, o Imaginário e o Real”. Depois disso, Lacan adquiriu o hábito de escrever as três palavras com maiúsculas (Ibid., p. 645).

Desde 1970, o registro do “Real” passa a ser priorizado nas pesquisas de J. Lacan, a matemática topológica preponderando sobre a análise lingüística, mudança que refletirá na ordem das instâncias: de S. R. I (quando o Simbólico era o principal domínio) passou a R.S.I., indicando a relevância maior do Real sobre o Simbólico e o Imaginário.

1.1.2 Ciência da personalidade

A partir das considerações acima, percebe-se que não existe um período da “ciência da personalidade”. Poder-se-ia incluí-la no período do “imaginário”, mas os dicionários e vocabulários lacanianos costumam enfatizar o início de tal etapa a partir de 1936, quando da “primeira versão” do “estádio do espelho”.

De qualquer modo, é constatável um período de vigência da “ciência da personalidade” entre 1932 e 1935. Dos textos anteriores a 1932, que ultrapassem simples interesses clínicos de J. Lacan e sejam afins da “ciência da personalidade”, parecem relevantes o *Estruturas das psicoses paranóicas*, de 1931, o *Loucuras simultâneas*, de 1931, e o *Escritos inspirados: esquizografia*, também de 1931. Mas o principal deles, mais próximo da problemática da tese de 1932, parece ser o primeiro, *Estruturas das psicoses paranóicas*.

Dos trabalhos posteriores à tese de 1932, desenvolvem os temas da “ciência da personalidade” os artigos *O problema do estilo e a concepção psiquiátrica das formas paranóicas da experiência*, 1933; o *Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papin*, 1933; e *Exposição geral de nossos trabalhos científicos*, também de 1933. Todos três artigos

constam na segunda edição da tese de 1932, *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*.

Além desses trabalhos, de 1933 a 1935 há uma série de intervenções de J. Lacan, em comunicações de psiquiatras da época, que indicam a relevância de temas presentes na “ciência da personalidade”. Há ainda em 1935 a resenha crítica de um livro, *O tempo vivido: estudos fenomenológicos e psicológicos*, de E. Minkowski, autor importante na psicopatologia francesa de então, que parece expressar um ponto de passagem de J. Lacan para o “imaginário” propriamente dito, com as influências de A. Kojève e M. Heidegger:

O primeiro traço da evolução intelectual de Lacan consecutiva à sua frequência dos filósofos e do seminário de Kojève encontra-se na resenha que ele fez em 1935 do livro de Eugène Minkowski [...]. Embora homenageando esse mestre da psiquiatria fenomenológica, cuja obra havia contado para sua formação, ele aplicava uma formidável sova de vara verde ao conjunto do saber psiquiátrico da época [...]. Lacan sublinhava em seguida a que ponto Minkowski tinha razão ao demonstrar a fecundidade dos trabalhos de Clérambault, o que lhe permitia situar-se ele próprio, na continuação da obra de seu mestre, como o verdadeiro renovador do saber psiquiátrico de sua época. [...] Enfim, dando meia-volta, explicava quais eram os limites da concepção fenomenológica em psiquiatria, para opor a esta uma leitura da “verdadeira” fenomenologia, aquela que, de Hegel a Husserl e Heidegger, havia transformado a história da filosofia. [...] Nessa ocasião, ele mencionava pela primeira vez o nome de Heidegger, mostrando com isso que estava em via de descobrir sua obra, ao contato da leitura kojèveana da *Fenomenologia do espírito* (ROUDINESCO, 1994, p. 117-118).

No âmbito da psicopatologia fenomenológica, em 1932, além da influência de E. Minkowski, há ainda a de K. Jaspers, e, no campo propriamente filosófico da fenomenologia, a de Franz Brentano, professor de E. Husserl, e a de M. Scheler, com o livro *Essência e formas da simpatia*.

Se a resenha crítica sobre E. Minkowski indica a mudança dos referenciais fenomenológicos, isso não quer dizer que na tese de 1932, com a “ciência da personalidade”, J. Lacan já não tenha considerado que a psicopatologia fenomenológica fosse insuficiente. Essa crítica à psicopatologia fenomenológica, como será demonstrado no terceiro capítulo, está envolvida com a passagem de J. Lacan à psicanálise.

Mas, além disso, e esse ponto é importante para a delimitação do objeto desta pesquisa, essa postura de insatisfação com uma exclusividade fenomenológica de análise é indicativa do lugar “atípico” de J. Lacan, desde 1932, entre duas correntes filosóficas francesas, como destacado por B. Ogilvie (1988).

Se na filosofia francesa é possível demarcar com segurança duas tradições, desde A. Comte, como uma filosofia da “racionalidade” e do “conceito”, e H. Bérghson, como uma

filosofia da “experiência” e do “sujeito”, culminando, na oposição respectiva, e mais contemporânea, entre o “estruturalismo” e o “existencialismo”,

Todavia, no caso de Lacan, as coisas são mais complicadas. Pois não se encontra na Tese [de 1932] uma posição racionalista que recuse os temas da filosofia da experiência, do sentido e do sujeito, mas uma conduta que consiste, ao contrário, em retomá-las como objeto de exame. A posição de Lacan, longe de ser conciliatória, introduz na oposição [...] entre essas duas filiações um desequilíbrio radical, já que faz de uma o campo privilegiado da outra. [...] Ora, se Lacan escolhe efetivamente (ele se diz materialista e determinista), esta posição [a da racionalidade] não é acompanhada pelos temas e atitudes que habitualmente lhe estão ligados, mas sim por aqueles da posição oposta [a da subjetividade]. Ele empreende em sua Tese uma “conceitualização racional”, um “saber” da “experiência, do sentido e do sujeito” [...] não mais no quadro de uma oposição ou de um paralelismo, mas na perspectiva de uma defasagem e de uma hierarquia (OLGIVIE, 1988, p. 32-33).

Na tese de 1932, a “ciência da personalidade” se situa desde um ponto de vista “objetivo” acerca do sujeito, e por isso é “uma ciência *positiva*” (LACAN, 1987a, p. 321, grifos do autor). Por outro lado, há ainda “uma ciência não positiva, mas *gnoseológica*, que se pode chamar de *fenomenologia da personalidade*. Pode-se dizer que ela é o complemento filosófico da ciência positiva” (Ibid., p. 322, grifos do autor). E em nota: “Os dados da *fenomenologia* podem, de fato, fornecer preciosos quadros à *ciência* mesma da personalidade” (Ibid., p. 322, grifos do autor).

A prioridade da “ciência” – sobre a “fenomenologia” – da personalidade já está indicada no título da terceira parte da tese de 1932: “Exposição crítica, reduzida em forma de apêndice, do método de uma ciência da personalidade e de seu alcance no estudo das psicoses”. A organização formal da tese, portanto, está de acordo com a observação de Ogilvie (1988) de uma precedência do ponto de vista “objetivo” sobre o “subjetivo” no conjunto da obra lacaniana. Ainda segundo esse autor: “Em sua [Lacan] Tese, esses pontos de apoio [objetivos mas que não excluam o sentido] se situam ao lado de uma antropologia [...]. Depois da guerra, é a linguística que os fornece” (OGILVIE, 1988, p. 41).

Além disso, retomando um ponto indicado anteriormente, a simples observação que somente por intermédio dos “complexos” se instauravam as “imagos” no psiquismo, mesmo em um período de sofisticadas formulações sobre o “imaginário”, é reveladora dessa importância operacional dada ao “objetivo” na obra de J. Lacan. Mesmo com uma defasagem de sofisticação teórica entre o “imaginário” e o “complexo”, ainda assim este último elemento aparece como determinante daquele.

Nesse sentido é possível entender a observação de J. Alain-Miller, de que, dentre dois movimentos franceses de anti-psicologia, anteriores ao estruturalismo, a antropologia

durkheimiana e a fenomenologia, J. Lacan se insere mais apropriadamente, apesar de adotar os dois, no primeiro: “Jean-Paul Sartre, formado na filosofia clássica, na fenomenologia husserliana, era um anti-psicólogo como foi Lacan. Lacan foi formado no anti-psicologismo de Durkheim, por quem teve uma espécie de paixão, o que pode ser visto no *Complexos familiares*” (MILLER, 1999, p. 108).

Mas, de qualquer modo, sendo o interesse desta pesquisa investigar aberturas epistemológicas, desde 1932, ao estruturalismo, referencial com um ponto de vista eminentemente “objetivo”, são os elementos da “ciência” – e não da “fenomenologia” – da personalidade que são investigados. Esses elementos são a “psicogenia” e a “gênese social da personalidade”.

Uma investigação mais detalhada da “psicogenia” e da “gênese social da personalidade”, o contexto epistemológico de sua elaboração, e a pertinência histórico-epistemológica delas a respeito do estruturalismo, consta no terceiro capítulo desta pesquisa. Por ora torna-se bastante uma breve apresentação dessas noções, bem como algumas características do “caso Aimée”, investigado na tese de 1932.

A tese de 1932 obteve repercussões maiores nos meios intelectuais surrealistas e marxistas do que na literatura especializada: “Essa acolhida [pelos meios surrealistas e marxistas] tinha uma razão clara: com sua tese, Lacan procurava constituir uma teoria na qual clínica, reflexão social e tematização da produção estética se articulam de maneira orgânica” (SAFATLE, 2007, p. 15).

A “psicogenia” é um princípio fundamental para essa articulação inextricável entre clínica, reflexão social e produção estética:

A tese de Lacan chegava a tais conseqüências partindo da defesa de uma perspectiva à época chamada de “psicogênica” [...]. Ou seja, tratava-se de uma perspectiva que insistia na irredutibilidade de um certo quadro de distúrbios a toda e qualquer explicação causal de natureza orgânica ou mesmo funcional. Quadro no qual encontraríamos, de maneira privilegiada, o que a psicanálise ainda hoje compreende por psicose paranóica (Ibid., p. 15).

A observação acima de Safatle (2007) não confunde “psicogenia” com um desenvolvimento psíquico, e destaca que o conceito possui a operacionalidade de insistir em uma irredutibilidade de certos distúrbios mentais à explicação orgânica. Desde 1936 é possível constatar que J. Lacan parece não empregar o termo “psicogenia”, e utilizar com a mesma finalidade, sem o mesmo rigor de definição presente na tese, o termo “psicogênese”. Por outro lado, a necessidade de frisar, em 1932, “psicogenia”, ao invés de “psicogênese” e de

“psicogenética”, sugere que na tese havia uma operacionalidade importante para o termo. Esse ponto é investigado no terceiro capítulo.

Outra observação pertinente de Safatle (2007) permite balizar dois aspectos da “gênese social da personalidade”:

Lacan baseava sua análise da paranóia em uma noção relativamente comum à época, que atribuía a gênese da doença a um problema evolutivo da personalidade. Mas, no seu caso, isto lhe permitia insistir que apenas a compreensão do *processo de formação* da personalidade poderia fornecer a inteligibilidade da psicose paranóica (Ibid., p. 16, grifos do autor).

No âmbito da “gênese social da personalidade”, portanto, localiza-se a noção de um “desenvolvimento” psíquico, bastante criticável desde um ponto de vista estruturalista. Contudo, além dessa perspectiva “relativamente comum” a um período anterior ao estruturalismo, a idéia também permitia, no caso de J. Lacan, afirmar que “somente” uma formação social da personalidade pode tornar inteligível a psicose paranóica. Essa exclusividade da formação social, bem como os meios lacanianos de não desembocar no culturalismo, são investigados no terceiro capítulo.

Ao priorizar uma formação social da personalidade, J. Lacan já destacava, em 1932, uma anterioridade social ao indivíduo consciente de si:

Falar em formação da personalidade significa falar sobre dinâmicas de socialização visando a individuação. Forma-se a personalidade através da socialização do indivíduo no interior de núcleos de interação como a família, as instituições sociais, o Estado. Tal processo de socialização implica certa *gênese social da personalidade* que, segundo Lacan, deve servir de horizonte para a compreensão de patologias que se manifestam no comportamento (Ibid., p. 17, grifos do autor).

Nesse ponto parece apropriado destacar uma passagem de J. Lacan, na tese de 1932, que indica já então haver a influência de J. v. Uexkull, mais o acréscimo, lacaniano, de uma especificidade “social” ao meio humano:

Uma escola de biologia de importância capital elaborou em seu pleno valor essa noção de *meio* próprio a um ser vivo dado; o meio, definido, por essa doutrina, parece de tal modo ligado à organização específica do indivíduo que, de certa forma, faz parte dele. Vê-se que, em nossa concepção, aqui concordante com a de Aristóteles, o *meio* humano, no sentido que lhe dá Uexkull, seria por excelência o meio *social* humano. Inútil ressaltar o quanto essa concepção se opõe às doutrinas, aliás arruinadas, da antropologia individualista (LACAN, 1987a, p. 345, grifos do autor).

A importância atribuída à “gênese social” envolve uma recusa de J. Lacan ao “paralelismo psico-físico”, entre os fenômenos psíquicos e a ciência biológica ou fisiológica, e a opção, por outro lado, da adoção de um paralelismo entre os fenômenos psíquicos e a antropologia:

Esta era uma maneira clara de vincular a reflexão sobre as patologias mentais a certa antropologia [...]. Um pouco como se o paralelismo a ser procurado pela clínica não fosse exatamente entre o mental e o orgânico, mas entre o mental e o social. [...] O que demonstra como, contra o materialismo organicista, Lacan não temia sugerir algo como um *materialismo histórico aplicado às clínicas dos fatos mentais* (SAFATLE, 2007, p. 17, grifos do autor).

A precedência da antropologia – ciência “objetiva” – na determinação do psíquico, nesse paralelismo, a relação dessa primeira adesão à antropologia com o estruturalismo, o contexto dessa antropologia de 1932, sob influência do antropólogo L. Lévy-Bruhl, mas então intermediada pelas reflexões sobre a “consciência mórbida” do psicólogo Ch. Blondel, são temas investigados no segundo e terceiro capítulos.

Outro aspecto relevante dessa concepção de uma “gênese social”, em 1932, reside na correlata importância atribuída às identificações intersubjetivas:

Fica uma questão: como Lacan compreende essa gênese social da personalidade resultante das dinâmicas de socialização? De fato, ele já opera aqui com a tendência psicanalítica em compreender a socialização e a formação da individualidade a partir de *processos de identificação* (Ibid., p. 17, grifos do autor).

Nesse ponto cessam as indicações, pertinentes a este primeiro capítulo, sobre a “psicogenia” e a “gênese social da personalidade”. Mas cabe acrescentar que essas duas noções dependem também da influência, tal como aparece nesse momento da obra de J. Lacan, da psicanálise, por permitir uma “coerência típica” entre o ponto de vista objetivo e o subjetivo. Parece correto afirmar que esse entendimento sobre a psicanálise estava sob influência direta do projeto de G. Politzer acerca de uma “psicologia concreta”. Esses dois tópicos são abordados no terceiro capítulo.

Mas há outra influência da psicanálise, na “ciência da personalidade”, mais diretamente ligada com o “caso Aimée”, que deve ser indicada por conter informações relevantes sobre o trabalho lacaniano de 1932:

Lacan escreveu uma tese sobre a personalidade paranóica [...] ela é o momento em que ele passou à psicanálise, justamente a propósito do supereu [...] qual seria a intuição essencial de Lacan? [...] Seria o inconsciente estruturado como linguagem? Eu não diria isso [...]. Acho que sua intuição fundamental é a divisão do sujeito

contra si mesmo, opondo-se assim a uma boa parte do que é feito em filosofia, integralmente preservado pelos psicólogos: o preconceito de que o sujeito quer o seu próprio bem, de que ele quer sobreviver [...] (MILLER, 1997, p. 117).

Acrescente-se, ainda de acordo com as observações de J. Alain-Miller:

Foi o que levou Lacan para a psicanálise. Encontrou na obra de Freud dos anos 20 o conceito de supereu como instância do mecanismo de autopunição. [...] Foi esta a sua última tentativa em psiquiatria. O importante é a referência ao supereu, que comporta, na própria análise, a ênfase na divisão do sujeito: trabalha contra si próprio, não sendo uma entidade homogênea. Falar de autopunição é uma maneira sumária de captar a ênfase deste aspecto: não há razão alguma para que o sujeito queira seu próprio bem (Ibid., p. 132).

A paranóia de “autopunição”, como foi diagnosticado o “caso Aimée” por J. Lacan, insere-se também na influência direta dos trabalhos de psicanalistas franceses como R. Laforgue e A. Hesnard. Na tese de 1932 há a significativa passagem: “nenhum trabalho nos parece mais surpreendente que o relatório [*Les processus d'autopunition en psychologie des névroses et psychoses*] de Hesnard e Laforgue” (LACAN, 1987a, p. 252).

Quanto às referências psicanalíticas, além de A. Hesnard e R. Laforgue, há outros autores que constam na bibliografia da tese: K. Abraham; F. Alexander; S. Ferenczi; M. Bonaparte; O. Fenichel; A. Freud; E. Hoffmann; E. Jones e M. Brunswick. Há ainda na bibliografia dois “dissidentes” da psicanálise, C. J. Jung, com os trabalhos *Sobre a psicologia da dementia praecox* (1907) e *O conteúdo da psicose* (1908), e O. Rank, com *Don Juan* (1932).

Quanto aos trabalhos de S. Freud, constam na bibliografia da tese de 1932: *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia* (1911); *Totem e tabu* (1913); *Sobre o narcisismo* (1914); *Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença* (1915); *Luto e melancolia* (1917); *Além do princípio de prazer* (1920); *Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo* (1922); *O ego e o id* (1923) e *O problema econômico do masoquismo* (1924).

Na tese de 1932, o “caso Aimée” serve, exclusivamente, como material de análise dentre as observações clínicas de J. Lacan. Além disso, se a tese foi o único livro – o *Escritos* é uma compilação de artigos – de J. Lacan, o “caso Aimée”, por sua vez, também foi o único caso relatado pelo autor em todo o seu percurso intelectual:

À sua maneira, Lacan se serve desse esquema de compreensão da gênese social da personalidade e do problema da culpabilidade a fim de encaminhar sua interpretação daquele que será seu único “caso clínico” em quase 50 anos de atividade profissional: o caso Aimée. Marguerite Anzieu (o verdadeiro nome da paciente) fora

internada após tentar esfaquear Huguette Duflos (1887-1982), uma famosa atriz de teatro da época, por crer que Duflos a perseguia e participava de um complô para assassinar seu filho. Ela já demonstrara um quadro constante de delírios de perseguição, de grandeza e erotomania, e chegara a passar por uma primeira internação. Marguerite [Aimée] conseguira, após sair da primeira internação, transferir seu emprego para Paris, onde tentara, sem sucesso, ser reconhecida como “mulher de letras e de ciência”. Suas temáticas delirantes continuarão até o crime perpetrado contra a atriz de teatro, em 1931. Dias depois de internada, a produção delirante pára momentaneamente (SAFATLE, 2007, p. 19).

A análise do “caso Aimée” se embasa em uma série de escritos da paciente, que tinha pretensões literárias, e nas identificações dessa paciente com seus perseguidores:

Durante seu longo relato clínico, Lacan demonstra como essa filha de camponeses da “França profunda” era atravessada, desde cedo, pelo sentimento de deslocamento em relação a seu meio, em relação aos “papéis femininos” e, sobretudo, por veleidades intelectuais. Lacan dedicará várias páginas ao relato de seus escritos [de Aimée]. Tal atividade literária será fundamental para ele descrever os tipos ideais que determinam o desenvolvimento da personalidade de Marguerite [Aimée], os mesmos tipos contra os quais ela se volta em seus delírios de perseguição [segundo Lacan]: “Mulheres de letras, atrizes, mulheres do mundo, elas representam a imagem que Aimée concebe da mulher que, em algum grau, goza da liberdade e do poder social [...] A mesma imagem que representa seu ideal é também objeto do seu ódio”. Há assim uma profunda relação de identificação entre Marguerite [Aimée] e suas perseguidoras, relação que se inverte em rivalidade e agressividade. Pois se o outro se encontra no lugar que desejo ocupar, nunca cessarei de tentar desalojá-lo para ser eu mesmo (Ibid., p. 19-20).

No entendimento dessas identificações, parece haver uma leitura mais particular de J. Lacan de um artigo, por ele traduzido do alemão para o francês, de S. Freud intitulado *Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo*, de 1922, e que também consta na bibliografia da tese.

Desse artigo, J. Lacan extrai a idéia de que os mecanismos da paranóia de “autopunição” devem-se à “erotização dos objetos frateros”:

A prevalência mórbida dos mecanismos de autopunição será sempre acompanhada, portanto, de distúrbios que manifestam a função sexual. [...] Além disso, eles estão ligados a este período, chamado pela doutrina de *homossexualidade infantil*, que corresponde à erotização dos objetos frateros. Freud, em seus trabalhos tanto sociológicos quanto clínicos, mostrou a relação eletiva deste período com a gênese dos *instintos sociais*. [E em nota:] Cf. especialmente o artigo de Freud, que traduzimos [...] “Sur quelques mécanismes névrotiques dans la jalousie, la paranoia et l’homosexualité” (LACAN, 1987a, p. 261-262, grifos do autor).

Logo depois, na página seguinte, J. Lacan define essa “erotização dos objetos frateros” como “complexo fraterno”: “Quanto à gênese histórica da psicose, nossa análise nos revelou seu núcleo no *conflito* moral de Aimée com sua irmã. Este fato não alcança todo o

seu valor à luz da teoria que determina a fixação afetiva de tais sujeitos no *complexo fraterno?*” (Ibid., p. 262, grifos do autor).

A importância do “complexo fraterno” reside no papel desempenhado pela irmã mais velha: “Ela [Aimée] é dominada por ela [irmã], que lhe representa sob certo ângulo a imagem mesma do ser que ela é impotente para realizar” (Ibid., p. 231). Contudo, a organização “autopunitiva” de Aimée não permite que ela atinja diretamente o objeto de rivalidade:

Quando, pela primeira vez Aimée passa a uma reação de combate [...], ela só o alcança, com efeito, por um viés; substitui o objeto que se oferece diretamente a seu ódio por um outro objeto, que provocou nela reações análogas [...]. A partir daí Aimée não deixará de derivar seu ódio para objetos cada vez mais distanciados de seu objeto real, como também cada vez mais difíceis de atingir. O que a guiará na escolha desses objetos será sempre a conjunção de coincidências fortuitas e de analogias afetivas profundas (Ibid., p. 233).

As características da leitura que J. Lacan faz do “caso Aimée”, nesse ponto, estão muito próximas dos temas do livro *O criminoso e seus juízes*, de F. Alexander e H. Staub, referência na tese de 1932. Aliás, esses autores se valiam da noção de “autopunição”, e mediante eles que J. Lacan relata, em *Nossos antecedentes*, de 1966, ter encontrado um dos caminhos que o levaram à psicanálise: “Assim nos aproximamos da maquinaria da passagem ao ato e, quando mais não fosse, a nos contentarmos com o cabide da autopunição que nos estendia a criminologia berlinense pela boca de Alexander e Staub, desembocamos em Freud” (LACAN, 1998m, p. 70).

A passagem seguinte, de Alexander e Staub é ilustrativa dos temas que parecem ter repercutido na idéia “autopunição” presente na obra do jovem Lacan:

Acreditamos que muitos assassinatos, cometidos sob o influxo de móveis inconscientes, mostram um mecanismo semelhante. O fatricídio de Caim, o primeiro modelo de assassinato neurótico parece nos dar razão. O primeiro assassinato da Bíblia não é a morte do pai no sentido estrito. No lugar do pai é morto o irmão maior. O irmão menor sente ante si mesmo, identificando-se com o maior, ciúmes análogos aos que sente contra seu pai. E desse modo pode *matar* em Abel *o próprio ciúme contra o autor de seus dias*, escapando dos sentimentos de culpa ante seu pai [...]. Ou seja, Caim mata em Abel a parte vedada de seu Eu, os desejos incestuosos vedados. Na tentativa de homicídio de um neurótico, antes descrita, e no caso da senhora Lefebvre, mostra-se igualmente esse mecanismo. Os assassinos são sentimentalmente assassinos parciais, enquanto descobrem em um terceiro e matam a parte vedada da sua própria vida instintiva. Freud vê em todo *suicídio* o *assassinato de um terceiro*, nós cremos perceber suicídios ocultos em muitos assassinatos⁵ (ALEXANDER; STAUB, 1935, p. 200, grifos do autor).

⁵ Creemos que muchos asesinatos, cometidos bajo el influjo de móviles inconscientes, muestran un mecanismo semejante. El fatricidio de Caín, el primer modelo de asesinato neurótico, parece darnos la razón. El primer asesinato de la Biblia no es la muerte del padre en sentido estricto. En lugar del padre es muerto el hermano mayor. El hermano menor siente hacia si mismo, identificándose con el mayor, celos análogos a los que siente

O “caso da senhora Lefebvre”, ao qual se referem F. Alexander e H. Staub, na passagem acima, consiste em uma nova interpretação de uma abordagem anterior, do mesmo caso, então efetuada pela psicanalista M. Bonaparte. A repercussão desse caso, no jovem J. Lacan, posteriormente a essas duas interpretações, de M. Bonaparte e de F. Alexander e H. Staub, é perceptível na seguinte passagem da tese de 1932:

Nenhum estudo de psicose passional, na literatura francesa, parece-nos demonstrar maior penetração clínica e justeza na indicação das sanções sociais do que a bela monografia de Marie Bonaparte sobre o caso, que apaixonou a opinião pública, da sogra assassina, Sra. Lefebvre (LACAN, 1987a, p. 342).

Percebe-se em 1946, que J. Lacan, no texto *Formulações sobre a causalidade psíquica*, ao comentar o *Alceste* de Molière, ainda se vale de uma expressão bastante próxima da utilizada ao final da passagem acima de F. Alexander e H. Staub: “Quanto à mola do desfecho, ele é dado pelo mecanismo que, bem mais do que à *autopunição*, eu referiria à *agressão suicida do narcisismo*” (LACAN, 1998c, p. 176, grifos do autor).

Além disso, a importância atribuída por J. Lacan ao “complexo fraterno” e à “autopunição” parece evocar tópicos já destacados por F. Alexander e H. Staub. A diferença, apesar da permanência do mecanismo de “autopunição”, parece residir no fato de que em Aimée o deslocamento não parte do objeto paterno ao objeto fraterno, mas deste para objetos mais “difíceis de atingir”.

Após a tentativa de homicídio de Aimée e sua correlata punição social, o delírio, segundo J. Lacan, desvanece, e a paciente se apresenta “curada”. A passagem a seguir indica esse aspecto da “autopunição”, bem como o fato de a irmã de Aimée ocupar um lugar de objeto materno, aproximando, desse modo, mais ainda a interpretação de J. Lacan com a de F. Alexander e H. Staub:

Todo o delírio de Aimée, já o mostramos, pode [...] ser compreendido como uma transposição cada vez mais centrífuga de um ódio cujo objeto direto ela quer desconhecer. Curada, ela denega toda culpa que seria atribuída a esta irmã [do ponto de vista de Aimée], apesar da atitude plenamente desumana que esta manifesta, então, para com ela. Um paradoxo tão constante da atitude só pode ser explicado por

contra su padre. Y de este modo puede *matar* en Abel *los propios celos contra el autor de sus dias*, desembarazandose de sus sentimientos de culpabilidad ante su padre [...]. Es decir, que Caín mata en Abel la parte vedada de su Yo, los deseos incestuosos vedados. En la tentativa de homicídio de un neurótico, antes descrita, y en el caso de la señora Lefebvre se muestra igual este mecanismo. Los asesinos son sentimentalmente asesinos parciales, en cuanto descuebren en un tercero y matan a la parte vedada de su propia vida instintiva. Freud ve en todo *suicidio* el *asesinato de un tercero*, nosotros creemos percibir suicidios ocultos en muchos asesinatos (ALEXANDER; STAUB, 1935, p. 200, grifos do autor).

uma resistência psicológica muito profunda. [...] Ela se detém diante de sua irmã, porque ela é sua irmã, sua irmã mais velha, que foi por um tempo o substituto de sua mãe (LACAN, 1987a, p. 285).

Uma leitura possível do mecanismo de “autopunição” de Aimée, e mais de acordo com o prosseguimento imediato das elaborações de J. Lacan, é apresentada com clareza por Safatle:

Levando em conta esse jogo de identificações, Lacan poderá fornecer sentido à ação criminosa de Marguerite [Aimée]. Na verdade, ao atacar a atriz de teatro, ela procurou atingir a si mesma. Ela atinge a si mesma não exatamente para livrar-se de um ideal que a persegue, mas para ser punida, para ser culpada perante uma lei social da qual sempre se sentiu deslocada. Pois ser culpada e punida, nesse contexto, é uma forma peculiar de ter diante de si a presença da potência asseguradora da lei. Sentir-se culpada é uma forma de inscrever-se no interior da lei social, como se o crime fosse, na verdade, um modo de demanda de reconhecimento social que só se pode realizar se Marguerite [Aimée] sentir que a lei também “é para ela”. Daí porque, após o crime, Lacan dirá que ela se “cura” de uma “paranóia de autopunição” e pode tomar uma certa distância da sua produção delirante (SAFATLE, 2007, p. 21).

Apesar da importância do mecanismo de “autopunição”, a saber, a noção de que há algo no sujeito que está “para além do princípio de prazer-desprazer”, diferindo, desse modo, a psicanálise de grande parte da filosofia e da psicologia, as noções de “psicogenia” e “gênese social da personalidade” parecem envolver elementos epistemológicos mais diretamente relacionados com as particularidades dos trabalhos posteriores de J. Lacan. Não que a idéia freudiana de um princípio além do prazer-desprazer não seja crucial durante todo o percurso lacaniano, mas a “psicogenia” e a “gênese social da personalidade” apresentam maior relação com a particularidade epistemológica do advento do estruturalismo no âmbito da psicanálise.

Resta apresentar D. Lagache, autor que por ser considerado bastante próximo de J. Lacan, possibilita, quando de uma comparação, dimensionar os elementos da “psicogenia” e da “gênese social da personalidade” envolvidos com fundamentos epistemológicos do estruturalismo.

1.2 Daniel Lagache

Tal como iniciada a apresentação de J. Lacan neste capítulo, consultando-se o *Dicionário de psicanálise*, de Roudinesco e Plon, encontra-se a respeito de D. Lagache as seguintes informações:

Daniel Lagache pertencia à segunda geração psicanalítica francesa. Na história da psicanálise na França, desempenhou um papel importante, ao mesmo tempo como herdeiro de Pierre Janet, no campo da psicologia clínica, e como introdutor da psicanálise na universidade. Contra Nacht, que preconizava o vínculo da psicanálise com a medicina, e contra Lacan, que queria desvincular a psicanálise da psicologia, através de um retorno rigoroso aos textos freudianos, foi o artífice da separação entre filosofia e psicologia, e da síntese entre esta e a psicanálise (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 457).

A obra de D. Lagache abrange cerca de cento e sessenta trabalhos, realizados entre 1932 e 1968, e publicados em seis volumes sob o título *Oeuvres*. Em espanhol há a publicação integral dos dois primeiros volumes franceses, mas que foram então divididos em quatro volumes menores, também sob o título *Obras*. Não figuram, na *Oeuvres*, apenas o livro *O ciúme amoroso* (1947), disponível em francês, mais os livros *A unidade da psicologia* (1949) e *A psicanálise* (1955), ambos disponíveis em português. Trabalhos que constam na *Oeuvres*, mas que também foram publicados independentemente sob a forma de livros, são *As alucinações verbais* (1934) e *A transferência* (1952), este último disponível em português.

No início do seu percurso intelectual, sob influência direta da obra de K. Jaspers, principalmente o livro *Psicopatologia geral*, D. Lagache se esforça em articular a fenomenologia com a psicanálise no domínio psicopatológico. Como observa, A. Ohayon, as preocupações de D. Lagache, nesse momento, eram as seguintes:

Lagache se sente herdeiro das duas correntes e se recusa a escolher entre Freud, Jaspers e Max Scheler. [...]. A oposição se situa também entre o primado da experiência vivida, que implica em uma psicologia descritiva, uma ciência do presente, e a interpretação analítica que pressupõe o recurso à história e à perspectiva genética⁶ (OHAYON, 1999, p. 280-281).

Essa tentativa de articulação entre fenomenologia e psicanálise destaca-se nos seguintes trabalhos: *As alucinações verbais* (1934), *O amor e o ódio* (1939) e *O ciúme*

⁶ Lagache se sent hériter des deux courants et se refuse de choisir entre Freud, Jaspers et Max Scheler. [...] L'opposition se situe aussi entre le primat de l'expérience vécue qui implique une psychologie descriptive, une

amoroso: psicologia descritiva e psicanálise. Há artigos de D. Lagache que alcançam problemáticas e rigor conceitual que em nada ficam a dever para os trabalhos lacanianos do mesmo período: *Paixões e psicoses passionais* (1936), *Sobre a psicologia de um delírio* (1937), *Erotomania e ciúmes* (1938), *Notas sobre a linguagem e a pessoa* (1938), *Luto maníaco* (1938), *O trabalho de luto: etnologia e psicanálise* (1938), *O método patológico* (1938), *O significado psicológico dos pronomes em primeira pessoa* (1939) e *O imaginário de Jean-Paul Sartre* (1941).

Em dois artigos, *Jaspers e a inteligibilidade do psíquico* (1941) e *A compreensão e a causalidade em psicologia profunda* (1941), percebe-se em D. Lagache o projeto de superar as incompatibilidades constatáveis entre a fenomenologia e a psicanálise, mediante uma perspectiva que fosse ao mesmo tempo objetiva e satisfizesse a compreensão do sentido subjetivo.

Mesmo sendo legítima a tentativa, D. Lagache procura, e nisso diferindo de J. Lacan, a justificativa epistemológica desse seu projeto em fundamentos pouco conciliáveis com os apresentados posteriormente pelo estruturalismo. D. Lagache fundamenta sua empresa teórica na psicologia “personalista” de W. Stern, já conhecida por ele desde 1937, e na noção de “conduta”, presente já na obra de Pierre Janet, mas também na obra de K. Goldstein, e ainda no “comportamentalismo” norte-americano, que ele passa a conhecer a partir de 1945.

Em nota autobiográfica, D. Lagache comenta a influência do “personalismo”:

Em 1937 abandonei a Clínica de Enfermidades Mentais de Paris para ensinar psicologia na Universidade de Estrasburgo, onde sucedi a Charles Blondel [...] meus ensinamentos de psicologia geral se inspiraram em grande medida na psicologia personalista de William Stern⁷ (LAGACHE, 1982ee, p. 29).

A influência da noção de “conduta” enquanto operador conceitual capaz de superar o conflito entre a fenomenologia e a psicanálise, como se percebe na seguinte passagem, esteve sob forte influência da psicologia norte-americana:

Mais preciosas que as encomendas de víveres, o término da Guerra trouxe-me também as novas produções da psicologia norte-americana, devido a gentil amizade do professor René Spitz. Desse material extrai muitas idéias sobre um condutismo mais amplo, sobre a teoria do *learning* e sobre psicologia social. Assim, surgiram novas perspectivas em minha concepção da psicanálise: dado que o

science du présent, et l’interprétation analytique qui suppose le recours à l’histoire et à une perspective génétique (OHAYON, 1999, p. 280-281).

⁷ En 1937 abandoné la Clínica de Enfermedades Mentales de Paris para enseñar psicologia en la Universidad de Estrasburgo, donde sucedi a Charles Blondel[...] mis enseñanzas de psicologia general se inspiraran en gran medida en la psicologia personalista de William Stern (LAGACHE, 1982ee, p. 29).

testemunho do paciente é, se não recusado, ao menos “posto em parêntese”, acaso o psicanalista não aborda o discurso daquele, a sucessão de seus ditos e atos, como uma conduta cujo significado oculto, mas verdadeiro, é necessário decifrar? (LAGACHE, 1982ee, p. 29-30).⁸

Nesse período D. Lagache entende ser possível, mediante uma leitura “condutista”, articular operacionalmente oposições conceituais como “naturalismo” e “humanismo”, “explicação” e “compreensão”, práticas “clínicas” e “experimentais”, e, desse modo, embasar uma “unidade” da psicologia:

O Pós-Guerra foi, na França, a época de um considerável progresso para a psicologia. [...] Desde 1947 até 1955, sem ajuda além de um assistente e de um instrutor, assegurei o funcionamento da cátedra de psicologia, tarefa que certas circunstâncias faziam muito penosa. Muitas coisas me preocupavam: não limitar-me ao “despacho de assuntos rotineiros”, isto é, à instrução dos estudantes de licenciatura, mas empreender a formação de técnicos e investigadores; não sacrificar a psicologia e a psicanálise, mas, por outro lado, reconhecer as contribuições da psicologia experimental (*A unidade da psicologia*, aula inaugural, 1947). [...] Tudo isso não deixou de interferir em meus trabalhos pessoais sobre psicopatologia e psicanálise⁹ (Ibid., p. 30).

Os fundamentos dessa “unidade”, sua natureza, seu envolvimento já com o “personalismo” de W. Stern, e o lugar da “conduta” como instrumento utilizado para articular o ponto de vista “objetivo” com o “subjetivo”, são temas que constam no terceiro capítulo desta pesquisa.

Em 1948, D. Lagache escreve o artigo *Da psicanálise à análise da conduta*, e transporta suas elaborações sobre a “unidade da psicologia” à psicanálise, valendo-se, para isso, da perspectiva presente na obra de Anna Freud, *O ego e os mecanismos de defesa*, de 1936, na qual há crítica da definição do campo psicanalítico “somente” pelo inconsciente. Como observa Ohayon: “Esse texto [*Da psicanálise à análise da conduta*] é fundamental. Nele se percebe claramente tudo o que irá opor mais radicalmente Lagache à Lacan. Lagache

⁸ Más preciosas que las encomiendas de víveres, la terminación de la guerra me trajo también las novas producciones de la psicología norte-americana, en especial gracias a la gentil amistad del profesor René Spitz. De este material extraje muchas ideas sobre un conductismo más amplio, sobre la teoría del learning y sobre psicología social. Surgieron así nuevas perspectivas en mi concepción del psicoanálisis: dado que el testimonio del paciente es si no recusado por lo menos “puesto entre parentesis”, no trata acaso el psicoanalista el discurso de aquél, la sucesión de sus dichos y sus actos, como una conducta cuyo significado oculto pero verdadero es preciso descifrar? (LAGACHE, 1982ee, p. 29-30).

⁹ La posguerra fue en Francia la época de un progreso considerable para la psicología. [...] Desde 1947 hasta 1955, sin más ayuda que la de un asistente y un instructor, aseguré el funcionamiento de la cátedra de psicología, tarea que ciertas circunstancias hacían muy pesada. Muchas cosas me preocupaban: no limitarme al “despacho de los asuntos rutinarios”, es decir a la instrucción de los estudiantes de la licenciatura, sino emprender la formación de técnicos e investigadores; no sacrificar la psicología clínica y el psicoanálisis, pero reconociendo a la vez las contribuciones de la psicología experimental (*L'unité de la psychologie*, clase inaugural, 1947). [...] Todo esto no dejó de interferir con mis trabajos personales en psicopatología y psicoanálisis (Ibid., p. 30).

procura pura e simplesmente integrar a psicanálise à psicologia, apoiando-se sobre a psicologia do ego”¹⁰ (OHAYON, 1999, p. 284).

Outros trabalhos expressivos dessa etapa intelectual de D. Lagache são *O método clínico em psicologia humana* (1945), *O normal e o patológico segundo Georges Canguilhem* (1946), *Psicologia clínica e método clínico* (1949), *A unidade da psicologia* (1949), *Psicocriminogênese* (1950), *O espírito da psicologia contemporânea* (1951) e *A psicologia: conduta, personalidade, grupo* (1951).

D. Lagache, assim como J. Lacan, mas em domínio antes psicológico do que filosófico, introduziu contribuições do pensamento germânico no seio do conservadorismo intelectual francês de então. Ao indicar as influências germânicas na obra lagacheana, Didier Anzieu tece, ao final, o seguinte comentário sobre a psicologia de W. Stern:

A idéia de Goldstein de que o comportamento é uma explicação do organismo com o meio; a noção de curso da vida e de suas crises, desenvolvida por Charlotte Buhler; as idéias de Scheler sobre a importância da simpatia (ou empatia) na relação humana; a psicologia “personalista” de William Stern, que leva Lagache a criar o neologismo “personalogia” para designar a ciência da personalidade; o conceito de Kurt Lewin da pessoa como campo dinâmico¹¹ (ANZIEU, 2006, p. 17).

Note-se que Anzieu sugere que o termo “personalogia”, deriva do “personalismo” de W. Stern. Contudo, a partir de um exame mais cuidadoso, mediante passagens proferidas pelo próprio D. Lagache, parece ser outra a origem desse termo:¹²

A melhor análise do conceito de metapsicologia é a que foi realizada, segundo meu conhecimento, por Marjorie Brierley, em uma compilação de cursos e artigos que foi publicada em 1951 sob o título de *Trends in Psychoanalysis (As tendências da psicanálise)*. Nesta obra, Brierley opõe a metapsicologia à “personalogia”¹³ (LAGACHE, 1982x, p. 94).

¹⁰ Ce text est fondamental. On y lit clairement tout ce qui va l’ opposer de plus en plus radicalment à Lacan. Lagache cherche à intégrer purement et simplement la psychanalyse à la psychologie, en s’appuyant sur l’Ego-psychology (OHAYON, 1999, p. 284).

¹¹ La idea de Goldstein de que el comportamiento es una explicación del organismo con el medio; la noción del curso de la vida y sus crisis, desarrollada por Charlotte Buhler; las ideas de Scheler sobre la importancia de la simpatia (o empatia) en la relación humana; la psicologia “personalista” de William Stern, que lleva Lagache a crear el neologismo “personalología” para designar la ciencia de la personalidad; el concepto de Kurt Lewin de la persona como campo dinámico (ANZIEU, 2006, p. 17).

¹² E. Roudinesco (1988, p. 239) ao se embasar em D. Anzieu, parece também atribuir a origem do termo a D. Lagache: “É então que [Daniel Lagache] inaugura a noção de *personologia* para designar a ‘ciência’ nascida da psicologia clínica”.

¹³ La meilleure analyse du concept de métapsychologie est celle qui a été faite, à mon connaissance, par Marjorie Brierley, dans un recueil de cours et d’articles qu’elle a publié en 1951, sous le nom de *Trends in psycho-analysis (Les tendances de la psychanalyse)*. Dans cet ouvrage, Brierley oppose la métapsychologie à la “personnologie” (LAGACHE, 1982x, p. 94).

Para não ser duvidosa a autoria do termo, a passagem de D. Lagache, a seguir, sobre a relação da metapsicologia com a experiência imediata, parece esclarecer satisfatoriamente a questão: “Brierley, em seus *Comentários*, reconhece muito bem que ao se passar, do que eu chamo de psicanálise concreta, e ela chama de personalogia, à metapsicologia, toma-se mais distância a respeito da experiência imediata”¹⁴ (LAGACHE, 1957, p. 96).

M. Brierley publicou, em 1945, no *International journal of psycho-analysis* (26:89-114) um artigo intitulado *Further notes on the implications of psychoanalysis: metapsychology and personology*.¹⁵ Nesse artigo, M. Brierley não se refere a W. Stern, mas a C. Smuts, como a fonte de onde a autora, com algumas variações, recolheu o termo: “A palavra ‘personalogia’ foi tomada de Smuts, como um termo conveniente para distinguir a ciência da personalidade da metapsicologia”¹⁶ (BRIERLEY apud GUNTRIP, 1965, p. 107).

Esse autor, C. Smuts, cujo livro citado por M. Brierley intitula-se *Holismo e evolução*, não consta na bibliografia da tese lacaniana de 1932, e também não se refere a ele J. Lacan quando designa sua noção de “ciência da personalidade”.¹⁷ Se se quiser situar a “ciência da personalidade” lacaniana nesse contexto entre M. Brierley e D. Lagache, deve-se aproximá-la antes da “psicanálise concreta” designada por este último, que parece se aproximar, e também possuir a mesma operacionalidade, da perspectiva de uma “psicologia concreta” proposta por G. Politzer em oposição, quando no domínio psicanalítico, à metapsicologia, presente no livro *Crítica dos fundamentos da psicologia*, de 1928.

De qualquer modo, pela proximidade terminológica, “personalogia”, “personalismo” e “ciência da personalidade”, mas também de alguns problemas teóricos, a saber, a relação entre a investigação psicanalítica e sua formalização objetiva, mais, ainda, a freqüente atribuição de autoria do termo – “personalogia” – a D. Lagache, no terceiro capítulo desta pesquisa aborda-se esse assunto.

Provavelmente atribui-se a D. Lagache a criação do termo, na verdade uma tradução de *personology* para o idioma francês, *personnologie*, pelo fato de o autor utilizá-lo em um

¹⁴ Brierley, dans ses Commentaires, reconnaît très bien qu’en passant de ce que j’appelle la psychanalyse concrète, de ce qu’elle appelle la personnologie, à la métapsychologie, on prend plus de distance par rapport à l’expérience immédiate (LAGACHE, 1957, p. 96).

¹⁵ Traduzível por: *Notas adicionais sobre as implicações da psicanálise: metapsicologia e personalogia*.

¹⁶ La palabra “personalología” está tomada de Smuts, como un término conveniente para distinguir la ciencia de la personalidad de la metapsicología (BRIERLEY apud GUNTRIP, 1965, p. 107).

¹⁷ Da mesma forma, o autor C. Smuts parece não constar nas referências bibliográficas e no índice onomástico de todos os seis volumes das obras de D. Lagache, indicativo de que este se vale da “personalogia” com a operacionalidade efetuada já por M. Brierley.

relatório de grande repercussão na psicanálise francesa, particularmente entre os lacanianos:¹⁸ *A psicanálise e a estrutura da personalidade*, apresentado sob a forma de relatório no Colóquio de Royaumont, em 1958, e posteriormente publicado, em 1961, na revista *La psychanalyse*.

Esse trabalho de D. Lagache parece expressar um período de seu percurso intelectual em que o autor abandonara a perspectiva da “unidade da psicologia” por temas mais propriamente internos à psicanálise, notadamente a relação entre a investigação psicanalítica e a metapsicologia, indicando seu interesse de contribuir especificamente nesse domínio:

Em 1955 passei à cátedra de psicologia patológica, criada em 1905 para Georges Dumas, desempenhada depois dele por Charles Blondel e, mais tarde, por Gaston Poyer. Graças ao fato de que estive eficientemente apoiado, pude dar mais lugar à psicanálise [...]. Se as tarefas didáticas e administrativas continuavam absorventes, as condições de trabalho me permitiram completar vários trabalhos; o mais importante, na minha opinião, é *La psychanalyse et structure de la personnalité* (1958)¹⁹ (LAGACHE, 1982ee, p. 30).

Os comentários seguintes de D. Anzieu caucionam a observação de que esse período envolve uma mudança nas pesquisas de D. Lagache:

Foi com a aula inaugural [*A unidade da psicologia: psicologia experimental e psicologia clínica*] de Lagache na Sorbonne, publicada de forma desenvolvida em 1949, que culminou seu período psicológico. [...] A evolução seguinte na vida científica de Daniel Lagache está marcada por uma nova mudança voluntária em sua carreira. Com a aposentadoria de Georges Poyer, em 1955, obtive sua transferência da cadeira de psicologia geral para a de psicologia patológica. Passou a se dedicar, além de seus cursos, à orientação de uma quantidade considerável de teses – durante 20 anos não houve na França nenhuma defesa importante de Doutorado em Psicologia sem que Lagache fosse seu relator ou membro da banca – e ao ensino da psicanálise: da psicanálise teórica na Sorbonne, da prática psicanalítica na casa dele e no seu seminário de supervisão coletiva de casos. A psicanálise passou a tomá-lo por completo (ANZIEU, 2006, p. 201).

Outra mudança constatável no percurso de D. Lagache, a partir da década de 60, mas mantendo-se em domínio estritamente psicanalítico, é a prioridade dada à investigação sobre os conceitos “fantasia”, “fantasma” e “realidade”:

¹⁸ Como indicado anteriormente, J. Lacan redigiu um artigo intitulado *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: psicanálise e estrutura da personalidade*, em 1958, em que a noção de “estrutura” de D. Lagache é diferenciada rigorosamente da utilizada pelo estruturalismo.

¹⁹ En 1955 pasé a la cátedra de psicologia patológica, creada en 1905 para Georges Dumas y desempeñada después de él por Charles Blondel y más tarde por Gaston Poyer. Gracias a que estuve eficientemente secundado, pude dar más lugar al psicoanálisis [...]. Si bien las tareas didácticas y administrativas seguían siendo absorbentes, las condiciones de trabajo me permitieron completar varios trabajos; el más importante, a mi juicio, es “*La psychanalyse et la structure de la personnalité*” (1958) (LAGACHE, 1982ee, p. 30).

A estas notas, escritas em parte em 1961, devo acrescentar que os meus interesses e investigações nestes últimos anos se orientaram cada vez mais, ainda, às estruturas, movimentos e produtos do que nossos predecessores chamavam “a fantasia”. Sobre este tema escrevi muitos artigos, publicados ou inéditos, e um livro ainda não impresso que se chama *La Folle du Logis*, evocação de Descartes e Malebranche, assim como de Santa Teresa de Ávila: “A louca da casa”.²⁰ (LAGACHE, 1982ee, p. 30).

D. Lagache faleceu em 1972, no dia de seu aniversário, quando completou 69 anos de idade. O livro projetado, *La Folle du logis*, consta no sexto volume de suas Oeuvres.²¹

A etapa de elaboração teórica, no âmbito do percurso intelectual de D. Lagache, que mais adequadamente pode ser utilizada para fins comparativos com a “ciência da personalidade”, de J. Lacan, parece se caracterizar pelo projeto da “unidade da psicologia”.

Em primeiro lugar, porque é o primeiro momento em que D. Lagache assume, como ocorre na “ciência da personalidade”, uma postura de superação das dificuldades teóricas existentes entre a perspectiva fenomenológica e a psicanalítica. Nesse sentido, parece inteiramente legítimo considerar a “unidade da psicologia” como um projeto de articular um ponto de vista “objetivo” com o ponto de vista “subjetivo” da compreensão do sentido.

Em segundo lugar, o período dito “personalógico” de D. Lagache está inserido em problemáticas internas ao debate psicanalítico, e seria desmedido, ou inadequado, utilizá-lo para fins comparativos com a “ciência da personalidade”. A “personalogia”, como o próprio debate entre os dois autores já expressara, envolve elementos epistemológicos que seriam dimensionados mais adequadamente se comparados com o período já estruturalista, e propriamente psicanalítico, de J. Lacan.

Portanto, nesta pesquisa, os fundamentos conceituais da “psicogenia” e da “gênese social da personalidade” são comparados com os do “personalismo” e da “conduta”, respectivamente, cujo resultado permite constatar que o ponto de vista “objetivo” da “ciência da personalidade”, ao contrário do ponto de vista “objetivo” da “unidade da psicologia”, apresenta aberturas epistemológicas ao referencial estruturalista, posteriormente adotado por J. Lacan.

²⁰ A estas notas, escritas em parte em 1961, debo agregar que mis intereses y mis investigaciones en estos últimos años se orientaron hacia las “sublimaciones” y más aun hacia las estructuras, los movimientos y los productos de lo que nuestros predecesores llamaban todavía “la fantasia”. Sobre este tema escribi muchos artículos, publicados o ineditos, y un libro aún no impreso que titule *La Folle du Logis*, evocación de Descartes y de Malebranche, así como de Santa Teresa de Ávila: “La loca de la casa” (LAGACHE, 1982ee, p. 30).

²¹ Também sobre o título desse livro D. Anzieu informa incorretamente: “Quando a doença que viria a ser funesta interrompeu-o, estava trabalhando em um manuscrito intitulado, em homenagem a um pensamento de Pascal, *La folle du logis – structures, processus et produits fantasmatiques*”. Na verdade, D. Lagache não se refere a Pascal, mas sim a Descartes e Malebranche.

1.3 Perspectiva comparativa

Percebe-se a operacionalidade que assume, nesta pesquisa, a “objetividade” acerca do “subjetivo”, indicada por B. Ogilvie (1988), para o critério comparativo entre J. Lacan e D. Lagache, bem como para a avaliação das aberturas epistemológicas da “ciência da personalidade” ao referencial estruturalista.

Mas se B. Ogilvie indica as duas “filiações” da filosofia francesa, caracterizáveis, contemporaneamente, pelo estruturalismo, enquanto ponto de vista “objetivo”, e a fenomenologia, mais particularmente, na França, o existencialismo, enquanto ponto de vista “subjetivo”, ainda assim parece necessário, além da indicação, precisar as características epistemológicas dessa “objetividade”.

Essas características epistemológicas da “objetividade”, no entendimento desta pesquisa, podem ser apreendidas, sem desprender-se, por outro lado, das propriedades do referencial estruturalista, a partir da análise dos “modelos científicos constituintes” das ciências humanas, presente na obra *As palavras e as coisas*, de M. Foucault. É essa perspectiva, utilizada nesta pesquisa, para fins de um mapeamento epistemológico que norteie a comparação entre J. Lacan e D. Lagache, bem como entre as etapas do percurso intelectual do primeiro autor, que passa a ser investigada no segundo capítulo, a seguir.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ESTRUTURALISMO

Neste capítulo são abordados alguns aspectos do estruturalismo, envolvidos com sua formação histórica e seus princípios epistemológicos. Primeiramente, contextualiza-se a arqueologia do saber, de M. Foucault, que serve, neste capítulo, de referência para a investigação do estruturalismo. Em seguida, a partir desse referencial de M. Foucault, é apresentada a formação histórica do estruturalismo desde o ponto de vista dos modelos científicos que constituem as ciências humanas. Por último, apresenta-se, também desde o ponto de vista dos modelos científicos, o período histórico-epistemológico que reflete mais adequadamente o momento de elaboração dos projetos da “ciência da personalidade”, de J. Lacan, e da “unidade da psicologia”, de D. Lagache.

2.1 O contexto da arqueologia do saber na obra de M. Foucault

Em seu *História do estruturalismo*, F. Dosse apresenta a obra *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, de M. Foucault, do seguinte modo:

Como se viu, o acontecimento editorial do ano [1966], a melhor venda do verão, é incontestavelmente *Les mots et les choses* de Michel Foucault. Se Sartre pôde dizer que essa obra era esperada, nem por isso o seu sucesso causou menos surpresa ao editor [...]. Michel Foucault é carregado pela onda estruturalista e sua obra apresenta-se como a síntese filosófica da nova reflexão levada a efeito há uma quinzena de anos. Mesmo que o autor [M. Foucault] se distancie mais tarde do rótulo estruturalista, que considera infamante, situa-se, porém, de imediato, em 1966, no cerne do fenômeno: “O estruturalismo não é um método novo; é a consciência desperta e inquieta do saber moderno” (DOSSE, 2007, p. 425).

Sobre a frase final dessa passagem, “o estruturalismo não é um método novo; é a consciência desperta e inquieta do saber moderno”, talvez uma mais das famosas investigações do livro *As palavras e as coisas*, a que se refere ao quadro *As meninas*, de Velásquez, pode servir de índice para se entender a mudança de posicionamento de M. Foucault quanto ao estruturalismo:

Todas as linhas interiores do quadro [...] apontam para aquilo que é representado mas está ausente. Ao mesmo tempo objeto – por ser o que o artista representado está em via de recopiar sobre a tela – e sujeito – visto que o pintor tinha diante dos olhos

ao se representar no seu trabalho era ele próprio, visto que os olhares figurados no quadro estão dirigidos para esse lugar fictício da personagem régia que é o lugar real do pintor, visto finalmente que o hóspede desse lugar ambíguo [...] é o espectador cujo olhar transforma o quadro num objeto, pura representação dessa ausência essencial (FOUCAULT, 2002, p.424).

Ao analisar a obra foucaultiana, em *O discurso filosófico da modernidade*, J. Habermas, pesquisador contemporâneo da reconhecida *Escola de Frankfurt*, tece o seguinte comentário:

Em *As palavras e as coisas* (1966), Foucault examina as formas modernas do saber (ou epistemes) que estabelecem para as ciências o horizonte intransponível de conceitos fundamentais. [...] Foucault centra o seu interesse nos dois limiares históricos de transição do Renascimento para o Classicismo e da época clássica para a modernidade²² (HABERMAS, 2000, p. 361).

Nesse sentido, ainda de acordo com esse autor, a análise da obra de Velásquez pontuaria o momento da passagem da época clássica para a moderna:

[Na época clássica] Graças à sua autonomia, o signo serve à representação das coisas a despeito de si mesmo: nele se encontram a representação do sujeito e o objeto representado, formando uma ordem na corrente das representações. A linguagem se desfaz em sua função de reproduzir a realidade, como diríamos hoje em dia, e restitui ao mesmo plano tudo o que é, em geral, representável – a natureza dos sujeitos representados não é diferente daquela dos objetos representados. Em seu “quadro”, a natureza dos sujeitos representados não goza, portanto, de nenhum privilégio sobre a natureza das coisas. [...] É exatamente isso o que caracteriza ao mesmo tempo os limites da forma não reflexiva do saber da época clássica. O saber é completamente dependente da função representativa da linguagem sem poder abarcar o próprio processo da representação, a operação de síntese efetuada enquanto tal pelo sujeito da representação. Foucault destaca esse limite em sua surpreendente interpretação do famoso quadro *As meninas*, de Velásquez (Ibid., p. 363-364).

Além disso, o quadro de Velásquez também serve para demonstrar, mas de modo necessário, a relatividade histórica do “homem” enquanto objeto dado a um conhecimento epistemológico:

No pensamento clássico, aquele para quem a representação existe, e que nela se representa a si mesmo, aí se reconhecendo por imagem ou por reflexo, aquele que trama todos os fios entrecruzados da “representação em quadro” –, esse jamais se encontra lá presente. Antes do fim do século XVIII, o homem não existia. Não mais

²² *Grosso modo*, o termo *episteme* designa a maneira particular de como se articula o saber de um período histórico. De acordo com a perspectiva “arqueológica” empreendida por Foucault (2002) essa articulação do saber não reside, contudo, na filosofia ou na ciência, mas em um “solo”, ou um “espaço” epistêmico que as condiciona e por isso, principalmente, a episteme também designa uma espécie de estrutura impensada pelas disciplinas que ela determina. Quando há passagem de uma episteme para outra, ocorre uma ruptura, uma reconfiguração do saber de uma determinada época.

que a potência da vida, a fecundidade do trabalho ou a espessura histórica da linguagem. [...] Mas não havia consciência epistemológica do homem como tal. A *epistémê* clássica se articula segundo linhas que de modo algum isolam um domínio próprio e específico do homem (FOUCAULT, 2002, p. 425).

Somente a partir da época moderna,

Quando a história natural se torna biologia, quando a análise das riquezas se torna economia, quando sobretudo a reflexão sobre a linguagem se faz filologia e se desvanece esse discurso clássico em que o ser e a representação encontravam seu lugar-comum, então no momento profundo de tal mutação arqueológica, o homem aparece em sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece: [...] espectador olhado, surge ele aí, nesse lugar do Rei que, antecipadamente, lhe designavam *Las Meninas*, mas donde, durante longo tempo, sua presença real foi excluída (Ibid., p. 430).

Mas sendo que, de acordo com Habermas (2000, p. 356), Foucault pretendia seguir o projeto nietzscheano de desconstrução da racionalidade, “por meio de uma historiografia que se apresenta como anticiência”, a consciência moderna não é entendida, nesse caso, necessariamente como um “progresso”:

Como se nesse espaço vacante, em cuja direção estava voltado todo o quadro de Velásquez, mas que ele, contudo, só refletia pelo acaso [...] todas as figuras que se suspeitava a alternância, a exclusão recíproca, o entrelaçamento e a oscilação (o modelo, o pintor, o rei, o espectador) cessassem de súbito sua imperceptível dança, se imobilizassem numa figura plena e exigissem que fosse enfim reportado a um olhar de carne todo o espaço da representação (Ibid., p. 430).

Desse modo, se a crítica ao pensamento moderno parece bastante conciliável com o estruturalismo,

O seu projeto de arqueologia das ciências humanas (originalmente a obra deveria ter por subtítulo “Arqueologia do estruturalismo”) é definido por Foucault nesse programa como a expressão da vontade de fazer aparecer a nossa cultura numa posição de estranheza semelhante à maneira como percebemos os nhambiquara descritos por Lévi-Strauss (DOSSE, 2007, p. 426).

A própria investigação histórica das epistemes, por outro lado, acabaria mitigando a expectativa depositada no estruturalismo:

Evidentemente, nesse momento Foucault considerava que só o estruturalismo contemporâneo, a etnologia de Lévi-Strauss e a psicanálise de Lacan eram capazes de “pensar o vazio do homem desaparecido”. O subtítulo *Arqueologia do estruturalismo*, originalmente previsto para o livro, não tinha em absoluto uma intenção crítica. Mas foi preciso desfazer essa perspectiva assim que se tornou claro que o estruturalismo já havia oferecido secretamente o modelo do representacionalismo semiótico para a descrição da forma clássica do saber. Uma

superação estruturalista do pensamento antropocêntrico não significaria, então, uma suplantação da modernidade, mas apenas a renovação explícita da forma de saber proto-estruturalista da época clássica (HABERMAS, 2000, p. 375).

Além da constatação de que o estruturalismo não seria necessariamente uma autêntica superação da consciência moderna, mas uma renovação do saber clássico, outra dificuldade encontrada por Foucault estaria em certo laivo de pensamento moderno que ainda se podia sentir em *As palavras e as coisas*:

Foucault devia irritar-se com a visível afinidade existente entre sua arqueologia das ciências humanas e a crítica heideggeriana à metafísica da época moderna. As epistemes ou formas de saber do Renascimento, do classicismo e da modernidade assinalam cesuras de época, e, simultaneamente, estágios na formação daquela compreensão do Ser centrada no sujeito que Heidegger analisara com conceitos análogos desde Descartes até Nietzsche, passando por Kant. [...] Por essa razão, Foucault terá de renunciar definitivamente ao conceito de episteme (Ibid., p. 373-374).

Os pesquisadores sobre a história do estruturalismo assinalam, no percurso de M. Foucault, o mesmo momento de renúncia ao conceito de episteme:

Mas é essa noção de episteme a que formulará o maior número de indagações, não somente aquela, não resolvida, de saber como se passa de uma episteme a outra, mas também a que se apresenta ao próprio Foucault: a partir de que episteme ele fala? Essa noção, onipresente em 1966 em *Les mots et les choses*, será contestada a tal ponto que não se encontra em toda a obra ulterior de Foucault (DOSSE, 2007, p. 434).

Mas a dificuldade encontrada por Foucault, no dizer de Habermas (2000, p. 375), ante a “exigência estruturalista de que toda formação discursiva tem que ser entendida a partir de si mesma” talvez seja o principal fator envolvido com sua mudança de postura a respeito do estruturalismo.

Tal “exigência estruturalista” não deixaria de se caracterizar como de difícil conciliação com os interesses de prévias pesquisas efetuadas por M. Foucault sobre “práticas de poder” que fundamentariam a racionalidade e o conhecimento. Anteriormente, em *História da loucura* (1961), Foucault já havia demonstrado que as “práticas institucionalmente consolidadas na organização interna dos estabelecimentos [manicomiais] são a base para um conhecimento da loucura que [...] lhe confere a objetividade de uma patologia elevada a conceito, classificando-a assim no universo da razão” (Ibid., 2000, p. 345-346).

No percurso intelectual de Foucault essa dificuldade conduzirá, posteriormente, o autor a afirmar-se na perspectiva histórica ou “genealógica” debruçada sobre os “dispositivos do poder”:

Foucault contorna essa dificuldade abandonando a autonomia das formas do saber [estruturalismo] em favor de sua fusão em tecnologias de poder e subordinando a arqueologia do saber a uma genealogia que explica a formação do saber a partir das práticas de poder. Essa teoria do poder convém também à solução dos outros dois problemas: Foucault pode, assim, deixar para trás a filosofia do sujeito sem recorrer ao modelo estruturalista ou ao modelo da história do Ser [Heidegger], que (segundo sua própria análise) ainda estão presos seja à sua forma clássica do saber, seja à forma moderna (Ibid., p. 376).

As mudanças ocorridas no percurso intelectual de M. Foucault não interferem, muito pelo contrário, na legitimidade da história do estruturalismo presente em *As palavras e as coisas*. A possibilidade de se articular, na obra lacaniana, os trabalhos anteriores ao estruturalismo com seu período propriamente estruturalista, mediante a historiografia presente em *As palavras e as coisas*, o trabalho “mais estruturalista no percurso de Foucault” (DOSSE, 2007, p. 433), não pode ser entendida senão como uma corroboração da hipótese de aberturas epistemológicas presentes na “ciência da personalidade”.

2.2 História do estruturalismo e modelos constituintes

Se o estruturalismo pode ser definido pela adoção do modelo lingüístico realizada pelas ciências humanas, pois,

É nesse sentido que o conceito de estrutura surge na antropologia social nos anos 40, quando a concepção de estrutura desenvolvida na lingüística (Saussure) e na fonologia (Troubetskoy e Jakobson) permitiu um acesso inventivo para a racionalidade das ciências da cultura, na leitura empreendida por Lévi-Strauss dos sistemas de parentesco. O *modelo da linguagem* como estrutura foi a matriz teórica do pensamento estrutural. [...] Com isso, pretendia-se ultrapassar a idéia dominante de organização, que se inscrevia no registro da consciência, e inserir a concepção de estrutura no registro do inconsciente. [...] (BIRMAN, 1994, p. 138).

É, portanto, plausível pensar que qualquer investigação histórica envolvida com o tema do estruturalismo não pode prescindir de explicitar as características, no escopo das ciências humanas, de um modelo científico. Essas características são tomadas por objeto de investigação neste momento.

F. Dosse descreve o método utilizado por Foucault, em *As palavras e as coisas*, da seguinte maneira:

Foucault procede a uma desconstrução da história à maneira do cubismo, à sua fragmentação numa constelação desumanizada. A unidade temporal é, nesse caso, apenas ficcional, não obedece à necessidade alguma. [...] Entretanto, ao contrário do estruturalismo lévi-straussiano, Foucault não se furta à historicidade, tornando-a até como campo privilegiado de análise, lugar por excelência de sua pesquisa arqueológica, mas para localizar aí as descontinuidades que a trabalham, a partir de grandes fraturas que justapõem cortes sincrônicos coerentes (DOSSE, 2007, p. 432).

Nesse sentido, a formação do campo epistemológico moderno, por mais que haja “prestígio das classificações e das hierarquias lineares à maneira de Comte” (FOUCAULT, 2002, p. 478), deve-se a uma ruptura com a organização clássica, configurando um novo “triedro dos saberes”:

A partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta [...]. Antes, deve-se representar o domínio da *epistémê* moderna como um espaço volumoso e aberto segundo três dimensões. Numa delas, situar-se-iam as ciências matemáticas e físicas, para as quais a ordem é sempre um encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes ou verificadas; haveria, em outra dimensão, ciências (como as da linguagem, da vida, da produção e da distribuição das riquezas) que procedem ao estabelecimento de relações entre elementos [...] de sorte que elas pudessem estabelecer entre eles relações causais e constantes de estrutura. Essas duas primeiras dimensões definem entre si um plano comum: [...] campo de aplicação das matemáticas a essas ciências empíricas, ou domínio do matematizável na lingüística, na biologia e na economia. Quanto à terceira dimensão, seria a da reflexão filosófica [...]; com a dimensão da lingüística, da biologia e da economia, ela delineia um plano comum: [...] as diversas filosofias da vida, do homem alienado, das formas simbólicas [...]; mas, lá também apareceram, se se interrogar de um ponto de vista radicalmente filosófico o fundamento dessas empiricidades, ontologias regionais, que tentam definir o que são, em seu lugar próprio, a vida, o trabalho e a linguagem; enfim, a dimensão filosófica define com a das disciplinas matemáticas um plano comum: o da formalização do pensamento (Ibid., p.479-480).

Mas se as ciências humanas surgem, eminentemente, da ruptura moderna, elas não deixam de possuir um lugar atípico no escopo desse triedro epistemológico:

Desse triedro epistemológico, as ciências humanas são excluídas, no sentido ao menos de que não podem ser encontradas em nenhuma das dimensões, nem à superfície dos planos assim delineados. Mas, pode-se também dizer que elas são incluídas por ele, pois é no interstício desses saberes [...] que elas encontram seu lugar. Essa situação (menor num sentido, privilegiada noutro) coloca-as em relação com todas as outras formas de saber: têm o projeto, mais ou menos protelado [...] de utilizarem [...] uma formalização matemática; procedem segundo modelos tomados à biologia, à economia e às ciências da linguagem; endereçam-se, enfim, a esse modo de ser do homem que a filosofia busca pensar ao nível da finitude radical (Ibid., p. 480).

O modo como as ciências humanas transitam nesse triedro epistemológico lhes confere suas especificidades. Diante dos saberes das ciências exatas não se encontra maior relevância na constituição de um domínio próprio às ciências humanas:

Em outros termos, entre as três dimensões que abrem às ciências humanas seu espaço próprio [...], a das matemáticas é talvez a menos problemática; é com ela, em todo caso, que as ciências humanas entretêm as relações mais claras, mais serenas e, de certo modo, mais transparentes: tanto mais que o recurso às matemáticas, sob uma forma ou outra, sempre foi a maneira mais simples de emprestar ao saber positivo sobre o homem um estilo, uma forma, uma justificação científica (Ibid., p. 485).

Por outro lado,

Em contrapartida, as dificuldades mais fundamentais, as que permitem melhor definir o que são, em sua essência, as ciências humanas, alojam-se do lado das outras duas dimensões do saber: aquela em que se desenrola a analítica da finitude [filosofia] e aquela ao longo da qual se repartem as ciências empíricas que tomam por objeto a linguagem, a vida e o trabalho (Ibid., p. 485).

Portanto, as ciências humanas são mais propriamente definidas a partir de suas relações, ou seu modo de transitar, com a filosofia e com as ciências, no entendimento foucaultiano, empíricas.

O surgimento das ciências humanas é, historicamente, contíguo ao aparecimento das ciências empíricas, acarretando, por vezes, disputas hierárquicas entre os dois domínios:

Pode-se, portanto, fixar o lugar das ciências do homem nas vizinhanças, nas fronteiras imediatas e em toda extensão dessas ciências em que se trata da vida, do trabalho e da linguagem. Não chegam estas [ciências humanas] justamente a se formar na época em que, pela primeira vez, o homem se oferece à possibilidade de um saber positivo? Contudo, nem a biologia, nem a economia nem a filologia devem ser tomadas como as primeiras ciências humanas nem como as mais fundamentais (Ibid., p. 486).

Contudo, diferentemente das ciências empíricas, as ciências humanas se dirigem a um outro nível ontológico de análise das condições de possibilidade do objeto, e assim se aproximam do saber filosófico:

Mas não se pergunta por que é que a biologia ou a fisiologia humanas, por que é que a anatomia dos centros corticais da linguagem não podem, de modo algum, ser consideradas como ciências do homem. É que o objeto destas últimas jamais se dá ao modo de ser de um funcionamento biológico [...]; ele é antes o seu reverso, sua marca no vazio; ele começa lá onde pára – não a ação ou os efeitos – mas o ser próprio desse funcionamento [...]; a busca das ligações intracorticais [...] não é da alçada das ciências humanas; mas estas encontrarão seu espaço de desempenho,

desde que se interrogue esse espaço de palavras, essa presença ou esse esquecimento de seu sentido, essa distância entre o que se quer dizer e a articulação em que essa intenção é investida, coisas de que o sujeito talvez não tenha consciência, mas que não teriam nenhum modo de ser assinalável se esse mesmo sujeito não tivesse representações (Ibid., p. 486-487).

A elegância da distinção acima está em mostrar a diferença de posicionamento dessas duas ordens de ciências diante do setor da “representação”: não há propriamente um “empirismo”, nas ciências humanas, elas visam – e é nisso que se diferenciam – ao que escapa à representação do objeto das ciências mais empíricas.

Apesar de compartilharem um mesmo plano de distanciamento do empírico, as ciências humanas e a filosofia diferem entre si, por outro lado, quanto ao modo de inteligibilidade desse mesmo distanciamento: “Mas aquilo que a analítica da finitude requer na interioridade ou ao menos na dependência profunda de um ser que não deve sua finitude senão a si mesmo, as ciências humanas o desenvolvem na exterioridade do conhecimento” (Ibid., p. 489).

Essa “exterioridade” do conhecimento está relacionada com o lugar epistemológico, e não somente histórico, das ciências humanas face às ciências empíricas. As ciências humanas, apesar de se distanciarem do objeto empírico, tornam inteligível um objeto que lhes seja próprio a partir de categorias localizadas nas ciências biológicas, econômicas e lingüísticas.

Do mesmo modo que o espaço epistemológico determina não ser fator decisivo para a constituição das ciências humanas o relacionamento delas com as matemáticas, também a influência dos modelos científicos dessas últimas não se apresenta essencial àquelas. Os modelos das ciências exatas, embora sejam necessários para formalização do conhecimento, não aparecem diretamente envolvidos com a constituição do “objeto” das ciências humanas. Por outro lado,

Mas há também os modelos constituintes que não são, para as ciências humanas, técnicas de formalização nem simples meios para, com o menor esforço, imaginar processos; eles permitem formar conjuntos de fenômenos como tantos “objetos” para um saber possível; [...]. Desempenham o papel de “categorias” no saber singular das ciências humanas. Esses modelos constituintes são tomados de empréstimo aos três domínios da biologia, da economia e da linguagem (Ibid., p. 493).

Cada modelo “constituente” define-se por pares de categorias. No modelo biológico há a função e a norma. O modelo econômico possui o conflito e a regra. E o modelo lingüístico articula a significação e o sistema. “Assim, estes três pares, *função e norma, conflito e regra,*

significação e sistema, cobrem, por completo, o domínio inteiro do conhecimento do homem” (Ibid., p. 494).

Os pares dos modelos constituintes não são simples instrumentos para a classificação ou organização de observações empíricas, mas se situam no plano das condições de possibilidade de se conhecer o próprio objeto:

Compreende-se, assim, por que essas grandes categorias podem organizar todo o campo das ciências humanas: é que elas o atravessam de ponta a ponta, mantêm à distância, mas também reúnem as positividades empíricas da vida, do trabalho e da linguagem (a partir das quais o homem historicamente destacou-se como figura de um saber possível) às formas que caracterizam o modo de ser do homem [...]. Essas categorias não são, pois, simples conceitos empíricos de uma bem grande generalidade; elas são, na verdade, aquilo a partir do qual o homem pode oferecer-se a um saber possível (Ibid., p. 501-502).

Mas se os modelos constituintes não estão no plano do objeto empírico, eles permitem, por outro lado, e nisso diferem da filosofia, que essas possibilidades de representação do objeto sejam expressas de forma positiva, “exterior” ao sujeito da autocrítica filosófica:

[Os modelos constituintes] Definem a maneira como as empiricidades podem ser dadas à representação, mas sob uma forma que não está presente à consciência [...]; por outro lado, definem a maneira como a finitude fundamental pode ser dada à representação sob uma forma positiva e empírica, mas não transparente à consciência ingênua (nem a norma, nem a regra, nem o sistema são dados à consciência cotidiana: atravessam-na, dão lugar a consciências parciais, mas não podem ser inteiramente aclarados senão por um saber reflexivo) (Ibid., p. 502).

A importância concedida a cada um desses modelos constituintes, durante o período moderno, fundamenta os diferentes paradigmas encontrados na história das ciências humanas:

Poder-se-ia talvez retrair toda a história das ciências humanas desde o século XIX, a partir desses três modelos. Com efeito, eles cobriram todo o seu devir, pois que se pode seguir, há mais de um século, a dinastia de seus privilégios: primeiro o reino do modelo biológico [...]; depois vem o reino do modelo econômico [...]; enfim – assim como Freud vem após Comte e Marx – começa o reino do modelo filológico [...] e lingüístico (Ibid., p. 497).

Uma modificação importante, contudo, realizada no interior desses modelos científicos antecede ou prepara a virada lingüística na história das ciências humanas. Trata-se da “reversão” (Ibid., 498) que “fez recuar o primeiro termo de cada um dos pares constituintes (função, conflito, significação) e fez surgir com mais intensidade a importância do segundo (norma, regra, sistema)”.

Essa reversão, historicamente contígua ao estruturalismo, na primeira metade do século XX, caracteriza-se pelo primado da organização sobre os elementos, enfatizando-se a precedência da sincronia dessa organização sobre as evoluções isoladas de seus elementos:

É preciso não esquecer que historicamente o conceito de organização antecedeu o desenvolvimento do conceito de estrutura na história das ciências humanas, sendo pois o momento inaugural na constituição de uma razão estrutural no campo desses saberes, e que se contrapunha sistematicamente a uma razão elementarista e atomista. Esse desenvolvimento teórico é bastante evidente na história da biologia, da psicologia, da sociologia, da lingüística, da ciência política e da economia (BIRMAN, 1993, p. 145).

Além disso, a reversão epistemológica no interior de cada modelo prepara a reflexão estrutural de que o domínio das leis que escapam à representação deve preponderar sobre as relatividades empíricas do objeto:

Tudo pode ser pensado na ordem do sistema, da regra e da norma. Ao pluralizar-se – visto que os sistemas são isolados, que as regras formam conjuntos fechados e que as normas se estabelecem na sua autonomia – o campo das ciências humanas achou-se unificado [...] Essa passagem para o ponto de vista da norma, da regra e do sistema nos aproxima de um problema deixado em suspenso: o do papel da representação nas ciências humanas. [...] E agora não será preciso reconhecer que o que é específico da norma em relação à função que ela determina, da regra em relação ao conflito que ela rege, do sistema em relação à significação que ele torna possível está precisamente em não serem dados à consciência? Às duas vertentes históricas já isoladas [história e reversão dos modelos] não será preciso acrescentar uma terceira e dizer que, desde o século XIX, as ciências humanas não cessaram de aproximar-se dessa região inconsciente onde a instância da representação é mantida em suspenso? (FOUCAULT, 2002, p. 499-500).

A psicanálise – lacaniana – e a etnologia – Lévi-straussiana – , nesse ponto, apareceriam, portanto, como formas de um conhecimento melhor situado, além de eminentemente crítico, no escopo das ciências humanas e do pensamento moderno:

A psicanálise e a etnologia ocupam, no nosso saber, um lugar privilegiado. Não certamente porque teriam, melhor que qualquer outra ciência humana, embasado sua positividade e realizado enfim o velho projeto de serem verdadeiramente científicas; antes, porque, nos confins de todos os conhecimentos sobre o homem, elas formam seguramente um tesouro inesgotável de experiências e de conceitos, mas, sobretudo, um perpétuo princípio de inquietude, de questionamento, de crítica e de contestação (Ibid., p. 517).

O paradoxo, ou como dizem os franceses, o “escândalo” desse lugar em que se encontram a psicanálise e a etnologia na epistemologia contemporânea, talvez possa ser ilustrado em uma expressão utilizada por Habermas, ao comentar a obra foucaultiana.

Habermas se refere à segurança conceitual que há em se apoiar na – até então – *selva* do inconsciente:

[As ciências humanas] com menos defesas que a ciência da história, que ao menos dispõe do potencial cético de relativização histórica, mas sobretudo mais desprotegidas que a etnologia e a psicanálise, pois essas, em todo caso, movem-se, (com Lévi-Strauss e Lacan) reflexivamente na selva da inconsciência tanto estrutural quanto individual (HABERMAS, 2000, p. 371).

Tanto a psicanálise como a etnologia têm como objeto as condições de possibilidade da representação moderna. A psicanálise, desde sempre, já se situara, com S. Freud, nesse plano de análise:

A psicanálise, com efeito, mantém-se o mais próximo possível desta função crítica acerca da qual se viu que era interior a todas ciências humanas. Dando-se por tarefa fazer falar através da consciência o discurso do inconsciente, a psicanálise avança na direção desta região fundamental onde se travam as relações entre o representado e a finitude. Enquanto todas as ciências humanas só se dirigem ao inconsciente virando-lhes as costas, esperando que ele se desvele à medida que se faz, como que por recuos, a análise da consciência, já a psicanálise aponta diretamente para ele, de propósito deliberado (FOUCAULT, 2002, p. 518).

Mas somente com o advento do modelo lingüístico nas ciências humanas é que, no interior do debate epistemológico, o inconsciente assumiu o estatuto de lugar racionalmente privilegiado para a inteligibilidade objetiva das condições de representação. A passagem a seguir, de Lévi-Strauss, indica esse posicionamento estruturalista:

O risco trágico que espreita sempre o etnógrafo, lançado nesse empreendimento de identificação [com a vivência do indígena], é ser vítima de um *mal-entendido*; ou seja, que a apreensão subjetiva à qual chegou não apresente com a do indígena nenhum ponto em comum, fora de sua subjetividade mesma. Essa dificuldade seria insolúvel, as subjetividades sendo, por hipótese, incomparáveis e incomunicáveis, se a oposição entre mim e outrem não pudesse ser superada num terreno, que é também aquele onde o objetivo e o subjetivo se encontram: referimo-nos ao inconsciente. De um lado, as leis da atividade inconsciente estão sempre fora da apreensão subjetiva (podemos tomar consciência delas, mas como objeto); e de outro, no entanto, são elas que determinam as modalidades dessa apreensão (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 27-28, grifos do autor).

No que diz respeito a esta pesquisa, os trabalhos iniciais de J. Lacan, anteriores à presença do modelo constituinte lingüístico, devem ser investigados a partir de uma perspectiva que indique, dentre os recursos ou modelos científicos então disponíveis, as características que epistemologicamente justifiquem, historicamente, sua adesão ao estruturalismo.

Nesse sentido, se, acompanhando a seguinte a observação de M. Foucault, é possível dizer que:

No horizonte de toda ciência humana, há o projeto de reconduzir a consciência do homem às suas condições [...], às formas que a fizeram nascer e que nela se esquivam; é por isso que o problema do inconsciente – sua possibilidade, seu estatuto, seu modo de existência [...] – não é somente um problema interior às ciências humanas e que elas encontrassem ao acaso em seus procedimentos; é um problema que é, afinal, co-extensivo à sua própria existência (FOUCAULT, 2002, p. 504).

Então a investigação sobre os trabalhos iniciais de J. Lacan deve se concentrar na indicação de problemáticas e aberturas epistemológicas que sejam “co-extensivas” às efetuadas pelo estruturalismo. Essas indicações são efetuadas no terceiro capítulo, quando são investigadas as noções de psicogenia e gênese social, presentes na “ciência da personalidade”.

2.3 A epistemologia da reversão, a ciência da personalidade e a unidade da psicologia

Nesta parte da pesquisa são investigadas as características da “reversão” ocorrida nos pares dos modelos constituintes, a partir das décadas de 20 e 30. Além disso, as referências teóricas de J. Lacan e D. Lagache são avaliadas de acordo com a sua adequação – ou não – a essas características da “reversão”.

Os protagonistas da “reversão” seriam Goldstein, Mauss e Dumézil: “Goldstein, Mauss e Dumézil podem representar, quase igualmente, o momento em que se realizou a reversão em cada um dos modelos” (Ibid., p. 498).

A respeito do modelo filológico, pode-se dizer que a obra de G. Dumézil pouco repercutiu, ao menos diretamente, durante o período da “reversão”, anterior ao estruturalismo, no domínio da psicologia, psicopatologia e psicanálise. O comentário seguinte esclarece alguns pontos sobre a posição desse autor na história do estruturalismo:

Dumézil situa seu método numa posição intermediária entre a pesquisa de elementos exógenos aos mitos para explicá-los e a de um confinamento numa estrutura interna independente daquilo a que os mitos remetem. Integrando ao mesmo tempo a articulação dos conceitos entre si em sua estrutura própria e os aspectos do universo tratados nos mitos, Dumézil situa-se a meio caminho entre os filólogos comparatistas do século 19 e o método estruturalista (DOSSE, 2007, p. 71).

Não seria descabido, portanto, considerar que no âmbito do modelo filológico os fenômenos se configuravam, nas etapas das obras de J. Lacan e D. Lagache investigadas nesta pesquisa, como se não houvesse a “reversão”. Nesse sentido, utilizando os termos de M. Foucault, tanto para J. Lacan como para D. Lagache ainda “o ponto de vista da significação prevalecia sobre o do sistema, separava-se o significante e o não-significante, admitia-se que em certos domínios do comportamento humano ou do espaço social havia sentido e que em outros não” (FOUCAULT, 2002, p. 498).

Particularmente quanto ao modelo filológico anterior à “reversão”, a obra de W. Dilthey (1986) parece ser bastante representativa, ao enfatizar que as ciências humanas visam à “compreensão” do sentido, enquanto as ciências naturais à “explicação” causal.

Além disso, assunto do terceiro capítulo, essa demarcação de W. Dilthey repercute na obra *Psicopatologia geral*, de K. Jaspers, que serviu, inicialmente, para J. Lacan e D. Lagache localizarem problemáticas epistemológicas em suas investigações.

Por último, o questionamento dos limites desse universo da compreensão, as possibilidades de aproximação de uma “reversão” no modelo filológico, J. Lacan e D. Lagache descobrem mediante a influência da própria psicanálise:

E se se lembrar que Freud, mais do que qualquer outro, aproximou o conhecimento do homem de seu modelo filológico e lingüístico, mas que foi também o primeiro a tentar apagar radicalmente a oposição entre o positivo e o negativo (o normal e o patológico, o compreensível e o incomunicável, o significante e o não-significante), compreende-se de que modo anuncia ele [Freud] a passagem de uma análise em termos de funções, de conflitos e significações para uma análise em termos de norma, de regras e sistemas (Ibid., p. 499).

Mas se a psicanálise contribuiu para a adoção do modelo lingüístico, ela mesma, por ainda não haver nas ciências humanas a referência principal da ciência lingüística, passava à formalização teórica mediante modelos biológicos, cujas categorias servem à psicologia, ou modelos econômicos, cujas categorias servem à sociologia.

São esses dois últimos modelos, quando se investiga um período anterior ao estruturalismo, e no campo da psicanálise, que constam como instrumentos para a representação formal e objetiva das próprias investigações psicanalíticas, apesar da antecipação epistemológica dessas últimas.

Mediante essas duas possibilidades de modelos científicos, mas também pelos modos particulares de adesão a eles, é possível definir um critério de divergência teórica radical entre J. Lacan e D. Lagache, apesar de serem suas investigações bastante aproximáveis, bem como a razão de apenas um deles ter adotado o referencial estruturalista.

Uma localização mais específica do ponto em que divergem os dois autores, quanto à escolha dos modelos científicos, pode ser realizada mediante a análise da obra de G. Politzer. No livro *Crítica dos fundamentos da psicologia*, G. Politzer, a fim de fundamentar uma “psicologia concreta”, reconhece o valor do “método” psicanalítico, mas aponta a necessidade de renovar a “doutrina”, ou arcabouço teórico da psicanálise, expressando, em domínio mais restrito, a temática de um modelo científico satisfatório à sofisticação da psicanálise. A localização dessa divergência na escolha dos modelos científicos em J. Lacan e D. Lagache, a partir da obra de G. Politzer, que, aliás, influenciou ambos os autores, será indicada ainda neste capítulo.

Do mesmo modo, consta no terceiro capítulo a operacionalidade que assume cada modelo científico nos sistemas teóricos de J. Lacan e D. Lagache. Essa operacionalidade pode ser apreciada somente ao se considerar problemáticas epistemológicas às quais ela responde, e os autores, Ch. Blondel, no caso de J. Lacan, e W. Stern, no caso de D. Lagache, que a propuseram com antecedência.²³

Neste capítulo, por ora, há o objetivo de promover uma visualização epistemológica do momento das “reversões”, que parece melhor caracterizar o grau de elaboração teórica dos períodos investigados de J. Lacan e D. Lagache nesta pesquisa.

Com a “reversão” no modelo biológico, as normas passaram a preponderar sobre as funções. Anteriormente,

enquanto o ponto de vista da função prevalecia sobre o da norma (enquanto não era a partir da norma e do interior da atividade que a estabelece que se tentava compreender a realização da função) [...] admitia-se assim, uma psicologia patológica bem ao lado da normal, mas para ser como que sua imagem invertida (daí a importância do esquema jacksoniano da desintegração em Ribot ou Janet (Ibid., p. 498).

A diferença entre o esquema jacksoniano, anterior à “reversão”, e o de K. Goldstein, que demarca a “reversão”, não pode ser desconsiderada na caracterização das etapas teóricas investigadas de J. Lacan e D. Lagache. Pois, sendo que tais etapas apresentam pontos em comum com as “reversões”, não seria correto afirmar que, por se valerem de perspectivas psicogenéticas, ou anteriores ao estruturalismo, os dois autores com isso admitissem que a psicologia patológica fosse o inverso evolutivo da psicologia normal. As concepções desses

²³ Ch. Blondel ressalta a importância do domínio sociológico, a partir da obra de L. Lévy-Bruhl, na psicopatologia, enquanto W. Stern, ao considerar a “vida” elemento comum à “vivência” e ao “bios”, supõe inadequada a distinção entre domínios psíquicos e biológicos, e admite ser essa sua concepção semelhante à de K. Goldstein.

dois neurologistas, H. Jackson e K. Goldstein, e as divergências entre elas, permitem apreender as modificações ocorridas no modelo biológico.

O modelo jacksoniano, do desenvolvimento da patologia enquanto “imagem invertida” do desenvolvimento normal, consistia na oposição entre “evolução” e “dissolução” do sistema nervoso. A “evolução” é a passagem do “simples” e “mais organizado” ao “complexo” e “menos organizado”. A “dissolução” seria o reverso da “evolução”: as atividades dos centros nervosos superiores – mais complexas e por isso mais sujeitas à desordem – são as inicialmente afetadas na patologia, embora evolutivamente tenham sido as últimas a se produzirem:

A dissolução, por ser o reverso do processo de evolução, necessita de poucos esclarecimentos. Trata-se de um processo oposto ao desenvolvimento; trata-se de uma decomposição do menos organizado, mais complexo e mais voluntário em direção ao mais organizado, mais simples e automático (JACKSON, 2003, p. 56).

Na obra de H. Jackson, o “mais organizado” é etapa inferior ao “menos organizado”, no sentido de um núcleo mais resistente à “desorganização”. Assim, os centros nervosos inferiores seriam mais resistentes à desordem do que os centros nervosos superiores. “Evolução é a passagem do mais organizado para o menos organizado; ou seja, dos centros inferiores, melhor organizados, em direção aos centros superiores, menos organizados” (Ibid., p. 155).²⁴ A noção de “imagem invertida” sustentava um paralelismo entre a patologia mental e a regressão a estados anteriores do desenvolvimento psíquico.

Por outro lado, na obra de K. Goldstein, não se observa uma “imagem invertida” da psicologia patológica a respeito da psicologia normal. A relevância das concepções de K. Goldstein reside, além disso, na repercussão delas em D. Lagache, e também nos trabalhos de filósofos franceses influentes, como G. Canguilhem e M. M-Ponty:

Durante o período de 1941-1942, Canguilhem assiste ao curso de Lagache e acompanha sua apresentação de enfermos. Num caderninho marrom de espiral, toma algumas notas. Entre elas figura o nome de Kurt Goldstein, neurologista alemão emigrado para os Estados Unidos. Antes de Merleau-Ponty, Lagache é o primeiro na França a dar a conhecer os trabalhos desse eminente especialista. Canguilhem se lembrará disso ao redigir sua tese sobre o normal e o patológico (ROUDINESCO, 1988, p. 237-238).

²⁴ Na obra de P. Janet, essa influência jacksoniana pode ser constatada na idéia de que o mais simples e organizado é mais automático (funções psíquicas inferiores) e o mais complexo e desorganizado é mais voluntário (funções psíquicas superiores), sendo este último setor o primeiro a desintegrar-se com a patologia.

M. M-Ponty, a respeito da noção de patologia presente na obra de K. Goldstein, afirma o seguinte: “A perturbação [para K. Goldstein] é definível não por uma ausência de elementos mas por um novo tipo de organização da conduta” (MERLEAU-PONTY, 1990, p. 204).

A observação do filósofo francês, a respeito dos princípios de K. Goldstein acerca da normalidade e da doença, também possui relevância para distingui-los dos princípios utilizados por H. Jackson:

Goldstein distingue duas dimensões da conduta humana: o organismo tenta manter, ao mesmo tempo, a vida e um valor ou uma função essencial à vida. Entre os sujeitos normais, os dois projetos se confundem; o organismo sadio não busca a simples conservação. No caso da doença [...] o instinto de conservação aparece. [...] Mas as condutas dos doentes tendem a realizar uma certa limitação do meio, que é uma maneira de subtrair-se do imprevisto. Nota-se uma orientação em direção à conservação e um retraimento do meio (Ibid., p. 211).

G. Canguilhem, cuja obra *O normal e o patológico* foi fortemente influenciada por K. Goldstein, observa que neste, diferentemente de H. Jackson, as “condutas” patológicas não se resumem a resíduos de comportamentos normais prévios, filo ou ontogenéticos, mas são co-extensivas às “situações” impostas pela patologia:

Com efeito, apesar de ser possível comparar a gesticulação de um adulto doente à de uma criança, a identificação absoluta de uma com a outra resultaria na possibilidade de definir simetricamente o comportamento da criança com o de um adulto doente. Seria um absurdo, por desconhecimento dessa avidez que leva a criança a se elevar constantemente até novas normas, tão profundamente oposta à preocupação de conservação que leva o doente a manter de modo obsessivo, e às vezes exaustivo, as únicas normas de vida dentro das quais ele se sente relativamente normal, isto é, com possibilidades de utilizar e de dominar o meio que lhe é próprio (CANGUILHEM, 2000, p. 151-152).

A operacionalidade que as concepções de K. Goldstein obtiveram, mediante a abordagem personalista de W. Stern, na formulação teórica de D. Lagache, e a relação dos trabalhos deste último autor com os de G. Canguilhem, são tópicos abordados no terceiro capítulo. A respeito do objetivo deste segundo capítulo, percebe-se que o modelo biológico disponível no período investigado das obras de D. Lagache e J. Lacan ultrapassa, mesmo sendo anterior ao estruturalismo, qualquer perspectiva ingênua de psicogênese.

No domínio sociológico, de acordo com os apontamentos de M. Foucault acerca da “reversão” nos modelos científicos, os trabalhos de M. Mauss falsearam o argumento que fundamentava a denominação, “a propósito de sociedades abandonadas pela história, de ‘mentalidades primitivas’” (FOUCAULT, 2002, p. 498).

No primeiro capítulo desta pesquisa foi possível constatar a importância, destacada por C. Lévi-Strauss, da obra de M. Mauss para o desenvolvimento do estruturalismo, particularmente na ideia de uma “função simbólica” que engendrasses os fenômenos sociais.

Além dessa contribuição, mais expressiva no *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, de 1925, sobre as trocas econômicas nos povos “primitivos”, os trabalhos de M. Mauss, em um debate mais interno à sociologia ou antropologia, permitiram que se considerasse o “inconsciente” enquanto sistema de regras a um só tempo próprio das sociedades ditas “primitivas” e das sociedades mais desenvolvidas.

Esse debate se refere à obra de outro antropólogo, L. Lévy-Bruhl, contemporâneo de M. Mauss, que considerava necessário abordar as “representações das sociedades primitivas” como decorrentes de categorias do entendimento diversas das utilizadas nas sociedades mais desenvolvidas.

Nesse sentido, retomando alguns pontos da arqueologia foucaultiana, se o período da “reversão” promove uma descontinuidade entre os sistemas sociais, visto que cada um deles possui a sua regra, a obra de L. Lévy-Bruhl pode ser inserida em tal movimento de ruptura. Contudo, o segundo movimento dessa ruptura, ou “reversão”, a saber, a tomada de consciência de que o fator comum a todos esses sistemas isolados reside no fato de serem regidos por leis inconscientes, unificando-se o campo das ciências humanas, e assim o estruturalismo despontando como o referencial mais elaborado nesse domínio, parece ser o ponto epistemológico de divergência entre a obra de M. Mauss, que participa desse movimento, e a de L. Lévy-Bruhl, nesse caso restando à parte do movimento.

Não parece possível balizar essa diferença fundamental entre as obras de M. Mauss e de L. Lévy-Bruhl sem antes situar a desse último diante de alguns paradigmas anteriores à “reversão”. A necessidade de discorrer sobre a obra de L. Lévy-Bruhl se deve ao fato de ser ela a utilizada, e não a de M. Mauss, por J. Lacan na “ciência da personalidade”.²⁵

A utilização da obra de L. Lévy-Bruhl, na “ciência da personalidade”, segue a proposta do psicólogo Ch. Blondel, autor da noção de “consciência mórbida”, inapreensível à compreensão intersubjetiva de outrem, necessitando, por isso, de um método de inteligibilidade semelhante ao utilizado na antropologia da “mentalidade primitiva”. A repercussão da obra de Ch. Blondel na construção da “ciência da personalidade” de J. Lacan consta no terceiro capítulo desta pesquisa.

²⁵ Na bibliografia da tese de 1932 constam duas obras de L. Lévy-Bruhl, *As funções mentais nas sociedades inferiores*, e *O sobrenatural e a natureza na mentalidade primitiva*, enquanto nada consta dos trabalhos de M. Mauss.

Por ora, neste segundo capítulo, são suficientes as indicações dos pontos em que a obra de L. Lévy-Bruhl se aproxima e se distancia da “reversão” ocorrida no domínio sociológico.

No livro *As funções mentais nas sociedades inferiores*, L. Lévy-Bruhl define a noção de “representação coletiva”:

As representações chamadas coletivas, definindo-as em geral [...] podem ser reconhecidas pelos seguintes traços: são comuns aos membros de um grupo social dado; transmitem-se de geração em geração; impõem-se aos indivíduos, despertando neles, segundo o caso, sentimentos de respeito, de temor, de adoração, etc. Não dependem do indivíduo para existir. Não porque impliquem um sujeito coletivo distinto dos indivíduos que compõem o grupo social, mas porque se apresentam sob caracteres que não poderiam se explicar apenas pela consideração dos indivíduos enquanto tais. É dessa mesma forma que uma linguagem, ainda que, falando apropriadamente, não exista senão no espírito dos indivíduos que a falam, não deixa de ter uma realidade social indubitável, fundada sobre o conjunto das representações coletivas. Porque se impõe a cada um dos indivíduos, preexiste a eles e sobrevive aos mesmos²⁶ (LÉVY-BRUHL, 1947, p. 11).

Portanto, já nos trabalhos de L. Lévy-Bruhl, retomando-se os pares do modelo econômico, utilizados no domínio sociológico, a regra predomina sobre o conflito, aproximando-se das “reversões” destacadas pela arqueologia de M. Foucault. Além disso, na esteira durkheimiana, há certa “imposição” dessas representações coletivas sobre os indivíduos, sendo estes antes “agidos” do que “agentes”. Esse último aspecto é importante, pois L. Lévy-Bruhl procura estendê-lo à própria possibilidade (e vivência) do campo perceptivo do sujeito:

Surge uma conclusão: os primitivos nada percebem como nós. Do mesmo modo que o meio social em que vivem é diferente do nosso, e precisamente porque é diferente, o mundo exterior que percebem, difere também do que nós percebemos. Sem dúvida, têm [os “primitivos”] os mesmo sentidos que nós [...], e a mesma estrutura do aparelho cerebral. Mas é necessário levar em conta o que incluem as representações coletivas em cada uma das percepções. [...] Os primitivos vêem com os mesmos olhos que nós, mas não percebem com o mesmo espírito²⁷ (Ibid., p. 38-39).

²⁶ Las representaciones llamadas colectivas, definiéndolas en general [...] pueden reconocerse por los siguientes rasgos: son comunes a los miembros de un grupo social dado; se transmiten de generación en generación; se imponen a los individuos, despertando en ellos, según los casos, sentimientos de respeto, de temor, de adoración, etc. No dependen del individuo para existir. No porque impliquem un sujeto colectivo distinto de los individuos que componen el grupo social, sino porque se presentan bajo caracteres que no podrían explicarse por la sola consideración de los individuos como tales. Es de esta manera que un lenguaje, aunque hablando con propiedad no exista sino en el espíritu de los individuos que lo hablan, no deja de tener una realidad social indubitable, fundada sobre el conjunto de representaciones colectivas. Porque se impone a cada uno de los individuos, preexiste a ellos y sobrevive a los mismos (LÉVY-BRUHL, 1947, p. 11).

²⁷ Surge una conclusión: los primitivos nada perciben como nosotros. De igual manera que el medio social en que viven es diferente del nuestro, y precisamente porque es diferente, el mundo exterior que perciben, difiere también del que nosotros percibimos. Sin duda, tienen los mismos sentidos que nosotros [...], y la misma

E, ainda, sobre o mesmo assunto:

É muito difícil, para não dizer impossível, traçar uma linha de demarcação entre as representações individuais e as coletivas. Já reconhecemos até que ponto a percepção sensível dos primitivos implicava elementos [...] que são, sem dúvida alguma, de natureza coletiva. O mesmo ocorre com a maior parte das emoções experimentadas, para a maioria dos movimentos cumpridos quase instintivamente, em vista de tal ou qual objeto, ainda que banal. Nessas sociedades, tanto quanto (ou ainda mais) a nossa, toda a vida mental do indivíduo está profundamente *socializada*²⁸ (Ibid., 1947, p. 93, grifos do autor).

Considerações como as da passagem acima parecem nortear diretamente o entendimento da formação e determinação social do indivíduo presente na “ciência da personalidade”. Além disso, essa concepção das “representações sociais” se aproxima, em vários aspectos, do “fato social total” de M. Mauss, principalmente na forma de relação entre o individual e o social.

C. Lévi-Strauss, ao comentar a obra de M. Mauss, considera que a idéia de “tradução”, que pode ser retirada da noção de “fato social total”, permitiu superar a “circularidade” do individual e do coletivo presente na psicossociologia de então:

Com efeito, empenhada em definir um sistema de correlações entre a cultura do grupo e o psiquismo individual, a escola psicossociológica americana corria o risco de encerrar-se num círculo. [...] Desde então, etnólogos e psicanalistas seriam arrastados numa discussão interminável sobre o primado respectivo de cada fator. Deve uma sociedade seus caracteres institucionais a modalidades particulares de seus membros, ou essa personalidade se explica por certos aspectos da educação da primeira infância, que são, eles próprios, fenômenos de ordem cultural? O debate deverá permanecer sem saída, a menos que se perceba que as duas ordens não estão, uma frente à outra, numa relação de causa e efeito (seja qual for, aliás, a posição respectiva de cada uma), mas que a formulação psicológica não é senão uma tradução, no plano do psiquismo individual, de uma estrutura propriamente sociológica. [...] É essa subordinação do psicológico ao sociológico que Mauss evidencia (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 16-17).

De qualquer modo, apesar das proximidades que podem ser aventadas, seria um procedimento incorreto descuidar das diferenças fundamentais entre L. Lévy-Bruhl e M.

estructura del aparato cerebral. Pero es necesario tener en cuenta lo que incluyen las representaciones colectivas en cada una de sus percepciones. [...] Los primitivos ven con los mismos ojos que nosotros: pero no perciben con el mismo espíritu (LÉVY-BRUHL, 1947, p. 38-39).

²⁸ Es muy difícil, por no decir imposible, trazar una línea de demarcación precisa entre las representaciones individuales y las colectivas. Qué hay de más individual en apariencia que la percepción sensible? Ya hemos reconocido, sin embargo, hasta qué punto la percepción sensible de los primitivos había implicado elementos [...] que son, sin duda alguna, de naturaleza colectiva. Otro tanto ocurre con la mayor parte de las emociones experimentadas, para la mayoría de los movimientos cumplidos casi instintivamente, en vista de tal o cual

Mauss. Essas diferenças passam a ser abordadas, ainda neste capítulo, após uma breve indicação das concepções de L. Lévy-Bruhl que compartilham, mas com certos matizes, do evolucionismo social típico do período anterior à “reversão”.

No entendimento de L. Lévy-Bruhl, as representações coletivas “primitivas” apresentam duas propriedades fundamentais, que as diferenciam das representações coletivas presentes nas sociedades desenvolvidas: são “místicas” e “pré-lógicas”.

As representações “primitivas” são “místicas” em seu conteúdo, porque, ao contrário das “nossas”, que buscam qualidades “objetivas” dos objetos e fenômenos a fim de reconhecê-los, são elas, quando não envolvidas com os interesses práticos de sobrevivência do indígena, norteadas por “forças ocultas” e “poderes secretos” dos seres e dos fenômenos. Essas representações também são “pré-lógicas” nas relações entre suas categorias, principalmente ao desconhecem o princípio de contradição, e, desse modo, articularem afinidades afetivas entre os fenômenos, mediante as “leis de participação”.

Principalmente essa última característica, a “pré-lógica”, usualmente é entendida como expressão maior de um evolucionismo etnocêntrico de L. Lévy-Bruhl. Contudo, as passagens seguintes desse autor mitigam a aparente facilidade da crítica:

São dois aspectos [“místico” e “pré-lógico”] de uma mesma propriedade fundamental, mais do que dois caracteres distintos. Essa mentalidade, se se considerar mais especificamente o conteúdo das representações, será chamada mística; e pré-lógica, se se considerar as suas relações. *Pré-lógica* não deve fazer-nos crer que esta mentalidade constitui uma etapa anterior, no tempo, à aparição do pensamento lógico. Alguma vez houve grupos de seres humanos ou pré-humanos, que não tenham obedecido a leis lógicas? Desconhecemos, e em todo caso é muito pouco verossímil. Pelo menos, a mentalidade das sociedades de tipo inferior, que eu chamo de *pré-lógica*, por carecer de uma palavra mais adequada, não apresenta de todo esse caráter. Não é *anti-lógica*; também não é *alógica*. Chamando-a *pré-lógica* quero somente significar que não se limita, como nosso pensamento, a abster-se da contradição. Obedece, acima de tudo, à lei de participação. Orientada desta maneira, não se satisfaz gratuitamente no contraditório [...] mas nem sequer pensa em evitá-lo. A contradição, comumente, lhe é indiferente²⁹ (LÉVY-BRUHL, 1947, p. 69, grifos do autor).

objeto, aun banal. En esas sociedades, tanto y más quizá que en la nuestra, toda la vida mental del individuo está profundamente *socializada* (LÉVY-BRUHL, 1947, p. 93).

²⁹ Son estos dos aspectos [“místico” e “pré-lógico”] de una misma propiedad fundamental, más bien que dos caracteres distintos. Esta mentalidad, si se considera más especialmente el contenido de las representaciones, será llamada mística; y preológica, si se consideran más bien sus relaciones. *Prelógica* no debe hacernos creer que esta mentalidad constituye una especie de etapa anterior, en el tiempo, a la aparición del pensamiento lógico. Han existido alguna vez grupos de seres humanos o prehumanos, que no hayan obedecido a las leyes lógicas? Lo ignoramos: en todo caso es muy poco verosímil. Por lo menos, la mentalidad de las sociedades de tipo inferior, que yo llamo *preológica*, por carecer de una palabra más adecuada, no presenta de todo esse caracter. No es *antilógica*; tampoco es *alógica*. Llamándola *preológica* solamente quiero significar que no se limita ante todo, como nuestro pensamiento, a abstenerse de la contradicción. Obedece ante todo a la ley de participación. Orientada de esta manera, no se complace gratuitamente en lo contradictorio [...] pero ni siquiera piensa en evitarlo. La contradicción a menudo le es indiferente (LÉVY-BRUHL, 1947, p. 69).

Parece mais adequado, na verdade, entender que a obra de L. Lévy-Bruhl compartilha da “reversão”, ao menos no sentido de isolar os sistemas, já que eles preponderam sobre os conflitos e funções, não sendo a evolução desses, e suas etapas, que caracterizam determinada “mentalidade” social. Esse aspecto parece mais plausível ainda com a passagem seguinte, quando, após elogiar a afirmação de A. Comte de que não se conhece a humanidade pelo homem, mas o homem pela humanidade, o autor critica, por outro lado, a célebre “lei dos três estados” do filósofo:³⁰

A idéia era fecunda [de Comte, da precedência do social sobre o individual]. Mas não deu seus frutos de imediato, nem mesmo em Comte, e nem em seus sucessores mais ou menos diretos. Em Comte, há tropeçado, por assim dizer, com o caminho fechado por uma sociologia que ele acreditou poder construir com todas as suas peças, e que era, na realidade, uma filosofia da história. Acreditou ter demonstrado que a lei dos três estados expressa exatamente a evolução intelectual da humanidade, e também de uma sociedade particular qualquer que seja ela: logo, não era necessário, para fundar uma ciência das funções mentais superiores, começar pelo estudo comparativo dessas funções nos diferentes tipos de sociedades humanas³¹ (Ibid., p. 13).

Pode-se dizer que, na obra de L. Lévy-Bruhl, conceber a mentalidade “primitiva” enquanto “outra” mentalidade era o meio necessário para não concebê-la, por outro lado, como uma “imagem invertida” de um desenvolvimento social. E mesmo de não concebê-la como uma mentalidade semelhante à da criança civilizada:

Enquanto se admite que essas funções são idênticas em todas as sociedades humanas, não há dificuldades: a mesma terminologia pode servir em todas as partes, sob essa reserva: que os “selvagens” têm uma mentalidade antes de crianças do que de adultos. Mas, se se renuncia a este postulado – e nós temos poderosas razões para considerá-lo como mal fundamentado – então os termos, as divisões, as classificações das quais nos servimos para análise de nossas funções mentais não são convenientes já a funções que diferem delas, e se convertem, pelo contrário, em fonte de confusão e erro³² (Ibid., p. 31).

³⁰ As fases teológica (fetichista, politeísta e monoteísta), metafísica e positiva da humanidade.

³¹ La idea era fecunda. Pero no há dado sus frutos de inmediato, ni en el mismo Comte, ni en sus sucesores más o menos directos. En Comte, ha tropezado, por así decirlo, con el camino cerrado por una sociología que él creyó poder construir en todas las piezas, y que era, en realidad, una filosofía de la historia. Cree haber demostrado que la ley de los tres estados expresa exactamente la evolución intelectual de la humanidad considerada como un todo, y también la de una sociedad particular cualquiera que sea ella: luego no es necesario, para fundar la ciencia de las funciones mentales superiores, comenzar por un estudio comparativo de esas funciones en los diferentes tipos de sociedades humanas (LÉVY-BRUHL, 1947, p. 13).

³² En tanto se admita que esas funciones son idénticas en todas las sociedades humanas, no hay dificultades: la misma terminología puede servir en todas partes, bajo esa reserva: que los “salvajes” tienen una mentalidad más bien de niños que de adultos. Pero, si se renuncia a este postulado – y nosotros tenemos razones poderosas para considerarlo como mal fundado – entonces los términos, las divisiones, las clasificaciones de que nos servimos para el análisis de nuestras funciones que diferan de éstas que difieren de éstas, y se convierten por el contrario

As considerações acima advertem que no período investigado da obra de J. Lacan e D. Lagache também as funções mentais superiores e o desenvolvimento psicossocial do indivíduo não seriam corretamente abordados caso se supusesse norteá-los uma epistemologia estritamente relacionada com a etapa anterior à “reversão” do modelo econômico, ou do domínio sociológico.

Mas, de qualquer modo, nas etapas investigadas de J. Lacan e D. Lagache, há uma característica da “reversão” que parece não ter sido transmitida, naquele momento, pelo domínio sociológico. A idéia de que os sistemas, isolados por suas normas e regras, tivessem em comum as leis inconscientes, só foi adotada, e talvez somente por J. Lacan, depois do advento estruturalista.

A crítica do estruturalismo a um pensamento dito “pré-lógico” não é decisiva por apontar um pretense evolucionismo etnocêntrico na obra de L. Lévy-Bruhl, mas por sublinhar que não há diferença entre as leis que regem sistemas “primitivos” e sistemas mais desenvolvidos. Nesse ponto a antropologia de M. Mauss contribui exclusiva e decisivamente para a formação do estruturalismo.

Ao intervir em uma comunicação de L. Lévy-Bruhl, intitulada *A mentalidade primitiva*, proferida na Sociedade de Filosofia, M. Mauss empreende os seguintes comentários:

Em primeiro lugar, não repreenderei Lévy-Bruhl por muitos pontos de sua nomenclatura; [...] [Lévy-Bruhl] dá-nos satisfação, explicando em termos mais abstratos aquilo que entende por “mentalidade”, “primitivo” e “prelógico”. Entretanto, indicar-lhe-ei que a equivalência que estabelece entre “prelógico” e “prelificação” não é exata, pois, justamente, o signo de todos os estados de consciência coletiva, e não somente das formas primitivas destas consciências, é a existência de prelições. Há sociedade quando há conjunto de idéias ligadas ao prévio, e todas as sociedades neste ponto se assemelham (MAUSS, 1999, p. 377).

Na perspectiva de M. Mauss, ao contrário do que ocorre com L. Lévy-Bruhl, portanto, há um fator comum entre as sociedades primitivas e desenvolvidas. Mas, e principalmente, a seguinte conclusão do ensaio de M. Mauss em colaboração com seu tio, E. Durkheim, *Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas*, de 1903, foi o ponto mais enfatizado por C. Lévi-Strauss: “As classificações primitivas não constituem, portanto, singularidades excepcionais, sem analogia com aquelas

en una fuente de confusión y error. Para el estudio de la mentalidad de los primitivos, que es nuevo, quizá será indispensable una nueva terminología (LÉVY-BRUHL, 1947, p. 31).

que estão em uso entre os povos mais cultivados; ao contrário, parecem ligar-se, sem solução de continuidade, às primeiras classificações científicas” (Ibid., p. 450).

Em seu livro *O pensamento selvagem*, C. Lévi-Strauss, sobre esse ensaio de M. Mauss e E. Durkheim, tece o seguinte comentário:

Ao contrário da opinião de Lévy-Bruhl, esse pensamento [primitivo] opera pelas vias do entendimento e não da afetividade; com o auxílio de distinções e oposições, não por confusão e participação. Se bem o termo ainda não tenha entrado em uso, numerosos textos de Durkheim e Mauss demonstram que eles tinham compreendido que o pensamento dito primitivo era um pensamento quantificado (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 296).

No terceiro capítulo desta pesquisa, quando abordada a perspectiva social na “ciência da personalidade”, e o apoio encontrado na obra de L. Lévy-Bruhl, problematiza-se a circunstância em que se encontrava J. Lacan a respeito de uma “afetividade” anterior à “lógica”. A questão envolve os limites da antropologia então contemporânea, e mesmo de M. Mauss, sobre o tema, que não se resume exclusivamente ao ponto destacado por C. Lévi-Strauss. Nesse sentido, pode-se observar se J. Lacan se aproxima linearmente de L. Lévy-Bruhl ou empreende tentativas antes aproximáveis das efetuadas por M. Mauss, e desse modo avalia-se a postura lacaniana diante dos problemas próprios ao período da “reversão”, e não da retomada que o estruturalismo pode fazer dela.

Mas, de qualquer modo, na formação do estruturalismo, a postura de M. Mauss, destacada por C. Lévi-Strauss, está de acordo com o momento da “reversão” em que os sistemas, isolados por suas normas e regras, são unificados mediante o fator comum de escaparem à consciência.

Ainda neste capítulo, mais acima, ao indicar as características dos “modelos constituintes”, constatou-se que C. Lévi-Strauss superava o “risco trágico do etnógrafo”, diante do “incomunicável” entre a consciência do indígena e a do pesquisador, a partir do inconsciente. A passagem seguinte, de C. Lévi-Strauss, continua a abordagem do lugar do inconsciente na inteligibilidade dos fenômenos humanos:

O inconsciente seria assim o termo mediador entre mim e outrem. Ao aprofundar seus dados, não nos prolongamos, se podemos dizer, no sentido de nós mesmos: alcançamos um plano que não nos parece estranho porque ele guarda nosso eu mais secreto; mas (muito mais normalmente) porque, sem nos fazer sair de nós mesmos, ele nos põe em coincidência com formas de atividade que são ao mesmo tempo *nossas* e *outras* [...]. Assim, a apreensão (que só pode ser objetiva) das formas inconscientes da atividade do espírito conduz do mesmo modo à subjetivação; pois, em última instância, é uma operação do mesmo tipo que, na psicanálise, nos permite reconquistar nosso eu mais estranho e, na investigação etnológica, nos dá acesso ao

mais estranho dos outros como um outro nós (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 28-29, grifos do autor).

Diante dessas características do inconsciente, apresentadas por C. Lévi-Strauss, parece plausível afirmar que tanto a “mentalidade primitiva” como a “consciência mórbida” demarcam “limites” à compreensão entre as consciências, e são superadas somente quando o movimento de “reversão” toma as leis inconscientes como fator comum a toda e qualquer alteridade.

No período inicial das obras de J. Lacan e D. Lagache, os problemas relativos ao “incomunicável” ou “incompreensível”, no domínio psicopatológico, revelam aos autores a importância da investigação psicanalítica, a existência de um “para além” dos limites da compreensão entre a “consciência mórbida” e a consciência do psicólogo.

Mas somente com o modelo lingüístico que foi possível formalizar objetivamente as investigações sobre o inconsciente, como ressaltado por C. Lévi-Strauss: “Pois foi a lingüística, e mais particularmente a lingüística estrutural, que nos familiarizou desde então com a idéia de que os fenômenos fundamentais da vida do espírito, os que condicionam e determinam suas formas mais gerais, situam-se no nível do inconsciente” (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 28)

Nesse sentido, são válidas as observações de J. Birman, apresentadas no primeiro capítulo, sobre o percurso inicial de J. Lacan e sobre a obra de D. Lagache, de que ambos trabalhavam com modelos científicos cujas leis não ultrapassavam as engendradas pela “organização”, a saber, a de uma totalidade prévia e reguladora dos elementos que a compõem. Ainda de acordo com esse autor,

O modelo da linguagem como estrutura foi a matriz teórica do pensamento estrutural. [...] Com isso pretendia-se ultrapassar a idéia dominante de organização, que se inscreveria no registro da consciência, e inserir a concepção de estrutura no registro do inconsciente. Enfim, o conceito de estrutura implicou não apenas o enunciado de um formalismo lógico-matemático em sua leitura teórica, centrado no modelo da linguagem, como também sua inscrição no registro inconsciente do espírito (BIRMAN, 1993, p. 138, grifos do autor).

Evidentemente, como demonstrado anteriormente, ainda neste capítulo, a “organização”, característica dos domínios psicológicos e sociológicos, não se situa na empiricidade da biologia e da economia, pois os modelos constituintes, retomando-se os termos de M. Foucault, implicam categorias que escapam à consciência. Além disso, mesmo J. Birman reconhece, como indicado ainda neste segundo capítulo, a importância da “organização” no movimento em direção ao modelo lingüístico. Mas, por outro lado, a

passagem acima, de Birman (Ibid., p. 138), aponta a mudança fundamental, no âmbito da “reversão”, ocorrida a partir do momento em que as leis inconscientes tornam-se o fator comum entre os diversos sistemas isolados.

Portanto, embora as investigações psicanalíticas sobre o inconsciente permitissem a J. Lacan e D. Lagache ultrapassarem o limite “incomunicável” entre a “consciência mórbida” e a consciência do psicólogo, a própria formalização objetiva dessas mesmas investigações psicanalíticas se fazia possível somente através de modelos cujas leis seriam, no uso que faz J. Birman dessa noção, do “registro da consciência”.

Disso decorre que em determinado momento de seus percursos intelectuais, tanto J. Lacan quanto D. Lagache propusessem, algumas vezes, a substituição do termo “inconsciente” pela formalização objetiva do modelo que utilizavam.

No artigo *Formulações sobre a causalidade psíquica*, em 1946, J. Lacan ainda não parece plenamente satisfeito com a noção do inconsciente, propondo em seu lugar a de “complexo” e de “imago”. Sobre a repetição de fenômenos que escapam ao princípio de prazer-desprazer, J. Lacan considera que “a necessidade de repetição que ela [psicanálise] mostra como efeito do complexo – embora a doutrina o exprima na noção inerte e impensável, de inconsciente – expressa isso com bastante clareza” (LACAN, 1998c, p. 183). No mesmo artigo, após indicar a “condensação”, mecanismo inconsciente apontado por S. Freud, sugere localizá-la na esfera “do modo imaginário, pois espero que logo se renuncie a usar a palavra inconsciente para designar aquilo que se manifesta na consciência” (Ibid, p. 184, grifos do autor).

Por sua vez, D. Lagache, em *Da psicanálise à análise da conduta*, em 1948, considera apropriada a crítica de Anna Freud à definição da psicanálise pela exploração do inconsciente, já que lhe é essencial a abordagem das relações entre o “eu”, o “isso”, o “supereu” e a “realidade”. Segundo D. Lagache, “a definição proposta por Anna Freud é muito mais satisfatória do ponto de vista da totalidade”³³ (LAGACHE, 1982q, p. 76). Ainda segundo o autor, esse ponto de vista da totalidade pode ser sintetizado do seguinte modo:

Noutros termos, a psicanálise enfoca a personalidade em suas relações com o mundo. [...] Como essas relações não são outra coisa senão condutas, podemos concluir que, por seu espírito, esta definição inclui a psicanálise na psicologia concebida como uma ciência do comportamento dos seres vivos³⁴ (Ibid., p. 76).

³³ la definición propuesta por Anna Freud es mucho más satisfactoria desde el punto de vista de la totalidad (LAGACHE, 1982q, p. 76).

³⁴ En otras palabras, el psicoanálisis enfoca la personalidad en sus relaciones con el mundo. [...] Como estas relaciones no son sino conductas, podemos concluir que, por su espíritu, esta definición incluye al psicoanálisis en la psicología concebida como una ciencia del comportamiento de los seres vivos (Ibid., p. 76).

Percebe-se que a adoção de tais modelos científicos provoca evidente empobrecimento da análise freudiana sobre os mecanismos inconscientes. É inegável, por outro lado, que os dois autores, desde o início de seus percursos, contribuíram para a discussão, ainda contemporânea, sobre o estatuto do inconsciente. Talvez nesse aspecto tanto J. Lacan como D. Lagache sejam os autores, certamente na França, possivelmente no cenário mundial, que mais profundamente abordaram o modo de existência do inconsciente no período anterior ao estruturalismo. No caso de J. Lacan, quando de sua adesão ao estruturalismo, grande parte de suas críticas às teorias psicanalíticas apoiava-se na possibilidade, então com o modelo lingüístico, de formalizar aspectos dos processos inconscientes diretamente envolvidos com as descobertas seminais de S. Freud em domínio “filológico”. Que essa dimensão, essencial, do inconsciente não pudesse ser assimilada pelos demais sistemas teóricos psicanalíticos, o próprio percurso anterior de J. Lacan, pelo avesso, é um testemunho.

Mas esse ponto em comum no percurso de J. Lacan e D. Lagache não inviabiliza considerações acerca das divergências, desde o início da trajetória intelectual dos autores, envolvidas, sobretudo, com os diferentes lugares que eles assumiram no movimento estruturalista. Essa divergência, constatável em seus percursos iniciais, exige uma abordagem mais interna, efetuada no próximo capítulo desta pesquisa, dos sistemas teóricos dos autores.

Concluindo esse assunto, pode-se afirmar seguramente, pelas referências, K. Goldstein em D. Lagache, e L. Lévy-Bruhl em J. Lacan, utilizadas pelos autores, que há mais adequação situando-se seus trabalhos no paradigma da “reversão”, e não no paradigma anterior, marcado pela preponderância do evolucionismo. Essa primeira advertência esclarece que, embora sejam teorias anteriores ao estruturalismo, nem por isso os referenciais adotados refletem uma psicogenética ingênua.

Observou-se que na abordagem dos modelos constituintes, M. Foucault, em *As palavras e as coisas*, define-os através de pares específicos a cada um deles: função e norma na biologia, conflito e regra na economia, significação e sistema na lingüística. Mas deve-se acrescentar que essa especificidade dos modelos constituintes não se traduz em uma especificidade, correlativa, das ciências humanas:

Contudo, não se deve julgar que cada um desses pares permanece localizado na superfície de projeção em que puderam nascer: a função e a norma não são conceitos psicológicos e exclusivamente tais; o conflito e a regra não têm uma aplicação limitada apenas ao domínio sociológico; a significação e o sistema não valem somente para os fenômenos mais ou menos aparentados à linguagem. Todos esses

conceitos são retomados no volume comum das ciências humanas, valem em cada uma das regiões que ele envolve (FOUCAULT, 2002, p. 494-495).

Essa superposição dos modelos, decorrente do espaço epistemológico em que se encontram as ciências humanas, não impede, contudo, uma avaliação de qual delas, por exemplo, a psicologia ou a sociologia, ocupa um lugar predominante em determinada teoria:

Mas, qualquer que seja a natureza da análise e o domínio a que ela se aplica, tem-se um critério formal para saber o que é do nível da psicologia, da sociologia, ou da análise da linguagem: é a escolha do modelo fundamental e a posição dos modelos secundários que permitem saber em que momento se “psicologiza” ou se “sociologiza” (Ibid., p. 495).

Tanto o projeto de uma “ciência da personalidade” como o de uma “unidade da psicologia” se definem como tentativas de fundar uma psicologia, ou estudo do psiquismo, que satisfizesse, a partir dos modelos científicos disponíveis, uma formalização válida de diferentes correntes de pensamento, principalmente a fenomenologia e a psicanálise.

Sendo que o estruturalismo ressalta o domínio do inconsciente, a partir da antropologia, enquanto ponto de vista objetivo imprescindível para o estudo dos fenômenos humanos, a própria dificuldade de D. Lagache em localizar-se nesse movimento é indício de “psicologismo” na sua assimilação da psicanálise. Por sua vez, a adesão de J. Lacan ao estruturalismo, quando de um projeto de ciência do psiquismo, e não da sociedade, é indicativo de uma articulação sofisticada entre o saber antropológico e o estudo do sujeito, ou então “personalidade”, mas advertida de seus dois iminentes riscos, a saber, o “psicologismo” e o “sociologismo”. Esses problemas inerentes aos sistemas teóricos de J. Lacan e D. Lagache são abordados no terceiro capítulo.

De qualquer modo, a partir da visualização epistemológica do nível de elaboração em que se encontravam os sistemas teóricos desses dois autores, pode-se definir algumas características dos três modelos que perpassam qualquer ciência humana em particular.

No modelo biológico, constatou-se a perspectiva de K. Goldstein, preponderando a norma sobre a função, como essencial ao período da “reversão” e, além disso, como referência importante no sistema teórico de D. Lagache. No caso de J. Lacan, como demonstrado no primeiro capítulo, a obra do biólogo J. v. Uexkull é significativa influência teórica na “ciência da personalidade”. A etologia de Uexkull entende o comportamento como uma “conduta” diante das “situações” do “mundo-próprio” do organismo, afastando a noção mecanicista ou físico-química de “reflexo”, e nisso se aproximando da perspectiva de K. Goldstein. Além disso, ainda no primeiro capítulo, constatou-se que na “ciência da

personalidade” esse “mundo-próprio”, no caso do animal-homem, se define essencialmente por um “meio social”, avesso a qualquer “antropologia individualista”.

Mas principalmente no domínio sociológico, a partir da influência de L. Lévy-Bruhl, percebe-se que a “ciência da personalidade” estende a determinação social mesmo a setores eminentemente psíquicos, como a possibilidade do campo perceptivo do sujeito. Essa precedência do social sobre o indivíduo aproxima-se da noção, que C. Lévi-Strauss já aponta em M. Mauss, de que o psíquico seria uma esfera de “tradução” do social. Somente com essa idéia de “tradução”, segundo C. Lévi-Strauss, é possível superar a “circularidade” entre o individual e o coletivo, que caracterizava a psicossociologia norte-americana. Por sua vez, assunto do terceiro capítulo, D. Lagache, no projeto da “unidade da psicologia”, utiliza como principal referência do domínio sociológico a psicologia social de K. Lewin, cuja “teoria de campo” parece afirmar justamente o jogo circular entre o organismo e seu meio.

Por último, no modelo filológico ou lingüístico, constatou-se que a tomada de consciência das leis inconscientes, enquanto domínio de superação da dicotomia entre o “compreensível” e o “incompreensível”, se introduz, mas com a limitação de não haver a possibilidade de um modelo constituinte adequado, na obra de J. Lacan e D. Lagache justamente por intermédio da psicanálise. A abordagem desse assunto permite contextualizar elementos epistemológicos importantes acerca dos modelos científicos adotados nos projetos iniciais desses dois autores.

As especificidades desses projetos teóricos, a “ciência da personalidade” e a “unidade da psicologia”, os problemas epistemológicos aos quais eles pretenderam responder, e a validade deles diante do paradigma contemporâneo do estruturalismo são os temas abordados no próximo capítulo.

2.4 O modelo filológico e a psicanálise

Ao ser abordada a perspectiva arqueológica de M. Foucault presente em *As palavras e as coisas*, de 1966, constatou-se que após consolidada a “reversão” nos pares de cada modelo científico, e com a tomada do inconsciente como espaço privilegiado de análise, a mudança epistemológica ocorrida no âmbito da linguagem caracteriza-se pelo seguinte: “não foi mais possível falar [...] mesmo a propósito de narrativas absurdas, de lendas aparentemente sem coerência, de ‘discursos não-significantes’” (FOUCAULT, 2002, p. 499).

Contudo, viu-se que o principal artífice, apontado pelo autor nesse domínio filológico, G. Dumézil, de fato, pouco repercutiu, ao menos de maneira direta, nos campos psicológico, psicopatológico e psicanalítico, próprios a J. Lacan e D. Lagache no período em questão.

Disso decorre que a superação dos discursos “não-significantes”, provavelmente em diversos domínios das ciências humanas, mas com certeza no campo de pesquisa de J. Lacan e D. Lagache, fez-se, ou ao menos ensejou a possibilidade de tal temática, a partir da psicanálise, ou, falando-se mais apropriadamente, da obra de S. Freud.

Nesse ponto, por sua vez, e no que se refere à contribuição freudiana no domínio epistemológico, deve-se destacar o deslocamento do entendimento dos fenômenos humanos mediante a compreensão calcada, direta ou indiretamente, na representação das leis de sentido do registro da consciência, para o entendimento das leis de um registro propriamente inconsciente:

O discurso freudiano formulou, desde os seus primórdios, e de maneira incontestável, que as neuroses se inscreviam na *ordem do sentido* e na *ordem da história*, isto é, que os sintomas das neuroses revelavam uma significação que poderia ser descoberta pelo procedimento da psicanálise, e que este sentido se inscrevia no *tempo* da história do sujeito. A introdução dos registros da significação e da história na leitura dos sintomas marcou a ruptura teórica do discurso freudiano com a interpretação médica da loucura, pois descartou desde o início os registros somático e anatômico do lugar epistemológico de paradigma no campo da psicopatologia. [...] Esta concepção de sujeito, fundada no sentido e na história, foi a condição de possibilidade para a construção do conceito de inconsciente. Pela mediação deste conceito, pôde-se sustentar não apenas a significação completa dos sintomas neuróticos, como também se deslocou o registro psíquico no qual a indagação do sentido se realizaria. Com efeito, a pesquisa freudiana passou a centrar a busca da significação no registro da linguagem e não no registro da consciência, ou seja, o sentido dos sintomas estaria ausente do campo da consciência, mas se inscreveria no psiquismo inconsciente e se revelaria pela fala (BIRMAN, 1994, p. 33-34, grifos do autor).

Por outro lado, também se observou que o modelo lingüístico, embora à relevância contemporânea dele nas ciências humanas S. Freud tenha contribuído, não podia, antes do advento do estruturalista, servir de operador epistemológico para a psicanálise. A ausência desse modelo constituinte, para retomar os termos de M. Foucault, repercute na própria obra de S. Freud, quando nela se percebe, ao lado de suas descobertas em domínio filológico, a utilização de conceitos provenientes das ciências naturais, como indicado por J. Birman:

Freud procurava responder incisivamente aos seus respeitados críticos de diferentes maneiras, enunciando sempre positivamente a cientificidade da psicanálise. Para isso, baseou-se inicialmente nos pressupostos do fisicalismo e da termodinâmica, que se constituíam então o *paradigma* da cientificidade no campo das ciências da natureza. Tendo iniciado o seu percurso científico na pesquisa básica, nas áreas da anatomia e fisiologia do sistema nervoso, Freud dominava perfeitamente a

linguagem e as hipóteses hegemônicas no campo das ciências da vida (Ibid., p. 31, grifos do autor).

Essas duas dimensões da obra freudiana, em que se observa a superação do modelo filológico pelo modelo lingüístico, mas também um vocabulário fiscalista, científico-natural, são indicadas da seguinte forma por J. Birman:

Além disso, é preciso considerar outra distinção epistemológica, fundamental para a leitura do discurso freudiano: a diferença entre *enunciados explícitos* e os *enunciados implícitos*, isto é, a maneira como o discurso freudiano se apresentava na retórica fiscalista e o que através disso é possível se enunciar de uma outra modalidade de retórica teórica. [...] De qualquer maneira, podemos considerar que o discurso freudiano é um conjunto heterogêneo de enunciados que podem ser reagrupados em diferentes subconjuntos de acordo com sua retórica (Ibid., p. 32, grifos do autor).

A dualidade desses dois referenciais epistemológicos no discurso freudiano, o disponível, fiscalista, e o outro, lingüístico, em elaboração no domínio de uma racionalidade científica, determinou a formação de duas grandes correntes posteriores da psicanálise, constatáveis nas vertentes norte-americana e francesa:

Esse paradoxo acompanhou todo o desenvolvimento histórico do discurso freudiano, sendo esta duplicidade de modelos epistemológicos um dos responsáveis pelos desdobramentos que marcaram a epistemologia da psicanálise em diferentes tradições culturais. Assim, se a tradição norte-americana sempre pretendeu que a psicanálise fosse uma ciência empírica, submetida aos processos objetiváveis de verificação, a tradição francesa procurou fundá-la como um saber da interpretação (Ibid, p. 56).

A respeito da vertente norte-americana, definida como “psicologia do ego”, escola psicanalítica influenciada pelos trabalhos inaugurais de A. Freud e de H. Hartmann, J. Birman destaca o seguinte contexto de formação teórica:

Nos Estados Unidos, a denominada psicologia do ego constituiu-se como uma modalidade de discurso científico da psicanálise [...]. A psicanálise foi então transformada numa região da psicologia geral, sendo esta representada como uma derivação do saber biológico e centrada na pesquisa dos *processos gerais de adaptação* do indivíduo às exigências do meio ambiente (Ibid., p. 39, grifos do autor).

Quanto ao contexto francês, o mesmo autor destaca as seguintes diretrizes epistemológicas, prolongadas até décadas posteriores, que então estavam em circulação:

A partir da década de 1920, estabeleceu-se progressivamente na tradição francesa uma oposição radical entre o modelo naturalista de cientificidade, presente em

alguns dos enunciados freudianos, e o modelo da experiência psicanalítica, centrado na escuta, na interpretação e na transferência. [...] A psicanálise como saber precisaria, portanto, depurar-se de seu modelo naturalista de cientificidade, a fim de se desenvolver em suas potencialidades como saber da interpretação. Esta seria a exigência fundamental a ser realizada por uma epistemologia da psicanálise. [...] Esta leitura marcou de maneira indelével o desenvolvimento da psicanálise francesa até o final dos anos sessenta, sendo mediante esta oposição de modelos que se puderam reconhecer a fecundidade e a inovação do discurso freudiano na tradição da psicologia (modelo da interpretação), bem como criticar os seus impasses teóricos (modelo fisicalista) (Ibid., p. 41-42).

Considera-se que o principal artífice dessa postura, presente no pensamento francês, diante da psicanálise foi G. Politzer, com o seu projeto de fundamentação de uma “psicologia concreta”:

Podemos reconhecer em Politzer a posição de inaugurador desta vertente teórica da leitura da psicanálise, com a publicação de sua Crítica dos fundamentos da psicologia, no final dos anos vinte. [...] Assim, centrado na linguagem e no diálogo, o sujeito no discurso freudiano foi inscrito na relação com o outro, através do conceito de transferência. Dessa maneira a psicanálise configurou o sujeito em “situações dramáticas”, revelando o alcance fundamental da categoria de “drama” no campo da “psicologia concreta”. [...] Apesar dessa evidente modernidade teórica nos registros dramático e dialógico, o discurso freudiano encontraria o seu maior obstáculo ao revestir a sua inovação teórica com a linguagem fisicalista da metapsicologia (Ibid., p. 42).

Na passagem acima, ressalta-se a distinção que G. Polizer enfatizou entre o método psicanalítico, exemplo de procedimento “concreto”, e a doutrina psicanalítica, caracterizada por influências “abstratas” da psicologia clássica. Segundo J. Birman, essas diretrizes politzerianas marcaram seriamente o entendimento epistemológico de J. Lacan acerca da psicanálise:

Os primeiros ensaios de Lacan se inseriram na mesma tradição teórica, na medida em que sublinhavam enfaticamente a inovação teórica do discurso freudiano pela estrutura da experiência psicanalítica e realizavam a crítica sistemática da metapsicologia freudiana. [...] Nesse contexto [do percurso lacaniano] fica claro que a intenção de Lacan é pretender demonstrar que o processo psicanalítico é regulado por uma lógica irrefutável e rigorosa, constituindo-se uma verdadeira experiência científica, apesar de não se enunciar pela retórica fisicalista (Ibid., p. 43).

Note-se, na passagem acima, que embora a perspectiva lacaniana participasse de uma vertente antes “interpretativa” do que “empírica”, nem por isso, e desde seus primeiros trabalhos, desconsidera a necessidade de um respaldo, ou mesmo de um estatuto, científico para a psicanálise. O lugar de D. Lagache, na esfera dessa apropriação francesa “intepretativa”, ao contrário de J. Lacan, é, de certo modo, menos fidedigno, ao abrir-se

também à influência da vertente norte-americana, como indicado no primeiro capítulo desta pesquisa.

De qualquer modo, no cenário francês, pelo viés politzeriano, e, desse modo, também no âmbito das formações teóricas iniciais de J. Lacan e D. Lagache, a psicanálise é apreendida como importante contribuição para a possibilidade de uma psicologia “concreta” que superasse a antinomia entre a introspecção e a psicofisiologia. No entendimento de G. Politzer, embora a noção de inconsciente comportasse, por exemplo, nas idéias de “representações inconscientes”, elementos “abstratos”, ela não deixava, por outro lado, de inaugurar os caminhos para a crítica da psicologia “clássica”, a ser superada.

Mas, deve-se acrescentar, se a temática do inconsciente, e a psicanálise, aparecem com suficiente reflexão, em J. Lacan e D. Lagache, acerca de suas operacionalidades nesse domínio da extensão do que é passível de sentido e do que não o é, pode-se dizer que isso também decorre da anterioridade de problemáticas, de cunho epistemológico, e no campo psicopatológico, já então estabelecidas adequadamente. No domínio da psicopatologia, ao menos no cenário francês da década de 30, a obra de K. Jaspers, filósofo e psiquiatra, serviu de norte para as pesquisas, dessa área, ocupadas com o rigor epistemológico na inteligibilidade dos fenômenos mentais.

Se na década de 30, a partir da influência dos próprios autores, J. Lacan e D. Lagache, aborda-se certa defasagem nas concepções fenomenológicas de K. Jaspers, é inegável, por outro lado, que elas possibilitaram, aos jovens psiquiatras dessa época, um fundamentado questionamento da exclusividade de uma concepção organicista no entendimento das patologias mentais.

Essa contribuição de K. Jaspers, bem como as suas fontes filosóficas, é perceptível na seguinte passagem de M. Foucault, em um artigo de 1957, intitulado *A psicologia de 1850 a 1950*:

O surgimento das significações na conduta humana realizou-se também a partir da análise histórica. “O homem”, segundo Dilthey, “não aprende o que ele é ruminando sobre si mesmo, mas sim pela história” [...] O tema da compreensão, enquanto oposta à explicação, foi retomado pela fenomenologia que, a partir de Husserl, fez da descrição rigorosa do vivido o projeto de toda filosofia tomada como ciência. O tema da compreensão conserva sua validade; mas, ao invés de fundá-la sobre uma metafísica do espírito, como Dilthey, a fenomenologia a estabelece sobre a análise do sentido imanente a toda experiência vivida. Assim Jaspers pode distinguir nos fenômenos patológicos os processos orgânicos, que se referem à explicação causal, e

as reações ou desenvolvimentos da personalidade, que envolvem uma significação vivida que o psiquiatra deve tratar de compreender³⁵ (FOUCAULT, 1994, p. 5-6).

Portanto, em domínio restrito, psicopatológico, a obra de K. Jaspers expressa a epistemologia filológica anterior à conclusão do movimento de “reversão” no modelo filológico. Repercute diretamente em K. Jaspers a distinção, inaugurada por W. Dilthey, entre as ciências naturais, ocupadas com a causalidade, e as ciências humanas, ocupadas com a compreensão. Na psicopatologia jasperiana, a explicação causal, naturalista, método apropriado à perspectiva organicista da psiquiatria, é aplicável aos processos orgânicos, enquanto a compreensão das relações de sentido entre os fenômenos é aplicável adequadamente aos desenvolvimentos e reações da personalidade, método apropriado às perspectivas de psicologia compreensiva e fenomenológica.

Mas deve-se acrescentar aos elementos da psicopatologia acima referidos, e de certo modo metodologicamente contrastantes, na passagem de M. Foucault (1994), e, nos termos de K. Jaspers, processos orgânicos ou desenvolvimentos e reações da personalidade, um terceiro domínio, por assim dizer, “indecidível” nessa oposição, denominado, também por esse último autor, processo psíquico. Enquanto processo, escapa ao desenvolvimento compreensível, mas enquanto psíquico, revela que as explicações causais não o apreendem ou justificam com o mesmo rigor constatado quando nos processos orgânicos, e também a elas, de certo modo, escapa.

Desse modo, assim como a obra de K. Jaspers expressa em domínio restrito a epistemologia anterior à reversão do modelo filológico, ela também expressa, por outro lado, com a noção de processo psíquico, em domínio restrito, a transição para o movimento de conclusão dessa mesma reversão. O processo psíquico consta como um índice dos limites da compreensão filológica anterior, mas nem por isso o seria de uma “consciência mórbida” resolutamente inacessível às pesquisas sobre o seu sentido.

A marginalidade de um processo psíquico, “indecidível” entre domínios já satisfatoriamente justificados pelo método compreensivo-humano, o desenvolvimento e reações da personalidade, e pelo método científico-natural, os processos orgânicos, é a

³⁵ La mise au jour des significations dans la conduite humaine s'est faite également à partir de l'analyse historique. “L'homme”, selon Dilthey, “n'apprend pas ce qu'il est en ruminant sur lui-même, il l'apprend par la histoire.” [...] Ce thème de la compréhension, oppose à l'explication, a été repris par la phénoménologie, qui, en suivant a Husserl, a fait de la description rigoureuse du vécu le projet de toute philosophie prise comme science. Le thème de la compréhension a conserve sa validité; mais au lieu de la fonder sur la métaphysique de l'esprit, comme Dilthey, la phénoménologie à établie sur une analyse du sens immanent à tout expérience vécue. Ainsi Jaspers a pu distinguer dans les phénomènes pathologiques les processus organiques qui relèvent de l'explication causale, et réaction et développements de la personnalité qui enveloppent une signification vécue que le psychiatre doit avoir à tâche de comprendre (FOUCAULT, 1994, p. 126-127).

abertura, no âmbito psicopatológico, pela qual tanto J. Lacan como D. Lagache tomam ciência da relevância da psicanálise.

O que esses dois autores esperam da psicanálise é que ela venha corresponder à empresa de ultrapassar a fenomenologia da consciência sem que, com isso, desloque-se a dimensão compreensiva do sentido, como ocorre, por outro lado, nas ciências naturais. Para tanto, embora, como observado anteriormente, os dois autores não possuam instrumentos para formalizar as descobertas psicanalíticas mediante a “estrutura” do modelo linguístico, e somente pela “organização”, ou, antes, justamente por isso, a natureza, o modo de existência, em última análise, o “estatuto” do que a doutrina psicanalítica concebe como inconsciente passa a ser o nó górdio de suas empresas teóricas.

Como justificar, teoricamente, um modo de existência do inconsciente, para além da fenomenologia da consciência, e manter-se, ao mesmo tempo, a atribuição de sentido aos fenômenos estudados? No que se refere ao período de suas obras investigado nesta pesquisa, essa é a questão epistemológica central para os dois autores. Ou, nos termos com os quais se depararam com a questão no campo que lhes era próprio: como compreender o processo psíquico, que ultrapassa a compreensão do desenvolvimento e reações da personalidade, sem, justamente aspecto então criticável no organicismo psiquiátrico, destituir os fenômenos psicopatológicos de seu sentido? A partir dessa problemática é possível conceber tanto o projeto da “ciência da personalidade”, de J. Lacan, como da “unidade da psicologia”, de D. Lagache. Portanto, é necessário abordar o contexto filológico, enquanto paradigma, com o qual se depararam esses dois projetos.

2.4.1 O modelo filológico

O filósofo francês P. Ricoeur, que contribuiu para a renovação dos estudos sobre a hermenêutica, quando esta se encontrava em segundo plano, diante da preponderância linguística do estruturalismo, localiza do seguinte modo a formação do método compreensivo no domínio das ciências humanas:

A necessidade de incorporar o problema regional da interpretação dos textos no domínio mais amplo do conhecimento histórica [...] [resulta da] invenção da história como ciência de primeira grandeza. [...] Antes da questão de como compreender um texto do passado, deve-se colocar uma questão prévia: como conceber um encadeamento histórico? Antes da coerência de um texto, vem a da história,

considerada como o grande documento do homem, como a mais fundamental *expressão da vida*. Dilthey é, antes de tudo, o intérprete desse pacto entre hermenêutica e história. O que chamamos hoje de historicismo num sentido pejorativo, exprime inicialmente um fato de cultura, a saber, a transferência de interesse das obras-primas da humanidade para o encandeamento histórico que as transportou. [Por outro lado,] O tempo de Dilthey é o da completa recusa do hegelianismo e o da apologia do conhecimento experimental. [...] É sobre o fundo desses dois grandes fatos culturais que Dilthey coloca sua questão fundamental: como o conhecimento histórico é possível? De um modo mais genérico: como as ciências do espírito são possíveis? (RICOEUR, 1977, p. 24, grifos do autor).

O modelo filológico, portanto, antes restrito à exegese dos documentos, passa a ser adotado, com W. Dilthey, no domínio das pesquisas sobre as atividades humanas. Apesar da objetividade – a história enquanto “expressão da vida” – desses fenômenos abordados pelas ciências humanas, o fundamento da interpretação do sentido deles residia, nesse período epistemológico, na intuição psicológica, isto é, na simpatia intersubjetiva com *outrem*:

Essa questão [sobre possibilidade das ciências humanas] nos conduz ao limiar da grande oposição que atravessa toda a obra de Dilthey, entre a *explicação* da natureza e a *compreensão* da história. Essa questão é repleta de conseqüências para a hermenêutica, que se vê, assim, cortada da explicação naturalista e relegada ao lado da intuição psicológica. Com efeito, é do lado da psicologia que Dilthey procura o traço distintivo do compreender. Toda *ciência do espírito* – todas as modalidades do homem implicando uma relação histórica – pressupõe uma capacidade primordial: a de se transpor na vida psíquica de outrem. No conhecimento natural, o homem só atinge fenômenos distintos dele, cuja coisidade fundamental lhe escapa. Na ordem humana, pelo contrário, o homem conhece o homem. [...] A diferença de estatuto entre coisa natural e o espírito comanda, pois, a diferença de estatuto entre explicar e compreender. O homem não é radicalmente um estranho para o homem, porque fornece sinais de sua própria existência. Compreender esses sinais é compreender o homem. Eis o que a escola positivista ignora por completo: a diferença de princípio entre o mundo psíquico e o mundo físico (Ibid., p. 24-25, grifos do autor).

O primeiro momento da reversão ocorrida nos modelos constituintes, portanto, no qual as diferentes “mentalidades”, a primitiva, com L. Lévy-Bruhl, e a mórbida, com Ch. Blondel, está envolvido com a crítica dessa dimensão da compreensibilidade, a saber, a pretensão em transpor-se, o intérprete, no lugar do outro, o interpretado. Essa crítica é superada com um segundo momento da reversão, isto é, quando se toma ciência de que o fator comum a essas diferentes mentalidades reside não mais na possibilidade de transpor-se no lugar do outro, mas no fato de serem regidas por leis inconscientes, “exteriores” às leis da consciência, tanto a do intérprete como a do interpretado. Anteriormente, nesta pesquisa, constatou-se que essa conclusão das reversões epistemológicas antecede, e mesmo prepara, o estruturalismo.

Contudo, no interior do desenvolvimento das idéias filosóficas, a fenomenologia inaugura um método que ultrapassa as dificuldades da perspectiva inicial, psicológica, de W. Dilthey. A modalidade fenomenológica mais sofisticada, no âmbito dessa discussão sobre a

objetividade e a compreensão, parece residir na perspectiva de M. Heidegger. De acordo com P. Ricoeur, há um radical deslocamento operado na perspectiva heideggeriana: “Não se trata do ser-com um outro, que duplicaria nossa subjetividade, mas do ser-no mundo. [...] A questão *mundo* toma o lugar da questão *outrem*. Ao *mundanizar*, assim, o compreender, Heidegger o *despsicologiza*” (Ibid., p. 32, grifos do autor). O mesmo autor ainda considera necessário distinguir a perspectiva heideggeriana da sartreana:

Uma pequena expressão separa Heidegger de Sartre: *sempre já* [...]. O que importa, aqui, não é o momento existencial da responsabilidade ou da livre-escolha, mas a estrutura de ser a partir da qual há um problema de escolha. O *ou ... ou então ...* não é primeiro, mas derivado da estrutura do *projeto-lançado* (Ibid., p. 33, grifos do autor).

Mas isso não implica que a modalidade heideggeriana de filosofia fenomenológica se propusesse a alcançar uma positividade científica, ou a abordar a anterioridade do “mundo” a partir da “exterioridade” dos modelos científicos.

Além disso, é preciso ressaltar outro aspecto do deslocamento, operado M. Heidegger sobre os fundamentos das ciências humanas em W. Dilthey. Retomando-se as análises de P. Ricoeur, esse autor considera que a perspectiva de M. Heidegger desloca a problemática epistemológica para a ontologia:

Será que [com a fenomenologia ontológica de M. Heidegger] não eliminamos a aporia diltheyana de uma teoria do compreender, condenada alternadamente a opor-se à explicação naturalista e a rivalizar com esta em objetividade e cientificidade? Será que não a superamos ao subordinar a epistemologia à ontologia? A meu ver, a aporia não está resolvida; foi simplesmente deslocada e, assim, agravada; não se encontra mais *na* epistemologia, entre duas modalidades de conhecer, mas situa-se *entre* a ontologia e a epistemologia tomadas em bloco. Com a filosofia heideggeriana, não cessamos de praticar o movimento de volta aos fundamentos, mas tornamo-nos incapazes de proceder ao movimento de retorno que, da ontologia fundamental, conduziria à questão propriamente epistemológica do estatuto das ciências do espírito. Ora, uma filosofia que rompe o diálogo com as ciências só se dirige a si mesma (Ibid., p. 36, grifos do autor).

Pode-se relacionar a seguinte passagem de M. Heidegger com as considerações acima formuladas por P. Ricoeur:

A analítica existencial da pre-sença [*dasein*, “ser-aí”] está *antes* de toda psicologia, antropologia e, sobretudo, biologia. [...] As delimitações da analítica existencial face à antropologia, psicologia referem-se somente à questão ontológica de princípio. “Do ponto de vista epistemológico”, essas investigações são necessariamente insuficientes já pelo simples fato da estrutura de ciência destas disciplinas – o que nada tem a ver com a “cientificidade” daqueles que trabalham para o seu desenvolvimento – ter-se tornado cada vez mais questionável. Por isso, são

necessários novos impulsos, oriundos de uma problemática ontológica³⁶ (HEIDEGGER, 2005, p. 81-82, grifos do autor).

Mas, de qualquer modo, embora no período da “unidade da psicologia” e da “ciência da personalidade” a referência fenomenológica mais imediata, para ambos os projetos, fosse a de M. Scheler e, no domínio psicopatológico, de K. Jaspers, a adoção dos diferentes modelos, biológico ou sociológico, apresenta-se divergente já desde o ponto de vista filosófico, e não propriamente científico.

A “unidade da psicologia” não escapa, ao adotar o “personalismo”, da seguinte advertência de M. Heidegger: “A falta de fundamentos ontológicos, entretanto, não pode ser compensada inscrevendo-se a antropologia e a psicologia numa *biologia* geral” (Ibid., p. 86, grifos do autor). Por outro lado, a “ciência da personalidade” parece acompanhar as seguintes considerações heideggerianas:

A etnologia já pressupõe em si mesma uma analítica suficiente da pre-sença [*dasein*, “ser-aí] que lhe serve de guia nas pesquisas. Mas como as ciências não “podem” nem devem esperar pelo trabalho ontológico da filosofia, o desenvolvimento não há de assumir a forma de um “progresso”, mas sim de uma *re-petição* e purificação ontológica, mais transparente do que tudo o que se descobriu onticamente (Ibid., p. 88, grifos do autor).

O filósofo B. Ogilvie (1988), ao analisar a formação do conceito de sujeito no percurso de J. Lacan, destaca como na “ciência da personalidade”, que adota o modelo sociológico, a antropologia utilizada deve estar para além do realismo ingênuo do objeto.³⁷ Nesse sentido, não só a J. Lacan, mas também a D. Lagache, a fenomenologia servia para o questionamento de uma concepção ingênua do fato psicológico, como expressa a posição de J-P. Sartre, em 1939, sobre a positividade procurada pela psicologia de então:

A psicologia, na medida em que se pretende uma ciência, não pode fornecer senão uma soma de fatos heteróclitos, a maior parte dos quais não tem nenhuma ligação entre si. Que há de mais diferente, por exemplo, que o estudo da ilusão

³⁶ Sobre esse mesmo assunto, M. Heidegger ainda comenta, em outra passagem: “Indicando-se na psicologia, antropologia e biologia a falta de uma resposta precisa e suficientemente fundada, do ponto de vista ontológico, para a questão do *modo de ser* deste ente que nós mesmos somos, não se pretende emitir um julgamento sobre o trabalho positivo destas ciências” (HEIDEGGER, 2005, p. 87, grifos do autor).

³⁷ J. Lacan, em artigo posterior à tese, e após indicar a pertinência da análise dos escritos dos pacientes para o entendimento da paranóia, afirma: “Podemos conceber a experiência vivida paranóica e a concepção do mundo que ela engendra como uma sintaxe original [...]. O conhecimento dessa sintaxe nos parece uma introdução indispensável à compreensão [...] aos problemas do estilo [...], problemas sempre insolúveis para uma antropologia que não estiver liberada do realismo ingênuo do objeto” (LACAN, 1987, p. 380). Esse realismo ingênuo impede a apropriação das estruturas fenomenológicas do mundo do paranóico: “toda objetivação é, com efeito, eminentemente precária numa ordem fenomenal que se manifesta como anterior à objetivação racionalizante” (Ibid., p. 378).

estroboscópica e o do complexo de inferioridade? Esperar o *fato* é, por definição, esperar o isolado, é preferir, por positivismo, o acidente ao essencial, o contingente ao necessário, a desordem à ordem; é transferir ao futuro, por princípio, o essencial: “é para mais tarde, quando tivermos reunido um grande número de fatos”. Os psicólogos não se dão conta, com efeito, de que é tão impossível atingir a essência amontoando os acidentes quanto chegar à unidade acrescentando indefinidamente Algarismos à direita de 0,99 (SARTRE, 2006, p. 16-17, grifos do autor).

Com a busca das “essências”, a fenomenologia opõe-se ao positivismo que anteriormente embasara a psicologia, mas isso não implica abandonar a dimensão dos fenômenos, como indica ainda J-P. Sartre:

Foi por reação contra as insuficiências da psicologia e do psicologismo que se constituiu, há cerca de trinta anos, a fenomenologia. Seu fundador, Husserl, foi tocado inicialmente por esta verdade: há incomensurabilidade entre as essências e os fatos, e quem começa sua investigação pelos fatos nunca conseguirá recuperar as essências. Se busco os fatos psíquicos que estão na base do homem que conta e calcula, nunca conseguirei reconstituir as essências aritméticas de unidade, de número e de operações. Sem no entanto renunciar à idéia de experiência (o princípio da fenomenologia é ir “às coisas mesmas”, e a base de seu método é a intuição eidética [intuição da essência]), é preciso, pelo menos flexibilizá-la e dar lugar à experiência das essências e dos valores; é preciso inclusive reconhecer que somente as essências permitem classificar e inspecionar os fatos (Ibid., p. 20).

Contudo, não se deve confundir essa dimensão fenomênica acerca das expressões de *outrem*, apreendidas já no método compreensivo de W. Dilthey, com a objetividade dos modelos científicos, a ser investigada nesta pesquisa. Quando apresentadas as críticas do estruturalismo à perspectiva fenomenológica, ressaltou-se a diferença entre a analítica filosófica e a das ciências humanas diante do saber empírico.

Embora ambas se distanciem do domínio empírico, as ciências humanas, com os modelos científicos, buscam, ao contrário da filosofia, a inteligibilidade desse distanciamento em uma “exterioridade” ao sujeito do conhecimento. Na abordagem desse assunto há pertinência em demonstrar o posicionamento de C. Lévi-Strauss, presente na sua obra *Tristes trópicos*, de 1949, cujas passagens teóricas, mas também autobiográficas, ilustram a diferença entre essa “exterioridade” positiva e o método fenomenológico. Ao comentar as referências iniciais que o mantiveram na busca de um ponto de vista objetivo na abordagem dos fenômenos humanos, C. Lévi-Strauss indica a geologia e o marxismo, mas também a psicanálise:

Os três [geologia, psicanálise e marxismo] demonstram que compreender consiste em reduzir um tipo de realidade a outro; que a realidade verdadeira nunca é a mais patente; [...] Em todos os casos coloca-se o mesmo problema, que é o da relação entre o sensível e o racional, e o objetivo é o mesmo: uma espécie de *super-racionalismo*, visando a integrar o primeiro ao segundo sem nada sacrificar de suas

propriedades. Assim, pois, eu era rebelde às novas tendências da reflexão metafísica tais como estas começavam a se esboçar. A fenomenologia me desagradava, na medida em que postula uma continuidade entre a vivência e o real. Concordo em reconhecer que este envolve e explica aquela, eu aprendera com minhas três professoras [geologia, psicanálise e marxismo] que a passagem entre as duas ordens é descontínua; que para alcançar o real é necessário, primeiramente, repudiar a vivência, ainda que seja para reintegrá-la em seguida numa síntese destituída de qualquer sentimentalismo (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 55-56, grifos do autor).

Portanto, diante desse respaldo da fenomenologia durante as décadas de 30 e 40, e com a evidente assimilação de seus princípios por D. Lagache e J. Lacan, o fato de que esses autores não se bastaram com a psiquiatria fenomenológica, já em destaque com K. Jaspers – e mesmo sob a influência mais ou menos direta da ontologia heideggeriana, nas obras de psiquiatras como L. Binswanger e E. Minkowski – significa antes um posicionamento epistemológico do que um anacronismo positivista.

Não por desconhecerem os fundamentos fenomenológicos, mas por buscarem um ponto de vista objetivo adequadamente co-extensivo aos fenômenos psíquicos, a “unidade da psicologia” e a “ciência da personalidade” persistem na manutenção de uma postura científica ao lado do respaldo então contemporâneo da fenomenologia. A manutenção nesses dois projetos, por exemplo, de um ponto de vista causal, aspecto a ser abordado nesse capítulo, quando a fenomenologia indicava ser tal procedimento um dispêndio desnecessário para a dimensão compreensiva, como se observa no comentário seguinte de J-P. Sartre, não pode ser entendido como um mero desconhecimento epistemológico:

De nossa parte, não rejeitamos os resultados da psicanálise quando são obtidos pela *compreensão*. Limita-nos a negar qualquer valor e inteligibilidade à sua teoria subjacente da causalidade psíquica. Por outro lado, afirmamos que, na medida em que o psicanalista se serve da compreensão para interpretar a consciência, mais valeria reconhecer francamente que tudo o que se passa na consciência só pode receber sua explicação da própria consciência (Ibid., p. 54, grifos do autor).

O mais correto é conceber sob esse aparente anacronismo de D. Lagache e de J. Lacan um consciente posicionamento a respeito da necessidade de diferenciar-se a perspectiva científica da perspectiva filosófica. Nesta pesquisa, portanto, tais considerações sobre as implicações do inconsciente no contexto filológico permitem contextualizar adequadamente as perspectivas objetivas de D. Lagache e de J. Lacan a serem investigadas.

Em primeiro lugar, a perspectiva objetiva diante de outro sujeito, a ser investigada, tanto na “unidade da psicologia” como na “ciência da personalidade”, não se refere apenas à consideração das expressões e sinais de *outrem*, posto que o método compreensivo dessa modalidade já se encontrava seriamente questionado pelas críticas decorrentes da reversão

epistemológica, período este que melhor caracteriza os trabalhos iniciais de D. Lagache e J. Lacan. Em segundo lugar, as perspectivas científicas desses dois autores, aparentemente anacrônicas e de difícil conciliação com os métodos fenomenológicos então em destaque, mantinham-se fiéis à necessidade de uma objetividade “exterior” à analítica filosófica. Observando-se como se posicionaram a “unidade da psicologia” e a “ciência da personalidade” diante das problemáticas que lhes eram contemporâneas, é possível avaliar qual delas estava mais aberta aos princípios epistemológicos do estruturalismo. Há que se iniciar essa avaliação da “unidade da psicologia” e da “ciência da personalidade” a partir das influências, decorrentes da obra G. Politzer, que se encontravam no cenário francês em que elas surgiram.

2.4.2 G. Politzer e o cenário francês

Considerando-se a importância de G. Politzer na apropriação francesa da psicanálise, investiga-se quais as proposições desse autor que problematizaram a perspectiva objetiva acerca do entendimento do sujeito.

Em primeiro lugar, G. Politzer foi um filósofo materialista, a ponto de suas pesquisas finais terem se deslocado da psicologia para o marxismo. A seguinte passagem do autor é indicativa dessa influência: “Se existe uma grande tradição à qual a psicologia concreta se liga, trata-se obviamente da tradição materialista” (POLITZER, 1978, p. 178). Ou, ainda: “‘Psicologia concreta’ e ‘psicologia materialista’ são pois sinônimos, tal como ‘psicologia concreta’ e ‘psicologia positiva’” (Ibid., p. 185).

A grande contribuição de G. Politzer encontra-se na natureza da objetividade necessária à psicologia positiva. O autor enfatiza uma diferença radical entre o materialismo histórico e o materialismo biológico:

Os repetidos insucessos das psicologias de inspiração materialista resultam da insuficiência fundamental dos meios de que dispõe o materialismo em que se inspiraram. O materialismo médico, fisiológico ou biológico não é ainda senão uma reacção negativa em face do espiritualismo; uma negação estritamente decalcada sobre a afirmação: o velho materialismo passou pelo molde do espiritualismo (Ibid., p. 181).

E, ainda sobre o mesmo assunto: “Vê-se então que – como o dissemos há pouco – não pode estar em questão para a psicologia [...] esse materialismo por procuração: pela procuração da matéria fisiológica ou biológica que caracteriza o velho materialismo” (Ibid., p. 190). Há, portanto, uma explícita postura de corte com os anteriores fundamentos científicos da psicologia:

Para ser eficaz, a crítica da psicologia deve fazer-se sem dó, e só deve respeitar o que é verdadeiramente respeitável: falsas deferências, o receio de errar externando todo o pensamento ou tudo o que o pensamento implica, só encompridam o caminho sem outra vantagem além da confusão (POLITZER, 1998, p. 48).

Nesse aspecto, o materialismo histórico, enquanto ponto de vista objetivo que não se reduz ao plano fisiológico, não desloca, ao contrário da psicologia positiva anterior, a dimensão “dramática” dos fenômenos humanos:

Se o drama não é exterior e nem interior, no sentido espacial do termo, é todavia, “exterior” no sentido lógico. [...] Sob esse aspecto, o fato psicológico é *objetivo*, embora essa objetividade não seja a da percepção exterior. Com efeito, se o fato psicológico é objetivo, não é por ter extensão ou por ser mensurável, mas porque, no plano do realismo empírico da ciência, é exterior ao ato de conhecimento que o aborda; sob este ponto de vista é-lhe, até, transcendente; [...] Em outros termos, o fato psicológico é objetivo, não por confundir-se com o objeto das ciências da natureza e ser o que ele é, mas porque se *comporta* da mesma maneira diante do conhecimento (Ibid., p. 188, grifos do autor).

Note-se, na passagem acima, como as considerações de G. Politzer se aproximam da noção de “exterioridade” diante do ato de conhecimento presente nos modelos constituintes das ciências humanas, como indicado pela arqueologia de M. Foucault. Além disso, percebe-se que na obra de G. Politzer essa objetividade não implica em recusar a dimensão subjetiva: “É com razão que afirmamos que a psicologia concreta apresenta a verdadeira síntese entre a psicologia objetiva e a subjetiva. [...] Realiza, ao mesmo tempo, o que nenhuma delas pôde fazer: *uma psicologia objetiva, ao mesmo tempo que propriamente psicológica*” (Ibid., p. 188, grifos do autor). Na passagem seguinte o autor demonstra claramente estar ciente da relevância, no domínio da psicologia, da necessidade de uma perspectiva objetiva – “concreta” e não “abstrata” – sobre o sujeito:

Eis a virtude verdadeiramente fundamental da psicologia concreta; pois esta é essencialmente uma psicologia que renuncia a todos procedimentos pelos quais o drama humano pode ser transformado em “vida interior”. Pois não é difícil distinguir o comportamento humano do comportamento simplesmente fisiológico ou biológico. O que é infinitamente difícil [...] é não confundir o drama com a vida interior (Ibid., p. 189).

Apesar de comportar elementos abstratos, próprios da psicologia “clássica” a ser combatida, a psicanálise inaugura as possibilidades de uma psicologia “concreta”:

A hipótese do inconsciente, pelo contrário, significa que *a introspecção tornou-se insuficiente para a exploração do próprio psíquico*. Pois, para todos que admitiram o inconsciente *psicológico*, este significa um conjunto de fatos que são tão real e tão atualmente *psicológicos* como os fatos conscientes, “com a única diferença”, diz Freud, “que lhes falta a consciência”. Não se trata, então, de renunciar à introspecção porque se quer dar a fatos objetivos uma significação psicológica, mas porque é o próprio psíquico que extrapola o “para si”. É precisamente dessa forma que o inconsciente anuncia, em certo sentido, a psicologia concreta (Ibid., p. 170, grifos do autor).

Além disso, aspecto da psicanálise que se aproxima ainda mais da perspectiva da psicologia “concreta”, a noção de inconsciente problematiza uma objetividade que não se reduz ao materialismo biológico e que não desloca a dimensão subjetiva:

O que há de notável nessa conseqüência da introdução do inconsciente não é o fato de sermos obrigados a renunciar à introspecção. Os psicólogos clássicos não têm dificuldades em fazê-lo e abandonam frequentemente a introspecção em favor de métodos “objetivos”, fisiológicos, biológicos e outros. Mas é preciso observar que nesses casos [...] abandona-se o domínio do próprio psíquico. Pois, quando se abandona a introspecção por qualquer dos métodos “objetivos” é sempre em virtude de uma definição ou de uma hipótese que permite dar um lugar, ou todo o lugar em psicologia, às excitações e reações fisiológicas, ou ao aspecto puramente motor dos comportamentos. Não se abandona a introspecção para estudar, por meio de métodos objetivos, *os fatos psicológicos em si*, mas apenas fatos objetivos que foi possível relacionar com os primeiros (Ibid., p. 169-170, grifos do autor).

Mas deve-se acrescentar que G. Politzer, apesar de atribuir à psicanálise um papel destacado na abertura à “psicologia concreta”, também considerava pertinentes os desenvolvimentos originais da psicologia da *gestalt* e do condutismo (behaviorismo). O condutismo teria, segundo o autor, partido de princípios “concretos” ao renunciar a considerações introspectivas sobre o comportamento:

É desta forma que se justifica a aproximação inesperada que fazemos entre o behaviorismo e a psicanálise. Os dois correspondem a uma revolta contra a abstração [...]. Claro, o comportamento humano extrapola muito a noção watsoniana de *behavior*. [...]. De todo modo, aí está um problema fundamental: aprofundar a noção de comportamento humano indica com precisão seu conteúdo e seus limites. Ora, isso não poderá ser feito senão estudando o behaviorismo e suas diferenças do ponto de vista da psicologia concreta (Ibid., p. 192).

Por outro lado, como se percebe na passagem acima, seria incorreto o entendimento de que G. Politzer encontre maior interesse no condutismo além desse ponto de partida

originalmente crítico da psicologia “abstrata”. Esse aspecto é evidente no seguinte comentário do autor:

É inexacto que a psicologia concreta procure utilizar os factos reconhecidos pelo behaviorismo na mesma qualidade que os fatos psicanalíticos e “aqueles que estudam as diversas disciplinas psicotécnicas”. O behaviorismo nunca me interessou senão pela sua negação radical da vida interior e pela novidade da noção de “behavior”. Mas não vejo aí mais do que uma tentativa abortada e mostrei por diversas vezes a insuficiência da noção do “behavior” (POLITZER, 1978, p. 288).

Ao contrário do condutismo, a psicanálise permite uma apreensão eminentemente “dramática”: “Para mostrar a psicologia concreta em ação, devemos salientar o caráter verdadeiro de um certo número de novas noções que Freud foi levado a introduzir [...]. Consideramos, essencialmente, duas: a identificação e o complexo de Édipo” (POLITZER, 1998, p. 175). O autor chega a qualificar, inserindo-as diretamente em sua perspectiva, essas duas noções psicanalíticas de “dramáticas”: “De fato, a identificação e o complexo de Édipo não são apenas os segmentos da vida de um indivíduo particular, mas também grandes esquemas dramáticos que têm, por assim dizer, sua dialética própria, podendo, conseqüentemente, dar a chave de toda uma série de atitudes (Ibid., p. 177).

G. Politzer entende a identificação do seguinte modo: “A identificação é, pelo contrário [da imitação], essencialmente um ato que tem sentido: trata-se, para o sujeito, de *ser* outro ou algo outro que ele mesmo, trata-se de conformar-se com um modelo adotando-lhe, por assim dizer, toda a dialética” (Ibid., p. 175-176, grifos do autor).

Quanto à noção de complexo, o autor destaca não o valor ideo-afetivo da “representação inconsciente”, mas a propriedade de apreender um “esquema dramático” no domínio dos comportamentos humanos:

De fato, o próprio termo “complexo” em Freud revela a psicologia da *Vorstellung*, pois, para Freud, o complexo é uma representação cheia de grande intensidade afetiva. Mas só existe aí, e será inútil demonstrá-lo, uma questão de estilo. De fato, o complexo de Édipo não é um “processo”, e menos ainda um “estado”, mas um *esquema dramático*, ou, se preferir, um *comportamento humano* (Ibid., p. 176, grifos do autor).

As proposições de G. Politzer permitem a avaliação de alguns elementos teóricos comuns à “unidade da psicologia” e à “ciência da personalidade”. Deve-se destacar na obra politzeriana, sobretudo, a constatação evidente da importância concedida à perspectiva objetiva de abordagem, com elementos extraídos do materialismo histórico, da psicanálise e do condutismo, principalmente.

Contudo, mesmo a noção de inconsciente sendo reconhecida como objetiva e co-extensiva aos fenômenos do sujeito, a ausência do modelo lingüístico repercute na composição politzerina, e, desse modo, nas teorias iniciais de D. Lagache e J. Lacan. Decorre disso que esses dois últimos autores, para não incorrerem no erro das “representações inconscientes” da psicologia “clássica”, assimilam a descoberta freudiana através de fundamentos epistemológicos advindos do condutismo e do materialismo histórico. Pode-se dizer que D. Lagache, na “unidade da psicologia” prioriza o viés condutista, enquanto J. Lacan, na “ciência da personalidade”, prioriza o viés do materialismo histórico, ao dialogar com o modelo sociológico na fundamentação do ponto de vista objetivo.

Mas se D. Lagache norteia-se a partir do condutismo, corrente psicológica incluída com sérias reticências na psicologia “concreta”, o autor, além disso, ao adotar um modelo biológico, distancia-se das críticas politzerianas ao “velho materialismo”. Por outro lado, a respeito desses aspectos J. Lacan mantém-se em uma leitura mais fidedigna da psicologia “concreta”. Deve-se ressaltar, ainda, que J. Lacan acolhe diretamente a idéia politzeriana de que a identificação e o complexo constituem “esquemas dramáticos”, pois, como observado nos capítulos anteriores, as “imagos” e os “complexos” caracterizaram, inicialmente, os referenciais psicanalíticos mais destacados em sua obra, e que com eles o autor pretendia suplantar os elementos abstratos contidos na noção de inconsciente.

A apresentação da “psicologia concreta” possibilitou a localização de algumas diretrizes epistemológicas, então presentes no cenário francês, que influenciaram a “unidade da psicologia” e a “ciência da personalidade”. As especificidades desses projetos teóricos, a “ciência da personalidade” e a “unidade da psicologia”, os problemas epistemológicos aos quais eles pretenderam responder, e a validade deles diante do paradigma contemporâneo do estruturalismo são os temas abordados no próximo capítulo.

3 COMPARAÇÃO ENTRE A “UNIDADE DA PSICOLOGIA” E A “CIÊNCIA DA PERSONALIDADE”

F. Dolto, embora sendo ela mais jovem que Lacan e Lagache, fez, como eles, parte da “segunda geração” de psicanalistas franceses. Ao responder a uma pergunta – em entrevista que mais tarde serviria para publicação de um livro biográfico – sobre o início de sua formação psicanalítica, Dolto descreve como, principiante, lhe pareceu a atmosfera da Sociedade Psicanalítica de Paris:

No entanto, alguns [membros efetivos da instituição], eu nem sabia como se chamavam. Por exemplo, eu não sabia a diferença entre Lagache e Lacan. Via-os sempre juntos e sempre, sempre, conversando um com o outro. Era: Lagache-e-Lacan. Os jovens, dos quais eu fazia parte, não sabiam qual era Lagache e qual era Lacan. Eles eram os chatos que impediam os outros de ouvir as conferências, de tanto que falavam. Então, de vez em quando, faziam “psiu!” para eles. Nós, os jovens, ficávamos atrás; e Lacan se voltava para nós com um olhar tenebroso e vingativo, porque lhe haviam pedido para calar (DOLTO, 1990, p. 119).

Entretanto, não há necessidade de esperar Lacan e Lagache sistematizarem suas leituras de formação para já perceber algumas diferenças de posicionamento mais pessoais. Por exemplo, na postura de ambos a respeito dos fatores fisiológicos envolvidos com o comportamento humano, há curiosos relatos.

Lagache, em nota autobiográfica, embora afirme ter descartado, desde sempre, a toda “mitologia cerebral”, parece não ter sido um jovem tão apaixonadamente crítico a respeito dos fatores fisiológicos envolvidos com o comportamento humano:

Depois de um ano de serviço militar, retomei a medicina em 1929. Iniciei minha carreira psiquiátrica: interno de hospitais psiquiátricos (1931), médico de hospitais psiquiátricos (1935), chefe da clínica de enfermidades mentais (1935). Apaixonou-me o descobrimento da bioquímica e neurofisiologia. Contudo, não me descuidava da filosofia. Tomei contato com a fenomenologia de Husserl (*Meditações cartesianas*). A *Psicopatologia geral* de Jaspers oferecia-me um enfoque mais próximo da clínica³⁸ (LAGACHE, 1982ee, p. 28).

³⁸ Después de un año de servicio militar, retome la medicina en 1929. Comenzó mi carrera psiquiátrica: interno de hospitales psiquiátricos (1931), médico de hospitales psiquiátricos (1935), jefe de clínica de enfermedades mentales (1935). Me apasionó el descubrimiento de la bioquímica y la neurofisiología. Con todo, no descuidaba la filosofía. Tomé contacto con la fenomenología de Husserl (*Méditations cartésiennes*). La *Psychopathologie générale* de Karl Jaspers me ofrecía un enfoque más cercano de la clínica (LAGACHE, 1982ee, p. 28).

Sobre esse mesmo assunto, os relatos de Dolto, quanto à sua formação médica, antes ainda de tornar-se psicanalista, mostram um humor bastante diferente no jovem Lacan:

Então, sem deixar a clínica interna e a clínica externa que se faziam na assistência pública, fiz anatomia patológica em neurologia em Sainte-Anne. E, além disso, na época, assisti um pouquinho Lacan, que fazia conferências de internato absolutamente incompreensíveis! [...] Boris [médico, marido de F. Dolto] [...] também tinha estado em Sainte-Anne, antes de mim – eu não o conhecia, na época – [para] assistir às conferências. E tinha encontrado o doido do Lacan fazendo conferências sobre o cérebro. Quando me falou disso, foi para me contar: “Aquele sujeito não é um anatomista. É um poeta. Ele é completamente louco!” Isso o [a Boris] divertia muito, mas ao mesmo tempo o deixou desgostoso [...] (DOLTO, 1990, p. 104).

Dois jovens contemporâneos, e praticamente com a mesma formação institucional: contudo, enquanto Lagache esperava algo dos estudos neurofisiológicos, Lacan, por sua vez, já os menoscabava, provavelmente por entendê-los como apenas “outras perspectivas” – e não das melhores –, inconciliáveis com um modelo mais aprofundado de abordagem dos fenômenos psíquicos.

Quanto à formação psicanalítica, tanto a análise de Lacan como a de Lagache foi realizada com o psicanalista R. Loewenstein, que, aliás, analisou um grande número de psicanalistas da segunda geração francesa. Mesmo que Loewenstein não tenha relevância na formação teórica de Lacan e Lagache, não é sem interesse perceber a postura desses dois autores a respeito de seu psicanalista de formação.

Roudinesco (1988, p. 120) observa que na nota de esclarecimento do *Escritos* (1966), compilação de artigos do autor, Lacan faz de si “filho de ninguém, sem pais nem família”. E como Lacan não indica, nessa nota, os primeiros psicanalistas franceses quando de sua formação analítica, a autora (Ibid., p. 120) lança a pergunta: “Para onde foram os ‘antigos’ nessa história? [...] Onde está Rudolph Loewenstein, o analista de Lacan, a quem esse mesmo Lacan não atribui nenhum lugar em sua trajetória?”.

Por sua vez, D. Lagache, no mesmo ano de 1966, não somente revela sem dificuldades seu analista, como também, “ao contrário de Nacht e de Lacan, relatou sua análise com Rudolph Loewenstein em um artigo publicado em inglês em 1966, no qual fornecia muitas informações sobre sua infância e sua vida privada” (ROUDINESCO, 1998, p. 457).

Embora não caracterize objeto desta pesquisa, seria ingenuidade descuidar de um fundo material sob o debate teórico entre J. Lacan e D. Lagache, notadamente a relação da

psicanálise com a instituição universitária, repelida pelo primeiro e promovida pelo segundo.³⁹

Além disso, quanto ao envolvimento da psicanálise com a universidade, tanto Lacan como Lagache, junto a duas psicanalistas, F. Dolto e J. Favez-Boutonier, configuraram, aos olhos da “terceira geração” de analistas franceses, influentes figuras parentais. A respeito dessa influência, Lacan e Dolto “adquiriram progressivamente uma posição dominante em face de seus respectivos rivais: Daniel Lagache e Juliette Favez-Boutonier”⁴⁰ (ROUDINESCO, 1994, p. 253).

Mas, e principalmente, no estilo de linguagem, e na relação com a produção textual, é possível apontar diferenças marcantes desde os primeiros trabalhos de Lacan e Lagache.

P. Guiraud, um dos mestres de Lacan em psiquiatria, encerra sua apreciação crítica sobre a tese lacaniana, de 1932, com o seguinte comentário:

Devemos sublinhar o vigor do pensamento de Lacan e de sua convicção voluntariamente agressiva. O estilo é extremamente cuidado; ele participa ao mesmo tempo da escrita artística e da complexidade filosófica. Em nossa época de celeridade e de democracia, este não é um meio seguro de difundir suas idéias; elas ganhariam com mais simplicidade (GUIRAUD apud ALLOUCH, 1997, p. 526).

O segundo grande trabalho de Lacan, *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, publicado em 1938, foi realizado para o volume VIII da *Encyclopédie française*. O volume seria intitulado *La vie mentale*, sob direção de H. Wallon, que “solicitara dois artigos a Lacan, sublinhando que se tratava de um ‘autor difícil’, mas o único qualificado para fornecer tal trabalho” (ROUDINESCO, 1994, p. 153). O primeiro artigo foi intitulado *O complexo, fator concreto de psicologia familiar*, e o segundo artigo, *Os complexos familiares em patologia*. Além de H. Wallon, outro intelectual de expressão a apoiar a indicação de Lacan foi L. Febvre, um dos pioneiros nas pesquisas de “história das mentalidades”.

Os artigos de Lacan envolveram diversas revisões e intervenções por parte dos editores. Roudinesco observa que sobre esses textos formaram-se, nos bastidores da equipe da *Encyclopédie*, verdadeiras anedotas:

Assim, enquanto Febvre trabalhava na redação definitiva do texto [de Lacan], os rumores continuaram a crescer nos corredores do prédio da rua du Four, onde estava

³⁹ Sobre esse assunto, ver Aguiar, 2000, 2002, 2006.

⁴⁰ Sobre “Juliette Favez-Boutonier, seu itinerário é mais ou menos semelhante [ao de Lagache]. Encarnando também os valores de uma tradição herdada de Janet, lutou pela implantação da psicanálise sob o rótulo da psicologia. Perante ela [Boutonier] Dolto desempenhou [...] um papel sensivelmente idêntico ao de Lacan frente a Lagache” (ROUDINESCO, 1994, p. 254).

sediada a *Encyclopédie*. Todos faziam troça da ilegibilidade do estilo de Lacan. O “escândalo” chegou no auge quando foi mostrada a Anatole de Monzie [responsável pela Enciclopédia], por secretários incompetentes, não a versão corrigida do artigo, mas o manuscrito original. O grande patrão ignorava, obviamente, que o texto que lhe davam a ler já havia sido várias vezes transformado: primeiro foi escrito por Rose Celli [revisora], depois revisto por Febvre, depois modificado por Lacan, depois novamente reescrito por Rose e relido mais uma vez por Febvre etc. Assim, diante do que acreditava ser o “texto a imprimir”, Monzie teve uma reação retumbante: “Mandem traduzir isso em língua normal!”, esbravejou. Quanto a Febvre [...] atribuiu-se o papel de um Jocrisse que tinha que restabelecer a verdade histórica escrevendo ao grande patrão para revelar-lhe a “intriga” (ROUDINESCO, 1994, p. 154).

Contudo, em grande parte, essa “obscuridade” devia-se ao fato de ser um momento de transição no percurso lacaniano:

Por um lado, Lacan incluía nesse balanço o conjunto de sua reelaboração conceitual anterior à guerra – daí o caráter simultaneamente sintético e programático do texto – mas, por outro, sentia certa dificuldade em definir de maneira clara as noções novas que utilizava. Ainda faltava muito para que seu sistema doutrinal estivesse inteiramente elaborado. Daí o aspecto desconstruído e vago desse trabalho fora do comum (ROUDINESCO, 1994, p. 155).

Além disso, como observa Roudinesco, toda essa peripécia indica que, na década de 30, alguns grandes nomes – não conservadores – do pensamento francês, particularmente H. Wallon e L. Febvre, já percebiam a inovação das elaborações lacanianas:

Esse memorando é um belo testemunho de história imediata. Mostra, de um lado, o quanto Lacan era reconhecido em seu justo valor, em 1937, junto aos mais brilhantes espíritos da época, e, de outro, como seu estilo já causava problemas: obscuridade, ilegibilidade, inibição em entregar um texto nos prazos previstos, morosidade face à publicação, etc. (ROUDINESCO, 1994, p. 154).

Mais do que a propalada “obscuridade” de Lacan, talvez seja mais instrutivo notar que esse autor buscava empreender, mantendo como principal doutrina a psicanálise, uma articulação epistemológica inovadora e rigorosa. Desse modo, Lacan já exercia “releituras” das grandes doutrinas, articulando conceitos de modo inovador: ele “reúne aquilo que comumente se opõe” (OGILVIE, 1988, p. 63). Um jogo de sombra e luz, uma articulação “barroca” entre os conceitos.

Outro estilo de escrita, outra relação com a produção textual, outra articulação entre as grandes doutrinas: se Lacan evoca uma estética “barroca”, em todos esses aspectos D. Lagache mostra-se um “clássico”.

Em sua nota autobiográfica, há a seguinte passagem, que não deixa de sugerir um debate tácito com o estilo lacaniano:

Se meu compromisso com a psicanálise é o que se deduz de minha carreira científica, não é um compromisso cego. Respeito fundamentalmente a obra de Freud, a leio e faço ler em sua versão original, rechaçando os contra-sensos e as interpretações tendenciosas, mas não para ratificar tudo o que “disse o Mestre”. De seu pensamento, trato de discernir o que está ultrapassado e o que segue sendo atual. Não com menos vigor sou hostil às aventuras tenebrosas, à obscuridade perversa da linguagem e aos “gnósticos”: pode-se falar claramente de coisas obscuras e dizer sem ambigüidade que são difíceis. Ensino o rigor, mas não a rigidez; a flexibilidade, os necessários acomodamentos da investigação, mas não a fantasia cega que se toma por gênio. [...] Um fruto desses esforços é a iminente publicação do *Vocabulário da psicanálise*, extenso volume de quase seiscentas páginas, obra iniciada antes da segunda Guerra Mundial, retomada em 1958 e que não poderia ter sido concluída sem o imenso trabalho de meus discípulos J. Laplanche e J.-B. Pontalis⁴¹ (LAGACHE, 1982ee, p. 30).

Na passagem acima também se percebe em Lagache, num momento – a nota autobiográfica foi concluída em 1966 – em que a preponderância do ensino lacaniano era absoluta, o intuito de frisar um “fruto” de seu método que fosse então reconhecido contemporaneamente, o *Vocabulário de psicanálise* – publicado em 1967 – iniciado por ele, e depois retomado, sob sua direção, por Laplanche e Pontalis.

O estilo “clássico” de Lagache, diferentemente de Lacan – pois este não lecionou profissionalmente em universidades, tendo talvez maior liberdade em seus “escritos” e “seminários” –, não deixa de relacionar-se também com a sua condição de professor universitário:

Lagache é um pioneiro no âmbito da penetração da psicanálise na universidade. Do alto de sua erudição, sabe falar com os estudantes e faz maravilhas num ensino dirigido para o comentário de textos. Por essa razão, sua obra escrita se assemelha a uma imensa dissertação (ROUDINESCO, 1988, p. 235).

Quando Lagache foi convidado por H. Wallon para redigir quatro artigos para o tomo sobre *A vida mental*, da *Enciclopédia francesa*, ao contrário do que ocorrera com Lacan, não se viu maiores dificuldades: como observado por Ohayon (1999), são textos de obediência freudiana estrita, apenas com algumas ressalvas, visando ao público francês da época, quando

⁴¹ Si mi compromiso con el psicoanálisis es el que se desprende de mi carrera científica, no es un compromiso ciego. Respecto profundamente la obra de Freud, la leo y la hago leer en su versión original, rechazando los contrasentidos y las interpretaciones tendenciosas, pero no para ratificar todo lo que “dijo el Maestro”. De su pensamiento, trato de discriminar lo que há caducado y lo que siegue siendo actual. Con no menos vigor soy hostil a las aventuras tenebrosas, a la oscuridad perversa del lenguaje y a los “gnósticos”: se puede hablar claramente de cosas oscuras y decir sin ambigüedad que son difíciles. Enseño el rigor, pero no la rigidez; la flexibilidad, los necessários acomodamientos de la investigación, pero no la fantasia ciega que se toma por genio. [...] Um fruto de estos esfuerzos es la inminente publicación del *Vocabulaire de la Psychanalyse*, extenso volumen de casi seiscientas páginas, obra comenzada antes de la segunda Guerra Mundial, retomada em 1958 y que no podría haber sido concluída sin el inmenso trabajo de mis discípulos J. Laplanche y J.-B. Pontalis (LAGACHE, 1982ee, p. 30).

trata do tema da sexualidade, e que terminam com um ponto de vista “ecumênico” a respeito da psicanálise e da psicologia.

Por último, aspecto curioso, o verdadeiro nome de *Aimée*, caso clínico da tese lacaniana de 1932, era Marguerite Anzieu. O principal divulgador da obra de D. Lagache na França, e que prefaciou as *Obras* desse autor, foi Didier Anzieu, filho da mesma M. Anzieu. Além disso, na década de 30, era ele o filho do qual sua mãe, então em estado delirante, interpretava que queriam privá-la. Didier Anzieu teria sido analisado por Lacan e orientado academicamente por Lagache, além de contribuir assuntos referentes à psicologia clínica francesa e à psicanálise.⁴²

As considerações acima, sobre J. Lacan e D. Lagache, indicam diferenças “pessoais” de postura quanto aos estudos e à carreira profissional, diferenças de estilo de leitura e escrita: mas quais seriam efetivamente suas diferenças *epistemológicas*?

Questão importante, pois perder de vista essas diferenças suplanta as possibilidades de esboçar um fundamento *lógico* (e não “miraculoso”) para a adesão de Lacan, exclusiva dentre os psicanalistas de sua geração, ao próprio estruturalismo.⁴³ Como entender esse seu exclusivo passo para uma sofisticação e vanguarda teóricas pouco usuais até então no campo psicanalítico?

Supor que seriam suficientes as “contingências” de Lacan encontrar-se no território francês em um período em que se iniciavam as formulações estruturalistas – como se o autor, ao se aproximar de um outro referencial e, depois de compará-lo com o que ele possuía anteriormente, optasse, então, pelo novo arsenal metodológico – é, de um ponto de vista lógico, um raciocínio irrelevante. Ou mesmo banal, quando se pensa no simples porquê de outro psicanalista diante das mesmas contingências não ter o mesmo desfecho intelectual.

Não seria mais plausível ou mesmo mais responsável a hipótese de que alguma articulação lógica interna às elaborações teóricas iniciais de Lacan tenha permitido ou facilitado esse seu acesso algo desenvolvido pelo então difícil, recente e inovador referencial estruturalista?

Daí a importância em se buscar uma comparação com D. Lagache, autor cujo sistema teórico se apresenta como o mais próximo possível dos primeiros trabalhos lacanianos. A comparação entre os dois autores permite precisar quais seriam as aberturas epistemológicas,

⁴² Ver Aguiar, 2000, 2002, 2006.

⁴³ Deve-se a Ogilvie (1988) a felicidade dessa expressão – “miraculoso” – para indicar o modo freqüente, mas incorreto, de se conceber a “aparição” da formulação teórica de Lacan, a partir de seus seminários, no cenário intelectual francês da década de 50.

presentes na “ciência da personalidade”, envolvidas com a adesão lacaniana ao estruturalismo.

Neste capítulo são abordadas as diferenças epistemológicas entre a “unidade da psicologia” e “ciência da personalidade”. Inicia-se a partir das problemáticas epistemológicas identificadas por autores que influenciaram ambos os projetos, W. Stern e Ch. Blondel, respectivamente. Em seguida, passa-se a abordar os elementos epistemológicos decisivos para a distinção entre os dois projetos, a saber, o personalismo e a conduta, presentes na “unidade da psicologia”, e a psicogenia e a gênese social, na “ciência da personalidade”. A comparação entre esses dois projetos abrange ainda um diálogo acerca da pertinência deles a respeito da epistemologia própria ao referencial estruturalista.

3.1 As repercussões dos trabalhos de W. Stern e de Ch. Blondel

A “unidade da psicologia” e a “ciência da personalidade” parecem seguir problemáticas a respeito da epistemologia da psicologia colocadas, previamente, por W. Stern e Ch. Blondel. No caso de D. Lagache, no primeiro capítulo desta pesquisa já se constatou a influência direta do “personalismo”, de W. Stern, em sua elaboração da “unidade da psicologia”. Em J. Lacan, a prioridade do modelo sociológico, e sob a antropologia de L. Lévy-Bruhl, parecem seguir as sugestões de Ch. Blondel. Contudo, no caso lacaniano a influência não é tão direta como a observada em W. Stern sobre D. Lagache, e, na verdade, J. Lacan, diante das aporias indicadas por Ch. Blondel, acaba resolvendo-as de um modo inteiramente contrário ao do autor da “consciência mórbida”, a saber, acolhendo como decisiva a perspectiva psicanalítica.

3.1.1 W. Stern e a psicologia “unitária”

A perspectiva personalista de W. Stern pretende superar a oposição entre as ciências naturais e as ciências humanas. Num primeiro momento, para o autor, a rigidez dessa

oposição não mais se sustenta no próprio contexto, então contemporâneo, do desenvolvimento histórico do conhecimento:

Durante um certo tempo, supôs-se que, pelo confronto entre “explicação” e “compreensão”, se tinham postulado duas psicologias, que se excluíam mutuamente. Simultaneamente, identificou-se esta oposição com a existente entre os métodos e a problemática das “ciências da natureza” e os “das ciências do espírito”. [...] Mas uma tal distinção entre duas psicologias só é possível e aceitável como provisória. Nos últimos decênios, a síntese já se esboça nitidamente. No momento em que as próprias ciências da natureza abandonaram o estreito ponto de vista dos elementos, e em que, sobretudo as ciências biológicas, começaram a insistir, cada vez mais na totalidade do organismo e no significado de todos os processos vitais, aquela distinção perdeu muito da sua acuidade inicial. Por outro lado, as ciências do espírito começaram a utilizar métodos e pontos de vista das “ciências” da natureza (estatística, genética, teoria do instinto, etc.), sem contudo abandonarem o seu campo próprio (STERN, 1981, p. 49).

Mas se a oposição mostra-se em declínio na simples constatação histórica das pesquisas, há ainda necessidade, no entendimento de W. Stern, de encontrar uma unidade de convergência para os métodos das ciências naturais e das ciências humanas, e nesse ponto a psicologia, desde que “geral” ou “unitária”, a saber, a “personalista”, assume um papel epistemológico fundamental:

*Mas é função da psicologia servir de autêntico elo de ligação, dado que os factos psíquicos só podem ser cabalmente compreendidos, quando se respeita tanto o seu conteúdo orgânico-natural, como o espiritual e cultural; e, mais ainda: quando a interdependência de ambos se converte no objecto específico da investigação. Todo aquele que, “à maneira das ciências da natureza”, se limita a considerar apenas a estrutura orgânica da pessoa humana – por exemplo a sua vida instintiva, a sua conformação física e temperamental, a legalidade dos processos psíquicos – distancia-se tanto da sua compreensão integral, como aquele que, “filosoficamente”, considera apenas a sua superestrutura: ideais, escala de valores, relações culturais e históricas. Tendência inata e valor, instinto e espírito, temperamento e carácter, não pertencem a dois mundos humanos diferentes nem exigem duas atitudes científicas diversas. São, bem pelo contrário, momentos que estão ligados – embora, em alguns casos, sob fortes tensões e contrastes – na unidade da pessoa humana, constituindo, deste modo, o *objeto comum da ciência* da pessoa humana e da sua vida psíquica. Conseguir esta unidade de compreensão é o objetivo especial da psicologia *personalista* (Ibid., p. 49, grifos do autor).*

Se a “unidade” da perspectiva “personalista” fundamenta-se na convergência entre as ciências naturais e humanas, esse posicionamento também se reflete na necessidade de que as pesquisas psicológicas, compreensivas ou experimentais, sejam complementares:

E, por esta *obrigatoriedade de empirismo*, que não é possível sem um trabalho minucioso e persistente, a psicologia da compreensão entrar de novo em contato íntimo com as investigações habituais daquela psicologia que se orienta pelas

“ciências da natureza”. Igualmente, no que se refere aos métodos, é de esperar que esteja a formar uma *psicologia una*, independente de todas aquelas antíteses, no seio da qual há lugar para os mais diversos interesses, tendências e objetivos (Ibid., p. 51, grifos do autor).

Antes de apresentar as influências de W. Stern em D. Lagache, é necessário determinar a “unidade” personalista. O psicólogo russo L. Vigotski, ao abordar a história da psicologia, define da seguinte forma o personalismo:

Stern parte de que carecemos de Psicologia, mas que temos muitas psicologias. Em seu desejo de manter o objeto da psicologia na mira de uma ou outra tendência, introduz o conceito de atos e funções psicofisicamente neutros e chega a admitir que o psíquico e o físico [...] essa divisão é um fato secundário, que aparece quando se apresenta ao sujeito um ou outro; o fato principal é a existência de uma pessoa psicofisicamente neutra e de seus atos, psicofisicamente neutros. Portanto, a unidade é conseguida introduzindo-se o conceito de ato neutro psicofísico (VIGOTSKI, 1999, p. 358).

No caso de D. Lagache, essas diretrizes personalistas influenciam diretamente o seu projeto de “unidade da psicologia”. Primeiramente, assim como W. Stern, mas no domínio da psicopatologia de K. Jaspers, D. Lagache utiliza o argumento de uma defasagem histórica na possibilidade de sustentar-se com rigidez a oposição entre ciências naturais e humanas:

A época em que Jaspers escreveu a *Psicopatologia Geral* basta para fazer pressupor as implicações positivistas e pragmáticas da sua doutrina de explicação causal. Ora esta interpretação das teorias e leis está em retrocesso, ou pelo menos está a pedir alguns retoques. Consideremos o caso da teoria atômica, que Jaspers dá como exemplo de um modelo físico ao mesmo tempo artificial e cômodo. A sua evolução aproxima-a cada vez mais de uma esquematização descritiva da realidade, permitindo compreender “como o físico sai do físico”. Pelo contrário, encontramos em psicologia relações gerais do tipo das leis naturais; isto é, obtidas por indução amplificante. Algumas delas são traduzidas por significações imanentes à conduta, isto é, que permitem perceber “como o psíquico sai do psíquico”; tal é, por exemplo, a “lei do efeito”, segundo a qual “mantendo-se as mesmas circunstâncias, o êxito conduz à repetição da resposta, o falhanço à sua eliminação” (LAGACHE, 1978, p. 56).

A argumentação de D. Lagache aborda as “relações imanentes” entre os fenômenos, relações essas que são próprias de uma derivação compreensiva, pois no domínio psíquico, não apenas explica-se o encadeamento dos fenômenos, mas antes se compreende “como psíquico sai do psíquico”. Opondo-se à perspectiva diltheyana, em que a diferença de estatuto da coisa natural e do espírito determina a explicação e a compreensão, D. Lagache estende a compreensão ao domínio natural, pois que em diversos contextos não apenas explicamos por leis causais exteriores os eventos físicos, mas compreendemos “como o físico sai do físico”. Uma relevante consequência disso no campo psicológico encontra-se na possibilidade de que

certas leis gerais da psicologia experimental, científico-natural, sejam passíveis de uma apreensão compreensiva, como no exemplo da “lei do efeito”. Decorre dessas considerações o seguinte posicionamento de D. Lagache, que culmina na adoção da “conduta” como objeto capaz de superar a oposição entre as ciências naturais e humanas:

Desta discussão tira-se a conclusão seguinte: tanto as ciências da natureza como nas ciências humanas e em particular na psicologia, devemos distinguir, dependendo da perspectiva em que nos colocamos, dois tipos de relações gerais. Uma são abstractas e, mesmo se fundamentam a previsão [científica], não podem apresentar-se “como o físico sai do físico” ou “como o psíquico sai do psíquico”; outras são mais concretas e permitem mostrar o encadeamento dos fenômenos, as relações imanentes aos fenômenos realmente observados. [...] As “relações ideais de compreensão” de Jaspers não são mais do que uma esquematização da organização e do desenrolar da conduta. E a sua estrutura não é essencialmente diferente de certos princípios da física (LAGACHE, 1978, p. 57).

O autor identifica na noção de “conduta” o “elo” – W. Stern apontara a necessidade de um “elo de ligação” entre as duas psicologias, naturais e humanas – para uma psicologia na qual, a um só tempo, convergissem tanto as ciências naturais como as ciências humanas: “Uma das principais tarefas da psicologia geral é tratar de formular conceitos e princípios fundamentais comuns a todas as psicologias. O mais importante, e ao redor do qual centraremos esta exposição, é o conceito de conduta”⁴⁴ (LAGACHE, 1982v, p. 117). A passagem seguinte de D. Lagache evidencia ainda mais as implicações dessa diretriz personalista de convergência na formulação do projeto de “unidade da psicologia”, bem como o entendimento lagacheano de que a noção de “conduta” poderia satisfazer a exigência de um “elo” entre as diferentes psicologias:

A multiplicidade das psicologias põe o problema da unidade da psicologia. A distinção entre psicologias naturalistas e psicologias humanistas permite uma primeira simplificação. Mas as psicologias vão do naturalismo ao humanismo e vice-versa. Naturalismo e humanismo são em si mesmos conceitos móveis. O espírito da psicologia contemporânea atribui um papel tanto a uma como à outra atitude. [...] No plano da pesquisa, a estas duas atitudes filosóficas correspondem duas maneiras de trabalhar: a psicologia experimental e a psicologia clínica. [...] A psicologia experimental e a psicologia clínica não só se completam como também há entre elas uma convergência notável. Tanto para uma como para a outra, a psicologia é a ciência da conduta, sendo esta compreendida como o conjunto de respostas significativas pelas quais o ser vivo em situação integra as tensões que ameaçam a unidade e o equilíbrio do organismo (LAGACHE, 1978, p.69-70).

⁴⁴ Una de las principales tareas de la psicologia general es tratar de formular conceptos y principios fundamentales comunes a todas las psicologias. El más importante, y alrededor del cual centraremos esta exposición, es el concepto de conducta (LAGACHE, 1982v, p. 117).

Na “unidade da psicologia”, a “conduta” também permite consolidar a perspectiva personalista de convergência entre as pesquisas experimentais e as pesquisas clínicas, encontrando-se em domínio técnico e prático a convergência, respectivamente, entre a perspectiva explicativa e a compreensiva.⁴⁵ Para D. Lagache, mesmo a psicanálise, atividade eminentemente clínica, no sentido de ser avessa aos métodos empírico-naturais, e cujo conhecimento é extraído da especificidade de suas investigações, pode, com a noção de “conduta”, inserir-se na perspectiva personalista de “unidade”:

Se agora passarmos ao exame dos princípios segundo os quais a psicologia experimental e a psicologia clínica descrevem e explicam a conduta, a unidade da doutrina aparece de uma forma notável. Para uma tal confrontação, o terreno de escolha é fornecido pela comparação dos princípios da conduta segundo as teorias do learning ou “aprendizagem” e segundo a psicanálise (Ibid., p. 57).

A passagem a seguir, de D. Lagache, ilustra o caráter “complementar” da “unidade da psicologia”:

[A unidade de convergência manifesta-se] no nível da síntese científica: por divergentes que pareçam as disciplinas, os métodos e as doutrinas psicológicas, em muitos pontos elas chegam a resultados e formulações análogos, quando não idênticos; é assim que a psicologia experimental, a psicologia clínica e a psicologia social se complementam; a primeira lida com os princípios mais simples e seguros; as outras, com pontos de vista mais abrangentes⁴⁶ (LAGACHE, 1982v, p. 133-134).

O aspecto filosófico subjacente a essa noção de “unidade” é constatável na seguinte conclusão de D. Lagache:

Acrescentem-se algumas palavras para evitar confusões. Na realidade, trate-se de teorias ou casos individuais, se se quiser ater ao rigor científico, nunca se chega a uma síntese total e única, mas apenas a uma pluralidade de sínteses limitadas; a especificidade dos fatos e dos conceitos segue sendo um instrumento lógico indispensável. Supomos que tudo é coerente, mas não sabemos demonstrá-lo; basta sair do campo em que uma proposição é válida para que a solidariedade do Universo volte a ser questionada. A noção de conjunto possui alcances operativos, e não ontológicos. Na nossa concepção é isso que caracteriza, mais do que qualquer outra idéia diretriz, as dificuldades, as necessidades e as soluções da psicologia de hoje⁴⁷ (Ibid., p. 134).

⁴⁵ “Tanto para a psicologia clínica como para a psicologia experimental, a psicologia é a ciência da conduta” (LAGACHE, 1978, p. 53).

⁴⁶ en el nivel de la síntesis científica: por divergentes que parecen las disciplinas, los métodos y las doctrinas psicológicas, en muchos puntos llegan a resultados y formulaciones análogos, cuando no idênticos; es así que la psicologia experimental, la psicologia clinica, el psicoanálisis y la psicologia social se complementan; la primera aporta los principios más simples y seguros; los otros, los puntos de vista más abarcativos (LAGACHE, 1982v, p. 133-134).

⁴⁷ Agregaremos unas palabras más para evitar malos entendidos. En realidad, trátase de teorias o de casos individuales, si queremos atenernos al rigor científico, nunca llegamos a una síntesis total y única, sino

A noção de “conduta”, portanto, pode ser concebida, como um domínio “neutro” no debate entre as oposições dos pontos de vista que se pretendam exclusivos, sem que se priorize cabalmente nenhum deles, e sem integrá-los em uma “unidade” ontológica, preservando-a como operacional:

Dissemos que o objeto da psicologia é a conduta, mas reconhecemos a unidade da conduta e da consciência, concebendo essa última como conduta simbólica; em lugar de opor a situação ao organismo, postulamos o campo psicológico constituído por ambos; apresentamos o significado como propriedade objetiva inseparável da materialidade da conduta; não buscamos reduzir o consciente ao inconsciente, mas determinar suas relações dinâmicas; já não concebemos o fisiológico e o psicológico, o individual e o social como realidades distintas e antitéticas; postulamos, ao contrário, que a realidade consiste em sua interação; [...] [consideramos a] interação entre a maturação e a aprendizagem⁴⁸ (Ibid., p. 134).

A “conduta” pode ser apreendida em diferentes níveis de objetividade e em diferentes domínios, instaurando uma unidade operacional, e não ontológica, entre as relações entre o fisiológico e o sociológico, e o individual e o social, por exemplo. Assim, embora o condutismo norte-americano se fundamentasse numa apreensão “empírica” da conduta, a tradição francesa, com P. Janet, já havia inaugurado uma dimensão mais adequada ao método compreensivo, como observa M. Foucault:

Por “conduta” Janet não entende esse comportamento exterior no qual o sentido e a realidade se esgotam ao confrontá-lo com a situação que o provocou: isso é o reflexo ou a reação, não a conduta. Há conduta quando se trata de uma reação submetida a uma regulação, isto é, que o seu desenvolvimento depende de forma constante do resultado que acaba de obter.⁴⁹

solamente a una pluralidad de síntesis limitadas; la especificidad de los hechos y de los conceptos sigue siendo un instrumento lógico indispensable. Suponemos que todo es coherente, pero no sabemos demostrarlo; basta salir del campo pertinente en el que una proposición es válida, para que la solidaridad del Universo vuelva a quedar cuestionada. La noción de conjunto tiene alcances operativos y no ontológicos. A nuestro juicio es la que caracteriza, más que en cualquier otra idea diretriz, las dificultades, las necesidades y las soluciones de la psicología de hoy (Ibid., p. 134).

⁴⁸ Dijimos que el objeto de la psicología es la conduta, pero reconocemos la unidad de la conducta y de la conciencia, concibiendo a esta como conducta simbólica; en lugar de oponer la situación al organismo, postulamos el campo psicológico constituido por la interacción de ambos; presentamos el significado como una propiedad objetiva inseparable de la materialidad de la conducta; no buscamos reducir lo consciente a lo inconsciente, sino determinar sus relaciones dinámicas; ya no concebimos lo fisiológico y lo psicológico, lo individual y lo social como realidades distintas y antitéticas; postulamos, por el contrario, que la realidad consiste en su interacción; [...] interacción entre maduración y aprendizaje (Ibid., p. 133).

⁴⁹ Par “conduite”, Janet n’entend pas ce comportement extérieur dont on épuise le sens et la réalité en le confrontant à la situation qui l’a provoqué: c’est réflexe ou réaction, non pas conduite. Il y a conduite lorsqu’il s’agit d’une réaction soumise à une régulation, c’est-à-dire dont le déroulement dépend sans cesse du résultat qu’elle vient d’obtenir (FOUCAULT, p. 126).

Na “unidade da psicologia” esses dois níveis de objetividade da conduta, behaviorista e janetiano, estão presentes, acrescentando-se, o de K. Goldstein, que será indicado ainda nesse capítulo. Em todos eles, contudo, o modelo biológico de “regulação”, em seu sentido homeostático, ou de “equilíbrio” do organismo, aparece como ponto epistemológico comum. O “sentido” da conduta, em todos esses níveis de objetividade, e em seus diversos domínios, é apreendido mediante a função que ela assume para o “equilíbrio” do organismo, isto é, em última análise, em sua dimensão adaptativa.

É esse o motivo pelo qual D. Lagache, diante de um domínio mais sociológico da conduta, mas sem abandonar a epistemologia biológica de uma funcionalidade adaptativa, adota a “teoria de campo” de K. Lewin:

[Sobre as oposições presentes na psicologia] Kurt Lewin, com o conceito de “campo psicológico” oferece talvez uma saída. O campo psicológico é o campo das interações entre o organismo e o meio, e a psicologia tem por objetivo o estudo destas interações. [...] O equilíbrio instável do meio permite agrupar sob a rubrica “situação” as perturbações deste equilíbrio que provém do “meio”, ou melhor, do “ambiente”, e definir como “condutas” as transformações do campo psicológico, felizes ou infelizes, que provém do indivíduo (LAGACHE, 1978, p. 12).

Após essas considerações sobre a influência da psicologia “personalista” no projeto de uma “unidade da psicologia” de D. Lagache, passamos a investigar as repercussões das proposições de Ch. Blondel na “ciência da personalidade” de J. Lacan.

3.1.2 Ch. Blondel e o modelo sociológico

Na tese de 1932, após indicar a dificuldade de processos orgânicos que fossem específicos aos fenômenos da psicose paranóica, J. Lacan posiciona-se do seguinte modo:

Para abordar este estudo, seria bom evitar conceber a estrutura das *funções de representação* (tomadas no sentido mais vasto, em que se inclui a atividade imaginativa pura) no modelo da arquitetura, como a neurologia nos revela nas vias motoras ou nos centros da linguagem. [...] Blondel, em seu livro de uma rara prudência intelectual, pôs em relevo muito bem esse fato: a consciência mórbida aparece como tendo uma estrutura radicalmente diferente da consciência normal: é isto que deve, na sua opinião, nos resguardar contra toda tentativa de *compreensão* aventada. Mas, nem por isso, podemos decidir logo se a consciência mórbida seja apenas uma forma empobrecida da consciência normal. [...] Uma concepção como esta, na qual se mesclam rigor e prudência, representa uma ordem de doutrinas psiquiátricas não menos importante que a primeira: a saber, as que se inspiram não mais na neurologia, mas na sociologia (LACAN, 1987a, p. 291, grifos do autor).

O modelo sociológico, portanto, aparece como instrumento a resolver a superação do método de compreensão introspectivo. Mas, além disso, como já observado anteriormente nesta pesquisa, também o modelo sociológico possibilita, e, principalmente, a superação do método compreensivo diltheyano, a saber, o que se fundamenta no ponto de vista psicológico de transpor-se no lugar de *outrem*. Finalmente, por intermédio das pesquisas de L. Lévy-Bruhl sobre a “mentalidade primitiva”, as pesquisas sociológicas ou antropológicas constatavam que em indivíduos equivalentes no âmbito biológico as representações mentais, por conseqüência das diferentes representações coletivas, mostravam-se radicalmente diversas no âmbito perceptivo.

Essas considerações sociológicas convinham à “ciência da personalidade”, que almejava a um determinismo psíquico a certos grupos de patologias mentais, e dentre elas, a psicose paranóica. Nesse sentido parece indispensável investigar como Ch. Blondel, citado por J. Lacan, já introduzira anteriormente a pertinência do modelo sociológico nos estudos sobre as patologias mentais.

Em primeiro lugar, Ch. Blondel celebra nas pesquisas de L. Lévy-Bruhl a crítica à compreensão psicológica:

Sobre o que pode resultar da aplicação da hipótese das representações coletivas aos problemas de ordem psicológica, não mais estamos, felizmente, reduzidos a conjecturas, graças, em particular, aos trabalhos do sr. Lévy-Bruhl. [...] Tudo o que os modos de pensar, sentir e agir dos primitivos possuem, para nós, de pueril, absurdo, e extravagante, permanece radicalmente ininteligível enquanto nos atermos somente ao ponto de vista da psicologia individual⁵⁰ (BLONDEL, 1928, p. 371).

Disso decorre Ch. Blondel destacar o ponto de vista objetivo na abordagem de L. Lévy-Bruhl sobre as mentalidades:

O método do sr. Lévy-Bruhl é absolutamente objetivo. Entendamos o sentido e o alcance dessa objetividade. Ela não consiste em negar, como parecem fazer certos psicólogos, que o objeto da pesquisa seja aqui os estados mentais e interditar-nos de representá-los como tais. [...] O que sustenta o sr. Lévy-Bruhl, é que a psicologia do primitivo não mais avançará caso nos instalemos em sua consciência para tentar simpatizar com ele, como a óptica não avançaria caso nos alojássemos nas vibrações luminosas para tentar vibrar em uníssono com elas. Tanto em um caso como no

⁵⁰ Sur ce que peut donner l'application de l'hypothèse des représentations collectives à des problèmes d'ordre psychologique, nous ne sommes, heureusement, plus réduits aux conjectures, grace, en particulier, aux travaux de M. Lévy-Bruhl. [...] Tout ce que les manières de penser, de sentir et d'agir des primitifs ont pour nous de pueril, d'absurde et d'extravagant demeure radicalement inintelligible tant que nous nous en tenons au seul point de vue de la psychologie individuelle (BLONDEL, 1928, p. 371).

outro, nosso saber não pode realmente progredir a não ser que operemos de fora⁵¹ (Ibid., p. 373).

Na passagem acima é perceptível que a objetividade, presente no modelo sociológico, elogiada por Ch. Blondel caracteriza-se por uma “exterioridade” que a difere da filologia das ciências humanas ante as expressões e sinais de *outrem*. Essa “exterioridade”, e sua diferença a respeito da compreensão diltheyana encontra-se ainda mais evidente na seguinte passagem:

Uma vez constatadas entre as representações, os sentimentos e as ações dos primitivos as relações que lhes unem de fato e independentemente da nossa intervenção, pouco importa que essas relações sejam para nós inexplicáveis, a pesquisa obteve tudo o que podíamos esperar e, se essas relações são tais que elas podem se traduzir em algumas poucas leis, por restrito que seja o número, elas são, até novos esforços, tudo o que podemos saber de positivo acerca da mentalidade primitiva. Se, enfim, essas leis não são as que regulam o nosso pensamento, apesar do aparente escândalo, há nisso, sobretudo, uma prova de que a nossa pesquisa foi exata e bem sucedida: pois como a mentalidade primitiva e a nossa diferem a tal ponto nos seus resultados, disso decorre que em alguma parte das leis que as regulam, como também nas causas que as determinam, encontra-se a explicação de suas diferenças. primitiva⁵² (Ibid., p. 373-374).

Como observado no capítulo anterior, sobre a “reversão” ocorrida nos modelos consituíntes, esse acolhimento do modelo sociológico por Ch. Blondel, e, por conseguinte, na psicogenia e gênese social da personalidade, afirmadas por J. Lacan, não se refere à possibilidade de um paralelo evolutivo entre a mentalidade primitiva e a consciência mórbida:

Mas deixemos os sociólogos e retornemos aos psiquiatras que consideram que alguns transtornos mentais são uma regressão à mentalidade primitiva. Essa maneira de ver choca-se com duas consideráveis dificuldades prévias. Por um lado, os povos primitivos devem ter seus alienados como nós temos os nossos. [...] Nessas condições, se alguns transtornos mentais constituem atualmente uma regressão à mentalidade primitiva, os mesmos transtornos, quando eles se produzem nos primitivos, a qual mentalidade eles constituem uma regressão? Por outro lado, a mentalidade primitiva, nós insistimos, uma mentalidade coletiva, impõe-se

⁵¹ La méthode de M. Lévy-Bruhl est donc résolument et absolument objective. Entendons-nous bien sur le sens et sur la portée de cette objectivité. Elle ne consiste pas à nier, comme tendent peut-être à la faire ailleurs certains psychologues, que l'objet de la recherche soit ici des états mentaux et à nous interdire de nous les représenter comme tels. [...] Ce que prétend M. Lévy-Bruhl, c'est que la psychologie du primitif n'avancera pas plus, si nous nous installons dans sa conscience pour tenter de sympathiser avec elle, que l'optique n'avancerait, si nous nous installions dans les vibrations lumineuses pour tenter de vibrer à leur unisson. Dans un cas comme dans l'autre, notre savoir ne peut réellement progresser que si nous opérions du dehors (Ibid., p. 373).

⁵² Une fois constatés entre les représentations, les sentiments et les actions des primitifs les rapports qui les unissent en fait et indépendamment de notre intervention, peu importe que ces rapports soient pour nous inexplicables, la recherche a donné tout ce que nous en pouvions espérer et, si ces rapports sont tels qu'ils puissent se traduire en quelques lois peu nombreuses, ces lois, pour restreint qu'en soit le nombre, seront, en attendant de nouveaux efforts, tout ce que nous pourrions savoir de positif de la mentalité primitive. Si enfin ces lois ne sont pas celles qui régissent notre pensée, malgré le scandale apparent, c'est là plutôt une preuve que notre recherche a été exacte et heureuse: puisque la mentalité primitive et la nôtre diffèrent à ce point dans leurs résultats, il faut bien que quelque part dans les lois qui les régissent comme dans les causes qui les déterminent se trouve l'explication de leurs différences (Ibid., p. 373-374).

igualmente a todos indivíduos pertencentes às sociedades consideradas. Ao contrário, as manifestações mórbidas, pelas quais a vida mental do psicopata distingue-se da nossa, apesar das analogias que elas possam apresentar, não chegam nunca a constituir qualquer coisa que se pareça a uma mentalidade coletiva⁵³ (Ibid., p. 376-377).

E, ainda sobre esse mesmo assunto:

A hipótese que observava em certos transtornos mentais uma regressão a uma mentalidade primitiva, omite neles um traço essencial. Eles não são, no doente, a expressão de representações coletivas reconhecíveis por nós, e é por isso que o tomamos por alienado, e eles não são capazes de engendrar representações coletivas por sua interação mútua⁵⁴ (Ibid., p. 379).

Mas deve-se acrescentar, por outro lado, que tanto Ch. Blondel como L. Lévy-Bruhl, apesar de participarem do movimento de precedência da norma e da regra sobre as funções e os conflitos, não se inserem entre os protagonistas da “reversão” que influenciaram na apropriação do inconsciente enquanto o fator comum sob as diferenças entre as organizações, seja entre a primitiva e a desenvolvida, ou entre a patológica e a normal:

Em razão das diferenças que constatou entre a mentalidade primitiva e a nossa, o sr. Lévy-Bruhl renunciou definitivamente, em suas pesquisas, à idéia de que o espírito humano seria sempre e em toda parte idêntico a si mesmo. Todos os indivíduos, qualquer que seja a civilização que pertençam, são praticamente idênticos do ponto de vista sensorio-motor e psico-fisiológico. [...] E tudo o que na vida mental ultrapassa o plano sensorio-motor, leva em conta no indivíduo não mais a espécie biológica, mas o grupo social do qual ele faz parte. Não há mais um tipo único de mentalidade humana como não há um tipo único de sociedade⁵⁵ (Ibid., p. 381).

⁵³ Mais laissons les sociologues et revenons aux psychiatres qui considèrent que certains troubles mentaux aux moins sont une régression à la mentalité primitive. Cette manière de voir se heurte à deux grosses difficultés préjudiciables. D'une part, les peuples primitifs doivent bien tout de même avoir leurs aliénés comme nous avons les nôtres. [...] Dans ces conditions, si certains troubles morbides constituent actuellement une régression à la mentalité primitive, ces memes troubles, quand ils se produisent chez des primitifs, à quoi constituent-ils une régression? D'autre part, la mentalité primitive est, nous y avons insisté, une mentalité collective, elle s'impose également à tous les individus appartenant aux sociétés considérées. Au contraire, les manifestations morbides, par lesquelles la vie mentale du psychopathe se distingue de la nôtre, malgré les analogies qu'elles peuvent présenter entre elles, n'arrivent jamais en fait à constituer quoi que ce soit qui ressemble à une mentalité collective (Ibid., p. 376-377).

⁵⁴ L'hypothèse, qui voit en certains troubles mentaux une régression à une mentalité primitive, omet donc en eux un trait essentiel. Ils ne sont pas chez le malade l'expression de représentations collectives reconnaissables pour nous, c'est pourquoi nous le tenons pour un aliéné, et ils ne sont pas capables advantage par leur interaction mutuelle d'engendrer des représentations collectives (Ibid., p. 379).

⁵⁵ En raison des différences constatées par lui entre la mentalité primitive et la nôtre, M. Lévy-Bruhl a renoncé définitivement à partir dans sa recherche de l'idée que l'esprit humain était partout et toujours identique à lui-même. Tous les individus, à quelque civilisation qu'ils appartiennent, sont pratiquement identiques au point de vue sensori-moteur et psycho-physiologique. [...] Et tout ce qui dans la vie mentale dépasse le plan sensori-moteur, relève chez l'individu non plus de l'espèce biologique, mais du groupe social don't il fait partie. Il n'y a pas plus un type unique de mentalité humaine qu'il n'y a un type unique de société (Ibid., p. 381).

Disso decorre que para Ch. Blondel, embora não seja constatável na mentalidade primitiva uma determinação biológica de sua diferença acerca de outras mentalidades coletivas, encontra-se nesse domínio de investigações a organização social como fator explicativo; fator esse, por outro lado, inaplicável ao domínio da consciência mórbida:

Dito de outra forma, a lei de participação rege a mentalidade, mas não a explica. O que a explica é a organização das sociedades correspondentes. Do mesmo modo, a psicologia patológica pode descrever os mecanismos mentais, ensaiar a determinação de suas leis, mas ela não atinge suas causas, que são aqui de ordem fisiológica⁵⁶ (Ibid., p. 388).

Por isso, no caso da consciência mórbida, a ausência de uma organização social enquanto fator explicativo, pois aplicável somente às mentalidades coletivas, obriga, ponto sustentado por Ch. Blondel, que se reencaminhe as pesquisas psicopatológicas ao estudo de suas causas em domínio fisiológico:

Dado o caráter associal dos transtornos mentais, sua impotência em colocarem-se no plano das representações coletivas, não é da parte psicossociológica que convém procurar as causas que [...] permitem agrupá-los em doenças e síndromes. A unidade dos grupos que constitui a clínica não se deve à conformidade com uma ação exercida pela coletividade, mas pela ação advinda do organismo. [...] Assim, fundando-se sobre os dados da sociologia, por um procedimento necessário e por um retorno impressionante, a psicopatologia reecontra a tendência biológica [...]. A psicopatologia se propõe ao estudo de grupos clínicos que não podem dever sua unidade senão às causas fisiológicas [...]. E eis, novamente, que estamos em oposição com a psicanálise⁵⁷ (Ibid., p. 387).

Para Ch. Blondel, diante dessas conclusões decorrentes de uma análise epistemológica da psicopatologia é que lhe parece a psicanálise uma perspectiva a ser criticada. Em primeiro lugar, a psicanálise pretende estender o método compreensivo a fenômenos cujas propriedades seriam eminentemente avessas à sua aplicação:

A psicanálise veio infundir uma nova juventude nesse velho hábito [da compreensão]. [...] [Os psicanalistas] interpretam e reconstituem os transtornos

⁵⁶ Autrement dit, la loi de participation règle la mentalité primitive, elle ne l'explique pas. Ce qui l'explique, c'est l'organisation des sociétés correspondantes. De même la psychologie pathologique peut décrire des mécanismes mentaux, essayer d'en déterminer les lois, elle n'en atteint pas les causes, qui sont ici d'ordre physiologique (Ibid., p. 388).

⁵⁷ Étant donné le caractère asocial des troubles morbides, leur impuissance à se situer dans le plan des représentations collectives, ce n'est pas du côté psycho-sociologique qu'il convient de chercher les causes qui [...] permettent de les grouper en maladies et en syndromes. L'unité des groupes qu'a constitués la clinique tient non pas à la communauté d'une action exercée par la collectivité, mais à la communauté d'une action venue d' l'organisme. [...] Et ainsi, se fondant sur les données de la sociologie, par un démarche nécessaire et par un détour assez impressionnant, la psychopathologie vient rejoindre la tendance biologique [...]. La psychopathologie se propose l'étude de groupes cliniques qui ne peuvent avoir leur unité qu'à des causes physiologiques [...]. [...] Et nous voilà de nouveau en opposition avec la psychanalyse (Ibid., p. 387).

mentais com o auxílio de procedimentos mentais tão análogos aos nossos que se pode perguntar por que indivíduos cujos processos mentais confundem-se a tal ponto com os nossos encontram-se internados. À custa de torná-lo a nós inteligível, o transtorno mental perde toda aparência mórbida, se não em suas conseqüências, ao menos, o que é essencial, em seu mecanismo. Nenhum exemplo, talvez, seja mais decisivo que o da psicanálise para demonstrar o perigo, em psicologia patológica, da *Einführung*, da intropatia⁵⁸ (Ibid., p. 381-382).

Note-se, na passagem assim, que Ch. Blondel concebe, erroneamente, a compreensão psicanalítica a partir da psicologia diltheyana em transpor-se no lugar de *outrém*. Além disso, Ch. Blondel não pode aceitar, após constatar que as causas da consciência mórbida não podem advir do domínio sociológico, a perspectiva de uma determinação psíquica dos fenômenos patológicos, sustentada pela psicanálise, quando esta afirma, segundo o próprio autor, que “todo estado psíquico implica causas igualmente psíquicas, e que as causas dos transtornos mentais são causas mentais e morais”⁵⁹ (Ibid., p. 388). A passagem seguinte é ilustrativa desse posicionamento de Ch. Blondel, que relega a um plano meramente descritivo, e mesmo contingente, a determinação psíquica que a psicanálise procura sustentar:

A questão está em saber se há, previamente, uma transformação importante do regime endócrino e da atividade neuro-vegetativa para que o complexo de Édipo, anódino ou quase isso à maioria, torne-se, para outros, tão nocivo. Se tal transformação é, com efeito, indispensável, o complexo de Édipo cai do escalão de causa ao de pretexto, e suas pretensas conseqüências tomam seu caráter mórbido não de sua intervenção, mas do terreno fisiológico⁶⁰ (Ibid., p. 388).

As restrições de Ch. Blondel à psicanálise expressam as dificuldades que o ponto de vista científico impunha à compreensão calcada no modelo diltheyano. Assim, a perspectiva de Ch. Blondel retoma os fundamentos positivistas enquanto obstantes de uma possível euforia dessa vertente compreensiva. Pois não é senão a retomada das advertências comteanas à psicologia o que caracteriza as proposições de Ch. Blondel apresentadas acima⁶¹.

⁵⁸ La psychanalyse enfin est venue à cette vieille habitude infuser une nouvelle jeunesse. [...] [Os psicanalistas] interprètent et recomposent les troubles psychiques en s’aidant de démarches mentales si analogues aux nôtres qu’on en vient à se demander pourquoi des individus dont les processus mentaux rejoignent à ce point les nôtres se trouvent tout de même internés. A force de nous devenir intelligible, le trouble mental perd à peu près toute apparence morbide, sinon en ses conséquences, du moins, ce qui est essentiel, en son mécanisme. Nul exemple, peut-être, n’est plus décisif que celui de la psychanalyse pour montrer le danger, en psychologie pathologique, de l’*Einführung*, de l’intropathie (Ibid., p. 381-382).

⁵⁹ “tout état psychique implique des causes également psychiques et que les causes des troubles mentaux sont des causes mentales et morales” (Ibid., p. 388).

⁶⁰ Tout le point est de savoir s’il ne faut pas, au préalable, une transformation importante du régime endocrinien et de l’activité neuro-végétative, pour que le complexe d’Edipe, anodin ou à peu près chez la plupart, devienne chez d’autres si nocif. Si une telle transformation est en effet indispensable, le complexe d’Edipe tombe du rang de cause à celui de prétexte et ses prétendues conséquences tiennent leur caractère morbide non de son intervention, mais du terrain physiologique (Ibid., p. 388).

⁶¹ Sobre o método psicológico, A. Comte afirma, então criticamente, o seguinte: “O indivíduo pensante não poderia dividir-se em dois, um raciocinando enquanto o outro o visse raciocinar. O órgão observado e o órgão

Pode-se considerar que justamente diante dessas restrições que J. Lacan, ao contrário de Ch. Blondel, encontra na psicanálise a possibilidade de um estudo objetivo do sujeito. Ao investigar o percurso das formulações teóricas de J. Lacan, R. Simanke, embora não se referindo a Ch. Blondel, identifica com precisão o posicionamento epistemológico da “ciência da personalidade” diante de tais dificuldades:

O veto positivista à psicologia é tanto mais interessante para a compreensão do encaminhamento lacaniano quando se percebe que seu teor é preservar a originalidade e a irreduzibilidade dos fatos sociais aos fatos biológicos e psicológicos. Lacan, invertendo de certa forma o argumento de seu predecessor [Comte], vai depositar as esperanças nessa constituição de uma antropologia “anti-individualista”, termo ainda um tanto vago com que, na Tese, ele designa uma ciência do social autônoma com relação às variáveis psicológicas no sentido tradicional. A justificativa que dá para rebelar-se, nesse ponto, contra a inspiração comteana que ele mesmo admite é creditar a radicalidade desta exclusão da psicologia ao fato de Comte só conhecer as correntes introspeccionistas (SIMANKE, 2002, p. 156, grifos do autor).

As dificuldades diante das quais J. Lacan se deparara para o projeto de uma “ciência da personalidade” são apresentadas por R. Simanke do seguinte modo:

Além de conter a bem conhecida condenação metodológica da introspecção – que Lacan compartilha e que consiste, de fato, na parte do veto positivista que está disposto a aceitar –, a destituição da psicologia do elenco das ciências positivas prende-se a considerações epistemológicas: se a contemplação direta do espírito pelo espírito não pode passar de uma pura ilusão, tudo o que concerne à observação externa e direta do homem isolado é da alçada da biologia, sendo supérflua a fundação de uma ciência original para disso se ocupar. Numa palavra, a apreensão objetiva do indivíduo humano só o revela enquanto organismo, plano no qual ele não porta nenhuma peculiaridade decisiva em relação ao mundo animal e, portanto, as ciências biológicas já existentes são perfeitamente adequadas para esta tarefa. Num outro plano, apenas os fenômenos sociais, em si mesmos, dão-se à observação na forma objetiva, a consideração dos indivíduos perturbando a positividade do conhecimento sociológico com os ruídos da subjetividade (Ibid., p. 157).

A “ciência da personalidade”, portanto, encontra-se nessa encruzilhada entre a fisiologia e a sociologia, e justamente nesse ponto a psicanálise lhe parecerá capaz de direcionar uma psicologia objetiva que não deslocasse a compreensão do sujeito. Na “ciência da personalidade”, J. Lacan, por consequência das problemáticas com as quais o autor se

obseador sendo, neste caso, idênticos, como poderia ter lugar a observação? Esse pretense método psicológico é, pois, radicalmente nulo em seu princípio” (COMTE, 2000, p. 35). Disso decorre, para A. Comte, que somente é possível um estudo objetivo dos fenômenos humanos a partir da fisiologia e da sociologia: “Todos os seres vivos apresentam duas ordens de fenômenos essencialmente distintos, os relativos ao indivíduo e os concernentes à espécie, sobretudo quando esta é sociável. É principalmente em relação ao homem que esta distinção é fundamental” (Ibid., p. 60).

propõe a abordar, já tomara conhecimento desse alcance original da psicanálise, destacado por M. Foucault, em artigo da década de 50:

Pressionando a análise do sentido até seus limites extremos, Freud deu sua orientação à psicologia moderna; se ele foi mais longe do que Janet e Jaspers, é porque conferiu um estatuto objetivo à significação e buscou resgatá-la no nível dos símbolos expressivos, no “material” mesmo do comportamento; deu-lhe por conteúdo uma história real, ou melhor, o confronto entre duas histórias reais: a do indivíduo, na série de suas experiências vividas, e a da sociedade, nas estruturas pelas quais ela se impõe ao indivíduo. Nessa medida, pode-se ultrapassar a oposição do subjetivo e do objetivo, do indivíduo e da sociedade. Um estudo objetivo das significações se fez possível⁶² (FOUCAULT, 1994, p. 8).

Mas resta acrescentar, a esse elogio da objetividade das significações, que a sua inteligibilidade deve ser “exterior” à transposição do intérprete no lugar de *outrem*, por intermédio das expressões e sinais compreensíveis desse último. E disso J. Lacan, na “ciência da personalidade” já se encontrava advertido, por intermédio do modelo sociológico, então destacado por Ch. Blondel:

Mas as manifestações objetivas nas quais podemos perceber de fora esses estados mentais mórbidos estão longe de nos faltarem: a mímica, o comportamento, as enunciações, sobretudo as enunciações espontâneas dos alienados, fornecem-nas abundantemente. Trata-se de observá-las o mais exatamente possível, de anotar os fragmentos, de constatar as relações e de reconstituir gradualmente, de fora, o mecanismo mental correspondente, tal como o sr. Lévy-Bruhl tem feito acerca dos primitivos. Através desse meio, e somente por ele, parece que podemos, por nosso turno, reencontrar no mecanismo a estranheza e originalidade que notamos nos produtos e que constituem, para nós, o problema a resolver⁶³ (BLONDEL, 1928, p. 382-383).

Contudo, pela abordagem de Ch. Blondel, a fundamentação desse distanciamento ao método compreensivo, no caso da consciência mórbida, devia ser buscada nas leis fisiológicas. Nesse ponto epistemológico é que a noção psicanalítica do inconsciente,

⁶² En poussant jusqu’à ses extremes limites l’analyse du sens, Freud a donné son orientation à la psychologie moderne; s’il a été plus loin que Janet et Jaspers, c’est qu’il a conféré un statut objectif à la signification; il a cherché à la ressaisir au niveau des symboles expressifs, dans le “matériau” lui-même du comportement; il lui a donné par contenu une histoire réelle, ou plutôt l’affrontement de deux histoires réelles: celle de l’individu, dans la suite de ses expériences vécues, et celle de la société, dans les structures par lesquelles elle s’impose à l’individu. Dans cette mesure, on peut dépasser l’opposition du subjectif et de l’objectif, celle de l’individu et de la société. Une étude objective des significations est devenue possible (FOUCAULT, 1994, p. 129).

⁶³ Mais les manifestations objectives en lesquelles nous pouvons saisir du dehors ces états mentaux morbides sont loin de nous faire défaut: la mimique, le comportement, les énonciations, surtout les énonciations spontanées des aliénés, nous en fournissent abondamment. Il s’agit de les observer aussi exactement que possible, d’en noter les recoupements, d’en constater les rapports et de reconstituer graduellement du dehors le mécanisme mental correspondant, tout comme M. Lévy-Bruhl a fait pour les primitifs. Par ce moyen, et par ce moyen seulement, semble-t-il, nous pourrions à notre tour retrouver dans le mécanisme l’étrangeté et l’originalité qui nous frappent dans les produits et qui constituent pour nous le problème à résoudre (BLONDEL, 1928, p. 382-383).

rejeitada por Ch. Blondel, modifica o entendimento acerca das mentalidades então “incompreensíveis”.

No seminário sobre as psicoses, em 1955, J. Lacan, ao criticar o método psicológico de compreensão, observa o seguinte:

Alguém fez isso ser observado [a crítica ao método compreensivo], mas se limitou a essa observação elementar. Trata-se de Charles Blondel, que, em seu livro sobre *A consciência mórbida*, notava que o próprio das psicopatologias é enganar a compreensão. É uma obra de valor, se bem que Blondel se tenha obstinadamente recusado mais tarde a compreender o que quer que seja do desenvolvimento das idéias (LACAN, 1985b, p. 31).

Essa observação de J. Lacan indica o ponto preciso em que Ch. Blondel supera a compreensão intersubjetiva mas desconhece a dimensão do inconsciente. Recorrendo-se novamente às passagens C. Lèvi-Strauss em *Tristes trópicos*, pode-se perceber como dimensão do inconsciente, recusada no cenário francês, introduzia a possibilidade de ultrapassar as dicotomias indicadas por L. Lévy-Bruhl e Ch. Blondel:

O período de 1920-30 foi o da difusão das teorias psicanalíticas na França. Por intermédio delas, eu aprendia que as antinomias estáticas [...] racional e irracional, intelectual e afetivo, lógica e pré-lógica – reduziam-se a um jogo gratuito. Primeiramente, para além do racional existe uma categoria mais fértil, a do significante, que é a mais elevada forma de ser do racional mas cujo nome nossos professores (decerto mais ocupados em meditar sobre o *Essai sur les donnés immédiates de la conscience* [de H. Bergson] do que sobre o Curso de lingüística geral de F. Saussure) nem sequer pronunciavam. Em seguida, a obra de Freud revelava-me que essas oposições não o são verdadeiramente, uma vez que justo os comportamentos de aparência mais afetivos, as operações menos racionais, as manifestações declaradas pré-lógicas é que são ao mesmo tempo os mais significantes (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 53).

Sobre esse assunto, a seguinte passagem de J. Lacan, na tese de 1932, é bastante indicativa de como o debate no âmbito da psicopatologia permitiu-lhe aprender radicalmente a contribuição epistemológica da psicanálise, acima destacada por C. Lévi-Strauss:

Mas, por mais ilusório que seja, esse sentido, do mesmo modo que qualquer fenômeno, tem sua lei. O mérito dessa nova disciplina, que é a psicanálise, é nos ter ensinado a conhecer essas leis, a saber: aquelas que definem a relação entre o sentido subjetivo⁶⁴ [sic] de um fenômeno de consciência e o fenômeno objetivo a que corresponde: positivo, negativo, mediato ou imediato, essa relação é, com efeito, sempre determinada. Através do conhecimento dessas leis, pôde-se assim restituir seu valor objetivo, mesmo para esses fenômenos de consciência, em relação

⁶⁴ Na tradução portuguesa da edição brasileira aparece “relação entre sentido objetivo de um fenômeno de consciência e o fenômeno objetivo a que corresponde”, enquanto na edição francesa consta como “rapport entre le sens subjectif d’un phénomène de conscience et le phénomène objectif auquel il répond” (LACAN, 1975, p. 248).

aos quais se havia assumido uma posição tão pouco científica ao desprezá-los, tais como os sonhos, cuja riqueza de sentido, no entanto surpreendente, era considerada como puramente “imaginária”, ou ainda os “atos falhos” cuja eficácia, no entanto tão evidente, era considerada como “desprovida de sentido”. Não há mesmo nas condutas inconscientes e nas reações orgânicas o que, á luz dessas pesquisas, não possa ser revelado como evidentemente provido de um sentido psicogênico (condutas organizadas inconscientes; fuga para a doença, com seu duplo caráter de autopunição e de meio de pressão social; sintomas somáticos das neuroses). Este método de interpretação, cuja fecundidade objetiva se revelou nos vastos campos da patologia, se tornaria ineficaz no limiar do domínio das psicoses? (LACAN, 1987a, p. 248-249).

A resolução das dificuldades impostas por Ch. Blondel, que desembocavam na necessidade de um domínio fisiológico para a determinação da estrutura da consciência mórbida, encontra-se no modelo sociológico com o qual J. Lacan embasa a sua apropriação da psicanálise. Dentre os dois principais “empréstimos” que Lacan admite fazer da doutrina psicanalítica o primeiro é o seguinte: “Que existe uma certa *tipicidade do desenvolvimento* da personalidade, quer dizer, uma certa coerência típica da *gênese* e sua *estrutura*” (Ibid., p. 327, grifos do autor).

Sendo social a natureza dessa gênese da personalidade, a “ciência da personalidade” permanece desde um ponto de vista objetivo adequado aos fenômenos subjetivos:

A análise de suas correlações subjetivas ou objetivas permite demonstrar que esses mecanismos têm uma gênese social, e é isso o que exprime o termo *autopunição* pelo qual são designados ou o de *sentimentos de culpa* que representa a sua atitude subjetiva. [...] O que nos parece, com efeito, original e precioso em tal teoria é o determinismo que ela permite estabelecer em certos fenômenos psicológicos de origem e significação sociais, daqueles que determinamos como *fenômenos da personalidade* (Ibid., p. 251-152).

O segundo empréstimo encontra-se na concepção energética da libido, ou seja: “Que existe uma certa *equivalência* ou *medida comum* entre os diversos fenômenos da personalidade, equivalência que se exprime no uso comum do termo, impreciso porém imposto pelas necessidades do pensamento, de ‘*energia psíquica*’” (Ibid., p. 328).

J. Allouch introduz corretamente a importância desse empréstimo que J. Lacan utiliza da psicanálise no sentido de corrigir as críticas de que esse autor teria evitado inicialmente a apropriação do ponto de vista econômico (pulsional), priorizado na obra freudiana:

Em que Freud é decisivo para a abordagem das psicoses? Ao ler a resposta de Lacan em 1932, seus detratores de hoje deverão rever suas críticas: ‘A inovação de Freud nos parece capital na medida em que traz para a psicologia uma noção energética, que serve de medida comum a fenômenos muito diversos’ (ALLOUCH, 1997, p. 111).

Esse autor ainda destaca como a perspectiva energética da psicanálise é determinante para que J. Lacan abandone resolutamente a concepção energética presente na obra de P. Janet:

Este papel é tal que a função janetiana de “contato com o real” entra, a partir daí, na energética geral da libido. Logo, Freud separa Lacan de Janet. [...] Diferente, nesse ponto, da noção de constituição, a de fixação dá “lugar à hipótese de um determinismo traumático, historicamente revelável, e evocável subjetivamente por uma técnica apropriada.” Graças a este apoio que é oferecido pela doutrina psicanalítica, Lacan poderá agora dar corpo à sua afirmação da relação da paranóia com a personalidade (Ibid., p. 112).

Assim, a energética freudiana permite que J. Lacan conceba a estrutura da consciência paranóica a partir de sua gênese social, e não, como sustenta a concepção janetiana, a partir da constituição biológica. Além disso, como a psicanálise também permite conceber uma “coerência típica” entre a gênese e a estrutura da personalidade, J. Lacan ressalta, em 1932, o seguinte: “Foi então que se acrescentou a essas concepções [da libido] um complemento [...]: a saber, o papel capital das fixações libidinais na elaboração do mundo dos objetos no sentido mais geral. A função do ‘contato com o real’ entrava assim na energética da libido” (LACAN, 1987a, p. 258). Sobre esse último assunto é importante ressaltar um aspecto da antropologia adotada na “ciência da personalidade”.

Observou-se anteriormente que a obra de L. Lévy-Bruhl, promotor da noção “pré-lógica”, aparece como principal influência antropológica na “ciência da personalidade”. Também indicou-se, no segundo capítulo, as reticências com as quais o próprio L. Lévy-Bruhl introduzira o conceito. Contudo, as críticas de C. Lévi-Strauss sempre permaneceram incisivas, e às concepções de L. Lévy-Bruhl ele opõe às de M. Mauss. Esse ponto é importante na indicação de um modelo sociológico que se aproximasse da antropologia estruturalista, de onde J. Lacan obteve, posteriormente, a noção de “função simbólica”.

Mas deve-se diferenciar a retomada estruturalista que C. Lévi-Strauss faz de M. Mauss da própria argumentação desse antropólogo, durante as décadas de 20 e 30, quando a criticar as proposições de L. Lévy-Bruhl. No segundo capítulo indicou-se essa crítica de M. Mauss empreendida a partir de um vocabulário objetivo, bastante aproximável do estruturalismo. Contudo, em algumas passagens percebe-se que M. Mauss criticara L. Lévy-Bruhl do seguinte modo:

A “participação” [conceito de L. Lévy-Bruhl] não é apenas uma confusão. Supõe um esforço para confundir e um esforço para fazer-se assemelhar-se. [...] Há desde a

origem um *Trieb*, uma violência do espírito sobre si próprio para ultrapassar-se a si mesmo; há desde a origem uma vontade de ligar (MAUSS, 1999, p. 380).

É possível constatar na “ciência da personalidade” passagens semelhantes à concepção de M. Mauss. Ao lado da semelhança com o pensamento “pré-lógico” – que já se advertiu não ser concebido em paralelo evolutivo com a patologia, na “ciência da personalidade” – encontram-se aproximações da consciência mórbida com o pensamento científico:

Este paralelo não surpreenderá aqueles para quem o belo livro de Meyerson houver mostrado a identidade formal dos mecanismos profundos de todo pensamento humano. Ele tornará claro, por outro lado, o fato indicado por Ferenczi, da predileção manifesta em inúmeros paranóicos e parafrênicos (e também dementes precoces) pela metafísica e pelas doutrinas científicas que dela se aproximam (LACAN, 1987a, p. 301).

A possibilidade dessa aproximação deve-se ao fato de J. Lacan, apoiado na epistemologia de E. Meyerson, considerar a dimensão energética como simples notação científica da estrutura do conhecimento. As considerações lacanianas, em 1932, são as seguintes:

É que a introdução desses conceitos energéticos relaciona-se não aos fatos, mas às próprias necessidades do espírito. As pesquisas epistemológicas mais recentes [E. Meyerson] demonstram abundantemente que é impossível pensar cientificamente, e mesmo pensar simplesmente, sem implicar de algum modo os dois princípios fundamentais de uma *constância* assim como de uma certa *degradação* de uma entidade [...]. A essa entidade, a noção de *energia* fornece sua expressão mais neutra e mais comumente empregada. De nossa parte, ressaltemos, aí, de passagem, a *aura* que ela parece conservar da gênese que lhe é preciso atribuir, como a tantas outras formas de estruturas conceituais, de uma *intencionalidade primitivamente social* (Ibid., p. 335, grifos do autor).

Percebe-se, além disso, na passagem acima, que o autor não deixa de enfatizar a precedência de certa “aura” social sob as estruturas conceituais. Na “ciência da personalidade”, as notações energéticas, científicas, são entendidas do seguinte modo:

princípio de conservação da energia e *princípio de degradação* da energia [...] nada mais são, em última análise, do que afirmações provenientes da *função identificatória do espírito*, de um lado, e da *irredutível diversidade* do fenômeno, de outro, isto é, dos fundamentos fenomenológicos mais gerais do conhecimento (Ibid., grifos do autor, p. 335).

Portanto, assim como na antropologia de M. Mauss, embora com menor clareza e decisão a respeito do assunto, na “ciência da personalidade” constata-se também a tentativa de

conceber as diferenças entre as mentalidades a partir de variações de um mesmo espírito coletivo.

Ao adotar um modelo sociológico integrado à dimensão subjetiva, a “ciência da personalidade”, ao contrário da perspectiva de Ch. Blondel, não necessita reencaminhar a psicopatologia ao domínio fisiológico, e assim preserva a dimensão compreensiva em sua abordagem. Para tanto foi necessário assumir uma perspectiva contrária a respeito da psicanálise, pois J. Lacan nela reconheceu a perspectiva mais aprofundada na apreensão objetiva das determinações sociais na formação e nos atos subjetivos. Essa perspectiva contrária reside, principalmente, na constituição da personalidade a partir das regras sociais que o precedem, somando-se, a isso, a necessidade de uma abordagem psicogênica específica a esses sintomas da formação social da personalidade. Na tese de 1932, a personalidade não se confunde com a “unidade” biopsicossocial do organismo, como sustenta, por sua vez, o “personalismo”. São esses elementos da “ciência da personalidade”, portanto, a psicogenia e a gênese social, que parecem definir mais especificamente o projeto da “ciência da personalidade”.

Após a análise das repercussões que o prévio reconhecimento de W. Stern e Ch. Blondel a respeito das problemáticas da psicologia ensejaram na “unidade da psicologia” e na “ciência da personalidade”, resta comparar diferenças epistemológicas mais específicas entre esses dois projetos. Esses elementos mais específicos são o personalismo e a conduta, na “unidade da psicologia”, e a psicogenia e a gênese social, na “ciência da personalidade”.

3.2 Personalismo e psicogenia

Aborda-se a diferença entre a “unidade da psicologia” e a “ciência da personalidade” diante das questões decorrentes dos modelos biológicos e sociológicos. A “unidade da psicologia” concebe a totalidade do organismo, enquanto a psicogenia procura uma especificidade da personalidade. No primeiro caso, personalidade e organismo são equivalentes; no segundo, radicalmente diversos.

3.2.1 Personalismo e a “unidade da psicologia”

A perspectiva “personalista” de W. Stern concebe a pessoa em sua totalidade: “A pessoa é totalidade, i. e., não é simplicidade, mas sim ‘*unitas multiplex*’” (STERN, 1981, p. 132). Mas essa totalidade implica a “unidade” do organismo:

Na concepção personalista, o antigo “problema alma/corpo” ganha uma nova direção; [...]. O homem não é em parte corpo e em parte alma, mas pessoa com capacidade de vivência. [...] A vida pessoal engloba ambas as coisas – não há, pois, nenhuma vivência ou capacidade de ter vivências que não esteja ligada a esferas e funções da vida física (Ibid., p. 131).

Contudo, a “unidade” do organismo distancia-se do paralelismo psico-físico. Um importante aspecto do “personalismo” é conceber a articulação entre o orgânico e o psíquico a partir de uma relação de “sentido”:

Mas como considerar esta vinculação, nos seus pormenores? [...] A referência à pessoa, comum ao físico e ao psíquico, permite que a relação psicofísica seja compreendida como uma relação de *sentido*, enquanto o paralelismo vulgar tinha que limitar-se a constatar a estranha correlação de duas séries completamente díspares entre si (Ibid., p. 131-132, grifos do autor).

A primeira relação, constatável de modo mais imediato é a seguinte: “Significação instrumental: a pessoa serve-se do corpo como um *instrumento* para sua vivência. Existe aqui uma ampla correlação *teleológica*, completamente diferente, porém, do paralelismo dos elementos” (Ibid., p. 132, grifos do autor). Além dessa “significação instrumental” W. Stern considera ainda a “significação de irradiação”, que envolveria a dimensão expressiva, aberta ao método compreensivo, do organismo:

Porém o somático não tem para a pessoa apenas uma significação instrumental, mas também um *significado de irradiação*, i. e., *representa* para o exterior a essência da pessoa. Como também o psíquico possui aquele significado representativo, ambos se *unem* para constituírem a *expressão* psicofisicamente neutral da pessoa (Ibid., p. 134-135, grifos do autor).

Na psicologia personalista, portanto, os conflitos expressos na conduta do sujeito, ou melhor, do organismo, são apreendidos mediante uma dinâmica antes em modelo biológico do que sociológico. É a dimensão de um modelo biológico de “equilíbrio” que se deve entender na seguinte passagem de W. Stern: “Vivência é, pois, vida em cisão e tensão. Mais

exatamente: ambas as tendências coexistem sempre, em cada vivência, dado que uma separação total destruiria a unidade da pessoa vivente” (Ibid., p. 118). Acrescente-se ainda que W. Stern reconhece a semelhança dessa sua perspectiva com as de K. Goldstein, aspecto importante para o percurso intelectual de D. Lagache:

Actualmente, está nitidamente a prevalecer esta última posição (Lashley, Goldstein e outros). [...] Já não se contesta a existência de “centros” no cérebro [...]. Mas já não se olham esses centros como órgãos fixamente localizados [...]. Estes centros são apenas considerados como zonas de uma especial *propensão* para determinadas realizações específicas, para as quais estão predispostos (e não predestinados) pela estrutura do organismo, e por uma certa orientação (Ibid., p. 134, grifos do autor).

Doravante, a perspectiva “organísmica” de K. Goldstein adota, como o “personalismo” de W. Stern, uma “biologia geral” – ou “neutra” – anterior à diferença entre o fisiológico e o psicológico:

Devemos compreender com clareza que o que anotamos como fatos psicológicos ou fisiológicos trata-se de uma documentação que já nos chega falseada. [...] Uma vez que se tenha cometido o erro habitual de considerar essas duas séries de fatos como fenômenos que pertencem realmente a dois domínios separados do ser, já não há retificação possível. [...] Somente compreendemos o comportamento do organismo se nos situamos, para examinar e apreciar os fatos particulares, do ponto de vista do organismo total. [...] [Sobre a necessidade de uma nova biologia:] Tal biologia deverá investigar em que consiste a essência individual dos organismos e determinar, a partir desse dado, o verdadeiro caráter dos fatos que chamamos já fisiológicos, já psicológicos⁶⁵ (GOLDSTEIN, 1967, p. 142-143).

Na “unidade da psicologia” são abundantes as referências ao ponto de vista organísmico. Lagache (1980b, p. 166) diz explicitamente: “O ponto de vista em que nos colocamos é o ponto de vista ‘organísmico’, isto é, do organismo e do meio, do fisiológico e do mental⁶⁶”. A perspectiva “organísmica” permite apreender o sentido da “conduta” em dimensões menos aparentes que as consideradas pelo behaviorismo, enquanto reação do organismo ao seu meio próprio.

Além disso, na “unidade da psicologia” a distinção entre organismo e personalidade aparece frequentemente questionada: “A distinção entre personalidade e organismo é antes

⁶⁵ Debemos comprender con toda claridad que lo que anotamos como hechos psicológicos o fisiológicos, es una documentación que nos llega ya falseada. [...] Una vez que se ha cometido el error habitual de considerar esas dos series de hechos como fenomenos que pertenecen realmente a dos dominios separados del ser, ya no hay rectificación posible. [...] Solo comprendemos el comportamiento del organismo si nos situamos, para examinar y apreciar los hechos particulares, en el punto de vista del organismo total. [...] [Sobre a necessidade de uma nova biologia:] Dicha biología debiera investigar en qué consiste la *esencia* individual de los organismos y determinar, a partir de esse dato, el verdadero carácter de los hechos que llamamos ya fisiológicos, ya psicológicos (GOLDSTEIN, 1967, p. 142-143).

verbal do que real: não há personalidade sem corpo, nem organismo sem conduta”⁶⁷ (LAGACHE, 1982u, p. 10). As influências “personalistas” ficam evidentes nessa passagem: “A partir dessa perspectiva, a oposição entre organismo e personalidade se desvanece; não há organismo que não se conduza, nem personalidade sem corpo. Essa unidade se encontra explicitamente afirmada na definição que William Stern dá a ‘pessoa’”⁶⁸ (LAGACHE, 1982v, p. 79). A proximidade, ao menos na “unidade da psicologia”, entre as concepções de W. Stern e de K. Goldstein a respeito da “unidade” do organismo são perceptíveis nos seguintes comentários de D. Lagache:

Noutras palavras, não há “psicologia pura” e não há talvez “fisiologia pura”; o somático e o psicológico representam os termos ideais de uma série contínua; entre esses dois extremos, as respostas do organismo total correspondem a diversas modalidades de articulação [...] das reações fisiológicas e das condutas psicológicas. Junto com a unidade do organismo e da situação [...], a unidade das respostas fisiológicas e das condutas psicológicas define o ponto de vista “organísmico”⁶⁹ (Ibid., p. 118-119).

O autor adverte que esse ponto de vista não é uma explicação biológica, mediante leis físico-químicas, da conduta:

Não se trata de uma adesão ao “biologismo” no sentido de uma redução físico-química, mas de uma promoção do organismo e de uma extensão da biologia; além disso, fisiologia, psicologia e sociologia não são senão aspectos especiais do estudo dos seres vivos⁷⁰ (Ibid., p. 119).

Mas, de qualquer modo, na passagem acima percebe-se como D. Lagache adota a perspectiva de uma biologia geral, ou, em última análise, de um modelo biológico. Assim, a “conduta”, na “unidade da psicologia” insere-se na perspectiva de uma psicologia enquanto ramo de uma biologia dos processos gerais de adaptação, inscrevendo D. Lagache, retomando-se as análises de J. Birman, na vertente norte-americana. Mas, considerando-se o

⁶⁶ “Le point de vue auquel nous nous plaçons est le point de vue ‘organismique’, c’est-à-dire de l’organisme et de l’entourage, du physiologique et du mental” (LAGACHE, 1980b, p. 166).

⁶⁷ La distinción entre personalidad y organismo es más verbal que real: no hay personalidad sin cuerpo, ni organismo sin conducta (LAGACHE, 1982u, p. 10).

⁶⁸ Desde esta perspectiva, la oposición entre organismo y personalidad se desvanece; no hay organismo que no se conduzca, ni personalidad sin cuerpo. Esta unidad se encuentra explicitamente afirmada en la definición que William Stern da de la “persona” (LAGACHE, 1982v, p. 79).

⁶⁹ En otras palabras, no hay “psicologia pura” y no hay quizá “fisiologia pura”; lo somático y lo psicológico representan los términos ideales de una serie continua; entre estos dos extremos, las repuestas del organismo total corresponden a diversas modalidades de articulación [...] de las reacciones fisiológicas y de las conductas psicológicas. Junto con la unidad del organismo y la situación [...], la unidad de las respuestas fisiológicas y las conductas psicológicas define el punto de vista “organísmico” (Ibid., p. 118-119).

cenário francês, observou-se que para G. Politzer o condutismo, embora apenas a título de indicação histórica, insere-se nas bases para uma psicologia “concreta”. Talvez o principal desvio de D. Lagache diante das diretrizes politzerianas não se encontre na adoção do condutismo, mas em inseri-lo no modelo biológico, como observa B. Andrieu:

Para chegar ao materialismo, no estudo da determinação das condições humanas, G. Politzer não espera, diferentemente de D. Lagache, uma síntese entre a psicologia experimental e a psicologia clínica. Não se trata, escreve Politzer, “desse materialismo por procuração: pela procuração da matéria fisiológica ou biológica que caracteriza o velho materialismo”. D. Lagache não podia aceitar tal recusa da biologia, enquanto a contribuição de G. Canguilhem [...] terá convencido-o da unidade do ser vivente⁷¹ (ANDRIEU, 1999, p. 208).

Com efeito, em *O normal e o patológico segundo Georges Canguilhem*, de 1946, D. Lagache espera encontrar embasamento filosófico para o seu projeto de “unidade da psicologia”, pois ele mesmo havia indicado a G. Canguilhem a obra de K. Goldstein, que aparece com destaque nessa tese do filósofo francês. Nesse sentido pode-se entender D. Lagache afirmar o seguinte:

Goldstein foi o principal inspirador de Canguilhem [...] e é muito o que Goldstein deve à psicologia da sua época. Disso decorre que Canguilhem mesmo deve à psicologia muito mais do que suspeita ou do que diz explicitamente. [...] Daí que, ao menos de um ponto de vista histórico, considerar o homem “em situação”, como faz Canguilhem, é essencialmente psicológico. O lugar deixado às noções de conflito, angústia e vivência aproxima muito as idéias desse autor das de Freud e de William Stern. [...] Poderíamos multiplicar os exemplos; mas sem dúvida esses bastam para justificar a idéia de um retorno da psicologia sobre as disciplinas biológicas, fisiológicas e patológicas, ao menos de uma certa psicologia, biológica em um sentido amplo, que tem por objeto a existência do ser vivo total e concreto, seus modos de ser e reagir ante as situações [...] ⁷² (LAGACHE, 1998c, p. 150).

⁷⁰ No se trata de una adhesión al “biologismo” en el sentido de una reducción fisicoquímica, sino más bien de una promoción del organismo y una extensión de la biología; después de todo, fisiología, psicología y sociología no son sino aspectos especiales del estudio de los seres vivos (Ibid., p. 119).

⁷¹ Pour parvenir au matérialisme dans l'étude de détermination des conditions humaines, G. Politzer ne revê pas, à la différence de D. Lagache, d'une synthèse entre psychologie expérimentale et psychologie clinique. Il ne peut être question, écrit Politzer, “de ce matérialisme par procuração: par la procuração de la matière physiologique ou biologique qui caractérise le vieux matérialisme”. D. Lagache ne pouvait accepter un tel refus de la biologie tant l'apport de G. Canguilhem [...] l'aura convaincu de l'unité de l'être vivant (DRIEU, 1999, p. 208).

⁷² Goldstein fue el principal inspirador de Canguilhem [...] y es mucho lo que Goldstein debe a la psicología de su época. De esto se desprende que Canguilhem mismo debe a la psicología mucho más de lo que sospecha o dice explícitamente. [...] De ahí que por lo menos desde el punto de vista histórico, considerar al hombre “en situación” como lo hace Canguilhem, es esencialmente psicológico. El lugar asignado a las nociones de conflicto, angustia y vivencia aproxima las ideas de este autor a las de Freud y de William Stern. [...] Podríamos multiplicar los ejemplos; pero sin duda estos bastan para justificar la idea de un retorno de la psicología sobre las disciplinas biológicas, fisiológicas y patológicas, por lo menos de una cierta psicología, biológica en el sentido más amplio, que se plantea como objeto de la existencia del ser vivo total y concreto, sus maneras de ser y de reaccionar frente a situaciones [...] (LAGACHE, 1998c, p. 150).

Percebe-se, na passagem acima, os princípios da psicologia “personalista” a nortear a leitura de D. Lagache sobre G. Canguilhem, e a idéia da psicologia enquanto “elo” de ligação entre as ciências naturais e humanas, aparece com evidência.

Para D. Lagache, portanto, a obra de G. Canguilhem sobre o normal e o patológico permite concluir o seguinte: “O problema da adaptação é único, embora existam aspectos fisiológicos e psicológicos. E é em sua unidade que reside a razão profunda do retorno da psicologia sobre a biologia [...]. Devemos por isso representar-nos a ciência da vida como transcendente à distinção entre fisiologia e psicologia”⁷³ (Ibid., p. 152). A repercussão dessa perspectiva sobre G. Canguilhem, mediada pelas influências de W. Stern e K. Goldstein, em D. Lagache, é perceptível quando, em apresentação da psicanálise, na década de 50, o autor a define do modo seguinte:

O traço essencial da atitude psicanalítica é o esforço para captar a significação de conjunto do quadro clínico, na medida em que ele exprime as relações do paciente com o mundo e consigo próprio e um momento evolutivo da personalidade. Em outros termos, a originalidade da psicanálise reside no fato de haver aduzido uma concepção funcional da doença mental. A “doença mental” é uma tentativa de ajustamento, uma tentativa para regular problemas que não puderam ser regulados de maneira mais satisfatória. O conflito é um fator comum à saúde e à doença. Por si mesmo, o conflito não é patológico; tanto para fisiólogo como para o psicólogo, a vida é uma alternância de equilíbrio e desequilíbrio, uma sucessão de tentativas e erros de estabelecer o equilíbrio entre o organismo e o meio, ao mesmo tempo que de plena realização das possibilidades do ser vivo, pode-se falar de uma integração normativa e construtiva. Em outros casos, o organismo não consegue resolver o conflito, e persistem a tensão e a dissociação que o caracterizam; ou o organismo elabora soluções inadequadas que não diminuem a tensão penosa a não ser acentuando a dissociação, pondo em jogo estes “ajustamentos dissociativos” que são o recalque e outros mecanismos de defesa descobertos pela psicanálise; nestas duas eventualidades o conflito não é resolvido; é perenizado; torna-se “anormal” chegando a ser uma “norma”; mas o distúrbio do comportamento, apesar de objetivamente ineficaz e subjetivamente penoso, constitui, não obstante, uma espécie de ordem; o organismo modifica-se reduzindo as tensões mais fortes, mais imediatas e mais penosas (LAGACHE, 1982bb, p. 60-61).

Antes de abordar a perspectiva psicogênica da “ciência da personalidade”, é necessário acrescentar que nas décadas de 50 e 60 a noção de “unidade da psicologia” de D. Lagache recebe relevantes críticas de dois filósofos eminentes, M. Foucault e G. Canguilhem.

As críticas de M. Foucault, presentes em *Doença mental e psicologia*, de 1962, segunda edição de *Doença mental e personalidade*, de 1954, dirigem-se a uma abstrata

⁷³ El problema de la adaptación es uno, si bien que existen aspectos fisiológicos y psicológicos. Y es en su unidad donde reside la razón profunda del retorno de la psicología sobre la biología [...] Debemos por lo tanto representarnos la ciencia de la vida como transcendente a la distinción entre fisiología y psicología (Ibid., p. 152).

“unidade patológica”, biológica e psicológica, do ser vivo total.⁷⁴ Embora essas críticas não sejam diretamente endereçadas a D. Lagache, atingem os fundamentos da perspectiva personalista de W. Stern, do ponto de vista organísmico de K. Goldstein, e da aproximação entre o normal e patológico biológicos com a normalidade e patologia psíquicas, contestando, com isso, por sua vez, a leitura lagacheana, tenha sido esta correta ou não, sobre a obra de G. Canguilhem.

O principal raciocínio de M. Foucault, mantido durante todo esse seu breve livro, mas que resume as diversas concepções científicas sobre a patologia mental, é apresentado a partir de uma postura contrária não apenas ao paralelismo psico-físico, mas também à perspectiva de K. Goldstein sobre a “unidade” biológica e psicológica:

Não se pode, então admitir prontamente nem um paralelismo abstrato, nem uma unidade maciça entre os fenômenos da patologia mental e os da orgânica; é impossível transpor de uma parte para outra os esquemas de abstrações, os critérios de normalidade ou a definição do indivíduo doente. A patologia mental deve libertar-se de todos postulados de uma “metapatologia”: a unidade assegurada por esta entre as diversas formas de doença é somente artificial (FOUCAULT, 2000, p. 20-21).

Dentre as doutrinas psicopatológicas examinadas por M. Foucault, a perspectiva de K. Goldstein pretendia significar um avanço diante das oposições presentes nos debates acerca da etiologia exclusivamente psíquica ou orgânica:

A obra de Goldstein poderia testemunhá-lo. Estudando, nas fronteiras da medicina mental e orgânica, uma síndrome neurológica como a afasia, ele recusa tanto as explicações orgânicas por uma lesão local, quanto as interpretações psicológica por um déficit global da inteligência. [...] Quer suas designações primeiras sejam psicológicas ou orgânicas, a doença concerniria de qualquer modo à situação global do indivíduo no mundo; em vez de ser uma essência fisiológica *ou* psicológica, é uma totalidade psicológica *e* fisiológica (Ibid., p.16, grifos do autor).

Mas a posição de M. Foucault é crítica a respeito desse ponto de vista, como se percebe na seguinte passagem:

Pela unidade que ela assegura, e pelos problemas que suprime, esta noção de totalidade [de K. Goldstein] tem todas as possibilidades de trazer à patologia um clima de euforia conceitual. E deste clima que quiseram aproveitar-se os que, de

⁷⁴ M. Foucault reeditou esse livro, depois de forte relutância, e não sem modificar o seu título. Conservou-se na segunda edição a primeira parte da edição anterior. Contudo, na segunda parte da segunda edição a perspectiva pavloviana, anteriormente utilizada, é substituída pela análise histórica aos moldes da “A história da loucura”. Na primeira edição encontram-se, apesar do elogio à perspectiva pavloviana como modo de superação do debate entre organogênese e psicogênese, as mesmas passagens críticas à noção de “unidade” de K. Goldstein presentes na segunda edição, que é a utilizada nesta pesquisa.

perto ou de longe, inspiraram-se em Goldstein. Mas a infelicidade quis que a euforia não estivesse do mesmo lado que o rigor. Gostaríamos de mostrar, pelo contrário, que a patologia mental exige métodos de análise diferentes dos da patologia orgânica, e que é somente por um artifício de linguagem que se pode emprestar o mesmo sentido às “doenças do corpo” e às “doenças do espírito”. Uma patologia unitária que utilizasse os mesmos métodos e os conceitos no domínio psicológico e fisiológico é, atualmente, da ordem do mito, mesmo que a unidade do corpo e do espírito seja da ordem da realidade (Ibid., p.16-17).

Além disso, apesar das dialéticas do organismo com seu meio não serem recusadas por essa perspectiva de biologia “unitária”, M. Foucault ainda assim sustenta a legitimidade da irreduzibilidade entre os domínios: “A dialética das relações do indivíduo e seu meio não se faz, então, no mesmo estilo em fisiologia patológica e psicologia patológica” (Ibid., p. 20).

A crítica de G. Canguilhem, por sua vez, dirige-se diretamente ao projeto da “unidade da psicologia”, e suas repercussões ultrapassam o domínio epistemológico alcançando uma intersecção com o domínio institucional, extirpando, desse modo, qualquer possibilidade de D. Lagache retomar significativamente, durante o restante de sua vida, o seu projeto psicológico no cenário intelectual francês.

Contudo, aspecto curioso, observou-se anteriormente a influência que D. Lagache exercera em G. Canguilhem, ao menos na indicação da relevância da obra de K. Goldstein. É inegável, portanto, apesar das influências recíprocas entre M. Foucault e G. Canguilhem, que há uma distância no entendimento desses dois filósofos acerca da normalidade e do patológico que parece ultrapassar somente os domínios – biológico ou mental – em que as noções foram por eles abordadas: “Foucault substituíu a concepção canguilhemiana de uma norma produzida pela vida por uma noção de norma construída pela ordem social e portadora de normalização. Ou seja, opunha uma normatividade social à normatividade biológica” (ROUDINESCO, 2007, p. 45).

De qualquer modo, o fato é que G. Canguilhem, em 1956, direciona severa crítica ao projeto da “unidade da psicologia” promovido por D. Lagache:

Em dezembro de 1956, Georges Canguilhem profere no Colégio de Filosofia uma conferência admirável sobre a psicologia, que será reproduzida dez anos depois nos *Cahiers pour l'Analyse*. Ao mesmo tempo que presta homenagem a seu amigo Lagache, torpedeia o conjunto de sua construção e assim abre caminho, para os futuros jovens lacanianos, para a possibilidade de um combate antipsicológico que reduzirá a um nada teórico a empreitada lagachiana (ROUDINESCO, 1988, p. 240).

Ainda de acordo com essa autora, a crítica de G. Canguilhem endereçava-se mais particularmente à perspectiva naturalista e experimental da psicologia no âmbito da avaliação dos indivíduos:

Mostrava-se [G. Canguilhem] particularmente virulento em relação à psicologia do comportamento, sobre a qual pensava, com razão e a despeito da luta corajosa empreendida pelos psicólogos clínicos, que acabaria por impor sua soberania aos outros ramos da psicologia, justamente em virtude de sua reivindicação cientificista. Escrevia ele: “[...]. Ao aceitar tornar-se, sob o patrocínio da biologia, uma ciência das aptidões, das reações e do comportamento, essa psicologia e esses psicólogos se esquecem totalmente de situar seu comportamento específico em relação às circunstâncias históricas e aos meios sociais em que foram levados a propor seus métodos ou técnicas e a impor seus serviços” (ROUDINESCO, 2007, p. 53).

Mas é inegável que a passagem a seguir da crítica canguilhemiana, que foi, além disso, a mais propagada pelos que se opunham ao projeto de “unidade da psicologia”, também abrangia a perspectiva clínica:

De fato, muitos dos trabalhos de psicologia dão a impressão de misturar uma filosofia sem rigor – porque eclética sob o pretexto de objetiva –, uma ética sem exigências – porque associa experiências etológicas sem criticá-las, a do confessor, a do educador, a do chefe, etc. – e uma medicina sem controle –, porque dos três tipos de doenças menos inteligíveis e menos curáveis, doenças de pele, doenças nervosas e doenças mentais, o estudo e o tratamento das duas últimas sempre forneceram hipóteses e observações à psicologia (CANGUILHEM, 1999, p. 14).

O destino que adquiriu o posicionamento de G. Canguilhem sobre a “unidade da psicologia” foi fundamental para a consolidação da perspectiva lacaniana sobre a lagacheana, no cenário psicanalítico francês:

Se, em 1956, podia ser lida como uma condenação à morte da psicologia como disciplina que visa realizar sua impossível “unidade” e como advertência para os perigos do comportamentalismo, a conferência de Canguilhem ia se tornar, dez anos mais tarde, a arma de uma nova luta para a qual seu autor não a destinava (ROUDINESCO, 2007, p. 53).

O contexto epistemológico e institucional dessa retomada do artigo de G. Canguilhem pelos lacanianos apresentava as seguintes características:

Nessa data [1966], sob o estímulo de Louis Althusser, os alunos da rue d’Ulm reivindicavam ao mesmo tempo uma releitura da obra de Marx e um retorno à de Freud, a partir do ensino de Lacan. A seus olhos, tratava-se doravante de constituir uma frente teórica contra o espiritualismo e as ideologias pretensamente científicas e de lhes opor uma *verdadeira ciência* da revolução, fundada na tripla aliança da lingüística saussuriana, do marxismo althusseriano e do freudismo lacaniano. Nessa conjuntura, a psicologia, com todas as suas tendências misturadas, foi vista como uma falsa ciência a serviço de uma ideologia da servidão e do confinamento. Com isso, a conferência de Canguilhem podia ser reinterpretada como a análise mais feroz já produzida contra a essência do poder disciplinar, assim como, aliás, as críticas dirigidas por Foucault contra a psiquiatria. Naturalmente Canguilhem nunca participou da veemência da geração althussero-lacaniana [...]. Entretanto, essa

rebelião contra a psicologia, e mais precisamente contra seu ramo mais instrumentalista (o comportamentalismo), não lhe desagradava⁷⁵ (Ibid., p. 54).

Noutro contexto que o debate original entre G. Canguilhem e D. Lagache, portanto, como também observa F. Dosse, a corrente lacaniana retoma o artigo de G. Canguilhem para exterminar quaisquer raízes, para ela, “psicologizantes” no entendimento da psicanálise, consolidando-se, desse modo, a perspectiva estruturalista:

No terreno da psicanálise Canguilhem corroborará a ruptura lacaniana em virtude de suas posições antipsicologistas. É essencialmente contra a psicologia que Canguilhem terá trabalhado. Ele opõe a esse saber positivo uma desconstrução do seu edifício disciplinar ao pluralizar a psicologia em múltiplas psicologias. Essa desconstrução que visa desestabilizar uma disciplina determinada, demonstrando que o seu saber não é acumulável, que engloba paradigmas incompatíveis (DOSSE, 2007, p. 136).

Essas séries de críticas, de M. Foucault, de G. Canguilhem e a retomada lacaniana da efetuada por este último, repercutiram decisivamente no deslocamento da perspectiva de D. Lagache no cenário intelectual francês de então. Resta analisar a perspectiva de J. Lacan na “ciência da personalidade”, que parece valer-se, com a psicogenia, de outros critérios que os utilizados na “unidade da psicologia”.

3.2.2 Psicogenia e “ciência da personalidade”

O termo “psicogenia”, tal como empregado na tese de 1932, não deve ser confundido com psicogênese e psicogenética, já então circuláveis no âmbito psicopatológico: “Não acreditamos haver necessidade de salientar por qual nuance de pensamento e que alijamento da forma introduzimos, segundo uma formação perfeitamente lícita, os termos de *psicogenia* e *psicogênico* ao lado dos de psicogênese e psicogenético” (LACAN, 1987a, p. 34). Sobre essa diferença terminológica intencionada na “ciência da personalidade”, e sua operacionalidade no campo da psicopatologia da década de 30, E. Roudinesco observa o seguinte:

⁷⁵ Pode-se entender a repercussão do artigo de G. Canguilhem para fins de contestação da ideologia e do poder disciplinador a partir da última passagem, também bastante prolapada, que ilustra como esse viés de leitura é possível: “Mas o filósofo também pode dirigir-se ao psicólogo sob a forma de um conselho – uma única vez não cria o hábito – e dizer: quando se sai da Sorbonne pela rua Saint-Jacques pode-se subi-la ou descê-la; quando se

O emprego desse termo [psicogenia] não era anódino. Se preferia *psicogenia* em vez de *psicogênese* era porque a palavra afastava-se ainda mais do constitucionalismo: com efeito, não remetia a nenhuma organogênese, não supunha nenhum funcionamento estático e integrava a noção de dinamismo (ROUDINESCO, 1994, p. 61).

Deve-se destacar, na passagem acima, o tema sobre a distinção entre a constituição biológica e a personalidade:

Todos os esforços, observemos de resto, foram empregados no sentido de deduzir estas manifestações complexas de uma propriedade psíquica simples, que tenha alguma verossimilhança com *inatismo*: a psico-rigidez, por exemplo. Estudaremos a relação dessas constantes caracterológicas supostas com a gênese das psicoses paranóicas. [...] É possível que não se reconheça à psicose nenhum elo unívoco com uma disposição caracterológica definível, e que, no entanto, predominem em seu determinismo mecanismos da *personalidade*, a saber; desenvolvimento, experiências e tendências de ordem pessoal. Inversamente, a existência de uma correlação da psicose com certa predisposição constitucional não demonstra, por si mesma, uma determinação *psicogênica*. [...] Os problemas da relação da psicose, com a *personalidade* e com a *constituição*, não se confundem (LACAN, 1987a, p. 42-43, grifos do autor).

Esse mesmo assunto é retomado por J. Lacan em 1955, em seu seminário sobre as psicoses, cujas passagens a seguir indicam que a psicogênese e a psicogenética não excluam, ao contrário da psicogenia, a constituição biológica, que na verdade embasava o desenvolvimento da psicose:

Um paranóico – pelo menos antes que a tese de um certo Jacques Lacan tenha tentado lançar uma grande perturbação nos espíritos, que se limitou a um pequeno círculo [...] – um paranóico era uma pessoa má, um intolerante, um tipo de mau humor, orgulho, desconfiança, suscetibilidade, sobrestimação de si mesmo. Essa característica constituía o fundamento da paranóia – quando o paranóico era por demais paranóico, ele acabava por delirar. [...] Eis [...] o ponto em que estávamos na França após a difusão da obra do Sr. Génil-Perrin sobre a *Constituição paranóica*, que tinha feito prevalecer a noção caracteriológica da anomalia da personalidade. Essa perspectiva pode ser designada como psicológica, psicologizante ou mesmo psicogenética. Todas as referências formais a uma base orgânica, ao temperamento, por exemplo, não mudam nada aí – na verdade, tratava-se de uma gênese psicológica. [...] Tentei na minha tese promover um outro ponto de vista (LACAN, 1985b, p. 13-14).

Além disso, ao contrário da psicologia “personalista”, a “ciência da personalidade” pretendia uma distinção rigorosa, de direito, entre os fatores orgânicos e os fatores psíquicos envolvidos, de fato, em um sintoma. Em psicopatologia admitem-se sintomas orgânicos devido a fatores psíquicos (conversões histéricas, algumas manifestações psicossomáticas),

sobe, chega-se ao Panteão, o *Conservatoire* de alguns grandes homens, mas quando se desce, certamente se chega à delegacia de polícia” (CANGUILHEM, 1999, p. 28).

bem como sintomas psíquicos decorrentes de fatores orgânicos (desorientação durante estado de *delirium*, transtornos de humor por defasagens hormonais). A psicogenia, nesse sentido, situa-se no campo da especificidade psíquica de um sintoma, seja este manifestado física ou mentalmente:

É *psicogênico* um sintoma – físico ou mental – cujas causas se exprimem em função dos mecanismos complexos da personalidade, cuja manifestação os reflete e cujo tratamento pode depender deles. Esse é o caso: – quando o evento causal só é determinante em função da história vivida do sujeito, de sua concepção sobre si mesmo e de sua situação vital com relação à sociedade; – quando o sintoma reflete em sua forma um evento ou um estado da história psíquica, quando ele exprime os conteúdos possíveis da imaginação, do desejo ou da vontade do sujeito, quando ele possui um valor demonstrativo que visa uma outra pessoa; – quando o tratamento pode depender de uma modificação da situação vital correspondente, quer essa modificação se produza nos próprios fatos, na reação afetiva do sujeito com relação a eles ou na representação objetiva que deles possui (LACAN, 1987a, p. 34, grifos do autor).

Nesse sentido, a “ciência da personalidade”, ao reconhecer o fato biopsicossocial do organismo, não deixa de insistir, por outro lado, na necessidade de uma etiologia específica de direito. A “ciência da personalidade” admite, portanto, duas séries etiológicas, que podem ser orgânicas *ou* psíquicas, mas que apenas no segundo caso denomina-se “psicogênica”:

O sintoma de que se trata não deixa de repousar em bases orgânicas, sempre fisiológicas, na maioria das vezes patológicas, às vezes com lesões notáveis. Outra coisa, no entanto, é estudar sua causalidade orgânica, lesional ou funcional, e sua causalidade psicogênica. É a partir de tais premissas que se julgará, por exemplo, o valor psicogênico de uma neurose de renda ou de uma psicose carcerária, e que se atribuirá a parte que cabe ao fator orgânico (LACAN, 1987a, p. 35).

Sobre esse assunto, é pertinente o comentário de E. Roudinesco sobre o modelo jacksoniano presente na concepção organo-dinamicista de H. Ey, psiquiatra de expressão no cenário francês, e com quem Lacan por muito tempo manteve um diálogo crítico.⁷⁶ Pelo fato de o modelo organo-dinamicista envolver as questões referentes à articulação entre o orgânico e o psíquico, é válido considerar a seguinte observação de E. Roudinesco:

Se Jackson subtraía da neurologia seus princípios mecanicistas, Freud havia abandonado a neurologia para fundar sua teoria do inconsciente e introduzir uma nova concepção da loucura em psiquiatria. Porém, segundo Ey, era preciso aproximar a neurologia da psiquiatria para dotar esta última de uma teoria capaz de integrar o freudismo. Ao contrário, Jacques Lacan, desde sua tese de 1932, preconizava renovar o gesto de Freud e repensar o saber psiquiátrico calcado no modelo do inconsciente freudiano. Enquanto Henri Ey tentava preservar o vínculo

⁷⁶ Segundo Roudinesco (1988, p. 149): “Henri Ey começa em 1936 a elaborar a noção, desde então clássica, de organo-dinamismo”.

entre neurologia e psiquiatria por meio de uma fenomenologia da consciência, Jacques Lacan recusava ao mesmo tempo a psicogênese e a organogênese. Opunha-lhes a idéia de *psicogenia*, isto é uma organização puramente psíquica da personalidade. Os dois partilhavam a convicção de que a psicanálise não devia servir de técnica auxiliar à psiquiatria. A seus olhos, a descoberta freudiana restituía um sentido à psiquiatria, uma vez que refutava a idéia de uma nosologia que seria separada da vivência da loucura, de sua fala. Mas divergiam quanto à adesão ao organicismo, incluído pelo primeiro, excluído pelo segundo (ROUDINESCO, 2007, p. 107).

E, ainda:

A doutrina organo-dinâmica reconduz o antigo mecanicismo, em parte, a uma espécie de fenomenologia estrutural, isto é, hierarquizada, do pensamento mórbido. Conserva, por conseguinte, o princípio de um dualismo psicofisiológico. A contrário, a teoria lacaniana desliga-se desse dualismo, fazendo a psicogenia apoiar-se numa dialética da personalidade inconsciente, a única capaz de isolar uma causalidade psíquica, sem todavia eliminar o fundo orgânico que está simplesmente dissociado do psiquismo (ROUDINESCO, 1988, p. 150).

A passagem seguinte indica como a psicogenia, somada à gênese social da personalidade, distancia-se não apenas do organo-dinamismo mas também da concepção “total” do organismo psico-físico:

Em outros termos, a *personalidade* não é “paralela” aos processos da neuraxe, nem mesmo apenas ao conjunto dos processos somáticos do indivíduo: ela o é à *totalidade constituída pelo indivíduo e por seu meio ambiente próprio*. Tal concepção do “paralelismo” deve ser reconhecida, aliás, como a única digna desse nome, se não esquecermos que aí está sua forma primitiva e que ela foi primeiramente expressa pela doutrina spinoziana (LACAN, 1987a, p. 345).

A respeito dos fundamentos filosóficos do “paralelismo” apresentado na passagem acima, o comentário de B. Ogilvie corrobora o entendimento de que a “ciência da personalidade” difere radicalmente psicologia “personalista”, adotada pela “unidade da psicologia”, no que diz respeito às relações entre o físico e o psíquico:

Oposto a todo pluralismo substancial, que se coloca problemas de conveniência ou de concordância entre séries eventualmente paralelas (as idéias e os corpos), Lacan pensa a personalidade como um aspecto particular (ou um atributo) de uma só e única substância que é a existência do indivíduo enquanto existência social (OGILVIE, 1988, p. 67).

Pode-se afirmar, no âmbito dos modelos científicos, que o organo-dinamismo adota o modelo biológico da neurologia de H. Jackson, e a “unidade da psicologia”, o mesmo modelo, mas pela neurologia de K. Goldstein, enquanto a “ciência da personalidade” adota um modelo sociológico.

Além disso, a “ciência da personalidade”, ao renunciar ao ponto de vista “personalista” e “organísmico”, aproxima-se da perspectiva de uma constituição do sujeito na “ordem simbólica”, em sentido estruturalista. Com efeito, a “ciência da personalidade” está advertida da seguinte distinção que L. Elia faz entre as concepções psicológicas e psicanalíticas acerca do sujeito:

No campo que podemos denominar de psicologia, e que é plural, o que poderia nos autorizar a intitulá-lo de campo das psicologias, o que se chama *personalidade* é sempre o resultado interativo de fatores genéticos e constitucionais com fatores aprendidos ou ambientais. O espectro das muitas psicologias e teorias da personalidade vai das mais humanistas e racionalistas [...] até as mais comportamentais e ambientalistas [...]. Em algumas formulações que evidenciam de modo mais radical essa interação da carga genética com o conjunto de fatores ambientais que agem sobre o indivíduo e sua constituição chegam a reduzir o psíquico como um lugar de intersecção, de entrecruzamento, sem nenhuma positividade, de duas ordens primárias, a biológica e a sociológica, estas sim positivas. Ora, a psicanálise apresenta um modo de conceber o sujeito e sua constituição que se opõe, do modo mais radical, a essas duas concepções (ELIA, 2004, p. 34-35, grifos do autor).

Na passagem acima percebe-se que a “unidade da psicologia”, de D. Lagache, por sua vez, aproxima-se dessa perspectiva de entrecruzamento biológico e social. Resta observar como L. Elia então apresenta a concepção psicanalítica do sujeito a partir dos referenciais estruturalistas, isto é, em última análise, a concepção propriamente estruturalista de J. Lacan. No primeiro capítulo indicou-se a importância da noção de “Outro” durante o período “Simbólico” de J. Lacan. Essa noção implica a constituição do sujeito em uma ordem social que precede e determina mesmo suas dialéticas imaginárias como o “outro”. Uma das diferenças entre a concepção estruturalista e a culturalista encontra-se na radicalidade da “função simbólica”, que ultrapassa o ambiente cultural, sempre relativo em diferentes sociedades, da concepção culturalista:

A psicanálise pensa o sujeito, portanto, em sua raiz mesma, como *social*, como tendo sua constituição articulada no plano social. [...] [mas afirmar] a dimensão social como essencial à constituição do sujeito do inconsciente, não equivale a reduzi-la a uma sociologia culturalista do sujeito. Para a psicanálise, portanto, o sujeito só pode se constituir em um ser que, pertencente à espécie humana, tem a vicissitude obrigatória e não eventual de entrar na ordem social (Ibid., p. 39).

Assim, a “ciência da personalidade” ao afirmar, como observado no primeiro capítulo, que o “meio próprio” – social – do “animal-homem” precede e constitui o indivíduo – e por isso J. Lacan se diz avesso à antropologia individualista – abre-se a uma concepção de formação social mais radical, pois que constitutiva, do que a sustentada pelo culturalismo,

cuja ênfase recai sobre o ambiente social, sempre relativo para cada cultura. Nesse sentido que B. Ogilvie considera da seguinte forma a gênese social da personalidade, na tese de 1932:

Tipo de gênese que elimina ainda mais, como se viu, toda determinação individualista e consciente: já o mecanismo reacional do sujeito encontra todas as suas determinações numa alteridade do meio social que anuncia e permite a concepção trans-individual e “outrificada” do inconsciente (OGILVIE, 1988, p. 88).

A “ciência da personalidade”, portanto, comporta aberturas epistemológicas a uma constituição do sujeito na ordem “Simbólica” do “Outro”, como mais tarde se definiria a perspectiva lacaniana, após adesão aos referenciais estruturalistas. Nesse sentido, é lícito o entendimento de que a “ciência da personalidade” possui instrumentos para conceber a dimensão do indivíduo enquanto “tradução”, retomando-se os termos de C. Lévi-Strauss, do social. Indica-se ainda nesse capítulo essa abordagem da “ciência da personalidade” a respeito do individual e do social, quando observados os três pontos de vista – individual, estrutural (fenomenológico) e social – avaliados por J. Lacan. Embora essas características da “ciência da personalidade” a diferenciem de uma gênese psicológica usual, e, como observado anteriormente, a psicogenia, por sua vez, não se confunda, no campo psicopatológico, com a psicogenética e psicogênese, a seguir são avaliadas as diferenças entre esse projeto inicial de J. Lacan e outro projeto, que lhe foi contemporâneo, de uma articulação entre a psicanálise e a “psicologia genética”.

3.2.3 Psicologia genética, psicogenia e “unidade da psicologia”

Psicanalista da “primeira geração” de analistas franceses, R. de Saussure, filho do lingüista F. de Saussure, poderia ter ocupado o lugar de J. Lacan na articulação entre a lingüística e a psicanálise, mas não o fez. Mas, para além desse fato curioso, já na década de 30, outra possível proximidade entre os dois autores pode ser destacada. Em 1933, um ano após a tese lacaniana, R. de Saussure escreve um artigo para a *Revue de psychanalyse*, cujo título, “Psicanálise e psicologia genética”, poderia sugerir aproximações com os temas “psicogênicos” presentes na “ciência da personalidade”. Contudo, o primeiro parágrafo desse artigo indica que, na verdade, o propósito de R. Saussure poderia ser antes aproximado do projeto de “unidade da psicologia” de D. Lagache:

No Congresso de Psicologia de Compenhague (agosto de 1932), o sr. Clapárede disse: “Nosso colega Murchison publica a cada cinco anos volumes de psicologias (no plural!)... Conheceis o behaviourismo, a reflexologia, a psicologia dinâmica, a psicanálise... São recolhidas interessantes; mas que provam, sobretudo, que nossa ciência está ainda bastante atrasada! Não há várias físicas, nem várias químicas. Da mesma forma, não há, ou não deveria haver, senão uma única psicologia.” Estamos de pleno acordo com essas palavras de nosso mestre, e nosso relatório é um modesto ensaio de inserir no quadro de uma psicologia mais geral uma parte dos dados psicanalíticos. Acreditamos que a psicanálise contém um grande número de fatos definitivamente adquiridos e, sendo esse o caso, eles devem conter um grande número de pontos de contato com a psicologia geral. Tais fatos podem ser melhor estabelecidos se, após terem sido visados de um ponto de vista psicanalítico, receberem uma nova confirmação e permitirem desenvolvimentos mais amplos, sob a luz de novos métodos⁷⁷ (SAUSSURE, 1933, p. 365).

Mas, diferentemente de D. Lagache, que entendia encontrar a articulação entre a psicanálise e a psicologia na noção de “conduta”, R. de Saussure entende que o ponto maior de concordância entre a psicanálise e a psicologia situa-se no domínio do estudo infantil, principalmente a partir dos trabalhos de J. Piaget:

O que caracteriza o conjunto das pesquisas psicanalíticas é terem lançado nova luz sobre o conteúdo do pensamento infantil. [...] Parece-me interessante apelar à colaboração do sr. Piaget para confrontar os resultados dessas duas perspectivas [psicanálise e psicologia infantil]. Essa confrontação parece-me ainda mais interessante pelo fato de Freud [assim como Piaget] não ter considerado somente o conteúdo do pensamento, mas também descreveu certos mecanismos de estrutura. Citamos, por exemplo, os processos de identificação, de projeção, de investimento afetivo, de simbolização, etc... [...] O que diferencia as duas ordens de pesquisa é que Freud tinha em vista, sobretudo, os mecanismos inconscientes, enquanto Piaget visa descrever os mecanismos de um pensamento que tende a tomar consciência dele mesmo.⁷⁸ (SAUSSURE, 1933, p. 365-366).

⁷⁷ Au Congrès de Psychologie de Copenhague (août 1932), M. Claparède disait: “Notre collègue Murchisson publie tous les cinq ans des volumes de psychologies (au pluriel!)... Vous avez le behaviourisme, le réflexologie, la psychologie dynamique, la psychanalyse... Ce sont des recueils très intéressants; mais qui prouvent surtout que notre science est encore bien arriérée! Il n’y a pas plusieurs physiques, ni plusieurs chimies. De même, il n’y a ou il ne devrait y avoir qu’une seule psychologie.” Nous sommes pleinement d’accord avec ces paroles de notre maître, et notre rapport est un modeste essai de faire rentrer dans le cadre d’une psychologie plus générale, une partie des données psychanalytiques. Nous croyons que la psychanalyse contient un très grand nombre de faits définitivement acquis et, si tel es le cas, ils doivent forcément avoir de nombreux points de contact avec la psychologie générale. Ces faits ne peuvent être que mieux établis, si après été envisagés du point de vue psychanalytique, ils reçoivent une nouvelle confirmation et donnent lieu à de plus amples développements, éclairés à lumière d’autres méthodes (SAUSSURE, 1933, p. 365).

⁷⁸ Ce qui caractérise l’ensemble des recherches psychanalytiques, c’est d’avoir jeté une lumière nouvelle sur le contenu de la pensée enfantine. [...] Il m’a paru intéressant de faire appel à la collaboration de M. Piaget pour confronter les résultats de ces deux perspectives. Cette confrontation m’est apparue d’autant plus intéressante, que Freud ne s’en est pas tenu au contenu seulement de la pensée, mais qu’il a essayé de décrire certains mécanismes de structure. Citons, par exemple, les processus d’identification, de projection, d’investissement affectif, de symbolisation, etc... [...] Ce qui différencie ces deux ordres de recherches, c’est que Freud a en vue surtout les mécanismes de la pensée inconsciente, alors que Piaget vise à décrire mécanismes de la pensée qui tend à prendre conscience d’elle même (SAUSSURE, 1933, p. 365-366).

A idéia de que as investigações freudianas não se ocupavam apenas com o conteúdo do pensamento, mas também com a sua dimensão estrutural, aproxima-se do entendimento de J. Lacan, na “ciência da personalidade”, acerca da psicanálise. Mas na perspectiva lacaniana enfatiza-se a capacidade da psicanálise apreender a “coerência típica” entre a gênese social e a estrutura mental, priorizando-se um ponto de vista sobre a formação social da personalidade. Portanto, se diante da repercussão das pesquisas piagetianas na década de 30, J. Lacan (1987, p. 396) refere-se duas vezes ao livro “O juízo moral na criança”, de J. Piaget, em artigos imediatamente posteriores à tese de 1932, seus comentários restringem-se à concordância que “experiências inteiramente diferentes da nossa permitiram descrever como correspondendo à integração infantil da consciência moral (trabalhos de Piaget sobre a gênese do juízo moral na criança)”.⁷⁹ Não podia ser de outro modo, haja vista a psicologia genética, na obra de J. Piaget, fundamentar-se no modelo biológico dos processos gerais de adaptação. Pois as noções de “assimilação”, “acomodação” e “equilíbrio”, cruciais na composição da psicologia piagetiana, são extraídas no modelo biológico de uma “adaptação-processo”, que, por sua vez, diferiria da noção de “adaptação-estado”:

Certos biólogos definem simplesmente a adaptação pela conservação e sobrevivência, isto é, o equilíbrio entre o organismo e o meio. Mas a noção perde, assim, todo o seu interesse, pois confunde-se com a própria vida. [...] Portanto deve-se distinguir a adaptação-estado da adaptação-processo. No estado, nada é claro. Na seqüência do processo, as coisas arrumam-se: há adaptação quando o organismo se transforma em função do meio, e essa variação tem por efeito um incremento do intercâmbio entre o meio e aquele, favorável à sua conservação, isto é, à conservação do organismo. [...] Em resumo, a adaptação intelectual, como qualquer outra, é um estabelecimento de equilíbrio progressivo entre um mecanismo assimilador [ações do organismo sobre o meio] e uma acomodação complementar [ações do meio sobre o organismo] (PIAGET, 1975, p. 17-18).

Outro ponto importante a se destacar na psicologia genética de J. Piaget, em continuidade com o anterior, sobre a adaptação biológica, reside no enfoque condutista e funcional utilizado para a abordagem do organismo. Nesse sentido, a psicologia piagetina utiliza um entendimento biológico, condutista e funcional, também constatado na “unidade da psicologia” de D. Lagache, como se observa na seguinte passagem em que J. Piaget considera as tentativas iniciais de H. Wallon em articular os processos neurológicos com as diferentes etapas do desenvolvimento infantil:

⁷⁹ J. Lacan cita ainda as investigações propriamente psicanalíticas acerca da gênese do superego, cujos métodos não foram por ele utilizados na “ciência da personalidade”: não foi realizado um tratamento psicanalítico na abordagem do “caso Aimée”, e a psicanálise advém, na tese de 1932, como o principal sistema de pensamento que possibilita ultrapassar as dificuldades epistemológicas que obstavam a abordagem concreta dos fenômenos psicopatológicos.

É por isso que, embora simpatizando inteiramente com o esforço de Wallon para identificar os mecanismos psíquicos com os da própria vida, acreditamos ter de limitar-nos a sublinhar a identidade funcional, sem sair do ponto de vista do simples comportamento exterior. [...] O problema psicológico começa, pois, a existir logo que os reflexos, posturas, etc., são encarados não mais em suas relações com o mecanismo interno do organismo vivo, mas nas suas relações com o meio exterior, tal como se apresenta à atividade do indivíduo. [...] Quase desde o nascimento há pois uma “conduta”, no sentido da reação total do indivíduo, e não apenas um jogo de automatismos particulares ou locais interligados somente por dentro. [...] É nisso que dizemos haver uma reação total, isto é, o início da Psicologia (Ibid., p. 34-35).

A perspectiva genética presente em R. Saussure apresenta fundamentos epistemológicos diversos dos que embasam o modelo sociológico com que J. Lacan aborda a gênese social do indivíduo. A perspectiva genética de R. Saussure, por adotar o modelo biológico, aproxima-se antes da “psicologia do ego”, como indica a seguinte passagem de H. Hartmann, em *Psicologia do ego e o problema de adaptação*, de 1939, representante dileto dessa corrente: “Muitos dentre nós esperamos que a psicanálise se converta numa *psicologia geral do desenvolvimento*” (HARTMANN, 1968, p. 9, grifos do autor). Sobre esse assunto, deve-se observar que embora a psicologia genética de J. Piaget não possua em D. Lagache o mesmo grau de influência constatado em R. de Saussure, um ponto que merece destaque é a distinção piagetiana entre método experimental e método clínico, por ora indicada em R. de Saussure, em seu trabalho de 1933:

Assim, o exame clínico participa da experiência, no sentido que [...] controla cada uma de suas hipóteses em contato com as reações provocadas pelo diálogo. [...] Na psicologia da criança, como na psicopatologia, o bom experimentador deve, com efeito, reunir duas qualidades frequentemente incompatíveis: saber observar, isto é, deixar a criança falar livremente e, ao mesmo tempo, saber procurar alguma coisa precisa, ter a cada instante alguma hipótese de trabalho⁸⁰ (SAUSSURE, 1933, p. 370).

Deve-se observar, primeiramente, que D. Lagache reconhece, mas sem incluir-se nesse movimento, o pioneirismo das investigações de R. Saussure no campo de intersecção da psicanálise com a psicologia genética, além da convergência dessa intersecção com as pesquisas da psicologia do ego: “Em psicanálise, a psicologia da criança penetrou com os primeiros trabalhos de R. Saussure; uma penetração mais ampla foi favorecida pela orientação da psicanálise para o ego (Hartmann)” (LAGACHE, 1982bb, p. 119). Contudo, se na ênfase

⁸⁰ Ainsi, l'examen clinique participe de l'expérience, en ce sens que [...] contrôle chacune de ses hypothèses au contact des réactions provoquées par la conversation. [...] Dans la psychologie de l'enfant, comme en psychopathologie, le bon expérimentateur doit, en effet, réunir deux qualités souvent incompatibles: savoir

atribuída ao ponto de vista genético da psicologia parece haver certo distanciamento entre os autores, no âmbito do projeto de uma psicologia geral, capaz de abranger a psicanálise, R. Saussure parece ter precedido, ou mesmo influenciado D. Lagache. Em 1947, em trabalho intitulado “Psicologia experimental e psicologia clínica”, que compõe o livro *A unidade da psicologia*, de 1949, de D. Lagache, o primeiro parágrafo consta redigido de modo idêntico ao primeiro parágrafo do texto de 1933 de R. de Saussure:

Em 1936, num artigo consagrado à “psicologia funcional”, Édouard Claparède dizia: “O nosso colega Murchinson, da Universidade de Clark, publica de cinco em cinco anos alguns volumes de Psicologias (no plural!). Houve as Psicologias de 1925, e houve as de 1930. Conheceis o behaviorismo, a reflexologia, a psicologia dinâmica, a psicanálise, a psicologia reaccional, hórmica, etc. São recolhas muito interessantes, mas que provam sobretudo que a nossa ciência está muito atrasada! Não há várias físicas nem várias químicas. Do mesmo modo, há ou deveria haver uma só psicologia.” A verdade de 1936 é ainda a verdade de 1947? As “psicologias” chocam-nos pela sua multiplicidade, quer encaremos a sua finalidade, o seu método ou a sua doutrina. Contudo, a perspectiva já não é completamente a mesma: certas idéias que pareciam ligadas a determinados métodos foram retomadas, confirmadas, enriquecidas com outros métodos; reconheceu-se o parentesco ou a identidade de pontos de vista ou resultados, que a diferença de linguagem disfarçava. Neste sentido o psicólogo de 1947 está numa posição mais favorável para discernir o que é ou o que poderia ser a unidade das ciências psicológicas (LAGACHE, 1978, p. 25).

Além disso, os comentários sobre o método experimental e o método clínico, presentes na obra de J. Piaget, e destacados anteriormente por R. de Saussure, aproximam-se da apreciação de D. Lagache acerca desse mesmo assunto, sustentando, na “unidade da psicologia”, que não apenas as diferentes teorias, naturais e humanas, mas também as diferentes pesquisas – experimentais e clínicas – são complementares. A passagem a seguir indica a influência da obra piagetiana, e muito provavelmente por intermédio de R. de Saussure, nessa perspectiva de D. Lagache sobre o método clínico:

Na introdução do *A representação do mundo na criança*, Piaget demonstrou a necessidade do método clínico. [...] esse autor denuncia a insuficiência dos testes para dar um conhecimento positivo e adequado da vida psíquica da criança; [...] para chegar a representar as coisas como são, é preciso que as perguntas se inspirem por questionamentos e interesses espontâneos determinados pela observação; para serem interpretadas e avaliadas, as respostas devem ser resgatadas em seu contexto psicológico, restabelecido graças ao diálogo. Esse é o papel do método clínico, que, portanto, consiste uma vez mais em se adequar à maneira original do sujeito⁸¹ (LAGACHE, 1982o, p. 121-122).

observer, c'est-à-dire laisser l'enfant parler librement et, en meme temps, savoir chercher quelque chose de précis, avoir à chaque instant quelque hypothèse de travail (SAUSSURE, 1933, p. 370).

⁸¹ [...] En la introducción de *La representación del mundo en el niño*, Piaget demostró la necesidad del método clínico. [...] este autor denuncia la insuficiencia de los tests para dar un conocimiento positivo y adecuado de la vida psíquica del niño; [...] para llegar a presentarse las cosas tal como son, es preciso que las preguntas se inspiren en los interrogantes e intereses espontâneos determinados por la observación; para ser interpretadas y

Apesar de ser suficiente, para a presente pesquisa, a constatação da influência piagetiana tanto em R. de Saussure como na “unidade da psicologia” de D. Lagache, bem como a ausência dela, ao menos diretamente, na “ciência da personalidade” de J. Lacan, parece pertinente, por outro lado, indicar, a partir de D. Anzieu, que o método clínico desenvolvido por D. Lagache vale-se de dois procedimentos que não podem ser considerados uma simples transposição do método de J. Piaget:

[Em D. Lagache] O primeiro [um dos procedimentos] é a observação das condutas, sejam elas espontâneas ou provocadas por testes [...]. Permite entender como totalidade atual a pessoa que está às voltas com situações presentes que lhe causam problema. Trata-se portanto de um procedimento sincrônico. A entrevista clínica [o outro procedimento], que comporta uma anamnese e é eventualmente complementada pelo exame de documentos pessoais [...], estabelece a biografia significativa do sujeito e re-situa as condutas atuais deste numa perspectiva evolutiva, seu passado esclarecendo o presente. É o ponto de vista diacrônico. [...] Pode-se notar a diferença com o método de entrevista clínica que, desde 1926, em *A representação do mundo na criança*, Piaget propunha no lugar dos testes [...]: a entrevista, ao permitir re-situar cada resposta da criança em seu contexto mental, visava à dinâmica e à sincronia, ao passo que a observação de seu comportamento diante de pequenos problemas concretos servia para identificar as fases diacrônicas. Para Daniel Lagache, é o contrário (ANZIEU, 2006, p. 207-208).

A relevância e a operacionalidade atribuída à teoria da “psicologia genética”, tanto na perspectiva de R. Saussure como na perspectiva da psicologia do ego, não são constatáveis na “ciência da personalidade” e nem da “unidade da psicologia”. Contudo, em D. Lagache, o projeto de uma psicologia geral e o uso de um modelo biológico, valendo-se da noção de adaptação, aproximam-se dos princípios epistemológicos presentes na tentativa de R. de Saussure em articular a psicanálise com a “psicologia genética” e, principalmente, dos princípios epistemológicos da psicologia do ego, que buscava integrar a psicanálise no domínio da psicologia geral entendida, no dizer de J. Birman, como investigação dos processos gerais de adaptação do organismo. Esse aspecto é importante para a diferenciação dos projetos iniciais de J. Lacan e D. Lagache, bem como para constatar a presença, na “unidade da psicologia” desse último autor, ao lado da influência franco-politzeriana, também da vertente “empírica” norte-americana.

evaluadas, las respuestas deben ser reubicadas en su contexto psicologico, restablecido gracias a una conversación. Esse es el papel del método clinico, que por lo tanto consiste una vez más en adecuarse a la manera original del sujeto (LAGACHE, 1982o, p. 121-122).

3.3 CONDUTA E GÊNESE SOCIAL

O ponto de vista objetivo, tanto da “unidade da psicologia”, como da “ciência da personalidade”, são avaliados. Observa-se como eles se situam desde uma perspectiva positiva, “exterior” à filosofia compreensiva. Ao final, aborda-se qual deles comporta aberturas epistemológicas ao modelo lingüístico.

3.3.1 “unidade da psicologia” e o ponto de vista da conduta

Considerando três perspectivas psicológicas, a psicologia em primeira pessoa, que aqui se refere à introspecção, a psicologia em segunda pessoa, que se refere à intersubjetividade, e a psicologia em terceira pessoa, que se refere ao fato psicológico enquanto “coisa”, D. Lagache situa o problema sobre qual delas definiria melhor o enfoque psicanalítico:

A esse respeito podemos esboçar uma classificação dos métodos psicológicos que distinguiria as psicologias em primeira pessoa, que privilegiam a existência para si da consciência, das psicologias em segunda pessoa, que dão preeminência ao ser-para-outro (expressão) e das psicologias em terceira pessoa, que o consideram, tal como as coisas, desde o ângulo da existência em si. Qual dessas três atitudes é a que caracteriza melhor o enfoque analítico?⁸² (LAGACHE, 1982q, p. 85).

Sendo a perspectiva em primeira pessoa, enquanto método introspectivo, facilmente objetável, no entender de D. Lagache o debate maior circula entre as perspectivas em segunda e terceira pessoas:

A segunda hipótese nos leva a examinar se o psicanalista considera ao analisado um “tu”. A principal característica da estrutura “eu-tu” é sua reversibilidade, a alternância de papéis entre os dois personagens e, em consequência, uma reciprocidade não apenas complementar, mas simétrica. É evidente que uma estrutura desse tipo não pode estar ausente por completo da experiência analítica: por mais reservado e silencioso que seja o analista, a análise segue sendo um diálogo. Mas a estrutura “eu-tu” não é essencial na psicanálise. Expressa alguns de

⁸² A este respecto podemos esbozar una clasificación de los métodos psicológicos que distinguiria a las psicología en primera persona, que privilegian la existencia para si de la consciencia, de las psicologias en segunda persona, que dan preeminencia al ser-para-el outro (expresión) y de las psicologias en tercera persona, que lo consideran, al igual que las cosas, desde el ángulo de la existencia en si. Cuál de estas tres actitudes es la que caracteriza mejor al enfoque psicoanalítico? (LAGACHE, 1982q, p. 85).

seus aspectos mais dramáticos e pode servir para descrevê-los. É a expectativa calada ou clamorosa do analisado: ser um “tu” para o analista, e que o analista seja um “tu” para ele, isto é, que responda afetivamente, que sua compreensão seja não só intelectual mas emocional, que se ponha no lugar do analisado, que o ame e o aprove. E o psicanalista se limita a traduzir na linguagem da transferência esse reclame apaixonado. [...] Esse é um alvo eleito para as críticas de certos fenomenólogos, que, pelo contrário, insistem no valor científico e eficácia de um “encontro” face a face⁸³ (Ibid., p. 85-86).

Ao constatar, a partir da descrição da situação analítica, que a dimensão intersubjetiva coloca em risco a racionalidade, ou apreensão “objetiva” dos fenômenos, D. Lagache entende que a perspectiva condutista seria o mais apropriado para o enfoque psicanalítico:

Não resta senão admitir que o enfoque psicanalítico, tal como o condutismo, possui uma estrutura de uma psicologia em terceira pessoa, que percebe o analisado não como um “eu”, nem como um “tu”, mas como um “ele”. Mostramos a redução analítica da atitude reflexiva e da aspiração ao encontro a motivações enunciadas em função da necessidade de segurança e amor. Toda experiência e toda expressão são consideradas condutas. A conduta e a personalidade são objetos em terceira pessoa, que englobam as realidades mais circunscritas do ser-para-si e do ser-para-outro; sua redução psicanalítica é uma redução condutista⁸⁴ (Ibid., p. 86).

Disso decorre que D. Lagache conclui ser a perspectiva condutista a que melhor caracterizaria o enfoque psicanalítico:

Daí que a atitude em terceira pessoa é o que expressa a essência do enfoque psicanalítico. O homem está aprisionado em uma rede de relações causais e funcionais da qual não pode sair por si só. A esse respeito, nenhuma noção expressou tão cabalmente o espírito condutista da psicanálise como a introdução do termo “isso”⁸⁵ (Ibid., p. 86).

⁸³ La segunda hipótesis nos lleva a examinar si el psicoanalista considera al analizado un “tú”. Lo especialmente característico de la estructura yo-tú es su reversibilidad, la alternancia de roles entre los dos personajes y, en consecuencia, una reciprocidad no sólo complementaria sino simétrica. Es evidente que una estructura de este tipo no puede estar ausente por completo de la experiencia analítica: por reservado y silencioso que sea el analista, el análisis sigue siendo un diálogo. Pero la estructura yo-tú no es esencial en el psicoanálisis. Expresa algunos de sus aspectos más dramáticos y puede servir para describirlos. Es la expectativa callada o clamorosa del analizado: ser un “tú” para el analista, y que el analista sea un “tú” para él, es decir, que responda afectivamente, que su comprensión sea no solo intelectual sino emocional, que se ponga en el lugar del analizado, que lo ame y lo apruebe. Y el psicoanalista se limita a traducir en el lenguaje de la transferencia esta reclamación apasionada. [...] Este es un blanco de elección para las críticas de ciertos fenomenólogos, que por el contrario insisten en el valor científico y la eficacia de un “encuentro” cara a cara (Ibid., p. 85-86).

⁸⁴ No queda sino admitir que el enfoque psicoanalítico, al igual que el conductismo, tiene una estructura de una psicología en tercera persona, que ve al analizado, no como un “yo” ni como un “tu”, sino como un “él”. Hemos mostrado la reducción psicoanalítica de la actitud reflexiva y de la aspiración al encuentro a motivaciones enunciadas en función de la necesidad de seguridad y amor. Toda experiencia vivida y toda expresión son consideradas conductas. La conducta y la personalidad son objetos en tercera persona, que engloban las realidades más circunscriptas del ser-para-si y del ser-para-el otro; su reducción psicoanalítica es una reducción conductista (Ibid., p. 86).

⁸⁵ De ahí que es la actitud en tercera persona lo que expresa la esencia del enfoque psicoanalítico. El hombre está aprisionado en una red de relaciones causales y funcionales de la que no puede salir por si solo. A este respecto, ninguna noción expresó tan cabalmente el espíritu conductista del psicoanálisis como la introducción del término “ello” (Ibid., p. 86).

Percebe-se, nessas passagens de D. Lagache, que o autor compreendia, tal como J. Lacan na “ciência da personalidade”, as dificuldades que o método compreensivo psicológico implicava à objetividade psicanalítica. Contudo, ao adotar a perspectiva condutista, D. Lagache, na “unidade da psicologia”, desloca-se da possibilidade de uma posterior apreensão “Simbólica” do sentido dos comportamentos humanos. A passagem seguinte ilustra como a objetividade da situação analítica fora corretamente apreendida por D. Lagache:

Sem dúvida, se passarmos do problema metodológico do enfoque psicanalítico ao problema fenomenológico da experiência psicanalítica e da inter-psicologia do par analítico, é preciso dar lugar às estruturas de primeira e segunda pessoas. A tensão própria à experiência psicanalítica, vista como um todo, poderia, então, ser descrita e explicada como um conflito entre a necessidade de segurança e de amor do analisado, que se manifesta em atitudes de primeira e segunda pessoas e, por outro lado, a atitude em terceira pessoa do analista, que se concentra em sua passividade, sua reserva e na aplicação estrita da regra de abstinência, entendida como uma recusa a deixar que a análise se transforme em satisfação. [...] mas o analista sabe que o melhor que pode fazer pelo analisado é permanecer objetivo; é através dessa objetividade e dessa austeridade que se expressa a “amizade do psicanalista”, e não através de sinais exteriores de uma afabilidade e aprovação inautênticas (Ibid., p. 87).⁸⁶

O modelo biológico, portanto, no caso de D. Lagache, impede uma formalização adequada das investigações psicanalíticas, e reside aqui uma importante implicação epistemológica para a difícil adequação posterior desse autor face aos referenciais estruturalistas, ou, mais apropriadamente, ao modelo lingüístico. No caso de J. Lacan, investigado a seguir, ao contrário, as elaborações da “ciência da personalidade” podem ser consideradas como aberturas epistemológicas ao posterior advento do modelo lingüístico nas ciências humanas.

⁸⁶ Sin duda, si pasamos del problema metodológico del enfoque psicoanalítico al problema fenomenológico de la experiencia psicoanalítica y de la interpsicología de la pareja analítica, es preciso hacer lugar a las estructuras de la primera y la segunda personas. La tensión propia de la experiencia psicoanalítica, vista como un todo, podría entonces ser descripta y explicada como un conflicto entre la necesidad de seguridad y de amor del analizado, que se manifiesta en actitudes de primera y segunda personas y, por otra parte, la actitud en tercera persona del analista, que se concentra en su pasividad, su reserva y la aplicación estricta de la regla de abstinencia, entendida como una negativa a dejar que el análisis se transforme en satisfacción. [...] Pero el analista sabe que lo mejor que puede hacer por el analizado es permanecer objetivo; es a través de esta objetividad y esta austeridad que se expresa la “amistad del psicoanalista”, y no a través de signos exteriores de una afabilidad y una aprobación inauténticas (Ibid., p. 87).

3.3.2 “ciência da personalidade” e o ponto de vista do social

Ao admitir, J. Lacan, que há “coerência típica” entre a *gênese* e a *estrutura*, lhe é possível abordar os fenômenos da personalidade desde três *pontos de vista* – do *individual*, do *estrutural* e do *social*:

O ponto de vista do *individual* [...] é inutilizável cientificamente por definição. O ponto de vista do *estrutural* [fenomenológico], nos leva de saída à consideração das essências, ou, pelo menos, à *Aufhaltung* do método husserliano. Ele é em si mesmo estranho ao determinismo *existencial* que define toda ciência (LACAN, 1987a, p. 319-320, grifos do autor).

Percebe-se que Lacan não se satisfaz teoricamente com o ponto de vista estrutural, pois mediante esta via há impossibilidade de um estatuto científico, ou, ainda, de alcançar um determinismo de ordem científica.⁸⁷ Resta, portanto, apresentar o ponto de vista do *social*:

O ponto de vista do social, no fenômeno da personalidade, nos oferece, ao contrário, uma dupla tomada científica: nas estruturas mentais de compreensão que engendra de fato, ele oferece uma *armadura conceitual* comunicável; nas interações fenomenais que ele apresenta, ele oferece *fatos* que têm todas as propriedades do quantificável, pois são moventes, mensuráveis, extensivos. Aí estão duas condições essenciais a qualquer ciência, portanto a qualquer ciência da personalidade (LACAN, 1987a, p. 320, grifos do autor).

Em primeiro lugar, a designação de “armadura conceitual” refere-se à possibilidade de uma leitura objetiva acerca dos fenômenos psíquicos.⁸⁸ Além disso, esse termo indica que a ênfase do “ponto de vista do social” não recai sobre meros fatos empiricamente observáveis no âmbito de um ambientalismo sociológico, mas revela, sobretudo, a operacionalidade epistemológica que pode ser extraída do “ponto de vista do social”, quanto à tomada de uma perspectiva científica acerca dos fenômenos psíquicos. O comentário de J. Lacan (1987a), acerca do “ponto de vista do social”, prossegue imediatamente da seguinte forma:

⁸⁷ Este assunto indica a relevância da abordagem de M. Foucault (2002) sobre os modelos constituintes das ciências humanas: o sentido de “existencial”, em J. Lacan, também pode ficar claro quando M. Foucault diz que o modelo constituinte, embora não seja empírico, por sua “exterioridade” difere da transcendência puramente filosófica.

⁸⁸ Além disso, a “armadura conceitual” é “comunicável”: esse último termo deve-se pelo fato de a “ciência da personalidade” situar-se em um paradigma anterior ao do modelo lingüístico contemporâneo. Nesse paradigma anterior, segundo M. Foucault (2002), havia setores do mundo que eram acessíveis à “compreensão,” enquanto outros setores não o eram. Disso decorre a preocupação de Lacan (1987a) em mostrar que os seus conceitos são legíveis “humanamente”, “comunicáveis”: em última análise, passíveis de “compreensão”.

Eis por que, ao definir a personalidade, demos toda ênfase ao ponto de vista do social; nós o exprimimos, com efeito, nas três funções que reconhecemos na personalidade, sob os atributos da *compreensibilidade* do desenvolvimento, do *idealismo* da concepção de si mesmo, enfim como a própria função da *tensão social* da personalidade, onde os dois primeiros atributos do fenômeno se engendram de fato pelas leis mentais da *participação*. Mas, inversamente, pela via dessas *relações de compreensão* [sociais] é o próprio *individual* e o *estrutural* que visamos a atingir, tão longe quanto possa ser cingido o concreto absoluto (Ibid., p. 320, grifos do autor).

Note-se, na passagem acima, a pertinência de B. Ogilvie (1988) ter destacado em Lacan, desde seu percurso inicial até a posterior peculiaridade de seu estruturalismo, a preocupação com um “ponto de vista objetivo” a fim de coordenar as questões advindas do campo subjetivo, ou do sujeito.

O modo de articulação entre esses três “pontos de vista” indica aberturas epistemológicas, portanto presentes desde a “ciência da personalidade”, à prioridade do “Simbólico” acerca do “Imaginário”, tal como nos anos 50, no que se refere à perspectiva mais adequada de um ponto de vista “objetivo” para o entendimento dos fenômenos psíquicos.

Na “ciência da personalidade” o ponto de vista estrutural – fenomenológico – não satisfaz as condições “objetivas” de cientificidade. Seria necessário outra “estrutura”, então apreendida de fora do sujeito, apenas esboçada na tese de 1932, assim como o próprio estruturalismo ainda não se esboçara, pela “armadura conceitual” a ser reconhecida no “ponto de vista do social”.

Considerando-se que o pensamento empírico sempre tende a buscar uma “origem” naturalista para a irreducibilidade da função simbólica do estruturalismo, e que entende como meros sofismas o corte e emergência, também irreducíveis, presentes nessa perspectiva, é muito interessante notar a sobriedade e finura intelectual de Lacan.⁸⁹ Pois sem possuir ainda instrumentos do referencial estruturalista, e, contudo, sem por isso abandonar sua intuição da irreducibilidade, usa o termo “postulado”:

⁸⁹ P. Guiraud, em 1933, psiquiatra então de relevo no cenário francês, faz o seguinte comentário: “Grave questão, em que Lacan não se detém. [...]. Se nossas experiências modelam nosso cérebro, nosso cérebro as modela também. [...] Lacan não expõe a origem da personalidade ou pelo menos não a discute. Admite *a priori* que ela parte de um estado primitivo neutro e que ela se constitui por relações de ordem psicogênica com o mundo exterior” (GUIRAUD apud ALLOUCH, 1997, p. 525). Interessante notar, sobre esse problema, que Lagache, embora, evidentemente, não por “organicismo”, mas por utilizar perspectivas “personalistas” e “organísmicas”, aproxima-se de Guiraud: “le psychogénisme extrait de la suite des faits de conduite et de conscience des séquences ‘compréhensibles’, mais qui n’ont de portée réelle qu’intriquées au fonctionnement physique de l’organisme”. Traduzível por: “o psicogenismo extrai do *continuum* dos fatos de conduta e de consciência seqüências compreensíveis, mas que não têm alcance real senão intrincadas ao funcionamento físico do organismo” (LAGACHE, 1980b, p. 160).

Para o fundamento de tal ciência dos fatos concretos da psicologia, dispomos, acabamos de dizer, de uma armadura e de uma ordem específica de fenômenos mensuráveis. Uma condição ainda nos falta, sem a qual não poderíamos fundar ciência alguma de tal objeto, mas somente nos consagramos a uma espécie de literatura puramente simbólica desses, é a condição de um *determinismo*, que seja *específico* desses fenômenos. É aqui, e aqui apenas, que fazemos uma hipótese: se rejeitamos aquelas das doutrinas clássicas, não deixamos nunca nós mesmos, de resto, de pretender forjar uma. Essa hipótese é que existe um determinismo que é específico da ordem definida nos fenômenos pelas relações de compreensibilidade humana. Esse determinismo, nós o chamamos de *psicogênico*. Essa hipótese merece o título de *postulado*; indemonstrável com efeito e pedindo um assentimento arbitrário, ela é em todos os pontos homóloga aos postulados que fundam e legitimam qualquer ciência e definem para cada uma, ao mesmo tempo, seu objeto, seu método e sua autonomia (LACAN, 1987a, p. 321, grifos do autor).

Ao contrário da “unidade da psicologia”, que procura um estatuto científico aproximando-se do modelo biológico, a “ciência da personalidade”, com essa exigência de um “postulado” psicogênico a especificar um determinismo específico aos fenômenos sociais, aproxima-se da epistemologia estruturalista. Sobre essas questões, parece adequado retomar algumas características das ciências naturais e humanas.

No cenário epistemológico, desde o século XIX até o final da década de 40, as ciências humanas, definidas inicialmente pelo filósofo alemão W. Dilthey, apresentavam as seguintes características, destacadas por J. Birman:

Assim, baseando-se nas proposições da filologia e da história, que desde o início do século XIX começaram a sistematizar seus procedimentos de pesquisa, Dilthey pretendeu distinguir epistemologicamente as ciências da natureza (*Naturwissenschaft*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaft*). Para isso, enunciou algumas proposições epistemológicas que marcaram de maneira indelével o debate sobre a ciência no final do século XIX, onde era dominante o discurso positivista sobre a cientificidade. Foram destacadas as seguintes diferenças: 1) Enquanto as ciências da natureza procurariam estabelecer relações de *causalidade* entre os fenômenos, as ciências do espírito pretendiam apreender as relações de *significação* no campo do discurso; 2) As ciências da natureza, portanto, se caracterizariam pelo procedimento epistemológico da *explicação*, enquanto as ciências da cultura adotariam o caminho metódico da *compreensão*; 3) As ciências da natureza seriam marcadas pelos ideais teóricos do *determinismo* e do *universalismo*, enquanto as ciências da cultura considerariam as idéias de *incerteza* e de *contexto*. 4) Com isso, o *lugar epistemológico do intérprete* seria fundamental no campo das ciências do espírito, pois as suas escolhas seriam decisivas para direcionar as interpretações no contexto de polissemia dos discursos. O que não ocorreria, evidentemente, com a suposta neutralidade do naturalista observando os fenômenos, no campo das ciências da natureza (Ibid., p. 40, grifos do autor).

Sobre esse assunto há pertinência em indicar um tópico estruturalista intencionalmente não enfatizado nos capítulos anteriores, a “sutura natureza/cultura”, no dizer de F. Dosse, que é inseparável da influência da psicanálise sobre o estruturalismo. Em primeiro lugar, porque é na “universalidade” do incesto que ela se embasa, retomando a perseverança freudiana acerca

do complexo de Édipo, mesmo diante das provas antropológicas de que em muitas sociedades ele não era constatável e que relegavam a descoberta psicanalítica a um relativismo sócio-histórico. Em segundo lugar, sendo a interdição do incesto regida por regras inconscientes, são essas regras que conferem um domínio das ciências humanas em que o relativismo social é superado, e em que, tal como nas ciências naturais, a universalidade racional é alcançada. Sobre esse assunto, referente à “sutura natureza/cultura”, F. Dosse observa o seguinte:

Lévi-Strauss realiza nesse ponto um importante deslocamento, ao romper com o naturalismo que cercava a noção de proibição do incesto e ao fazer desta a pedra de toque da passagem da natureza para a cultura. O social nasce dessa organização da troca em torno da proibição do incesto, que se reveste, por conseguinte de importância capital: [C. Lévi-Strauss] “A proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consaguinidade para o fato cultural da aliança”. É a intervenção decisiva no nascimento da ordem social. Por sua situação mediana e fundadora, não pode ser unicamente referida ao nível da ordem natural, cujo caráter universal, espontâneo, ela possui, nem apenas no nível cultural caracterizado por uma norma, leis particulares, um caráter restritivo. A proibição do incesto pertence, pois, aos dois domínios, simultaneamente, colocada na sutura da natureza e da cultura. Constitui a indispensável regra arbitrária estabelecida pelo homem em substituição à ordem natural. Na proibição do incesto existem, ao mesmo tempo, regras particulares, um código normativo (a cultura) e um caráter universal (a natureza): [C. Lévi-Strauss] “A proibição do incesto situa-se, simultaneamente, no limiar da cultura, na cultura e, num sentido, é a própria cultura”. [...] Lévi-Strauss realiza com esse estudo exemplar a emancipação da antropologia das ciências da natureza, colocando-a de imediato no terreno exclusivo da cultura (DOSSE, 2007, p. 53).

A passagem de F. Dosse, acima, embora indique a presença da “sutura natureza/cultura” no estruturalismo de C. Lévi-Strauss, não permite apreender decisivamente os critérios desse antropólogo envolvidos na elevação da regra social do incesto ao caráter de universalidade, até então restrito aos objetos das ciências naturais. O comentário a seguir, de C. Lévi Strauss, após examinar diversas pesquisas referentes à precedência da natureza ou da cultura nos fenômenos humanos, em *Estruturas elementares do parentesco*, de 1949, permite observar os critérios estruturalistas que elevam o incesto, embora fato social, à universalidade:

Por conseguinte, nenhuma análise real permite apreender o ponto de passagem entre os fatos da natureza e os fatos da cultura, além do mecanismo de articulação deles. Mas a discussão precedente não nos ofereceu apenas este resultado negativo. Forneceu, com a presença ou a ausência da regra nos comportamentos não sujeitos às determinações instintivas, o critério mais válido das atitudes sociais. Em toda parte onde se manifesta uma regra podemos ter certeza de estar numa etapa da cultura. Simetricamente, é fácil reconhecer no universal o critério da natureza. Porque aquilo que é constante a todos os homens escapa necessariamente ao domínio dos costumes, das técnicas e das instituições pelas quais seus grupos se diferenciam e se opõem. [...] Estabeleçamos, pois, que tudo quanto é universal no homem depende da ordem da natureza e se caracteriza pela espontaneidade, e que tudo quanto está ligado a uma norma pertence a cultura e apresenta os atributos do relativo e do particular. Encontramo-nos assim em face de um fato, ou antes de um conjunto de fatos, que não está longe, à luz das definições precedentes, de aparecer

como um escândalo, a saber, este conjunto complexo de crenças, costumes, estipulações e instituições que designamos sumariamente pelo nome de proibição do incesto. Porque a proibição do incesto apresenta, sem o menor equívoco e indissolúvelmente reunidos, os dois caracteres nos quais reconhecemos os atributos contraditórios de duas ordens exclusivas, isto é, constituem uma regra, mas uma regra que, única dentre todas as regras sociais, possui ao mesmo tempo caráter de universalidade (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 47).

Assim, a “ciência da personalidade” procura, mediante o “postulado” da psicogenia, transpor ao domínio sociológico a mesma legitimidade científica presente nas ciências naturais. Ao empregar esse procedimento, J. Lacan permanece na perspectiva sociológica, co-extensiva à antropologia estrutural, ao contrário de D. Lagache, que ao buscar a legitimidade científica no modelo biológico acaba desviando-se dos desenvolvimentos epistemológicos que desembocam no estruturalismo.

A importância da psicanálise nessa perspectiva da “ciência da personalidade” encontra-se na concepção de três modelos de causalidade observadas por J. Lacan nos fenômenos psicopatológicos. Após observar que os fenômenos orgânicos e os fenômenos ambientais não explicam a especificidade de um transtorno mental, por exemplo, a paranóia e, ainda de “autopunição”, o autor esboça as seguintes considerações finais na tese de 1932:

Se, com efeito, nesse tipo de psicose, os *processos orgânicos*, ainda que não específicos, desempenham o papel de causa *ocasional* (determinante do desencadeamento dos sintomas) – se *conflitos vitais, não mais específicos* em si mesmos, desempenham aí o papel de causa *eficiente* (determinante da estrutura e permanência dos sintomas) – um terceiro fator patogênico deve se admitido aí como causa *específica* da reação pela psicose. [...] Esse fator específico demonstra-se: A) Como uma anomalia *específica da personalidade*, isto é, especificamente definível em fatos concretos da história afetiva do sujeito, de seus progressos intencionais, de seus comportamentos sociais; B) Como uma anomalia do *desenvolvimento típico* da personalidade, anomalia *compreensível* no que ela incide nomeadamente sobre essas funções intencionais, onde são integradas as coerções sancionadas pelo grupo social, e que podemos definir com o termo *Superego*; C) Como uma anomalia *global* das funções da personalidade, anomalia *de evolução* na medida em que traduz uma *fixação afetiva* nesse estágio infantil em que se forma o *Superego*, pela assimilação à personalidade das coerções parentais ou de seus substitutos (LACAN, 1987a, p. 356, grifos do autor).

Ao atribuir aos processos orgânicos um valor de “causa ocasional”, J. Lacan inverte as considerações de Ch. Blondel acerca das causalidades fisiológicas e as “causas psíquicas e morais”, psicanalíticas, em seu entender, observadas nesse capítulo. Pois para Ch. Blondel os fatores destacados pela psicanálise passam de causa determinante para a função de “pretexto” desencadeante de um processo orgânico específico. Ora, a inversão lacaniana, na “ciência da personalidade”, aproxima-se das seguintes considerações estruturalistas de C. Lévi-Strauss, em *Introdução à obra de Marcel Mauss*:

Ou as condutas descritas sob o nome de “transe” e de “possessão” nada têm a ver com aquelas que, em nossa própria sociedade, chamamos psicopatológicas; ou se pode considerá-las como sendo do mesmo tipo, e é então a conexão com estados patológicos que deve ser considerada como contingente e como resultante de uma condição particular à sociedade em que vivemos. Nesse último caso, estaríamos diante de uma segunda alternativa: seja que as pretensas doenças mentais, na realidade estranhas à medicina, devam ser consideradas como incidências sociológicas sobre a conduta de indivíduos cuja história e constituição pessoais dissociaram parcialmente do grupo; seja que se reconheça nesses doentes a presença de um estado verdadeiramente patológico, mas de origem fisiológica, e que apenas criaria um terreno favorável – ou, se quiserem, “sensibilizador” – a certas condutas simbólicas que continuariam a depender somente da interpretação sociológica. Não temos necessidade de abrir semelhante debate; se a alternativa foi rapidamente evocada, é apenas para mostrar que uma teoria puramente sociológica dos distúrbios mentais (ou do que consideramos como tais) poderia ser elaborada sem o temor de ver um dia os fisiologistas descobrirem um substrato bioquímico das neuroses. Mesmo nessa hipótese a teoria permaneceria válida (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 19).

Ao contrário da perspectiva de Ch. Blondel, a “ciência da personalidade” aproxima-se do estruturalismo quando esta perspectiva considera os fatores orgânicos enquanto “pretextos” ou “causas ocasionais”, das patologias mentais, a serem compreendidas pelo modelo sociológico, aqui já entendido enquanto “função simbólica”, isto é, em sua dimensão inconsciente. Sobre isso, observa F. Dosse:

O deslocamento que Lévi-Strauss logrou realizar da antropologia física para a antropologia cultural, privilegiando o modelo lingüístico, é semelhante ao objetivo perseguido por Lacan de desmedicalização, de desbiologização do discurso freudiano. A busca de invariantes estruturais nas relações de parentesco serve de exemplo a Lacan para extrair o inconsciente, como estrutura, das teorias psicologizantes, behavioristas (DOSSE, 2007, p. 163-164).

Assim, os projetos dos dois autores convergem também nesse domínio restrito de análise, ao considerarem os fatores orgânicos enquanto “causas ocasionais” dos transtornos mentais.

Quanto ao papel de “causa eficiente” na estrutura dos sintomas, atribuído aos conflitos vivenciados pelo indivíduo, é possível o entendimento de um debate tácito com E. Minkowski, psiquiatra fenomenólogo de grande repercussão no cenário psicopatológico de então. J. Lacan apresenta a perspectiva fenomenológica de E. Minkowski do seguinte modo:

Blondel, em seu livro sobre a consciência mórbida [...] concluiu que a maior parte das experiências vividas pelos doentes mentais, inclusive algumas que nos parecem muito próximas das reações psicológicas do sujeito sadio, comportam uma parte impenetrável à intuição que guia a introspecção normal. As conclusões desse estudo guiaram, desde então, muitos pesquisadores e alguns procuraram definir a estrutura das propriedades da consciência mórbida. Esse é o sentido por exemplo das

pesquisas de Minkowski sobre as intuições temporais e espaciais nas diversas formas de doenças mentais (LACAN, 1987a, p. 133).

Assim, a análise fenomenológica de E. Minkowski destaca que os “complexos ideo-afetivos” são apenas “conteúdos” secundários, pois que incluídos na alteração “formal” da consciência mórbida: “É incontestável que a psicopatologia afetiva, insistindo exclusivamente sobre o *conteúdo* do sintoma, há negligenciado a especificidade *formal* desses sintomas e a estrutura particular da vida mental que lhes condiciona, em seu conjunto”⁹⁰ (MINKOWSKI, 2005, p. 228, grifos do autor). Mas deve-se advertir que aqui os “complexos” aparecem enquanto decorrentes de acontecimentos ambientais que foram experienciados pelo sujeito e, portanto, essa abordagem desloca o entendimento psicanalítico acerca das noções de “trauma” e de “complexos”. De qualquer modo, é nesse sentido superficial que E. Minkowski entende os “conteúdos”, ou “complexos ideo-afetivos”:

[Sobre] a noção de conteúdo da psicose. Trata-se de decifrar o sentido das manifestações incoerentes diante das quais nos encontramos, fazendo-as voltar aos acontecimentos de pesada carga afetiva do passado do enfermo. Esses acontecimentos são chamados, pelas investigações dessa ordem, os *complexos*⁹¹ (MINKOWSKI, 1970, p. 93-94, grifos do autor).

E, ainda:

A noção de conteúdo da psicose não implica necessariamente a idéia de que esse conteúdo seja a causa da psicose, nem que o seja a *psicogênese* das perturbações às quais se aplica, nem, menos ainda, da afecção que as condiciona. Ter descoberto o sentido psicológico dos movimentos estereotipados de, de modo nenhum, que os complexos que ali se refletiam tenham sido a nossa doente não quer dizer causa eficiente de sua doença⁹² (Ibid., p. 95, grifos do autor).

Portanto, a perspectiva da “ciência da personalidade” opõe-se à abordagem dos processos psíquicos da psiquiatria fenomenológica, ao atribuir uma “causalidade eficiente”, recusada por E. Minkowski, aos acontecimentos traumáticos vivenciados pelo indivíduo. Mas

⁹⁰ Il est incontestable que la psychopathologie affective, en insistant exclusivement sur le *contenu* affectif des symptômes, a trop négligé la spécificité *formelle* de ces symptômes et la structure particulière de la vie mentale qui les conditionne, dans leur ensemble (MINKOWSKI, 2005, p. 228).

⁹¹ [Sobre] la noción de contenido de la psicosis. Se trata de descifrar el sentido de las manifestaciones incoherentes ante las cuales nos encontramos, haciéndolas volver a los acontecimientos de pesada carga afectiva del pasado del enfermo. Estos acontecimientos son llamados, en las investigaciones de este orden, los *complejos* (MINKOWSKI, 1970, p. 93-94, grifos do autor).

⁹² La noción del contenido de la psicosis no implica necesariamente la idea de que esse contenido seja la causa de la psicosis, ni aun que la *psicogénesis* de las perturbaciones a las que se aplica, ni menos, todavía, de la afecção que las condiciona. [...] El haber descubierto el sentido psicológico de los movimientos estereotipados de nuestra enferma, no querá de ningún modo decir que los complejos que allí se reflejaban habían sido la causa eficiente de su enfermedad (Ibid., p. 95, grifos do autor).

ainda assim, esses acontecimentos traumáticos do ambiente não poderiam justificar a “causa específica” de um determinado transtorno mental. Aqui J. Lacan mostra-se consciente do risco de um ambientalismo ingênuo.

Nesse sentido, pode-se considerar que a perspectiva psicanalítica, na “ciência da personalidade”, permite a J. Lacan fundamentar uma concepção eminentemente objetiva e ao mesmo tempo especificamente psíquica na abordagem do sujeito, implicando, de certa forma, a dimensão do inconsciente para a inteligibilidade das diferenças “incompreensíveis” entre as organizações, como então sustentara Ch. Blondel. A perspectiva psicanalítica é que possibilita J. Lacan afirmar a “causalidade específica” dos transtornos de uma personalidade.

Mas, para tanto, a perspectiva psicanalítica é assimilada mediante o postulado psicogênico de uma formação especificamente social da personalidade. Esses pontos de vista problematizam as questões sobre o individual e o social, o orgânico e o psíquico, de modo semelhante às posteriores elaborações estruturalistas. A seguir, investigando-se as diferenças entre as concepções da “unidade da psicologia” e da “ciência da personalidade” acerca do sentido dos comportamentos humanos, é possível observar como a gênese social da personalidade, somada ao postulado psicogênico, prepara a posterior assimilação da “função simbólica” por parte de J. Lacan.

3.3.3 Conduta simbólica e simbólico da conduta

As dificuldades positivistas colocadas à psicologia, e mediante as considerações de Ch. Blondel, também foram reconhecidas por D. Lagache:

Para compreender o que se entende por isso [consciência mórbida], convém remeter-se à imagem da filosofia kantiana acerca do pensamento humano, com suas formas de sensibilidade e suas categorias do entendimento. Supõe-se que as modificações dessa estrutura, que podemos considerar normal, resultam em diferenças consideráveis para o paciente em seu modo de apreensão da realidade. [...] Em tal caso, o fato psicológico não é tanto a experiência delirante, mas a estrutura mental, da qual aquela é uma de suas expressões. [...] Charles Blondel sustenta que entre a natureza da consciência normal e a da patológica existe uma diferença irreduzível. Podemos resumir o essencial de sua posição dizendo que no alienado, como conseqüência de uma desordem da cenestesia, os dados imediatos da consciência já não chegam a se expressarem mediante os conceitos e a linguagem que caracterizam a consciência do homem mentalmente são; [...]. Se levarmos esse conceito até suas últimas conseqüências, encontramos limitadas as possibilidades da psicologia: o homem social é o único cognoscível, mas pertence à sociologia; a psicologia, se existe, deve ter um objeto diferente. E esse objeto existe, fora do

objeto da biologia e do objeto da sociologia, com as quais não pode ser compartilhado: é o indivíduo; são seus pensamentos e sua conduta, os acontecimentos de sua vida e o modo como ele os vive⁹³ (LAGACHE, 1982, p. 236-237).

Mas se D. Lagache encontra um domínio de objetividade capaz de ultrapassar o “veto positivista”, retomando-se a expressão de R. Simanke, ele não se localiza no debate entre as propriedades do modelo sociológico, como no caso lacaniano, mas na adesão ao modelo biológico.

Pode-se encontrar em D. Lagache, mas em âmbito mais interno à epistemologia psicanalítica, além da influência de W. Stern, a de H. Hartmann a respeito da oposição entre compreensão e explicação.⁹⁴ De modo semelhante ao de W. Stern, H. Hartmann propõe a teleologia em modelo biológico para conservar-se, a um só tempo, a compreensão e a cientificidade na investigação:

Não deveríamos opor a compreensão [à explicação] [...] como *o* método da psicologia, limitando a causalidade ao quantificável e caracterizando-a como “a categoria específica dos conceitos em física”. Pois o princípio de causalidade não se limita às equações causais. O tipo de interpretação “teleológica”, que se utiliza também em psicanálise [...], no qual os processos mentais são compreendidos em termos de suas metas, e estas se estabelecendo conscientes, ou permanecendo inconscientes, tudo isso não contradiz a explicação causal. Ver um processo a partir de um marco teleológico pode, em geral, ser em biologia um princípio metodológico bastante estimável⁹⁵ (HARTMANN, 1927, p. 349).

⁹³ Para comprender que se entiende por esto [consciência mórbida], es conveniente remitirse a la imagen que da la filosofía kantiana del pensamiento humano con sus formas de sensibilidad y sus categorías de entendimiento. Se supone que las modificaciones de esta estructura que podemos considerar normal dan por resultado diferencias apreciables para el paciente en su manera de aprehender la realidad. [...] En tal caso, el hecho psicológico no es tanto la experiencia delirante, sino la estructura mental, de la cual aquélla es una de sus expresiones. [...] Charles Blondel sostuvo que entre la naturaleza de la conciencia normal y la patológica existe una diferencia irreductible. Podemos resumir lo esencial de su posición diciendo que en el alienado, como consecuencia de un desarreglo de la cenestesia, los datos inmediatos de la conciencia ya no llegan a expresarse mediante los conceptos e el lenguaje que caracterizan la conciencia del hombre mentalmente sano; [...]. Si llevamos este concepto hasta sus últimas consecuencias, encontramos que las posibilidades de toda psicología quedan limitadas: el hombre social es el único cognoscible, pero pertenece a la sociología; la psicología, si existe, debe tener un objeto diferente. Y ese objeto existe, fuera del objeto de la biología y del objeto de la sociología, con las que no puede ser comparado: es el individuo; sons us pensamientos y su conducta, los acontecimientos de su vida y el modo en que los vive (LAGACHE, 1982, p. 236-237).

⁹⁴ Esse trabalho de H. Hartmann consta na bibliografia dos artigos de D. Lagache, em 1941 e 1942, acerca da epistemologia presente na psicopatologia de Jaspers.

⁹⁵ No deberíamos oponer la comprensión [à explicação] [...] como *el* método de la psicología, limitando la causalidad a lo cuantificable y caracterizandola como “la categoría específica de los conceptos en física”. Pues el principio de causalidad no se limita a las ecuaciones causales. El tipo de interpretación “teleológica”, que se utiliza también en psicoanálisis [...], en el que los procesos mentales son comprendidos en términos de sus metas, y éstas pueden establecerse conscientes o permanecen inconscientes, todo esto no contradice a la explicación causal. Ver un proceso dentro de un marco teleológico puede, por lo general, ser en biología, un principio metodológico muy estimable (HARTMANN, 1927, p. 349).

Acrescente-se a isso que H. Hartmann considera que “determinar a esfera na qual as conexões compreensíveis e causais coincidem, é uma das tarefas essenciais da psicanálise”⁹⁶ (Ibid., p. 350). A influência dessa perspectiva está envolvida com as seguintes críticas de D. Lagache à psicogenia: “O ‘psicogenismo’, na conceituação de dados referentes ao desenvolvimento da personalidade ou dinâmica da conduta, representa inferências psicológicas ou ciclos de significações que subestimam o substrato corporal”⁹⁷ (LAGACHE, 1973, p. 120). Ou, ainda, passagem que implica diretamente o mecanismo de “autopunição”, analisado pela perspectiva psicogênica na tese lacaniana de 1932:

Trate-se de saúde ou de enfermidade, somente por abstração é possível falar de “psicogenia”; desde um ponto de vista metodológico, pode ser cômodo isolar certos ciclos de significados [...] mas estas seqüências psicológicas, abstraídas da observação de sujeitos concretos, não têm nenhum alcance real sem participação somática [...] o autocastigo diminui uma tensão dolorosa do organismo, que pode ter o sentido da culpa, mas que ao mesmo tempo é um estado físico-químico⁹⁸ (LAGACHE, 1982v, p. 118).

Além dessa diferença entre uma perspectiva personalista e organísmica e a perspectiva psicogênica, a “unidade da psicologia” difere também da “ciência da personalidade” no domínio social. Interessa a D. Lagache preservar a epistemologia de um modelo biológico nesse domínio, e não a possibilidade de apreender dali – e objetivamente – a dimensão individual: “A interdependência entre o organismo e a situação, junto com a unidade psicossomática do organismo, são os postulados que constituem o ponto de vista organísmico”⁹⁹ (Ibid., p. 120). É essa interdependência, em vocabulário biológico, “equilíbrio”, que D. Lagache procura na “teoria de campo” da psicossociologia de K. Lewin:

A teoria de campo foi desenvolvida principalmente por Kurt Lewin e seus colaboradores; chama-se assim por analogia com as teorias da eletricidade e do

⁹⁶ determinar la esfera dentro de la cual las conexiones comprensivas y causales coinciden, es una de las tareas esenciales del psicoanálisis (HARTMANN, 1927, p. 350).

⁹⁷ El “psicogenismo”, en la conceptualización de datos referentes al desarrollo de la personalidad o la dinámica de la conducta, representa inferencias psicológicas o ciclos de significaciones que desestiman el sustrato corporal (LAGACHE, 1973, p. 120).

⁹⁸ Trátese de salud o de enfermedad, solo por abstracción es posible hablar de “psicogenia”; desde el punto de vista metodológico, puede ser cómodo aislar ciertos ciclos de significados [...] pero estas secuencias psicológicas, abstraídas de la observación de sujetos concretos, no tienen ningún alcance real sin participación somática [...] el autocastigo disminuye una tensión dolorosa del organismo, que puede tener el sentido de la culpa, pero que al mismo tiempo es un estado fisicoquímico (LAGACHE, 1982v, p. 118).

⁹⁹ La interdependência del organismo y la situación, junto con la unidad psicossomatica del organismo, son los postulados que constituyen el punto de vista “organísmico” (Ibid., p. 120).

magnetismo. Enfatiza a idéia de que a conduta depende não do organismo somente ou apenas do meio, mas da interação entre ambos¹⁰⁰ (Ibid., p. 121).

Portanto, é no escopo dessa “circularidade” , para retomar os termos de C. Lévi-Strauss, entre o individual e o social que a “conduta” é abordada na “unidade da psicologia”, mesmo em seu ponto de vista mais social.

Ao se observar a aplicação da perspectiva condutista, no período da “unidade da psicologia”, à experiência psicanalítica, é possível constatar como ela se porta a respeito da compreensão do sentido dos atos humanos:

O conceito de conduta é mais apropriado para designar o material psicanalítico. [...] Em geral, no âmbito da modalidade clássica da psicanálise de adultos, considera-se que o material está formado principalmente pela “verbalização”, isto é, a expressão verbal da associação de idéias livres; [...]. O curso da associação de idéias se interrompe pelas resistências, manifestadas, em geral, através do silêncio. A conduta mímica e gestual, cuidadosamente observada e interpretada, pode então suprir a verbalização ausente. Muito mais satisfatório é considerar que o material está constituído por condutas, ou mais exatamente, por segmentos de conduta. Solicitar a ajuda de um psicanalista já é uma maneira de reagir a uma situação-problema. A “associação livre de idéias” não é um material, mas uma consigna; o objeto da observação psicanalítica é o comportamento do analisado frente a essa “regra fundamental”. Os movimentos do pensamento são apreciados com mais veracidade se descritos não como “processos psíquicos”, mas como condutas mímicas de aproximação, dúvida, retração, detenção ou ensaio e erro, comparáveis com as do rato em um labirinto. Relatar ou não certos acontecimentos ao analista também é uma conduta [...]. Um sonho é uma conduta, um intento de resolução de um conflito. A transferência psicanalítica é uma conduta. Que todo o material psicanalítico seja composto por segmentos de conduta é uma realidade que não se manifestou antes devido aos hábitos de linguagem, ligados com as origens históricas da psicanálise, isto é, mais precisamente, devido ao hábito de falar em função de experiência (vívida) e de processos psíquicos. [...] Na verdade, o psicanalista ocupa seu tempo a observar e interpretar condutas¹⁰¹ (LAGACHE, 1982q, p. 79).

¹⁰⁰ La teoría de campo fue desarrollada principalmente por Kurt Lewin y sus colaboradores; se la llama así por analogía con las teorías de la electricidad y el magnetismo. Pone énfasis en la idea de que la conducta depende no del organismo solo o del medio solo, sino de la interacción de ambos (Ibid., p. 121).

¹⁰¹ El concepto de conducta es el más apropiado para designar el material psicoanalítico. [...] Por lo general, en lo que atañe a la modalidad clásica del psicoanálisis de adultos, se considera que el material está formado principalmente por la “verbalización”, es decir la expresión verbal de las asociaciones de ideas libres; [...]. El curso de la asociación de ideas se interrumpe por las resistencias, manifestadas a menudo a través de silencios. La conducta mímica y gestual, cuidadosamente observada e interpretada, puede entonces suplir la verbalización ausente. Mucho más satisfactorio es considerar que el material está constituído por conductas, o más exactamente por segmentos de conducta. Solicitar la ayuda de un psicoanalista ya es una manera de reaccionar a una situación-problema. La “libre asociación de ideas” no es un material, sino una consigna; el objeto de la observación psicoanalítica es el comportamiento del analizado frente a esta “regra fundamental”. Los movimientos del pensamiento son apreciados con más veracidad si se los describe no como “procesos psíquicos” sino como conductas mímicas de acercamiento, duda, retracción, detenimiento o ensayo y error, comparables con las de una rata en un labirinto. Relatar o no ciertos acontecimientos al analista también es una conducta [...]. Un sueño es una conducta, un intento de resolución de un conflicto. La transferencia psicoanalítica es una conducta. Que todo el material psicoanalítico está hecho de segmentos de conducta es una realidad que no se manifestó antes debido a hábitos de lenguaje ligados con los orígenes históricos del psicoanálisis, es decir, para precisar,

Desconsiderando-se o vocabulário estranho à dimensão psicanalítica utilizado pelo condutismo, percebe-se, aspecto mais relevante, que a “função” das condutas define-se pelo modelo biológico de uma regulação homeostática, ou “equilíbrio” do organismo. Nesse ponto cabe retomar as definições de D. Lagache acerca da conduta:

O conceito de conduta, [...] pode ser definido como se segue: a conduta (ou o comportamento) é o conjunto de operações, materiais ou simbólicas, mediante as quais um organismo em situação tende a realizar suas possibilidades e a reduzir as tensões que ameaçam sua unidade e o mobilizam¹⁰² (LAGACHE, 1982v, p. 117).

Mas a principal diferença com a perspectiva da “ciência da personalidade”, é que esta, como será absorvido adiante, esboça uma compreensão “Simbólica” da conduta, enquanto a “unidade da psicologia” tenta reduzir essa mesma “função simbólica” a uma conduta simbólica:

Além das ações interofectivas e exterolectivas, convém distinguir as ações simbólicas, que preparam a ação real ou [...] a deslocam, permitindo que o organismo prescindia dela (devaneios, sonhos). O conceito de ação simbólica oferece uma solução ao problema do papel da consciência e de seu significado em psicologia da conduta; a experiência mental e a experiência lógica são variedades de conduta¹⁰³ (Ibid., p. 117-118).

Disso decorre ser lícito considerar que enquanto a “unidade da psicologia” aborda o “Simbólico” como conduta simbólica, a “ciência da personalidade” aborda a “conduta” pelo “Simbólico”. Antes de examinar essa perspectiva da “ciência da personalidade”, há pertinência em aproximar, embora não se trate de uma influência indicada na própria “unidade da psicologia”, a antropologia funcionalista de B. Malinowski a esse projeto inicial de D. Lagache. Essa aproximação serve aos objetivos desta pesquisa em avaliar as aberturas epistemológicas da “ciência da personalidade” ao estruturalismo, já que na “unidade da psicologia” o modelo sociológico não possui relevância epistemológica.

debido al habito de hablar en función de experiencia (vívida) y de procesos psíquicos. [...] En verdad, el psicoanalista ocupa su tiempo en observar e interpretar conductas (LAGACHE, 1982q, p. 79).

¹⁰² El concepto de conducta, [...] puede ser definido como sigue: la conducta (o el comportamiento) es el conjucto de operaciones, materiales o simbolicas, mediante las que un organismo en situación tiende a realizar sus posibilidades y a reducir las tensiones que amenazan su unidade y lo motivan (LAGACHE, 1982v, p. 117).

¹⁰³ Además de las acciones interofectivas y exterolectivas, convienedistinguir las acciones simbólicas, que preparan la acción real o [...] la reemplazan, permitiendo que el organismo prescindia delas (ensoñaciones, suemos). El concepto de accion simbólica ofrece una solución al problema del papel de la conciencia y de su significado en una psicologia de la conducta; la experiencia mental y la experiencia lógica son variedades de conducta simbólica (Ibid., p. 117-118).

Em primeiro lugar, a antropologia de B. Malinowski enfatiza a totalidade do organismo, e é nesse ponto de proximidade com a biologia que pretende caucionar sua cientificidade:

A irrefutabilidade da abordagem funcional consiste no fato de que ela não pretende prever exatamente como um problema colocado para uma cultura será resolvido. Ela declara, todavia, que o problema, uma vez que é derivado de necessidade (*necessity*) biológica, de condições ambientes e da natureza da resposta cultural, é igualmente universal e categórico (MALINOWSKI, 1975, p. 110).

Além disso, essa antropologia destaca o condutismo como pertinente perspectiva de objetividade: “A aprovação da psicanálise não desmerece de maneira alguma a grande importância que o behaviorismo promete adquirir como Psicologia básica para o estudo dos processos sociais e culturais” (Ibid., p. 31). Por último ela parece tomar a dimensão “Simbólica” enquanto conduta simbólica: “A abordagem funcional permite-nos determinar o contexto pragmático de um símbolo e provar que na realidade cultural um ato verbal ou simbólico se torna rela somente por meio do efeito que produz” (Ibid., p. 31).

Portanto, em um primeiro momento é pertinente conceber a diferença que C. Lévi-Strauss indica entre B. Malinowski e M. Mauss:

Malinowski, para quem a noção de *função*, concebida por Mauss a exemplo da álgebra, isto é, implicando que os valores sociais são conhecíveis *em função* uns dos outros, transforma-se no sentido de um empirismo ingênuo, para não mais designar senão o serviço prático prestado à sociedade por seus costumes e suas instituições. Lá onde Mauss considerava uma *relação constante* entre fenômenos, na qual se acha sua explicação, Malinowski pergunta-se apenas *a quê eles servem*, a fim de buscar-lhes uma justificação (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 32, grifos do autor).

Essas considerações permitem contextualizar adequadamente a introdução da perspectiva da “ciência da personalidade”. Diante do já referido “veto positivista”, J. Lacan argumenta:

[Os argumentos contrários à psicologia] são reforçados ainda pela reação comtista que exclui a psicologia da ciência [...]. O principal destes preconceitos é que a reação psicológica não oferece ao estudo interesse em si mesma, porque ela é um fenômeno complexo. Ora, isto é verdadeiro apenas em relação aos mecanismos físico-químicos e vitais que esta reação põe em jogo, mas falso no plano que lhe é próprio. Ele é, com efeito, um plano, que tentamos definir e no qual a *reação psicológica* tem o valor de toda reação vital: ela é *simples* por sua direção e por sua significação (LACAN, 1987a, p. 268, grifos do autor).

Na “ciência da personalidade”, após criticar o paralelismo psico-físico, J. Lacan, em nota argumenta o seguinte:

Nós não duvidamos que, apoiados na leitura dessas linhas, alguns nos imputem alguma intenção “espiritualista”. É que eles desconhecem que liberdade asseguram à nossa tese as posições modernas do materialismo, particularmente as do *materialismo histórico* e do *behaviorismo*, através das quais se tornou inútil e prescrito todo o aparelho do materialismo mecanicista do século XVIII (Ibid., p. 315).

Portanto, no comentário anterior, em que debate sobre as dificuldades impostas pelo positivismo à psicologia, J. Lacan utiliza a propriedade “concreta” do condutismo destacada já por G. Politzer. Mas há uma diferença fundamental entre esse posicionamento lacaniano e o lagacheano, na “unidade da psicologia”, acerca da “reação vital”. Em primeiro lugar, porque na “ciência da personalidade” essa reação já se faz em um “mundo-próprio”, constituinte do indivíduo, eminentemente social. Além disso, o “ponto de vista do social”, indicado nesse capítulo, coordena a inteligibilidade dessas reações:

Observamos a conduta de um organismo vivo: e este organismo é o do ser humano. Enquanto organismo, apresenta reações vitais *totais*, que, sejam quais forem seus mecanismos íntimos, têm um caráter *orientado* para a harmonia do conjunto; enquanto ser humano, uma proporção considerável dessas reações ganha seu *sentido* em função do meio social que desempenha no desenvolvimento do animal-homem um papel primordial. Essas funções sociais vitais sociais, que caracterizam, aos olhos da comunidade humana, diretas *relações de compreensão*, e que na representação do sujeito estão polarizadas entre o ideal subjetivo do eu e o juízo social de outrem, são aquelas mesmas que definimos como *funções da personalidade* (Ibid., p. 247, grifos do autor).

O filósofo B. Ogilvie destaca essa passagem e chega a afirmar o seguinte: “Se Lacan houvesse lido Saussure, poderia dizer aqui que não é exatamente o *sentido* dos fenômenos psíquicos que o psicólogo da personalidade analisa, mas sim o *valor* destes” (OGILVIE, 1988, p. 27 grifos do autor). Nesse ponto, portanto, a “ciência da personalidade” distancia-se da “unidade da psicologia” e mesmo da antropologia de B. Malinowski, concebendo as relações sociais de modo próximo ao de M. Mauss.

Além disso, ao contrário da “unidade da psicologia”, o determinismo dessas relações sociais não busca o apoio de uma perspectiva biológica, bastando o entendimento de suas relações nelas mesmas, como se observa na seguinte passagem sobre o ciclo de comportamento observado no “caso *Aimée*”: Essa saciedade em que se reconhece o fim do desejo, nós a vimos condicionada por uma experiência certamente complexa, mas essencialmente *social* em sua origem, seu exercício e seu sentido (LACAN, 1987a, p. 318, grifos do autor).

Acrescente-se que o “ponto de vista do social”, como indicado anteriormente, apesar de não se valer da necessidade própria das ciências naturais, permite uma objetividade que ultrapassa a compreensão das expressões de *outrem*:

Compreender, entendemos por isso dar seu sentido humano às condutas que observamos nos doentes, aos fenômenos mentais que eles nos apresentam. Certamente, eis aí um método de análise que é nele mesmo demasiado tentador para não apresentar graves perigos de ilusões. Mas, saibamos bem que, se o método se utiliza de *relações significativas*, utilização que funda o assentimento da comunidade humana, a aplicação delas à determinação de um fato dado pode ser regida por *critérios* puramente *objetivos*, de modo a resguardá-los de qualquer contaminação pelas ilusões, elas próprias localizadas, da *projeção afetiva* (Ibid., p. 315-316, grifos do autor).

Por último, a perspectiva psicanalítica também está envolvida nessa apreensão objetiva das condutas de sua paciente: “O próprio conceito do *inconsciente* responde a essa determinação puramente *objetiva* do fenômeno” (Ibid, p. 317, grifos do autor).

Assim, a perspectiva da “ciência da personalidade”, embora não dispusesse do modelo lingüístico, procura, mediante o modelo sociológico, um ponto de vista objetivo, sobre os fenômenos subjetivos, que fosse “exterior” à consciência mas passível de compreensão. Esses elementos epistemológicos se aproximam das características do modelo lingüístico adotado pelo referencial estruturalista:

O inconsciente freudiano exige, portanto, um suporte metodológico que o situe, no plano conceitual, em relação a dois estatutos: ele deve ser *material* (a psicanálise é um saber materialista) e, ao mesmo tempo, *simbólico* (a psicanálise não é uma biopsicologia). Ora, o campo de referência que oferece a um só tempo essas duas condições é o da linguagem, sobretudo a partir de sua tomada como recorte de uma ciência moderna, a linguística – por Ferdinand de Saussure. Por isso Lacan recorre à categoria de *significante* – imagem material acústica, para Saussure, à qual se associa um conceito (idéia) como *significado*, na constituição do signo lingüístico. Mas Lacan subverte essa associação significante/significado, conferindo primazia ao primeiro (o significante) na produção do segundo: o significante prevalece sobre o significado, que lhe é secundário, e se produz somente a partir da articulação entre os significantes. Fazendo isso com o signo de Saussure, Lacan encontra o suporte metodológico necessário para uma teoria do inconsciente: dos dois elementos constitutivos do signo de Saussure, só o significante é *material* (imagem sonora, unidade material da fala humana) e *simbólico* (sua articulação em cadeia produz uma ordem capaz de engendrar o significado, que não se encontra constituído desde o começo, antes da articulação significante) (ELIA, 2004, p. 37-38, grifos do autor).

A “ciência da personalidade” apresenta aberturas epistemológicas à antropologia de M. Mauss, considerada como principal influência do modelo sociológico na formação do estruturalismo. A perspectiva de conceber o comportamento individual como “tradução” do social, difere radicalmente da “unidade da psicologia”. A seguir, esse elemento

epistemológico é abordado quando se apresentam as características da “personalogia”, período posterior à “unidade da psicologia” no percurso intelectual de D. Lagache.

3.3.4 *Personnologie e “ciência da personalidade”*

Em primeiro lugar, D. Lagache não abandona, no período “personalógico”, a perspectiva personalista. O autor inicia o artigo *Psicanálise e estrutura da personalidade* da seguinte forma: “A antropologia é hoje estruturalista. Um dos seus principais traços é a promoção da categoria de conjunto, de *unitas multiplex*”. Nessa passagem, trata-se ainda de uma diretriz, já indicada, de W. Stern: “A pessoa é totalidade, i. e., não é simplicidade, mas sim ‘*unitas multiplex*’” (STERN, 1981, p. 132). Também o ponto de vista “organísmico” não há sido abandonado, embora, nesse momento, seja aproximado da dimensão concreta dos fatos humanos, ao invés de procurar-se caucionar essa mesma dimensão no âmbito de um estudo geral da adaptação dos seres vivos, como ilustra a seguinte passagem, de outro trabalho da década de 50, em que o termo “organismo”, outras vezes presente nessa citação recorrente de K. Goldstein em D. Lagache, aparece aqui substituído pelo termo “ser humano”:

A personalogia na concepção de Brierley, é alguma coisa, com efeito, como a aproximação clínica da conduta concreta e da experiência vivida da pessoa às voltas com seu meio e consigo mesma, e também com o psicanalista; é, eu diria, retomando uma expressão de K. Goldstein, a explicação do ser humano com o mundo. Isto é a psicanálise concreta¹⁰⁴ (LAGACHE, 1982x, p. 94).

Contudo, embora permaneçam os pontos de vista personalista e organísmico, uma importante mudança ocorrida no percurso de D. Lagache, a partir dos meados da década de 50, e incentivado pela perspectiva “personalógica”, encontra-se na substituição da noção de adaptação, que o aproximava mais diretamente da psicologia do ego, pela perspectiva das relações de objeto precoces na formação da personalidade.¹⁰⁵ A passagem seguinte, em *Psicanálise e estrutura da personalidade*, de 1961, expressa essa mudança, não sem deixar

¹⁰⁴ La personnologie dans la conception de Brierley, est quelque chose, en effet, comme l’approche clinique de la conduite concrète et de l’expérience vécue de la personne aux prises avec son entourage habituel avec elle-même, aux prises avec le psychanalyste; c’est, dirai-je, en reprenant une expression de Kurt Goldstein, l’explication de l’être humain avec le monde. C’est la psychanalyse concrète (LAGACHE, 1982x, p. 94).

¹⁰⁵ “A personalogia analítica atribui importância decisiva aos cinco primeiros anos de vida, mesmo aos dois ou três primeiros” (LAGACHE, 1982bb, p. 38).

criticar justamente as propostas de renovação da psicanálise pretendidas pela psicologia do ego:

Aos critérios econômicos, dinâmicos [...] foi proposto posteriormente acrescentar outros, como o critério genético, que concerne ao organismo e ao estilo de organização das formações parciais, e o critério de adaptação, que seria, sem dúvida, melhor conceber como o critério de relação de objeto¹⁰⁶ (LAGACHE, 1982bb, p. 192).

As relações de objeto são entendidas por D. Lagache como a dimensão intersubjetiva da psicanálise, que precede e determina a constituição do “eu”, aproximando mais decisivamente sua perspectiva, dentre as duas correntes de interpretação acerca das análises freudianas sobre o “Ego”, da perspectiva kleiniana e lacaniana, que o entendia como organizado na identificação com outrem, e distanciando-a da perspectiva da “psicologia do ego”:

Este termo [relações de objeto] não designa senão os diversos modos de relação de um sujeito com os objetos. Os objetos não são somente as coisas, mas as pessoas. As relações de objeto compreendem, assim, toda a gama das relações com outrem. As identificações com outrem desempenham um papel capital na estruturação do aparelho psíquico (Ibid., p. 20).

E, ainda, sobre esse mesmo assunto:

A natureza da consciência do ego é um problema fundamental para a “personalogia”. Trata-se, no seio da experiência total, da individuação de uma realidade objetiva, sustentada por estruturas materiais? Ou se trata, pelo contrário, da integração dinâmica de identificações múltiplas, cambiantes e lábeis? Muitos fatos nos inclinam em favor da segunda hipótese. A unificação do ego ocorre após identificações múltiplas. Essa unificação é lábil, como testemunham não só a patologia da consciência, mas as alterações cotidianas do ego que se devem à diversidade das relações interpessoais. Por fim, a “personalogia” psicanalítica há demonstrado o papel que jogava, na síntese e estabilidade do ego, a identificação com outro ser humano¹⁰⁷ (LAGACHE, 1980b, p. 206).

¹⁰⁶ Aux critères économiques et dynamiques [...] on a depuis proposé d’ajouter d’autres critères, tels le critère génétique, qui concerne à la fois l’origine et le style d’organisation des formations partielles, et le critère d’adaptation, qu’il vaudrait sans doute mieux concevoir comme le critère de la relation à l’objet (LAGACHE, 1982bb, p. 192).

¹⁰⁷ La nature de la conscience de l’ego est une question fondamentale pour la psychologie. S’agit-il, au sein de l’expérience totale, de l’individuation d’une réalité objective, supportée par des structures matérielles? S’agit-il, au contraire, de l’intégration dynamique d’identifications multiples, changeantes et labiles? Bien des faits inclinent en faveur de la seconde hypothèse. L’unification de l’ego succède à des identifications multiples. Elle est labile, comme en témoignent non seulement la pathologie de la conscience de soi, mais les variations quotidiennes de l’ego à la faveur de la diversité des relations interpersonnelles. Enfin, la psychologie psychanalytique a montré le rôle que jouait, dans la synthèse et la stabilité de l’ego, l’identification à un autre être humain (LAGACHE, 1980b, p. 206).

Além desse distanciamento da perspectiva psicanalítica da adaptação, D. Lagache nesse período também se afasta do ponto de vista da objetividade “empírica” do condutismo:

Ora, a história das idéias psicanalíticas mostra-nos que, após o seu nascimento, o pensamento psicanalítico passou, pelo menos, por três períodos: na época heróica, entre 1900 e 1920, preocupa-se com os fantasmas inconscientes, os desejos sexuais reprimidos e as terríveis punições que lhes são imputadas; nos fins da década de 1920, as preocupações teóricas e técnicas deslocam-se para as operações por cujo intermédio o homem tenta defender-se dos fantasmas inconscientes que o perturbam, os “mecanismos de defesa do Ego”; finalmente, no decurso dos anos 30, manifestou-se um novo interesse pelas “relações de objeto”, isto é, as relações interpessoais, acentuando-se desse modo a tendência para aproximar a experiência da cura e sua conceptualização teórica (LAGACHE apud MOSCOVICI, 1978, p. 9).

Portanto, nesse contexto “personalógico”, a cientificidade “condutista”, antes considerada apropriada para a objetividade psicanalítica, cede terreno a uma objetividade mais adequada à dimensão da intersubjetividade constatada na clínica: “Pode-se perguntar se a tarefa teórica atualmente seja não a de aperfeiçoar a metapsicologia, como pensa Brierley, mas elaborar uma teoria mais próxima do ponto de vista da psicanálise concreta e, por conseguinte, mais fidedigna e eficaz”¹⁰⁸ (LAGACHE, 1982x, p. 100).

Noutros termos, D. Lagache repreende em M. Brierley a autora situar a tensão entre a subjetividade e a objetividade como propriedade apenas do setor teórico da psicanálise, entre a “personalogia” e a “metapsicologia”, quando, na verdade, ela seria inerente à existência humana:

Assim, a noção de uma tensão, e não mais somente de uma tensão ideológica, mas de uma tensão existencial entre a intersubjetividade e a objetivação, é um ponto de vista de unidade que convida a nos guiar em nosso conhecimento e sondagem da psicanálise como experiência e como teoria¹⁰⁹ (Ibid., p. 101).

A teoria, segundo D. Lagache, deve refletir fidedignamente essa tensão entre o subjetivo e o objetivo reconhecível nos próprios fenômenos psíquicos.

Ao abandonar decisivamente a perspectiva da “objetividade” condutista, D. Lagache, nesse período em que, como indicado no primeiro capítulo, ele confessa que a psicanálise lhe absorvera por completo, retoma o caráter inextricável entre a teoria e a clínica no campo

¹⁰⁸ Il est permis de se demander si la tâche théorique aujourd’hui est non pas de perfectionner la métapsychologie, comme lè veut Brierley, mis bien d’élaborer une théorie plus proche du point de vue de la psychanalyse concrète et, par conséquent, à la fois plus fidèle et plus efficace (LAGACHE, 1982x, p. 100).

¹⁰⁹ Ainsi, la notion d’une tension, et non plus seulement d’une tension idéologique, mais d’une tension existentielle entre l’intersubjectivité et l’objectivation, est une vue d’ensemble qui est appelée à nous guider dans nos connaissances et dans notre approfondissement de la psychanalyse comme expérience et comme théorie (Ibid., p. 101).

psicanalítico. R. Simanke observa que essa dimensão do campo psicanalítico, destacada desde sempre por S. Freud, foi retomada rigorosamente por J. Lacan:

Freud foi levado quase a afirmar que a *situação analítica é o verdadeiro laboratório da psicanálise*, ou seja, que o lugar da produção e da aplicação do conhecimento psicanalítico coincidem. Já Lacan, que vai dar uma extensão inaudita ao conceito de clínica, leva a solidariedade entre técnica e teoria ao ponto da identidade (SIMANKE, 2002, p. 30-31, grifos do autor).

Ainda nesse capítulo observou-se que D. Lagache, na “unidade da psicologia”, apesar de descrever corretamente a situação analítica, não articula, ao contrário do que passaria a fazer posteriormente, a identidade da clínica com a teoria, e acabava apreendendo a “objetividade”, ou a racionalização dos fenômenos subjetivos pelo saber oriundo, parafraçando a passagem acima de R. Simanke, do “laboratório condutista”.

Ultrapassa o escopo desta pesquisa a investigação desse período de D. Lagache, que retoma alguns pontos iniciais, deixados de lado pela perspectiva do condutismo, presente na “unidade da psicologia”, e desenvolve um sofisticado debate com as formulações também mais propriamente psicanalíticas de J. Lacan.

Contudo, permanecendo no escopo desta pesquisa, parece lícito afirmar que D. Lagache, nesse período “personalógico”, substitui uma possível, mas reticente, leitura condutista da psicologia “concreta” pela adoção dos “esquemas dramáticos” – “complexos” e “imagos” – destacados mais enfaticamente por G. Politzer.

Isso aproximaria diretamente a “personalogia” da “ciência da personalidade”? Apesar das semelhanças entre as duas perspectivas, parece haver uma diferença essencial no entendimento da intersubjetividade. Se a “ciência da personalidade” apresenta já os fundamentos de uma “concepção outrificada” do sujeito, anterior as suas dialéticas imaginárias, o mesmo não parece ocorrer na “personalogia”. E por isso D. Lagache, em período “personalógico”, afirma o seguinte: “O que é interiorizado não é a imagem de um *socius*, é a experiência de uma relação interpessoal¹¹⁰” (LAGACHE, 1980b, p. 205, grifos do autor). A “interiorização”, segundo os dicionários de psicanálise, especifica uma “relação intersubjetiva”: “De um ponto de vista puramente conceitual, podemos dizer que a identificação se faz com *objetos* – pessoa (‘assimilação do ego a um ego estranho’), ou característica de uma pessoa, objetos parciais –, enquanto a interiorização é a de uma *relação intersubjetiva*” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 229). È sobre esse ponto, por outro

¹¹⁰ Ce qui est intériorisé, ce n’est pas l’image d’un socius, c’est l’expérience d’une relation interpersonnelle (LAGACHE, 1980b, p. 205).

lado, que se encontra a crítica lacaniana, em seu relatório sobre a “personalogia” de D. Lagache:

Deter-nos-emos no mesmo ponto que Daniel Lagache, para ali fazer o balanço de nossa divergência. Ela se acha na própria função que ele confere à intersubjetividade. Pois esta se define, para ele, numa relação com o outro do semelhante, relação simétrica em princípio [...]. Para nós, o sujeito tem que surgir do dado dos significantes que o abarcam num Outro que é o lugar transcendental destes (LACAN, 19981, p. 662).

A “ciência da personalidade”, portanto, difere da “personalogia” em um ponto fundamental da epistemologia estruturalista. A “ciência da personalidade” aproxima-se de uma perspectiva de que o individual é uma “tradução” do social, enquanto a “personalogia” permanece na “circularidade” entre o individual e o social.

4 CONCLUSÃO

Apesar das diferenças entre o período da “ciência da personalidade” e o estruturalista, esse primeiro projeto apresenta aberturas epistemológicas para importantes posicionamentos posteriormente adotados no percurso lacaniano.

No entendimento desta pesquisa, o aspecto de maior desenvoltura teórica na “ciência da personalidade” é ter antecipado, de certo modo, esta importante condição para a aplicação do modelo lingüístico: a de que é numa falta de determinação natural que o conjunto de regras sociais vem preencher – e desde então irredutivelmente – e determinar o comportamento antropológico. Como foi observado, a conjunção dessas regras sociais com o modelo lingüístico está fortemente envolvida com o conceito de “Simbólico” do estruturalismo.

É possível dizer que a pesquisa demonstra algumas interpretações equivocadas quando se generaliza os primeiros trabalhos de Lacan: primazia do imaginário, quando se vê uma abertura epistemológica para o Simbólico; psicogenética, quando, embora sem negar-se que há esse aspecto genético, vê-se que a noção de psicogenia permite o corte com a biologia e conseqüente inserção de uma camada objetiva social para inteligibilidade do psíquico.

Além disso, parece digno de nota que as críticas às ciências humanas também descuidam de aspectos epistemológicos importantes. Por mais que pareça ultrapassada a terminologia “ciência da personalidade”, havia em J. Lacan uma sobriedade incomum ao designar esse título para o seu sistema teórico. Trata-se de como o autor percebe a importância daquilo que M. Foucault trinta anos depois indicaria como modelo constituinte. A presença desse modelo é fundamental para que a abordagem sobre o psíquico se diferencie da abordagem filosófica. Quando se pensa que as análises fenomenológicas do universo mórbido estavam a todo vapor na psicopatologia, é surpreendente notar esse aparente traço anacrônico de J. Lacan. E, principalmente, uma leitura contemporânea pautada na morte das ciências humanas sobre o início da obra de J. Lacan não perceberia que por trás do termo “ciência” é que esse autor mais pode contribuir para que um modelo de leis exterior à consciência, mas não biológico, pudesse ter lugar em um campo disputado pela fenomenologia e pela fisiologia. Noutros termos, esse tipo de leitura não constataria que ao utilizar o termo “ciência” da personalidade J. Lacan estava em um caminho de defesa do estatuto do inconsciente da psicanálise.

A presente pesquisa mostrou também a curiosa circunstância de que foi a partir de um envolvimento com os problemas apresentados por um paradigma anterior ao modelo

lingüístico que Lacan (1987a) adquiriu a via correta para a posterior implantação do “Simbólico”. As restrições ao inconsciente, decorrentes da presença da psicopatologia fenomenológica de K. Jaspers, exigiram que J. Lacan não se acomodasse com o simples fato de que o inconsciente fosse concebível pelos psicanalistas, pouco lhes importando sua natureza ou estatuto. Diante dos problemas colocados pela fenomenologia, J. Lacan teve que pensar a natureza social do inconsciente enquanto anterior e constituinte do sujeito. São essas propriedades do social que permitiram a C. Lévi-Strauss, a partir da antropologia de M. Mauss, aplicar o modelo lingüístico e, conseqüentemente, elaborar a noção de “função simbólica”.

A pesquisa também demonstrou que um entendimento de que J. Lacan divergiu radicalmente de D. Lagache apenas com a sua posterior adesão ao estruturalismo está equivocada. A articulação entre a psicogenia e a gênese social, presente na “ciência da personalidade”, primeira sistematização teórica de J. Lacan, diverge radicalmente dos fundamentos teóricos de D. Lagache na “unidade da psicologia”.

Além disso, essa divergência entre os autores, como foi possível constatar com a confrontação da “ciência da personalidade” com os modelos epistemológicos apresentados por M. Foucault, reside em pontos teóricos relacionados com o estruturalismo. É perceptível que desde a época da “ciência da personalidade” J. Lacan não adotara as perspectivas teóricas que mais tarde seriam superadas abruptamente pelo estruturalismo. Particularmente, deve-se ressaltar a opção pela psicogenia e a determinação social, e não pelo modelo de totalidade biossocial, personalista e organísmico, que parecia promissor e inovador. Parece importante, portanto, destacar que a “ciência da personalidade” não se baseava em princípios personalistas presentes em D. Lagache.

Pois a isso é possível acrescentar que o social em J. Lacan não se definia apenas pelas relações interpessoais que estão envolvidas na concepção unitária do organismo humano. Já pelo seu aspecto de modelo constituinte, de armadura conceitual a determinar a estrutura da fenomenologia da consciência, vê-se que não se trata de um ambiente social, mas de determinação objetiva acerca das significações vividas.

Embora não seja possível uma aproximação exata, não há dificuldade em perceber nessa formulação um esboço da determinação do imaginário pelo significante. Trata-se de um aspecto antes sincrônico do que diacrônico, e que pode passar despercebido por alguma leitura que generalize os trabalhos iniciais de J. Lacan como psicogenéticos. Por outro lado, a abordagem situacional ou condutista de D. Lagache, sem envolver essa constituição

irredutivelmente social do sujeito, apenas pode apreender a repercussão do contexto (ambiente) social no modo pelo qual o sujeito se comporta.

Pode-se perceber nesses aspectos a diferença de postura dos dois autores diante da dimensão “Simbólica” do inconsciente. J. Lacan, ao considerar que o “ponto de vista do social” permite tornar inteligíveis as estruturas da consciência patológica, está em um plano sincrônico, de deciframento. D. Lagache, por sua vez, na “unidade da psicologia”, apreende a contextualização pragmática dos símbolos, e entende a “função simbólica” enquanto uma conduta a mitigar a tensão do campo psicológico.

Portanto, essa postura de J. Lacan em entender que pela interação dos elementos da “armadura do social” a estrutura da consciência pode tornar-se inteligível, implica uma perspectiva que concebe a função pela combinatória dos elementos. Retomando-se a terminologia de C. Lévi-Strauss, enquanto D. Lagache mantinha-se na “circularidade” do individual e do social, J. Lacan esboçara aberturas epistemológicas à “tradução” do social no indivíduo.

Dessas considerações decorre que para além das divergências de pessoais ou de postura, as leituras parciais, isto é, que já supõem a inabilidade dos primeiros trabalhos para entendimento do percurso posterior de J. Lacan, implicam em distorções importantes na compreensão da obra desse autor.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernando. Psicanálise e universidade: das relações entre a psicologia clínica e a psicanálise na França. *Estudos de Psicologia*, v. 1, n. 5, p. 215-241, 2000.

AGUIAR, Fernando. A psicanálise e a psicologia na universidade francesa: relação de conflitos e mútuos interesses. *Estudos de Psicologia*, v. 1, n. 6, p. 133-142, 2002.

AGUIAR, Fernando. *Método clínico: método clínico?* Disponível em: <<http://scielo.br/pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2006.

ALEXANDER, Franz; STAUB, Hugo. *El delincuente y sus jueces desde el punto de vista psicoanalítico*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1935.

ALLOUCH, Jean. *Marguerite ou a Aimée de Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.

ANDRIEU, Bernard. Le mythe de l'unification de la psychologie par la science chez Daniel Lagache. *Bulletin de Psychologie*, v. 2, n. 52, p. 203-211, mar. 1999.

ANZIEU, Didier. *Psicanalisar*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

BIRMAN, Joel. *Ensaio de teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

BIRMAN, Joel. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

BLONDEL, Charles. *La conscience morbide*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1928.

BLONDEL, Charles. Psychologie pathologique et sociologie. In: _____. *La Conscience Morbide*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1928. p. 360-400.

BRECHT, Bertold. *Teatro dialético*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CANGUILHEM, Georges. Que é a psicologia? *Revista Impulso*, n. 26, dez. 1999.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. São Paulo: Forense Universitária, 2000.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia positiva. In: _____. *Os Pensadores*: São Paulo: Nova Cultural, 2000.

DILTHEY, Wilhelm. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

DOLTO, Françoise. *Auto-retrato de uma psicanalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

DOR, Joel. *Introdução à leitura de Lacan: estrutura do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Bauru, SP: Edusc, 2007. v. 2.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits (1954-1969)*. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOLDSTEIN, Kurt. El analisis de la afasia y el estudio de la esencia del lenguaje. In: DELACROIX, Henri (Org.). *Psicología del Lenguaje*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1967.

GUNTRIP, H. *Estructura de la personalidad e interacción humana*. Buenos Aires: Paidós, 1965.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARTMANN, Heinz. *Psicologia do ego e o problema da adaptação*. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968.

HARTMANN, Heinz. Comprensión y explicación. In: _____. *Ensayos sobre la psicología del yo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1969a.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JACKSON, H. J. Evolução e dissolução do sistema nervoso. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, v. VI, n. 1, mar. 2003.

JASPERS, Karl. *Psicopatologia geral*. São Paulo: Atheneu, 2000. v. 2.

JUNG, C. G. A psicologia da dementia praecox: um ensaio. In: _____. *Obras completas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. v. III.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste, 1994.

KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ, 2002.

KOYRÈ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento filosófico*. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 1991.

LACAN, Jacques. *De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*. Paris: Editions du Seuil, 1975.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.

LACAN, Jacques. *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*.

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

LACAN, Jacques. O problema do estilo e a concepção psiquiátrica das formas paranóicas da experiência. In: _____. *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987b.

LACAN, Jacques. Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papin. In: _____. *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987c.

LACAN, Jacques. Exposição geral de nossos trabalhos científicos. In: _____. *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987d.

LACAN, Jacques. Para além do princípio de realidade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a.

LACAN, Jacques. Formulações sobre a causalidade psíquica. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998c.

LACAN, Jacques. Observação sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998l.

LACAN, Jacques. De nossos antecedentes. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998m.

LAGACHE, Daniel. *A psicanálise*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

LAGACHE, Daniel. *L'unité de la psychologie: psychologie expérimentale et psychologie clinique*. Paris: PUF, 1973.

LAGACHE, Daniel. *A unidade da psicologia: psicologia experimental e psicologia clínica*. Lisboa: Edições 70, 1978.

LAGACHE, Daniel. Quelques aspects de l'identification. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1980b. v. 3.

LAGACHE, Daniel. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982. v. 2.

LAGACHE, Daniel. El metodo clinico en psicologia humana. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982o. v. 2.

LAGACHE, Daniel. Del psicoanalisis a la analisis de la conducta. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982q. v. 3.

LAGACHE, Daniel. Janet en el College de France. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982u. v. 4.

LAGACHE, Daniel. La psicologia: conducta, personalidad, grupo. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982v. v. 4.

LAGACHE, Daniel. Fascination de la conscience par le moi. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1982w. v. 4.

LAGACHE, Daniel. Vues d'ensemble sur la psychanalyse. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1982x. v. 4.

LAGACHE, Daniel. La conscience en psychanalyse. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1982y. v. 4.

LAGACHE, Daniel. Intervention à la suite de la communication de J. Lacan: "La psychanalyse et son enseignement". In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1982z. v. 4.

LAGACHE, Daniel. La psychanalyse et la structure de la personnalité. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1982bb. v. 4.

LAGACHE, Daniel. Nota autobiográfica. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós: 1982ee. v. 1.

LAGACHE, Daniel. *A transferência*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LAGACHE, Daniel. *La psychanalyse*. Paris: PUF, 2005.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J-B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo:

Martins Fontes, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

LÉVY-BRUHL, Lucien. *Las funciones mentales en las sociedades inferiores*. Buenos Aires: Editorial Lautauró, 1947.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Merleau-Ponty na Sorbonne: resumos de cursos: psicossociologia e filosofia*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

MILLER, Jacques-Alain. O mal-entendido. In: _____. *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a.

MILLER, Jacques-Alain. O desejo. In: _____. *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997b.

MILLER, Jacques-Alain. A psicose. In: _____. *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997c.

MILLER, Jacques-Alain. O significante. In: _____. *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997d.

MILLER, Jacques-Alain. A psicanálise na universidade. In: _____. *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997e.

MILLER, Jacques-Alain. Psicanálise e psiquiatria. In: _____. *Lacan elucidado*. Jorge Zahar Editor, 1997f.

MILLER, Jacques-Alain. Psicanálise e lógica. In: _____. *Lacan elucidado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997g.

MILLER, Jacques-Alain. *Perspectivas do seminário 5 de Lacan: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MINKOWSKI, Eugene. *La esquizofrenia*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1970.

MINKOWSKI, Eugene. *Le Temps vécu: études phénoménologiques et psychopathologiques*. Paris: PUF, 2005.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

OGILVIE, Bertrand. *Lacan: a formação do conceito de sujeito (1932-1949)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

OHAYON, Annick. *L'Impossible rencontre: psychologie et psychanalyse en France (1919-1969)*. Paris: La Découverte, 1999.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

POLITZER, Georges. *Os fundamentos da Psicologia*. Lisboa: Prelo Ed., 1978.

POLITZER, Georges. *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Piracicaba, SP: Unimep, 1998.

RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ROUDINESCO, Elisabeth. *História da psicanálise na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. v. 2.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um pensamento*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Filósofos na tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SAFATLE, Vladimir. *Lacan*. São Paulo: PubliFolha, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. *O imaginário: psicologia fenomenológica da imaginação*. São Paulo: Ática, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

SAUSSURE, Raymond de. *Psychologie génétique et psychanalyse*. *Revue de Psychanalyse*, t. 6, n. 3, 1933.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHELER, Max. *Esencia y formas de la simpatía*. Buenos Aires: Editorial Losada, 2004.

SIMANKE, Richard. *A formação da teoria freudiana das psicoses*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

SIMANKE, Richard. *Metapsicologia lacaniana: os anos de formação*. São Paulo: Discurso Editorial; Curitiba: UFPR, 2002.

STERN, William. *Fundamentos personalistas da psicologia*. In: _____. *Psicologia geral*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. p. 111-151.

UEXKULL, Jacob. *Dos homens e dos animais*. Lisboa: LBL Enciclopédia, [s./d.].

VIGOTSKI, Lev. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAM, Karl. Las diferencias psicosexuales entre la Histeria y la Demencia Precoz. In: _____. *Psicoanálisis Clínico*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1961a.

ABRAHAM, Karl. La primeira etapa pregenital de la libido. In: _____. *Psicoanálisis Clínico*. Buenos Aires: Paidós, 1961b.

ABRAHAM, Karl. Contribuciones a la teoría del carácter anal. In: _____. *Psicoanálisis Clínico*. Buenos Aires: Paidós, 1961c.

ABRAHAM, Karl. Un breve estudio de la evolución de la libido, considerada a la luz de los trastornos mentales. In: _____. *Psicoanálisis Clínico*. Buenos Aires: Paidós, 1961d.

ABRAHAM, Karl. La formación del carácter en el nivel genital del desarrollo de la libido. In: _____. *Psicoanálisis Clínico*. Buenos Aires: Paidós, 1961e.

ADLER, Alfred. *El carácter neurotico*. Buenos Aires: Paidós, 1971.

ALEXANDER, Franz. *Psicanálise da personalidade integral*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.

ANZIEU, Didier. Prefacio. In: LAGACHE, Daniel. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982. v. 1.

ARRIVÉ, Michel. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAIRRÃO, José F. Miguel H. *O impossível sujeito: implicações da irreductibilidade do inconsciente*. São Paulo: Edições Rosari, 2003. v. 1.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiología*. São Paulo: Cultrix, 1971.

BERCHERIE, Paul. *Os fundamentos da clínica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BINSWANGER, Ludwig. Sobre fenomenologia. In: _____. *Artículos y conferencias escogidas*. Madrid: Editorial Gredos, 1973a.

BINSWANGER, Ludwig. Ensueño y existência. In: _____. *Artículos y conferencias escogidas*. Madrid: Editorial Gredos, 1973b.

BINSWANGER, Ludwig. Experimentar, comprender, interpretar en el psicoanálisis. In: _____. *Artículos y conferencias escogidas*. Madrid: Editorial Gredos, 1973c.

BIRMAN, Joel. *Freud e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BLANCK, Gertrude; BLANCK, Rubin: *Psicologia do ego: teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

BLEULER, E. *Afectividad, sugestibilidad, paranoia*. Madrid: Ediciones Morata, 1969.

BOUTONIER, Juliette. *Exploration de l'imaginaire*. Disponível em: <http://www.hommes-et-faits.com/Dial/auter.php.3?id_auter=21>. Acesso em: 29 dez. 2007.

CAILLOIS, Roger. *O mito e o homem*. Lisboa: Edições 70, [198-?].

CAILLOIS, Roger. *El hombre y lo sagrado*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.

CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CLÉRAMBAULT, Gaetan Gatian de. *Automatismo mental: paranóia*. Buenos Aires: Polemos, 2004.

DALBIEZ, Roland. A psicopatologia da vida cotidiana. In: _____. *O método*

psicanalítico e a doutrina de Freud. Rio de Janeiro: Agir, 1947a. p. 11-32. v. 1.

DALBIEZ, Roland. As psicoses. In: _____. *O método psicanalítico e a doutrina de Freud*. Rio de Janeiro: Agir, 1947b. p. 243-292. v. 1.

DALBIEZ, Roland. A causalidade psíquica mórbida. In: _____. *O método psicanalítico e a doutrina de Freud*. Rio de Janeiro: Agir, 1947c. p. 215-259. v. 2.

DELACROIX, Henri. Razón, identidad, diversidad. In: DUMAS, George. *Nuevo tratado de psicología*. Buenos Aires: Kapelusz, 1948. p. 308-322.

DELEUZE, Gilles. Michel Tournier e o mundo sem outrem. In: _____. *A lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DELEUZE, Gilles. *O anti-Édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

DELEUZE, Gilles. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DILTHEY, Wilhelm. *Psicologia e compreensão*. Lisboa: Edições 70, 2002.

EY, Henri. *Manual de psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1981.

FERENCZI, Sandor. Transferência e introjeção. In: _____. *Escritos psicanalíticos*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, [19-?].

FERENCZI, Sandor. O conceito de introjeção. In: _____. *Escritos psicanalíticos*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, [19-?].

FERRETTO, Jean-Luc. O automatismo mental. *Revista Tempo Freudiano*, v. III, n. 3, abr. 2004.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FOUCAULT, Michel. *O ego e os mecanismos de defesa*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FREUD, Anna. Teoria da análise infantil. In: _____. *O tratamento psicanalítico de crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

FREUD, Sigmund. O trabalho do sonho. A interpretação dos sonhos. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p. 303-540. v. V.

FREUD, Sigmund. A psicologia dos processos oníricos. A interpretação dos sonhos. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 541-646. v. V.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. v. VII.

FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneio. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. v. IX.

FREUD, Sigmund. Sobre as teorias sexuais das crianças. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. v. IX.

FREUD, Sigmund. Romances familiares. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996f. v. IX.

FREUD, Sigmund. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (*Dementia Paranoides*). In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996g. v. XII.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996h. v. XIII.

FREUD, Sigmund. A história do movimento psicanalítico. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996i. v. XIV.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996j. v. XIV.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996k. v. XIV.

FREUD, Sigmund. Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996l. v. XIV.

FREUD, Sigmund. Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996m. v. XIV.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias sobre a psicanálise. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996n. v. XV.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias sobre a psicanálise. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996o. v. XVI.

FREUD, Sigmund. O 'estranho'. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996p. v. XVII.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996q. v. XVIII.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do ego. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996r. v. XVIII.

FREUD, Sigmund. Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996s. v. XVIII.

FREUD, Sigmund. O ego e o id. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996t. v. XIX.

FREUD, Sigmund. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996u. v. XIX.

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996v. v. XIX.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996w. v. XIX.

FREUD, Sigmund. Neurose e psicose. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996x. v. XIX.

FREUD, Sigmund. A perda da realidade na neurose e na psicose. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996y. v. XIX.

FREUD, Sigmund. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996z. v. XIX.

FREUD, Sigmund. A negativa. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996aa. v. XIX.

FREUD, Sigmund. Inibições, sintomas e ansiedade. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996bb. v. XX.

FREUD, Sigmund. O fetichismo. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996cc. v. XXI.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: _____. *Edições standard das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996dd. v. XXI.

HARTMANN, Heinz. Psicoanálisis y sociología. In: _____. *Ensayos sobre la psicología del yo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1969b.

HARTMANN, Heinz. La aplicación de los conceptos analíticos a la ciencia social. In: _____. *Ensayos sobre la psicología del yo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1969c.

HARTMANN, Heinz. Psicoanálisis y psicología del desarrollo. In: _____. *Ensayos sobre la psicología del yo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1969d.

HARTMANN, Heinz. Comentarios sobre la teoría psicoanalítica del yo. In: _____. *Ensayos sobre la psicología del yo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1969e.

HARTMANN, Heinz. El psicoanálisis como teoría científica. In: _____. *Ensayos sobre la psicología del yo*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1969f.

HEIDEGGER, Martin. Sobre a essência da verdade. In: _____. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural.

HESNARD, Angelo; LAFORGUE, René. *Les processus d'auto-punition*. Paris: L'Harmattan, 2001.

HUSSERL, Edmund. *Meditaciones cartesianas*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1996.

HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas*. São Paulo, SP: Madras Editora, 2001.

JANET, Pierre. *As nevroses*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1924.

JANET, Pierre. *Psychologie du conduite*. 2006. Disponível em: <http://www.com/Mental/index_mental.htm>. Acesso em: 16 ago. 2006.

JANET, Pierre. La tensión psicológica y sus oscilaciones. In: _____. *Nuevo tratado de psicología*. Buenos Aires: Kapelusz, 1948. p. 477-506. Tomo IV.

JANET, Pierre. *De la angustia al éxtasis*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1992. v. 2.

JASPERS, Karl. Delirio celotípico, contribución al problema: “desarrollo de la personalidad” o “proceso”? In: _____. *Escritos psicopatológicos*. Madrid: Editorial Gredos, 1977.

JONES, Ernest. *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

KLAGES, Ludwig. *Los fundamentos de la caracterología*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1959.

KLEIN, Melanie. Primeiras fases do complexo de Édipo. In: _____. *Contribuições à psicanálise*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

KOFFKA, Kurt. *Princípios de psicologia da gestalt*. São Paulo: Cultrix, 1975.

KOHLER, Wolfgang. *Psicología da Gestalt*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

KRAEPELIN, Emil. *Dementia praecox y paranoia*. La Plata: De la Campana, 2005.

KRAEPELIN, Emil. *Paranoia*. Buenos Aires: Editorial Salerno, 2006a.

KRAEPELIN, Emil. *A loucura maníaco-depressiva*. Lisboa: Climepsi Editores, 2006b.

KRETSCHMER, Ernest. *Psicologia médica*. Barcelona: Editorial Labor, 1957.

KRETSCHMER, Ernest. *Constituição y carácter*. Barcelona: Editorial Labor, 1961.

KRETSCHMER, Ernest. *Histeria, reflejo e instinto*. Barcelona: Editorial Labor, 1963.

KRETSCHMER, Ernest. *El delirio sensitivo de referencia*. Madrid: Editorial

Tricastela, 2000.

LACAN, Jacques. *Os complexos familiares na formação do indivíduo*: ensaio de análise de uma função em psicologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 1*: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LACAN, Jacques. *O mito individual do neurótico*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987e.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 3*: as psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LACAN, Jacques. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b.

LACAN, Jacques. A agressividade em psicanálise. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998d.

LACAN, Jacques. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998e.

LACAN, Jacques. Intervenção sobre a transferência. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998f.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998g.

LACAN, Jacques. Variantes do tratamento-padrão. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998h.

LACAN, Jacques. A psicanálise e seu ensino. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998i.

LACAN, Jacques. De uma questão preliminar a todo o tratamento possível da psicose. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998j.

LACAN, Jacques. A significação do falo. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998k.

LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. In: _____. *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, Jacques. *Structures des psychoses paranoïaques*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanianne.net/bibliotheque.php>>. Acesso em: 4 fev. 2006a.

LACAN, Jacques. *Psychologie et esthétique*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanianne.net/bibliotheque.php>>. Acesso em: 4 fev. 2006b.

LACAN, Jacques. *De l'impulsion au complexe*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanianne.net/bibliotheque.php>>. Acesso em: 4 fev. 2006c.

LACAN, Jacques. *Some reflections on ego*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanianne.net/bibliotheque.php>>. Acesso em: 4 fev. 2006d.

LACAN, Jacques. *Le séminaire, livre 3: les psychoses*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanianne.net/bibliotheque.php>>. Acesso em: 7 fev. 2006e.

LACAN, Jacques. *L'homme aux loups*. Disponível em: <<http://gaogo.free.fr/SeminarieS.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2006f.

LACAN, Jacques. *Les complexes familiaux dans la formation de l'individu*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanianne.net/bibliotheque.php>>. Acesso em: 5 jan. 2007.

LAGACHE, Daniel. Estrutura em psicologia. Estrutura em psicopatologia. Estrutura em psicanálise. In: BASTIDE, Roger (Org.). *Usos e sentidos do termo estrutura*. São Paulo: Herder, 1971. p.81-88.

LAGACHE, Daniel. Conduite et communication en psychanalyse. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1980a. v. 3.

LAGACHE, Daniel. Eléments de psychologie médicale. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1980c. v. 3.

LAGACHE, Daniel. La psychanalyse: évolution, tendances et problèmes actuels. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1980d. v. 3.

LAGACHE, Daniel. Discussion du rapport de J. Lacan: Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF: 1980e. v. 3.

LAGACHE, Daniel. Psychanalyse et psychologie. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1980f. v. 3.

LAGACHE, Daniel. *La jalousie amoureuse*: psychologie descriptive et psychanalyse. Paris: PUF, 1981.

LAGACHE, Daniel. Las alucinaciones verbales y la palabra. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1982a. v. 1.

LAGACHE, Daniel. Pasiones y psicosis pasionales. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1982b. v. 1.

LAGACHE, Daniel. Sobre la psicología de um delírio. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982c. v. 1.

LAGACHE, Daniel. Erotomania y celos. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós: 1982d. v. 1.

LAGACHE, Daniel. Notas sobre el lenguaje y la persona. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982e. v. 1.

LAGACHE, Daniel. Contribucion al estudio de las ideas de infidelidad homosexuales en los celos. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982f. v. 1.

LAGACHE, Daniel. Duelo maníaco. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982g. v. 1.

LAGACHE, Daniel. El trabajo de duelo: etnología y psicoanálisis. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982h. v. 1.

LAGACHE, Daniel. El método patológico. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982i. v. 1.

LAGACHE, Daniel. Significado psicológico de los pronombres de primera persona. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982j. v. 2.

LAGACHE, Daniel. Jaspers y la integibilidad de lo psíquico. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982k. v. 2.

LAGACHE, Daniel. L'Imaginaire de Jean-Paul Sartre. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982l. v. 2.

LAGACHE, Daniel. La comprensión y la causalidad en la psicología profunda. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982m. v. 2.

LAGACHE, Daniel. La función sintética de la personalidad. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982n. v. 2.

LAGACHE, Daniel. Lo normal y lo patológico según Georges Canguilhem. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982p. v. 2.

LAGACHE, Daniel. Relaciones entre angustia y conciencia. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982r. v. 3.

LAGACHE, Daniel. Psicología clínica y método clínico. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982s. v. 3.

LAGACHE, Daniel. Psicocriminogénesis. In: _____. *Obras completas*. Buenos Aires: Paidós, 1982t. v. 4.

LAGACHE, Daniel. Conscience et structures. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1982aa. v. 4.

LAGACHE, Daniel. La psychanalyse et l'idée de nature humaine. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1982cc. v. 4.

LAGACHE, Daniel. Pouvoir et personne. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1982dd. v. 4.

LAGACHE, Daniel. Fantasie, réalité, vérité. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1984. v. 5.

LAGACHE, Daniel. La conception de l'homme dans l'expérience psychanalytique. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1986a. v. 6.

LAGACHE, Daniel. Le modèle psychanalytique de la personnalité. In: _____. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1986b. v. 6.

LAGACHE, Daniel. *La vie sexuelle*. Disponível em: <http://www.com/Mental/index_mental.htm>. Acesso em: 16 ago. 2006.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEWIN, Kurt. *Teoria dinâmica da personalidade*. São Paulo: Cultrix, 1975.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Sobre a fenomenologia da linguagem. In: _____. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A estrutura do comportamento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MEZAN, Renato. Pesquisa teórica em psicanálise. *Psicanálise e Universidade*, n. 2, p. 51-55, 1994.

MEZAN, Renato. *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MEZAN, Renato. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

MILLER, Jacques-Alain. *Percurso de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,

1992.

MILLER, Jacques-Alain. Lacan e psicose. In: _____. *Matemas I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

MINKOWSKI, Eugene. *Traité de psychopathologie*. Paris: PUF, 1966.

PEDINIELLI, Jean-Louis. *Introdução à psicologia clínica*. Lisboa: Climepsi Editores, 1999.

PORGE, Erik. *Jacques Lacan, um psicanalista*. Brasília: UnB, 2006.

RUSSELL, Bertrand. *A análise da mente*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1976.

SARTRE, Jean-Paul. A imaginação. In: _____. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. *A transcendência do ego*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

SCHÉRER, René. Husserl, a fenomenologia e seus desenvolvimentos. In: CHATELET, François (Org.). *História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1974. v. 6.

SCHREBER, Daniel Paul. *Memórias de um doente dos nervos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SERIEUX, Paul; CAPGRAS Joseph. *Las folies raisonnantes*. Paris: Felix Alcan, 1909.

SILLAMY, Norbert. *Dicionário de psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SPRANGER, Eduard. *Formas de vida: psicologia entendida como ciência do espírito e ética da personalidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.

TYSZLER, Jean-Jacques. Clérambault. *Revista Tempo Freudiano*, v. III, n. 3, abr. 2004.

WALLON, Henri. O papel do outro na consciência do eu. In: WEREBE, Maria Jose (Org.). *Henri Wallon: psicologia*. São Paulo: Ática, 1986. p. 159-167.

WALLON, Henri. *As origens do caráter na criança*. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

WATSON, J. B. *El conductismo*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1955.

WESTERTERP, Murk. *Proceso y desarrollo en los diferentes tipos de paranóia*. Disponível em: <<http://www.etiem.com.ar/trabajo4.html>>. Acesso em: 18 jul. 2005.